

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

FRANCISCO FELIPE COELHO

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PREDISPOSIÇÃO À PARTICIPAÇÃO  
DOS TRABALHADORES DAS BIBLIOTECAS DA UFES EM AÇÕES  
COLETIVAS DO SINTUFES**

**VITÓRIA-ES**

**2020**

FRANCISCO FELIPE COELHO

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PREDISPOSIÇÃO À PARTICIPAÇÃO  
DOS TRABALHADORES DAS BIBLIOTECAS DA UFES EM AÇÕES  
COLETIVAS DO SINTUFES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, na linha de pesquisa Organização e Trabalho.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Prezotti Palassi.

**VITÓRIA-ES  
2020**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU  
PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO,  
CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E  
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

C672c Coelho, Francisco Felipe, 1975-  
Consciência política e predisposição a participação dos  
trabalhadores das bibliotecas da UFES em ações coletivas do  
SINTUFES / Francisco Felipe Coelho. - 2020.  
214 f. : il.

Orientadora: Palassi Márcia Prezotti.  
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Consciência Política. 2. Participação. 3. Servidor Público.  
4. Sindicato. 5. Trabalho. I. Márcia Prezotti, Palassi. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



**ATA DA 268ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Às 14 horas do dia 19 do mês de agosto do ano de 2020, em Vitória (ES), reuniu-se a banca examinadora composta pelos Professores Drs. Márcia Prezotti Palassi (orientadora – presidente da banca), Alexandre Reis Rosa (Membro interno) e Euzeneia Carlos (Membro externo) para a defesa da dissertação de **FRANCISCO FELIPE COELHO**, com o título: CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PREDISPOSIÇÃO A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS BIBLIOTECAS DA UFES EM AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES. Todos os participantes da banca estão remotos, por meio de videoconferência. Com a palavra, a presidente da banca deu início à sessão, passando a palavra ao aluno, que procedeu à exposição da dissertação. Na sequência, os membros da banca formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pelo mestrando. Concluída a avaliação realizada pela banca, a presidente da sessão comunicou o resultado, que foi favorável à **APROVAÇÃO** do aluno. Por fim, informou que o aprovado fará jus ao diploma de Mestre após cumprir todos os requisitos, dentre eles: entrega da versão final de sua dissertação (em meio físico e digital) à secretaria do programa, conclusão de todos os créditos necessários, realização das atividades obrigatórias, e após a homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico do PPGADM. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora e pelo mestrando.

**Profa. Dra. Márcia Prezotti Palassi**  
Orientadora

**Prof. Dr. Alexandre Reis Rosa**  
Membro interno – PPGADM/UFES

**Profa. Dra. Euzeneia Carlos**  
Membro externo  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFES

**Francisco Felipe Coelho**  
Mestrando

De acordo com a Portaria n. 03, de 17 de março de 2020, em caráter excepcional, está autorizada a presença virtual de todos os participantes da banca. A assinatura do(a) presidente(a) da comissão julgadora e do examinador interno deverá ser efetuada por meio do sistema de protocolo digital da UFES. Ao assinar a ata, o(a) presidente(a) está atestando a participação do membro remoto externo.

Campus Universitário Alaor de Queiroz Araújo – Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória/ES. Cep. 29.075-910  
Tel. (27) 4009-5371/7712 E-mail: ppgadm@gmail.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Euzeneia Carlos Palassi  
Para verificar o original visite: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/54989?tipoArquivo=0>  
Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Reis Rosa  
Para verificar o original visite: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/55818?tipoArquivo=0>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
EUZENEIA CARLOS - SIAPE 2421358  
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN  
Em 25/08/2020 às 22:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/54031?tipoArquivo=O>

Este documento foi assinado digitalmente por ~~EUZENEIA CARLOS~~ EUZENEIA CARLOS PALASSI  
Para verificar o original visite: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/54000?tipoArquivo=O>  
Este documento foi assinado digitalmente por ~~ALEXANDRE WEIS ROSA~~ ALEXANDRE WEIS ROSA  
Para verificar o original visite: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/55818?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
MARCIA PREZOTTI PALASSI - SIAPE 1490211  
Departamento de Administração - DAAd/CCJE  
Em 26/08/2020 às 12:00

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/54260?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ALEXANDRE REIS ROSA - SIAPE 2049265  
Departamento de Administração - DAAd/CCJE  
Em 28/08/2020 às 19:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/55818?tipoArquivo=O>

## **Dedicatória**

Ao meu pai, Francisco Rodrigues Coelho, o Chicão Eletricista (*in memoriam*), que em suas palavras disse: “Eu só fiz até o antigo ginásio. Fiquei muito feliz por você (Francisco) ter sido aprovado na seleção do mestrado”. Mas aprovou Deus chamá-lo, e nos deixou no decorrer desta caminhada.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, a Deus, por todos os momentos da vida e pelas pessoas que encontrei ao longo da caminhada.

A minha orientadora, Márcia Prezotti Palassi, por toda paciência e compreensão comigo e por me transmitir conhecimentos em todas as reuniões, inclusive nestes tempos de quarentena, devido à pandemia de COVID-19.

Márcia, como orientadora, você foi muito mais além. Este trabalho não existiria se você não tivesse investido nele, com afirmação e sabedoria. Levo em minha formação os desafios deste caminho.

Aos professores do PPGADM, em especial, à Letícia Dias Fantinel e à Mônica Bianco, pelas aulas, pelos encontros e lanches compartilhados, pelo fortalecimento nos momentos difíceis que passei durante o mestrado.

Aos professores Alexandre R. Reis e Euzeneia Carlos, por suas ricas colocações durante a banca de qualificação, que contribuíram bastante para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Euzeneia, pelo seu olhar disponível na banca e pelos importantíssimos trabalhos sobre participação.

Alexandre, pelos apontamentos sobre o movimento sindical e também pelos trabalhos publicados, que tanto contribuíram para ampliar a visão organizacional.

Aos servidores do Sistema de Biblioteca da UFES, que me apoiaram, e aos que participaram diretamente e indiretamente da produção deste trabalho.

Ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo (SINTUFES), que me recebeu e forneceu diversos documentos antes ainda não “garimpados”.

Aos amigos do mestrado, que compartilharam, contribuíram e me apoiaram no decorrer do trabalho.

À Direção do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB/UFES, por autorizar a realização desta pesquisa no Sistema Integrado de Bibliotecas.

À Denise (esposa), ao Luiz Felipe e à Marcela (filhos), e a minha mãe, Valda, que sempre torceram e vibraram comigo.

“... onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer,  
há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (Freire, 1996, p. 85).

“Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato.  
E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias” (Papa Francisco, 2017).

## RESUMO

Este trabalho analisa como se configura a consciência política e a predisposição à participação dos servidores das bibliotecas da UFES nas ações coletivas do SINTUFES durante a gestão 2014 a 2019. Adota como marco teórico o “Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” (SANDOVAL E SILVA, 2016). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com dados obtidos em uma pesquisa documental nas atas eletrônicas das reuniões e nos jornais do sindicato e entrevistas semiestruturadas, submetidos a análise de conteúdo. A pesquisa foi realizada durante o Governo de Jair Bolsonaro marcado por ataques aos sindicatos e as universidades federais. Os resultados revelam as ações coletivas do sindicato (reuniões, assembleias, atos públicos, protestos, ações afirmativas, comemorativas e de recreação), divulgadas em seu site e redes sociais. Dos 88 servidores lotados nas bibliotecas, 18 são filiados ao SINTUFES. Destes, 13 concederam as entrevistas, sendo que 8 participam e 5 não participam das ações coletivas do sindicato. Os 8 sujeitos que *participam* apresentam histórico de participação em associações, igrejas, movimento estudantil, partido político, conselho profissional e sindicato, anteriores à filiação sindical. Demonstam interesse em defender direitos e participar de assuntos coletivos, e desconforto em não poderem participar mais por insatisfação com a pauta da Direção do sindicato. A participação é gerada pela sensibilização em relação à atual conjuntura política do Brasil e da universidade, vislumbrando nas ações coletivas um sentimento de fortalecimento, pertencimento e de mudanças nas suas vidas profissionais. Expressam em Atas a necessidade de dar voz às demandas locais, reduzir desigualdades, orgulho no histórico de lutas, defesa de políticas para minorias e a necessidade de superar o sentimento de afastamento entre o sindicato e os servidores das bibliotecas da UFES. Destaca-se a presença forte e potente das mulheres que revelam predisposição para se candidatar à Direção do Sindicato. Os 5 sujeitos que *não participam*, também não possuem histórico de participação antes da filiação ao SINTUFES, cuja falta de engajamento e desinteresse em participar das ações coletivas do sindicato ancoram-se na Gestão Universitária da Reitoria, apresentando sentimento de frustração com as ações do sindicato. A não participação é justificada pela falta de tempo disponível, dificuldade de liberação pela Direção Universitária e incompatibilidade com as ações da Direção do sindicato. Conclui-se, que tanto os servidores que *participam* como os que *não participam*, consideram o sindicato relevante na defesa e proteção da universidade pública contra as ações do Governo Federal, apontando sugestões para maior aproximação e envolvimento entre o sindicato e os trabalhadores das bibliotecas da UFES. Este trabalho preenche uma lacuna nos estudos organizacionais com uma abordagem psicopolítica da (des)mobilização dos trabalhadores na participação em ações coletivas.

**Palavras-chave:** Consciência Política. Participação. Servidor Público. Sindicato. Trabalho.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes how the political conscience and the predisposition to the participation of UFES library servants in the collective actions of SINTUFES during the 2014 to 2019 management are configured. It adopts as a theoretical framework the “Analytical Model of Political Awareness to Understand Participation in Collective Actions ”(SANDOVAL E SILVA, 2016). It is a qualitative research, with data obtained from a documentary research in the electronic minutes of the meetings and in the union newspapers and semi-structured interviews, submitted to content analysis. The research was carried out during the Jair Bolsonaro government marked by attacks on unions and federal universities. The results reveal the collective actions of the union (meetings, assemblies, public acts, protests, affirmative, commemorative and recreational actions), published on its website and social networks. Of the 88 servers in the libraries, 18 are affiliated with SINTUFES. Of these, 13 granted the interviews, of which 8 participate and 5 do not participate in the collective actions of the union. The 8 individuals who participate have a history of participation in associations, churches, student movement, political party, professional council and union, prior to union membership. They show interest in defending rights and participating in collective matters, and discomfort in not being able to participate anymore due to dissatisfaction with the agenda of the union's management. Participation is generated by raising awareness of the current political situation in Brazil and the university, seeing in collective actions a feeling of strengthening, belonging and changes in their professional lives. In Minutes, they express the need to give voice to local demands, reduce inequalities, pride in the history of struggles, defense of policies for minorities and the need to overcome the feeling of distance between the union and UFES library servants. We highlight the strong and powerful presence of women who reveal a predisposition to apply for the direction of the Union. The 5 subjects who do not participate also have no history of participation before joining SINTUFES, whose lack of engagement and lack of interest in participating in the collective actions of the union are anchored in the University Management of the Rectory, showing a feeling of frustration with the actions of the union . The non-participation is justified by the lack of time available, difficulty of release by the University Direction and incompatibility with the actions of the union's Direction. It is concluded that both the employees who participate and those who do not participate, consider the union relevant in the defense and protection of the public university against the actions of the Federal Government, pointing out suggestions for greater approximation and involvement between the union and the library workers of the UFES. This work fills a gap in organizational studies with a psychopolitical approach to the (de) mobilization of workers in participation in collective actions.

**Keywords:** Political Awareness, Participation, Public Servant, Union, Work.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFES	Associação de Docentes da UFES
AFUFES	Associação de Funcionários da UFES
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
ASUFES	Associação de Servidores da UFES
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CES	Confederação Europeia dos Sindicatos
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTUFES	Congresso dos Trabalhadores na UFES
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ES	Espírito Santo (Estado)
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Públicas do Brasil
FENET	Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas - Gays - Bissexuais - Transexuais
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PROIFES	Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Institutos Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SINTUFES	Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNE	União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentos Grevistas no Brasil (2003 - 2013) .....	38
Quadro 2 - Movimentos Grevistas no Brasil (2016 – 2018).....	39
Quadro 3 - Índice de representatividade de entidades sindical .....	40
Quadro 4 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 / 2017 .....	41
Quadro 5- Revisão bibliográfica de artigos recuperados similares .....	56
Quadro 6 – Perfil dos entrevistados da pesquisa.....	60
Quadro 7 - Recursos Humanos da UFES por Situação Funcional .....	70
Quadro 8 – Comparativo de sindicalizados no SINTUFES .....	70
Quadro 9 - Relação de bibliotecas, servidores e sindicalizados.....	71
Quadro 10 - Distribuição de atas disponibilizadas pelo SINTUFES por ano e totais .....	79
Quadro 11 - Relação de Atas e assuntos com registro de participação dos entrevistados ...	79
Quadro 12– Trajetória e participação nas ações coletivas do SINTUFES.....	83

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Analítico de Consciência Política para compreensão da Participação em Ações Coletivas .....	46
Figura 2 - Modelo Analítico de Consciência Política (Atualizado) .....	52
Figura 3 – Representação da Bibliotecas do SIB/UFES .....	59
Figura 4 - Capa do Jornal do SINTUFES .....	73

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados .....	60
Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados .....	61
Gráfico 3 - Quantidade de entrevistados por lotação .....	62
Gráfico 4 – Formação escolar por entrevistados.....	62
Gráfico 5 – Predisposição em participar das ações do Sindicato.....	103
Gráfico 6 – Informações nos canais de informação via internet – site do SINTUFES .....	104
Gráfico 7– Informações nos canais de informação – Jornal do SINTUFES .....	104
Gráfico 8 – Informações nos canais de informação redes sociais – @sintufes @ FASUBRA .....	105
Gráfico 9 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #AçõesAfirmativas.....	105
Gráfico 10 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #PlantãoHUCAM .....	106
Gráfico 11 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #JornadadeTrabalho... ..	106
Gráfico 12 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #MP873.....	107
Gráfico 13 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #Aposentada_os.....	107
Gráfico 14 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #CIS.....	108
Gráfico 15 – Participa das reuniões nas regionais – Goiabeiras .....	109
Gráfico 16 - Participa das reuniões nas regionais – Hospital das Clínicas - HUCAM.....	109
Gráfico 17 – Participa das reuniões nas regionais – Alegre.....	110
Gráfico 18 – Participa das reuniões nas regionais – São Mateus .....	110
Gráfico 19 – Interesse de leitura - Atas Eletrônicas.....	111
Gráfico 20 – Participa de Atos Públicos – Greves 48 horas, “Grito dos excluídos”.....	111
Gráfico 21 – Assembleias e debates públicos – Projeto <i>Future-se</i> .....	112
Gráfico 22 – Atos públicos e ações – Dia Internacional da Mulher .....	113
Gráfico 23 – Ações comemorativas – Dia do aposentado.....	113
Gráfico 24 – Atos públicos e ações – Campanha contra o racismo.....	114
Gráfico 25 – Semana do servidor – Oficinas, cursos, palestras e Corrida do Servidor .....	114
Gráfico 26 – Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento Negro .....	115
Gráfico 27 – Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento LGBT .....	115
Gráfico 28 – Participa em ações afirmativas – Apoio aos deficientes físicos.....	116
Gráfico 29 – Participa em ações afirmativas – Respeito aos idosos .....	116
Gráfico 30– Predisposição em participar das ações do Sindicato .....	132
Gráfico 31– Informações nos canais de informação via internet – site do SINTUFES .....	133
Gráfico 32– Informações nos canais de informação – Jornal do SINTUFES.....	133
Gráfico 33– Informações nos canais de informação redes sociais – @sintufes @ FASUBRA .....	134
Gráfico 34– Acompanha os canais de informação redes sociais – #AçõesAfirmativas.....	134
Gráfico 35– Acompanha os canais de informação redes sociais – #PlantãoHUCAM .....	135
Gráfico 36– Acompanha os canais de informação redes sociais – #JornadadeTrabalho....	135
Gráfico 37– Acompanha os canais de informação redes sociais – #MP873.....	136
Gráfico 38– Acompanha os canais de informação redes sociais – #Aposentada_os.....	136
Gráfico 39– Acompanha os canais de informação redes sociais – #CIS.....	137
Gráfico 40– Participa das reuniões nas regionais – Goiabeiras .....	138
Gráfico 41- Participa das reuniões nas regionais – Hospital das Clínicas - HUCAM.....	138
Gráfico 42– Participa das reuniões nas regionais – Alegre.....	139
Gráfico 43– Participa das reuniões nas regionais – São Mateus .....	139

Gráfico 44– Interesse de leitura - Atas Eletrônicas.....	140
Gráfico 45– Participa de Atos Públicos – Greves 48 horas, “Grito dos excluídos” .....	140
Gráfico 46– Assembleias e debates públicos – Projeto <i>Future-se</i> .....	141
Gráfico 47– Atos públicos e ações – Dia Internacional da Mulher .....	142
Gráfico 48– Ações comemorativas – Dia do aposentado .....	142
Gráfico 49– Atos públicos e ações – Campanha contra o racismo.....	143
Gráfico 50– Semana do servidor – Oficinas, cursos, palestras e Corrida do Servidor .....	143
Gráfico 51– Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento Negro .....	144
Gráfico 52– Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento LGBT.....	144
Gráfico 53– Participa de ações afirmativas – Apoio aos deficientes físicos .....	145
Gráfico 54- Participa de ações afirmativas – Respeito aos idosos .....	145

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>27</b>
2.1 O MOVIMENTO SINDICAL INTERNACIONAL PÓS-GLOBALIZAÇÃO.....	27
2.2 MOVIMENTO SINDICAL NACIONAL PÓS-GLOBALIZAÇÃO.....	30
2.3 MODELO ANALÍTICO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA.....	44
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>54</b>
3.1 FONTES DE DADOS.....	54
3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	56
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA .....	57
3.4 PRODUÇÃO DOS DADOS.....	63
3.5 ANÁLISE DOS DADOS .....	64
<b>4 RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>66</b>
4.1 SINTUFES .....	66
4.2 O FORMATO DAS ATAS DO SINTUFES .....	72
4.3 O FORMATO DO JORNAL DO SINTUFES.....	72
4.4 A PUBLICAÇÃO DAS ATAS E DO JORNAL SINTUFES ENTRE 2014 A 2019.....	73
4.5 TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	80
4.6 CONFIGURAÇÕES DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES .....	83
4.7 CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS SERVIDORES QUE PARTICIPAM DAS AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES .....	84
4.7.1 Identidade Coletiva.....	85
4.7.2 Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade.....	88
4.7.3 Interesses coletivos.....	92
4.7.4 Eficácia política .....	95
4.7.5 Sentimentos com Respeito aos Adversários .....	99
4.7.6 Vontade de Agir Coletivamente.....	102
4.7.7 Metas e repertórios de ações .....	118
4.8 CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS SERVIDORES QUE NÃO PARTICIPAM DAS AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES .....	120
4.8.1 Identidade Coletiva.....	121
4.8.2 Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade.....	122
4.8.3 Interesses coletivos.....	125
4.8.4 Eficácia política .....	127
4.8.5 Sentimentos com Respeito aos Adversários .....	129

4.8.6 Vontade de Agir Coletivamente.....	131
4.8.7 Metas e repertórios de ações .....	146
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO 01 – ESTATUTO DO SINTUFES.....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE C – CARTA DE SOLICITAÇÃO AO SINTUFES - PERMISSÃO .....</b>	<b>178</b>
<b>APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO AO SINTUFES - INFORMAÇÃO .....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICE E – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE F - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE G – ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO SINTUFES .....</b>	<b>182</b>
<b>APÊNDICE H – MATRIZ DE MATÉRIAS DO JORNAL DO SINTUFES .....</b>	<b>194</b>
<b>APÊNDICE I – SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFES.....</b>	<b>205</b>
<b>APÊNDICE J – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>206</b>
<b>APÊNDICE L – TERMO DE SIGILO DAS GRAVAÇÕES.....</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICE M – CARTA DE ANUÊNCIA.....</b>	<b>214</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a organização dos trabalhadores em sindicatos surgiu ainda nas indústrias têxteis, quando os operários eram levados, por suas contingências, a se organizarem em associações contra as condições de trabalho do sistema fabril e do capital (RODRIGUES, 1991). Essa organização era resultado da tentativa de uma construção de garantias nas condições e nas relações de trabalho. Ainda no século XIX, a relação entre os patrões e os trabalhadores era de exploração, no entanto, em 1888, o trabalho nos centros urbanos passou a ser assalariado (BOITO JR., 2005).

No continente europeu, ainda no século XIX, especificamente na Inglaterra e na França, as condições trabalhistas eram deploráveis, refletindo na exploração do trabalhador. Já no século XX, iniciou-se nos Estados Unidos um período de mobilização dos trabalhadores, visto que o avanço do capitalismo refletia a sobrecarga na força de trabalho e, somente com a união dos trabalhadores, foi possível uma redução nessa exploração (INÁCIO, 2007).

A América Latina, após 1945, foi marcada por profunda estagnação e retração da produção industrial. Nos anos 1970, o Welfare State já não mantinha suficiência e houve a desaceleração do crescimento, de modo que a crise econômica provocou uma crise fiscal nos Estados (LEME, 2010). Ao observar o cenário político, econômico e social desses países, o Brasil, com o impacto da globalização frente as suas organizações, inclusive as públicas, buscou alterar as relações de trabalho.

Antes da 1ª Grande Guerra Mundial, o Brasil ainda mantinha uma estrutura agrária muito forte e os trabalhadores eram principalmente do setor rural (BOITO JR., 2005). Durante o Governo de Getúlio Vargas (1931-1942), houve uma alteração na legislação trabalhista, com a promessa de “desenvolvimento” do país, além da regulamentação e burocratização do movimento sindical mais atrelado ao Estado brasileiro (CARDOSO, 2002). A principal manutenção deste sistema de relações de trabalho e capital foi estruturado baseado na “Carta del Lavoro”, fruto do fascismo italiano, que duraria até a Constituição de 1988 (CARDOSO, 2002).

Em 1º de maio de 1943, o sindicalismo no Brasil foi regulamentado, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Decreto-Lei nº 5.452. Desse modo, segundo Lopes (2009), o Ministério do Trabalho reconheceu e autorizou o funcionamento dos sindicatos. No entanto, a investidura se deu de maneira unilateral, com poderes delegados a apenas um único sindicato, que representava determinado grupo profissional, sendo, portanto, considerado

apenas uma “instituição de colaboração com o Estado”, não podendo, assim, realizar manifestação política ou ideológica sob a pena de serem interditados.

Nos anos entre 1970 e 1980, os sindicatos brasileiros promoveram grandes lutas no Brasil, formando um “novo sindicalismo”, com reivindicações e representação dos trabalhadores, principalmente os do ABC Paulista (CARDOSO, 2002). Essa transformação política dos trabalhadores abriu espaço para um processo de politização dos sindicatos na busca por direitos trabalhistas. Foi nesse contexto que o movimento sindical ressurgiu com novos objetivos, reestabelecendo sua finalidade frente às lutas atualizadas, executando ações que buscavam também manter a sobrevivência dos sindicatos (SANTOS, 2005).

No início da década de 1980, registrou-se, principalmente no ABC Paulista, a ocorrência de greves motivadas por reajustes salariais. Essa região se caracterizava pela concentração de uma grande massa de trabalhadores, o que ocasionou efeito sobre as demais regiões do país. Segundo Cardoso (2002, p. 27), “(...) a sociedade civil emergente tomou o ressurgimento do conflito operário como o carro-guia da contestação ao regime militar”, assim como as greves.

Os movimentos sindicais, na década de 1980, contribuíram com o processo de democratização no Brasil e nos países da América Latina (AVRITZER, 2002). Segundo Tatagiba (2009), as reivindicações dos movimentos sociais, sindicais e as lutas travadas com o Estado geraram várias alterações socioculturais e econômicas, de maneira a estruturar novas formas de participação.

A quantidade de greves, bem como as greves gerais, reduziu no setor público após a política de ajuste fiscal, perfazendo sete anos sem reposição salarial, mediante a contenção de gastos e a ampliação das demissões. Essa situação também diminuiu a participação dos servidores nos movimentos paredistas (NORONHA, 1992; SANDOVAL, 1994).

A participação em lutas aflorou na Constituição Federal de 1988, considerada a mais “cidadã”. No entanto, os primeiros governos pós-regime militar, em 1990, já adotaram políticas neoliberais e seguiram o que preconizava o Consenso de Washington, baseando-se em políticas de privatizações estatais (MARTINS, 2005). O desenvolvimento do (neo)liberalismo econômico buscava diminuir o prestígio das entidades sindicais. Nesse sentido, Santos (2005) mostra que, com a redução do poder, enfraqueceu-se ainda mais a relação sindicato e trabalhadores, levando-se à necessidade de reformulação contínua da mobilização sindical.

A consciência de classe dos trabalhadores desenvolveu-se com a transformação das relações capitalistas que foram impulsionadas por avanços tecnológicos, sociais e da ciência, inclusive a automação, microeletrônica e robótica (ANTUNES, 2011). Para Harvey (2005), o acordo dos neoliberais resultou em um estado ideal de atenção aos interesses privados. O Estado

trabalhou na construção de formas para regulamentar o trabalho. No entanto, esse caminho era o da flexibilização do regime que resultou do modelo liberal-produtivista. Segundo Harvey (1992), essa nova forma de regime trabalhista, voltada para o acúmulo flexível e para a reestruturação, acirrou a informalidade do trabalhador, a fragilidade sindical em suas ações coletivas e a formação de consciência.

As estruturas do governo e das empresas privadas influenciaram nas relações de trabalho e na vida profissional dos trabalhadores. No Brasil, na década de 1990, o mercado de trabalho passou por uma mudança em que os empregos eram por demanda, contratações temporárias e contratos (HARVEY, 1992). A partir dessas mudanças, as empresas transferiram sua atuação em redes de mercado e possibilitaram a integração política, econômica, cultural e da sociedade em uma rede de informação, especialmente no mundo do trabalho (CASTELLS, 1999).

Esse processo mudou a organização do trabalho, e os trabalhadores passaram a ter uma participação mais ampla na luta contra as perdas de seus direitos e perdas econômicas e sociais. Essas lutas são baseadas em articulação, movimentação e negociações que os sindicatos, constituídos por trabalhadores, organizam na formação de uma força de resistência (SANTOS, 2012).

Em clima de adversidade e repúdio contra o sindicalismo, conforme Antunes (2007), o sindicato que antes era empenhado em buscar melhores condições de trabalho, devido ao aumento do desemprego, passou a buscar a manutenção dos empregos. Nesse sentido, perdeu força no poder de ação, levando ao aumento da desfiliação dos trabalhadores, com franco apoio dos patrões.

No Brasil, os embates do movimento sindical foram um “tempo de aurora” sobre o peleguismo<sup>1</sup>, quando a estrutura de gestão ditatorial sindical foi alterada com a criação da central sindical de massa e do partido com base popular (BOITO JR., 1999). No entanto, ocorreram retração e redução na atividade sindical.

Ainda na década de 90, houve a reestruturação produtiva, resultado do desemprego e do aumento no nível de requisição para capacitação do trabalhador, levando à “(...) flexibilidade externa, aos baixos salários, às longas jornadas, ao uso generalizado do trabalhador, sem qualquer associação política de promoção salarial ou benefícios” (COSTA, 2003, p. 12).

---

<sup>1</sup> O termo “peleguismo” surgiu da palavra nativa “pelego”, que era como os sindicalistas combativos faziam referência às lideranças que bajulavam os patrões e amenizavam o conflito trabalho e capital. Na categoria nativa forjada, em que o combate político e prático expressa “peleguismo”, alude-se ao fenômeno fundamental na sociologia que compreende o sindicalismo no Brasil (TRÓPIA, 2009).

Os movimentos sindicais no Brasil perderam muito com o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), do Partido da Renovação Nacional (PRN), que implementou uma política econômica retrógrada, bombardeando-os de forma ofensiva, antimarxista e antissocialista, prejudicando os setores partidários da esquerda sindical (GUTIERREZ *et al.*, 2002).

No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ocorreram privatizações e reformas fiscais e administrativas, reduzindo-se o Estado. Foi um período de desmobilização do movimento operário com mudanças neoliberais afetando também o setor público e sindical (ALVES, 2002).

Para Santos (2005), os trabalhadores não conseguiram formar organização frente ao capital. Sua força internalizada e consistente, ao mesmo tempo, desestabilizou o movimento sindical dos trabalhadores e modificou o mercado econômico. Com isso, a consciência política dos trabalhadores sindicalizados se tornou importante para a participação dos servidores na luta da classe.

Em 2002, no governo do Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), a política governamental valorizou o salário mínimo, promoveu o emprego formalizado, definiu políticas públicas trabalhistas, atendendo às demandas sindicais e construindo a saída da recessão com apoio da base sindical (CARDOSO; GINDIN, 2017). A taxa de desemprego no Brasil em 2003 era de 12,3%, após dez anos caiu para 6,4 % e depois para 5,2%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de que em 2011 o percentual de 39% representava os trabalhadores autônomos, independentes, empregados domésticos e empregadores com até cinco empregados.

Em 2012, foi eleita a presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que teve no início de seu mandato o apoio de cinco centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Central dos Trabalhadores do Brasil, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), importantes para manutenção do diálogo com os trabalhadores (MARCELINO, 2013, 2017).

No entanto, no final do primeiro mandato, em 2014, a crise econômica reduziu o Produto Interno Bruto (PIB) para 3,8%, o desemprego subiu para 6,5% e a instabilidade política agravou-se na base de sustentação governista de Dilma. Diante do processo de ruptura institucional e da falta de apoio popular, permitiu-se que o *impeachment* — golpe parlamentar — acontecesse em agosto de 2016 (GALVÃO; MARCELINO, 2019).

O movimento sindical brasileiro, durante os 14 anos do governo de Lula e Dilma, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

(2017), retomou a luta dos trabalhadores por meio de greves que avançaram positivamente do ponto de vista econômico. Essa melhoria ocorreu por conta dos movimentos sindicais ofensivos, resultando na ampliação das condições de emprego e renda (SOUZA; TRÓPIA, 2016). No entanto, foram fundadas a Intersindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e a Conlutas, que romperam com a Central Única dos Trabalhadores (TROPIA *et al.*, 2015). Após essa ruptura, ocorreram greves, como a do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), dos estaleiros de Niterói (LIMA e MATIAS, 2016) e a do Porto de Suape em Pernambuco (SILVA; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2015), que marcaram a incapacidade de proposição por parte do Governo (ANTUNES; SILVA, 2015).

Com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma, o vice-presidente Michel Miguel Temer Lulia (2016-2018), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), apresentou o documento *Uma ponte para o futuro* (PMDB, 2015), do Programa Avançar Parcerias (2018). Esse plano trouxe retrocessos sociais para a Educação, Saúde e também para a Cultura. Vários projetos de leis retiraram direitos sociais e econômicos da população. Apesar de enfrentar grandes paralisações e manifestações promovidas por centrais sindicais e movimentos sociais organizados, Temer alterou o projeto de Lei de regulamentação da terceirização — PL4330/2014 (QUEIROZ, 2016) — e articulou a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional — PEC 95/2016 —, que preconiza o congelamento de investimentos em educação, infraestrutura e saúde por um período de 20 anos, com um tom de austeridade, visando à redução dos gastos sociais e às reformas trabalhista e previdenciária (KREIN, 2018).

Ao assumir, em 2019, o atual presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), adotou uma postura ultraliberal, apresentando medidas reformistas que prejudicaram os direitos de seguridade social, saúde e educação. Dentre elas, o Ministério da Educação (MEC) apresentou, em 17 de julho de 2019, o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras “*Future-se*” com uma proposta de Instituições de Ensino Superior (IES) com moldes do empreendedorismo de negócios, o que compromete a qualidade da formação, a produção científica e a autonomia das IES (LEHER, 2019b).

Contrário à proposta do *Future-se*, foi lançado o “Manifesto em defesa do Ensino Superior Público e Gratuito” pela ADUFF-SSind (2019), em 22 de julho de 2019, assinado pelas seguintes organizações representativas: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Públicas do Brasil (FASUBRA), Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Médio (FENET), Federação de

Sindicatos de Professores e Professoras dos Institutos Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE) (LEHER, 2019a).

O Manifesto se posiciona diante dos cortes financeiros na educação superior (ensino, pesquisa e extensão), contra a desvalorização do trabalho docente e técnico-administrativo e contra campanhas depreciativas em desfavor das IES. O *Future-se*, além de projeto de reforma da “autonomia financeira” contra a educação superior pública, também viabiliza a privatização do ensino superior, por meio de cobranças de mensalidades, admitidas pelo Ministro da Educação, em sessão do Congresso Nacional (LEHER, 2019a). Nessa proposta de medida, o Governo Bolsonaro e o então Ministro da Educação Abraham Weintraub intentaram a desresponsabilização do Estado na garantia da educação superior e a redução da carreira pública dos servidores federais da educação (ESQUERDA DIÁRIO, 2020).

No caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2019), os servidores podem ser representados diante de ações, debates, manifestações em defesa de direitos pelo Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo (SINTUFES, 2020), entidade que possui uma personalidade jurídica de representação. O SINTUFES — entidade objeto de estudo desta pesquisa — também acompanha os encaminhamentos da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Públicas do Brasil (FASUBRA) na construção da identidade dos trabalhadores em educação. Como mencionado anteriormente, a FASUBRA sindical tem acompanhado os encaminhamentos da proposta do *Future-se* em nível federal. Cabe ressaltar que o direito dos servidores públicos de organizar os próprios sindicatos é garantido pela Constituição Federal de 1988, embora essa autorização tenha ocorrido desde 1980. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) possui a categoria dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), que integram o Ministério da Educação, pertencem ao Serviço Público Federal de Ensino Superior e adotam o Regime Jurídico Único dos Servidores, instituído pela Lei Federal nº 8.112/90, que é considerada como o estatuto dos servidores públicos civis ocupantes de cargos públicos da Administração Direta.

Nesse contexto de fragilização das organizações públicas e sindicais, a predisposição dos servidores em participar das ações coletivas dos sindicatos requer a construção de uma consciência política voltada para isso. Sendo assim, o **problema de pesquisa** deste trabalho traz a seguinte questão: como se configura a consciência política e a predisposição da participação dos servidores das bibliotecas da UFES nas ações coletivas promovidas pelo SINTUFES? Com o intuito de responder o problema de pesquisa, tem-se como **objetivo geral**

compreender como se configurou a consciência política e a predisposição da participação dos servidores das bibliotecas — do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFES — nas ações coletivas do SINTUFES, ao longo da gestão de 2014 a 2019. E, para atingir o objetivo principal, faz-se necessário atender aos seguintes **objetivos específicos**:

- a) Descrever as ações promovidas pelo SINTUFES no período de 2014 a 2019;
- b) Analisar as pautas de chamada de reivindicações do Sindicato, identificando as principais demandas entre 2014 a 2019;
- c) Compreender a trajetória de participação dos servidores das bibliotecas;
- d) Compreender como se configuram as dimensões da consciência política dos servidores das bibliotecas que são filiados ao SINTUFES.

Observa-se que, desde a década de 1990, o processo de neoliberalismo impacta a sociedade e também a consciência política dos trabalhadores. A fim de analisar a desmobilização de sindicatos, Sandoval (2001) utilizou um modelo de consciência política, apresentando um conjunto de dimensões sociais e psicológicas relacionadas com as interações dos sujeitos na sociedade e tratando das emoções e significados dentro de contextos associados.

Nesse sentido, este trabalho adota como marco teórico o Modelo Analítico de Consciência Política para a Compreensão de Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), que possibilitou, mediante análises interdisciplinar e analítica dos fenômenos sociais que integram a realidade social, compreender a predisposição da participação de trabalhadores em ações de sindicatos envolvidos com o campo da Psicologia Política. Esse Modelo contribui com estudos organizacionais sobre o funcionamento do mecanismo de participação em organizações, de modo que já foi utilizado em estudos que envolvem os sindicatos que representam os trabalhadores, por exemplo, sindicalistas em ações coletivas contra a privatização (OLIVEIRA NETO, 2019).

É relevante entender as mudanças no mundo do trabalho e o papel dos sindicatos, em contexto neoliberal e de reformas trabalhistas, para a representação dos trabalhadores (MOREIRA; BAÊTA; REIS, 2013), impondo desafios à participação dos servidores públicos na defesa dos seus interesses. Em vários momentos da história do Brasil, o sindicalismo marcou presença em manifestações, debates e mobilizações sociais, por exemplo, na Era Vargas até a Ditadura Militar de 1964, na mobilização para o processo da redemocratização, nas Campanhas das “Diretas Já” e na promulgação da Constituição de 1988 (BOITO JR., 2005). Isso nos permite entender como o movimento sindical atuou nos setores sociais, econômico e político no Brasil.

O presente estudo possui relevância para a Academia, pois a pesquisa preencherá lacuna na literatura ao analisar a consciência política de uma parte dos servidores de uma universidade

federal no contexto de cortes de verbas, terceirização de serviços e do Programa *Future-se*, analisando também a predisposição deles na participação das ações do sindicato que os representam. Além disso, contribui com reflexões e aperfeiçoamento do marco teórico (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), já empregado há 20 anos em trabalhos acadêmicos de dissertações e teses. Esta pesquisa também é relevante, pois traz contribuições para os estudos organizacionais, e ainda uma relevância social, pois poderá subsidiar o SINTUFES no planejamento e desenvolvimento de ações futuras, no que se refere à mobilização e conscientização dos servidores das bibliotecas na participação das ações promovidas.

Este trabalho está dividido em cinco partes. A primeira é a introdução, que apresenta o contexto, o problema de pesquisa, os objetivos e sua relevância acadêmica e social. A segunda traz a revisão de literatura sobre o movimento sindical nos últimos dez anos e apresenta o marco teórico da pesquisa, ou seja, o Modelo Analítico de Consciência Política para a Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016). A terceira descreve a metodologia da pesquisa, as técnicas de produção e a análise dos dados. A quarta revela os resultados. E, finalmente, a quinta e última parte tece considerações finais sobre o estudo realizado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentaremos uma revisão de literatura internacional e nacional sobre o movimento sindical após a globalização e, em seguida, o marco teórico deste trabalho.

### 2.1 O MOVIMENTO SINDICAL INTERNACIONAL PÓS-GLOBALIZAÇÃO

Na Inglaterra, os primeiros sindicatos surgiram entre 1780 a 1830. As características de identidade coletiva, legitimidade e de consciência encorajaram as classes operárias a buscarem decisão política no poder e melhor condições de vida. A busca por identidade e mutualismo ainda não era o foco, mas havia a urgência de solidariedade e proteção à vida dos trabalhadores (COSTA, 2018).

As organizações dos trabalhadores do século XX expandiram suas questões econômicas, sociais e políticas para além dos locais de trabalho, conseqüentemente em busca por bandeiras que atingissem a sociedade. Os sindicatos tornaram-se organizações que discutiam não somente sobre a problemática da saúde, mas também sobre as questões de gênero, raciais e de inclusão social (DE CANHA, 2017).

Na Europa, em 1973, foi fundada a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), em um processo de debate voltado para o social, que se tornou a principal bandeira política do continente (DEGRYSE; TILLY, 2013). Com isso, a CES formou oposição nas questões políticas sobre austeridade e enfrentamento das desigualdades. O principal discurso dessa organização sindical era a busca por uma “Europa Social”, com o qual manteve várias campanhas, por exemplo, a que trazia o *slogan* “*It is time for our recovery*”, que pode ser traduzido como: “Está na hora da nossa recuperação”, uma campanha cujo lema era um crescimento econômico que reduzisse as desigualdades.

Fukuyama (1992) afirma que a queda dos regimes do Leste Europeu estaria apresentando à história o “fim do sindicalismo”, contudo era apenas mais uma crise sindical, uma vez que as transformações impostas pelo capitalismo desafiam o mundo sindicalista com uma revitalização no modo de formar uma ação sindical da organização.

Na década de 1990, o movimento sindical sofreu um processo de retrocesso em vários países. Uma explicação são as circunstâncias políticas, econômicas e ideológicas do capitalismo na sua forma neoliberal. Alguns desses fatores influenciaram em algumas organizações, inclusive nas sindicais, o que, diante da crise estabelecida, perdura até a atualidade.

Na Europa, o movimento sindical foi decisivo para a ocorrência de mudanças no continente. Como não há um único sindicato, a CES possui níveis de organização e sindicalização com

taxas representativas de associados (MAGDA, 2017). Em 2018, essa Confederação mantinha 45 milhões de filiados, com mais de 89 confederações nacionais em 39 países e 10 federações europeias (EUROPE TRADE UNION CONFEDERATION, 2018).

Segundo Costa (2018), no continente europeu formaram-se grupos de regionais entre países, como os centrais, os nórdicos, os anglo-saxões e os do sul da Europa. Alguns critérios baseavam-se na democracia sindical, ação sindical, peso ideológico e filiação (BERNACIAK; GUMBRELL-McCORMICK; HYMAN, 2014). Nos países nórdicos — Finlândia, Suécia, Noruega e Dinamarca —, a organização era mais forte e única por categoria, com sistemas baseados nas relações laborais e também entre o capital e o trabalho, possuindo alto índice de sindicalização, separações por tipo de trabalho profissional e manual conhecidos como “*white collar*”. Na Dinamarca, por exemplo, existiam 164 sindicatos estabelecidos (BERNACIAK; GUMBRELL-McCORMICK; HYMAN, 2014).

Países que formam o eixo central da Europa, como Holanda, Suíça, Áustria e Alemanha, apresentam base sindical tradicional por formarem parcerias sociais com baixa taxa sindical. A Bélgica, por exceção, realiza negociações mediante acordos coletivos e com empregadores não participantes dos acordos. Os sistemas de representação por sindicatos compõem um espaço importante no desenvolvimento e envolvimento das políticas públicas (COSTA, 2018). A Alemanha é a única que possui apenas 09 sindicatos estabelecidos.

No Sul da Europa, países, como Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia, possuem forte ideologia de partidos com bases comunistas inseridos no movimento sindical, com alto grau de consciência política e relações de trabalho geridas por legislação em vez de negociação coletiva. Segundo Costa (2012), a precariedade, a destruição de direitos, as políticas de austeridade e insegurança laboral marcaram, anteriormente, o contexto português.

Já na Inglaterra e na Irlanda, a estrutura sindical apresenta uma fragmentação entre empresas e Partido Trabalhista. No Reino Unido, são mais de 168 sindicatos, os quais necessitam atuar de forma mais individual de “empresa a empresa” dentro de uma lógica de “mercados liberais” (BERNACIAK; GUMBRELL-McCORMICK; HYMAN, 2014). Várias consequências da globalização neoliberal, precarização do trabalho, desindustrialização, representação de interesses sociais e financeirização da economia atingiram condições objetivas e subjetivas no século XX, mas isso levou a Europa à consolidação de sindicatos fortes e de grandes influências.

Em outros países do Leste Europeu, na última década, o sindicalismo passou por extremos vazios, pois, segundo Lehndorf, Dribbusch e Schulten (2017),

(...) a autonomia política não significa que os sindicatos possam ou devam tentar agir como substitutos de partidos políticos. Mas onde os

sindicatos já tiveram aliados políticos, agora há em muitos casos um vácuo político, que em alguns países está sendo parcialmente preenchido pela direita [LEHNDORF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, (2017), p. 29]

Sendo assim, atualmente, na Europa, há condições específicas em países diferentes, nos quais uma definição da agenda social dos sindicatos é cada vez mais necessária para a defesa ou recuperação dos sindicalizados, ou seja, para a melhoria das condições de trabalho.

As características dos sindicatos da Europa Ocidental são definidas pelos partidos políticos de base operária, que mantiveram uma relação estreita com o movimento sindical, a exemplo do Partido Socialista Operário Espanhol, do Partido Trabalhista Britânico e dos Partidos Social-Democratas da Suécia e da Alemanha (DE CANHA, 2017).

O sindicalismo europeu apresenta atualmente sinais de desequilíbrio por conta da crise econômica. Há algumas variáveis que indicam os níveis de sindicalização, como o peso ideológico, os setores privado e público com a democracia sindical. Outros países no Leste e Sul da Europa se diferenciam quanto às taxas de sindicalização. Na Suécia e na Dinamarca, por exemplo, há taxas que giram em torno de 68%, enquanto na Estônia e na França há taxas mais baixas, como 7% (COSTA, 2018).

Quando o sindicalismo passou a ser confrontado por influências internas específicas de cada nação e por influências externas como austeridade, crise, globalização econômica e política (COSTA, 2018), o chamado “mundo do trabalho” obteve significativa transformação societária, a partir do século XX, como ocorreu na microeconomia com as produções locais e empresas, possibilitando o incentivo ao paradigma produtivo em substituição ao fordismo.

Nos Estados Unidos, os sindicatos mantiveram as estruturas, livremente, organizando-se por centrais sindicais e descentralizando as negociações por contratos ou empresas (RODRIGUES, 1999). Essa é uma das características de um país de economia liberal.

De acordo com Santana e Ramalho (2003, p. 14), o fordismo pode ser pensado como um paradigma industrial e um modo de regulação pela produção em massa, que “estrita especialização de postos de trabalho e competências”. Já a regulação do capital *versus* trabalho corresponde à “(...) contratualização, em longo prazo, da relação salarial, como limites às demissões e uma programação do crescimento do salário indexado sobre os preços e sobre a produtividade” (SANTANA; RAMALHO, 2003).

Para Beynon (2003), os grandes patrocinadores da agenda global de flexibilização e das relações de trabalho foram agências, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), grandes

corporações transnacionais e os Estados Nacionais, que estão mais latentes nos Estados Unidos e na Europa.

A crise sindical, no contexto mundial do capital, também é vista como oligopolização, que até então não existia em registros da história mundial (SANTOS, 2006). Interpretada como mundialização que as nações aderiram com o desenvolvimento de políticas neoliberais e gerencialistas, as quais, ao contrário do que se imaginava, geraram desigualdades sociais e desemprego (SANTOS, 2006). Com isso, ocorreu um processo de dessindicalização e queda das taxas de adesão sindical visíveis nas direções sindicais e no processo de burocratização, que, por fim, levaram os trabalhadores à desconfiança em relação à ação sindical (SOARES, 2013).

Antunes (2011) entende que a redução das taxas de sindicalização é comum nos países capitalistas e que isso é um reflexo da relação da população do país assalariado e do número de sindicalizados. Mas, devido à redução do número de vagas de trabalho e à instabilidade, causadas pela precarização do trabalho e pela economia informal, que engloba os trabalhadores temporários, ocorre uma retração nas ações sindicais e de seus sindicalizados.

Assim como as práticas grevistas, que têm sido reduzidas devido à fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores que dificultam a mobilização por serem trabalhadores precários ou terceirizados, o pertencimento da consciência de classe também não se fortalece (ANTUNES, 2011). Desse modo, os trabalhadores estão mais propícios a se submeterem aos patrões, em vez de procurarem apoio nos sindicatos, visto que o sentimento de perda de crença no sindicalismo tem sido maior (SOARES, 2013).

Segundo Ryder (2015), a capacidade das organizações sindicais de buscarem acordos entre federações e transnacionais é um potencial no diálogo e na cooperação sindical. Compartilhar experiências e resistências por meio de manifestações é uma necessidade do sindicalismo mundial. Em alguns movimentos sindicais, as propostas de pauta abrangem a inclusão social, a defesa da paz, a luta contra a pobreza, as lutas contra a xenofobia e o racismo causados por movimentos de extrema direita, com isso precisam superar a fragmentação e se tornarem pauta unificada do sindicalismo.

## 2.2 MOVIMENTO SINDICAL NACIONAL PÓS-GLOBALIZAÇÃO

A década de 1980 provocou algumas mudanças com a produção internacional e influenciou na reestruturação internacional e nacional. As organizações dos países em desenvolvimento receberam forte influência neoliberal. No Brasil, ainda se adotava o modelo de sindicatos

ligados às empresas, conhecidos como sindicatos “da casa” ou sindicalismo empresarial, que facilmente era cooptado e manipulado (ANTUNES, 2007, 2011).

O sindicalismo passou por importantes mobilizações e sofreu uma ofensiva organizacional do capital e ideológica. De acordo com Antunes (2011):

(...) nos anos 1980 o sindicalismo brasileiro caminhou, em boa medida, no contrafluxo das tendências críticas presentes no sindicalismo dos países avançados, já nos últimos anos daquela década, começavam a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas, que foram responsáveis pela inserção de parcela significativa do sindicalismo brasileiro na onda regressiva, resultado tanto da intensidade da reestruturação produtiva do capital — dada a nova divisão internacional do trabalho na fase da mundialização do capital, sob a clara hegemonia financeira — quanto da emergência do neoliberalismo e sua virulência no universo ideopolítico, acarretando um refluxo no novo sindicalismo (Antunes, p. 86, 2011).

Com as mudanças no contexto econômico do mercado de trabalho, os sindicatos deviam planejar suas ações com os trabalhadores de forma a lutar por melhores condições de trabalho, no entanto essa preparação, que surgiu no ambiente organizacional frente à globalização, necessitava de maior interlocução com as classes trabalhistas.

Após o governo militar, em 1984, assumiu o presidente José Sarney (1985) por eleição indireta. Foi mais um momento de intensa crise econômica e de hiperinflação que o país atravessou, mesmo assim, o movimento sindical manteve-se sem a intervenção governamental, além de conquistar a força do trabalhador que mobilizou várias greves (SANTANA, 2002).

Conforme Queiroz (2015, p. 9), a palavra sindicato tem origem na expressão francesa “*syndic*”, que significa “representante de uma determinada comunidade”. Os sindicatos dos servidores públicos tiveram um crescimento vertiginoso na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), ocorrida entre 21 a 23 de agosto de 1983, em São Paulo. Naquela ocasião, 1126 entidades, 209 servidores e também associações pré-sindicais e uma Confederação somavam 90 delegados que fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entre os anos de 1978 e 1987, os sindicatos dos servidores públicos já realizavam as maiores paralisações e greves. As suspensões das jornadas de trabalho, somadas em dias, superavam as da esfera privada (NORONHA, 1992). Naquela época, as Universidades Federais fomentaram a 1ª Greve Nacional e, em 1982, durante uma reunião surgiu a FASUBRA, em Belo Horizonte. Os representantes aprovaram a “Declaração de Belo Horizonte”, que, segundo Fonseca (1996, p. 97), configurou-se como o “primeiro documento de orientação política de alcance nacional produzido e encaminhado pela Federação”. Em

1984, a FASUBRA, no seu 1º Congresso, assumiu uma postura sindical, de acordo com o “Memorial 30 anos”:

O primeiro Congresso Nacional da FASUBRA, realizado em janeiro, em Natal-RN, é um marco histórico nessa Federação. A partir desse Congresso, a FASUBRA passou a ser representada por uma direção que assegurava a diversidade regional e política do conjunto da Categoria, passando a ter uma atuação classista. Foi nesse período que a luta dos Trabalhadores (as) encampou bandeiras como a democracia nas Universidades; a afirmação da identidade para os (as) Trabalhadores (as) Técnico-Administrativos (as); a luta por melhores salários e por condições de trabalho e a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa mesma década, os servidores das Universidades, em sintonia com os avanços da Classe Trabalhadora, juntamente com a representação da nova direção, assumem posição diferenciada, impondo uma mudança de rota rumo à defesa de seus direitos, rompendo com as ligações umbilicais estabelecidas entre sua direção e as direções das instituições controladas pelo governo (FASUBRA, 1984, p. 8).

Segundo Queiroz (2017), houve mudança entre a CONCLAT e União Sindical Independente, surgindo a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que foi a propulsora de várias lideranças sindicais.

A FASUBRA foi organizada em 1978, durante a ditadura militar, no movimento de reivindicação da categoria em que se promoveu 24 horas de paralisação. Em 1984, realizou-se a “grande greve” envolvendo todos os servidores de educação do país, os técnicos-administrativos em educação e os docentes (Memorial – FASUBRA Sindical, 2009).

Naquele momento, a liberdade de organização dos sindicatos passou do Ministério do Trabalho para a Justiça do Trabalho, e o Estado não mais interferia nos sindicatos. Com isso, as lideranças conservadoras permaneceram com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sendo uma formação mais combativa (CARDOSO, 2002).

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) junto à Força Sindical (QUEIROZ, 2017) buscaram conquistar direitos na Constituição de 1998, por meio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que contribuiu em pautas patronais e com a organização sindical nas demais confederações. Algumas confederações estavam defendendo um sistema sindical por contribuição compulsória, no entanto a CUT propunha a liberdade sindical sem contribuição (QUEIROZ, 2017).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a eleição de Fernando Collor de Melo em 1990, com forte influência neoliberal, causaram impacto no funcionalismo público, colocando em “disponibilidade” mais de 30 mil funcionários públicos (COSTA, 2008). Nesse momento, iniciaram-se os processos de privatização do Estado, em atendimento às recomendações internacionais (QUEIROZ, 2017). Ao liberar a economia e as privatizações de empresas públicas e ao realizar uma reforma administrativa do Estado — de modo gerencialista —,

produziu-se informalização, flexibilização, precarização do trabalho e desemprego (POCHMANN, 2009). Foi um momento contrário aos anseios da população e, principalmente, aos servidores públicos.

Segundo Wagner (2013), os servidores públicos passaram a ser regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a qual deliberou as funções administrativas, os direitos, os deveres e as obrigações dos servidores públicos. A Constituição Federal de 1988 concedia ao funcionalismo público a livre associação sindical e o direito de greve, no entanto não estabelecia o direito de negociação salarial ou coletiva.

Nesse momento da história, os movimentos sindicais e as manifestações populares pesaram contra o governo. E no final do ano de 1992, após uma crise política, foi aberto o processo de *impeachment* do primeiro presidente eleito durante o movimento de redemocratização, Fernando Collor de Melo, que, em meio a denúncias de corrupção e investigação, renunciou, foi processado e perdeu os direitos políticos por 8 (oito) anos. Outro fato marcante de seu governo foi o corte de verbas destinadas à Educação Superior. Foi um momento fortemente marcado por manifestações sindicais e populares nas ruas (ANTUNES, 2007).

O então vice-presidente Itamar Franco (1992-1994), após assumir a presidência, implantou o Plano Real. Em 1994, foi eleito o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que acelerou a implantação da política neoliberal e deu rumos ao movimento sindical (QUEIROZ, 2017). Ocorreram greves em setores privados da economia e também no setor público, que buscavam, em meio às lutas sindicais, melhorias salariais. Foi um Governo que precarizou as relações de trabalho, suscitou insegurança devido aos altos índices de desemprego e promoveu privatizações. Muitas greves foram deflagradas e o sindicalismo buscou uma posição de proteção contra o neoliberalismo e contra as conjunções políticas, econômicas e sociais, que atingiram a vida dos trabalhadores, inclusive com o aumento no número de desempregados (BOITO JR., 2005).

Outra ação do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi a desregulamentação do movimento sindical por meio da Lei das Concessões, quando afirmou: “É chegado o momento de começarmos a separar a função regulatória e a fiscalizadora, tarefa do Estado, da ação do investimento e da ação de competição” (TRÓPIA, 2009, p. 30). Estava declarado, portanto, o processo de busca de um “Estado Mínimo”, com abertura comercial e financeira. Acontecia a primeira reforma da previdência e a privatização de estatais. Conforme Cardoso (2016) explana, houve impacto no mundo do trabalho causado pela pauta de privatizações, flexibilização das forças trabalhistas e alterações das políticas de emprego, e o trabalho precarizou ainda mais a classe de trabalhadores.

Algumas pesquisas produzidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) verificaram os impactos da desregulamentação das relações de trabalho sobre o movimento sindical brasileiro e revelaram uma redução do poder de barganha dos sindicatos, e, por conseguinte, o aumento das perdas salariais, além da crescente flexibilização da jornada e dos contratos de trabalho (DIEESE, 2005). Outros fatos apontados por essas pesquisas foram a redução do trabalho e a adaptação do fluxo produtivo, que estendiam o período de grande demanda e reduziam a produção. O movimento sindical buscou a redução da jornada de trabalho, do desemprego e o atendimento aos acordos coletivos.

Segundo o Dieese (2005), o movimento sindical teve êxito na flexibilização e na redução da jornada de trabalho, mas com retração salarial. Já em 2017, a reforma trabalhista aprovada decretou a flexibilização da jornada de trabalho, o fim do imposto sindical e a precarização do trabalho. De acordo com Krein (2018), houve um processo de enfraquecimento sindical e um estímulo descentralizador das regras da relação de emprego para um novo padrão de regulação econômica e social.

As alterações trabalhistas e as transformações da intensificação capitalista promovida pela globalização não permitiram a internacionalização do trabalho, mais precisamente do sindicalismo laboral. As entidades sindicais internacionais não conseguiram “internacionalizar” as questões que afetam o trabalho. A mobilização marxista das classes trabalhadoras — “Trabalhadores no mundo! Uni-vos” (MARX, 1996) —, na prática, não tem se confirmado, visto que o capitalismo explora o trabalhador, reduz o salário e contribui com a perda do sentimento de classe (MARX, 2010).

Segundo Marx (1996), as organizações de classes deveriam contribuir com sua emancipação, mas diante dos efeitos de perda de autonomia sindical, regressivos políticos (avanços de ideologias burguesas e cooptação) e econômicos (corporativismo, perda de direitos e enfraquecimento de classes) não avançam.

Os adventos das transformações da tecnologia e da economia globalizada provocaram uma redução na influência do sindicalismo. A ação sindical, numa posição de defesa, conforme Rodrigues (p. 90, 1991), “(...) de *status quo*, de um mundo que está ainda presente, mas que pertence ao passado”, não acompanhou as mudanças no mundo do trabalho. Com o surgimento do paradigma produtivo *flexível*, num momento de crise do *Welfare State* e da chamada *democracia moderna*, ressurgiu o sindicalismo que propôs uma interlocução.

Ao se referir à organização sindical, podemos ver o serviço público brasileiro como uma imensa estrutura representativa da administração pública, em todas as esferas de governo. O

serviço público federal já apresentava inúmeras associações sindicais. Guedes (1994, p. 412) apontou algumas delas:

Representação por categoria/órgão — da qual são exemplos a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), o Sindicato dos Fiscais do Ministério da Fazenda (Sindifisco) e a Associação dos Sindicatos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE), (GUEDES, 1994).

Para Alves (2000), o mundo do trabalho foi modificado com uma reestruturação dos processos produtivos: redução de trabalhadores, processos de *downsizing*, gestão de modelo produtivo e acumulação. As mudanças tecnológicas e o modelo toyotista provocaram diversas transformações na classe trabalhadora que impactaram no coletivo das categorias (ALVES, 2000), inclusive, nessa fase, a precarização das relações de trabalho gerou uma crise no movimento sindical.

Portanto, um modelo novo de sindicato deveria surgir com características de defesa e corporativismo. Segundo Alves (2000), o sindicalismo buscaria resistência e defesa junto aos sindicatos no projeto neoliberal implantado pelo então presidente FHC. Contudo, um enfraquecimento da classe passou a ocorrer devido às lideranças sindicais que não atenderam ao interesse da base sindical (ALVES, 2000).

Durante o período do novo sindicalismo, a CUT e a Força Sindical (FS) passaram a combater a proposta neoliberal (ANTUNES, 2007) e, com isso, alguns sindicatos se distanciaram dos sindicatos classistas, autônomos e anticapitalistas, os quais, por várias décadas, já combatiam o sistema capitalista e suas decisões (ANTUNES, 2011).

Os sindicatos agregaram-se aos movimentos sociais que surgiram, como os Sem Terra e Moradia, que passaram a ter um novo ambiente econômico e social para desenvolver as suas pautas de luta (BOITO JR., 2005). Conforme Wagner (2013), a organização da classe operária no Brasil se deu nos setores do meio rural e econômico.

Após três tentativas de chegar ao Palácio do Planalto, em 2002, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu as eleições diretas e, finalmente, um trabalhador do ABC Paulista chegou à direção do país, com ambiente de lutas sindicais e políticas diferentes do período da redemocratização (ANTUNES, 2007).

Em virtude das políticas realizadas por governos neoliberais anteriores, as organizações sindicais apresentaram redução na mobilização sindical e social da população. A condição de ter um vice-presidente do Partido Liberal (PL), José Alencar Gomes da Silva, como representação industrial, fruto das imposições de dominação internacional do capital, fez com

que muitas bandeiras e ações trabalhistas com ideais de esquerda ficassem de lado (ANTUNES, 2007).

A crise econômica e o desemprego na estrutura do país impulsionaram o governo Lula a combater o projeto neoliberal, no entanto o sindicalismo sofreu, pois surgiu uma reforma nas leis trabalhistas idealizada pelos industriais no Congresso Nacional. Logo após essa ofensiva industrial, por meio do Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, instituiu-se o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com a proposição de coordenar e negociar a relação entre trabalhadores, representantes empresariais e Governo. Conseguiram reduzir a autonomia sindical juntamente com a reforma, que transferia para as centrais sindicais o direito à negociação e aos acordos trabalhistas. Isso provocou a restrição da participação de representantes de sindicatos em assembleias para acordos coletivos (ANTUNES, 2007).

A busca pela colaboração dos sindicatos, subalternos à imposição neoliberal e à falta de consciência capital, durou até o final do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (ANTUNES, 2011).

As centrais sindicais reconhecidas foram a CUT e UGT, as quais representavam o comércio e o setor de serviços, além da Força Sindical (FS), que, mesmo sendo uma central sindical, participava do projeto político neoliberal. Já a NCST ainda trazia os ideais varguistas, como o imposto sindical e a contribuição compulsória, e, na oposição, a CTB de ideologia do Partido Comunista. Mesmo com diferentes pensamentos e ideologias, essas centrais eram influenciadas pelo Estado e mantinham o controle (SOARES, 2013).

Já no segundo mandato presidencial de Lula, uma mudança na estrutura de reconhecimento das centrais sindicais influenciou no sindicalismo conhecido como “de resultados”, quando a Lei nº 11.648, de 2008, regulamentou a CUT, UGT, FS, NCST e CTB. Cada uma das centrais tinha uma adesão de movimentos diferentes, por exemplo, segundo Soares (2013), a União Geral dos Trabalhadores era ligada à representação de serviços e comércio. A Nova Central Sindical dos Trabalhadores remontava a Era Vargas, com lutas por unicidade sindical e contribuição compulsória. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, com ideais do Partido Comunista do Brasil, mantinham uma base ainda no governo. Já a Força Sindical, com políticas neoliberais, a busca por resultados.

Para o movimento sindical da CUT, o ano de 2007 foi de pouca participação governamental, pois o Governo Lula permitiu que a pasta estratégica do Ministério do Trabalho fosse dirigida por uma direção da Força Sindical (FS), que garantia maior coalizão do Governo no Congresso Federal (CARDOSO; GINDIN, 2017).

Somente a Central Única dos Trabalhadores tinha representação ampla dentro do Governo com a participação partidária dos trabalhadores, com uma demanda orgânica e uma agenda política envolvida na proposição da economia e do trabalho (CARDOSO; GINDIN, 2017). Isso possibilitou ao Governo Federal maior dinâmica no campo sindical, no entanto houve desgaste político.

Ainda no ano de 2008, segundo Soares (2013), a Lei nº 11.648/2008 regulamentou as centrais e possibilitou acesso a 10% do montante do valor obtido pelo imposto sindical. Devido à representação de cada central, o valor seria medido pelo total do número dos trabalhadores associados por cada uma delas. Ao final de 2012, esses recursos somariam um total de R\$ 84,3 milhões.

No 2º mandato de Lula, o apoio da CUT foi primordial para a eleição da presidenta Dilma Rousseff, sua sucessora, mantendo a base sindical de apoio. No entanto, isso enfraqueceu as lutas das outras centrais sindicais diante de políticas governamentais que o governo impôs ao movimento sindical, e também à liberdade e à autonomia de parte das centrais, que ficaram restringidas, inclusive por questões financeiras (SOARES, 2013). No âmbito econômico, a manutenção do superávit fiscal do governo, os câmbios com livre oscilação de mercado e a constante meta de inflação contribuíram para a saída de parte da CUT do Governo.

A CUT manteve-se como maioria em vários setores, mas no serviço público a dominância foi ainda maior. Assim foi a CONLUTAS (Esquerda Cutista), tradicionalmente formada por professores do setor público (MARCELINO; GALVÃO; TRÓPIA, 2015). No entanto, mesmo com a proximidade com o Governo, o sindicalismo não aumentou a adesão social, visto que a confiança da população era menor do que 57%, segundo o site Latinobarômetro<sup>2</sup>.

É importante analisar os dados no governo Lula (2002-2010), fornecidos pelo Dieese, quanto ao número de manifestações de greves ocorridas. Ter um governo trabalhista, que mantinha uma política salarial acima da média da inflação fez com que, de 2003 a 2012, o quantitativo de greves fosse menor se considerarmos somente o ano de 2013. Apesar da influência política do neoliberalismo nos governos anteriores, segundo Cardoso (2015), o governo Lula não foi aliciado nem atrofiado. Mas, de forma mútua, a crise faltou ao sindicalismo visão transformadora, a fim de conectar alternativas de expressão e identitários no movimento sindical. Segundo Cardoso (2015), uma "(...) parcela expressiva das outras correntes sindicais, precisaria se reinventar, mas tem escolhido se apegar aos mecanismos tradicionais

---

<sup>2</sup> Segundo o site Latinobarômetro, 57% dos brasileiros confiam pouco nos sindicatos. Ver: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

de reprodução, pondo-se na defensiva”, isso não possibilitou novas reconfigurações das ações.

**Quadro 1 - Movimentos Grevistas no Brasil (2003 - 2013)**

Anos	Funcionários públicos	Empresas estatais	Setor privado	Total
2003 a 2007	737	112	709	1558
2008 a 2012	1280	158	1357	2795
2013	796	137	1106	2050

**Fonte:** Dieese: \*\* Inclui greves nos setores público e privado.

A média de movimentos grevistas no 1º Governo Lula (2003-2007) foi de 315, enquanto no 2º mandato foi de 449 registros, mas, em 2012, houve um aumento de 873 e, no ano de 2013, um total de 2.050. De acordo com o Dieese (2015), foi um momento de oferta de emprego em que o poder dos sindicatos era maior do que as disputas nas empresas, de modo que o Estado interveio no mercado de trabalho e na economia com a proteção da indústria e a valorização salarial.

Ainda com base em informações do Dieese (2015), até 2003, somente 18,8% dos trabalhadores sindicalizados receberam reajuste acima da inflação e 58,4% tiveram perdas salariais, somados a 22,8% que não conseguiram aumento real. Já de 2008 a 2012, os trabalhadores sindicalizados tiveram acordos salariais acima da inflação, de modo que um total de 95% das ações coletivas teve sucesso em meio ao crescimento econômico e, no ano de 2008, em meio à crise econômica (MARCELINO, 2017). Para o setor público, 2008 foi um ano de maior número de greves, quando comparado ao setor privado. Em 2010, aconteceu um total de 60,3% movimentos grevistas, de modo que, em São Paulo, 27% foram organizados pelos 550 mil professores da rede estadual, enquanto que, em 2008, foram organizados pelos funcionários das indústrias, com 32,1% mobilizações (DIEESE, 2015).

No início do governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, houve várias manifestações e movimentos de greves promovidos por setores de operários (construção civil) e pelo setor público (universidades, hospitais e bancos), os quais eram contrários aos grandes eventos que estavam sendo planejados, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (LADOSKY; RODRIGUES, 2018). Com o enfraquecimento da CUT, diante da cisão, formou-se a Intersindical e a CSP-CONLUTAS, devido ao relacionamento passivo da CUT com o governo (FORTES; FRENCH, 2012). Durante a construção das grandes estruturas para receber os eventos internacionais, o Governo não atendeu à força trabalhadora, que lutava contra os baixos salários e contra a pouca atenção à saúde, ensejando assim a falta de

segurança, o que ocasionou uma ação dos órgãos de fiscalização (FORTES; FRENCH, 2012).

Em 2012, a luta sindical tomou uma postura defensiva frente à política nacional, por entender que o governo havia infringido direitos e condições de contrato de trabalho. Nesse mesmo ano, as greves alcançaram um patamar de 64%, mas, em 2013, reduziram para 57% os fatores de reivindicações. No funcionalismo público, as ofensivas não ultrapassaram 10% (DIEESE, 2018). Nesse mesmo ano, os reajustes salariais alcançaram o índice da inflação, o que representou uma conquista dos sindicatos no setor econômico.

**Quadro 2 - Movimentos Grevistas no Brasil (2016 – 2018)**

Anos	Funcionários públicos	Empresas estatais	Setor privado	Total
2016	1.100	121	986	2.093
2017	814	86	746	1.566
2018	791	73	655	1.453

**Fonte:** DIEESE (2016-2018)

Segundo informações do Dieese, em 2016, as greves foram deflagradas por razão defensiva, por motivos de reivindicações e descumprimentos de direitos. E, em 2017, foram motivadas em 81% por caráter defensivo de pauta reivindicatória e descumprimento de direitos. Mas, em 2018, as motivações atingiram 82% do caráter defensivo da pauta de reivindicação e permaneceu também por descumprimento de direitos.

Desde 2015, o cenário para os trabalhadores se tornou desfavorável, as perdas salariais atingiram 18,1%. Somente 29,9% igualaram-se ao índice inflacionário, e os outros 52% tiveram pequenos ganhos acima da inflação (DIEESE, 2017). Além disso, as centrais sindicais criticaram os novos critérios para obtenção do seguro-desemprego, da pensão por morte e do abono salarial sem consulta prévia, e isso dificultou a vida do trabalhador<sup>3</sup>.

O papel do movimento sindical era recuperar a construção tanto nacional quanto das alianças supranacionais, bem como de outras sociedades organizadas (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2015). Segundo Galvão (2016) afirma, ocorreu participação sindical no Governo e influência na política, no entanto a agenda governamental não era única, mas sustentada pela coalização de partidos que compõem a relação no Congresso.

Os dados a seguir apresentam os índices de representatividade das bases sindicais entre os anos 2008 e 2016, destacando o índice de representatividade da CUT, que permaneceu

<sup>3</sup> Ver matéria da Folha Online disponível em: <<http://bit.ly/2L0A9Ym>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

dentro da casa dos 30% percentuais e da CTB que chegou a dobrar o seu índice para 10% de representatividade.

**Quadro 3 - Índice de representatividade de entidades sindical**

Nome da central e data da fundação	Índice de representatividade (%)								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Central Única dos Trabalhadores (CUT) 8/1983	35,84%	36,79%	38,23%	38,32%	36,70%	35,60%	34,39%	33,67%	30,40%
Força Sindical (FSP) - 3/1991	12,33%	13,10%	13,71%	14,12%	13,70%	13,80%	12,59%	12,33%	10,08%
União Geral dos Trabalhadores (UGT) 7/2007*	6,29%	7,19%	7,19%	7,89%	11,30%	11,20%	11,92%	11,67%	11,29%
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) 12/2007	5,09%	6,12%	7,55%	7,77%	9,20%	9,20%	9,33%	9,13%	10,08%
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) 6/2005	5,02%	5,02%	5,04%	7,02%					
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) 8/2008								7,43%	8,15%
* Fusão da CGT, SDS e CAT. A CGT, fundada como central, em abril de 1986, transformou-se em CGT - Confederação em 1988. ** CGT permanece como central em 1988, com a sigla CGTB.									

**Fonte:** IBGE, 2017; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), 2016, com base no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).

O sindicalismo do setor público foi sub-representado no total de filiados a partir dos anos de 2008 a 2016. No contexto do processo de fortalecimento das entidades sindicais, houve um aumento representativo de trabalhadores. Os dados publicados pelo IBGE em 2017 refletem, como se pode ver no quadro a seguir, que no ano de 2012 ocorreu a maior taxa de sindicalização (COLOMBI, 2018).

Segundo a Organização das Nações Unidas (2017), apesar da queda da população ocupada no Brasil, o número de trabalhadores sindicalizados, entre 2014 e 2015, teve um crescimento recorde, o maior desde 2004. Os dados também são obtidos pelo suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações foram obtidas em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

**Quadro 4 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 / 2017**

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho	Taxa de sindicalização das pessoas ocupadas na semana de referência (%)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Período						
Empregado no setor privado, com carteira de trabalho assinada	20,9	20,5	20	20,4	18,7	19,2
Empregado no setor privado, sem carteira de trabalho assinada	5,4	5,4	5,4	5,1	5,7	5,1
Trabalhador doméstico	2,7	2,8	3,3	3	3,6	3,1
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	28,4	29	29,4	28,9	27,5	27,3
Empregado	18,6	16,7	16	16,5	17,4	15,6
Conta própria	11,3	11,2	10,5	10,3	9,7	8,6
Trabalhador familiar auxiliar	14,7	16,2	14,8	14,9	14,7	11,5
Total	16,2	16,1	15,9	15,8	14,9	14,4

**Fonte:** IBGE, 2017 Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Segundo o IBGE, no ano de 2017, a maior taxa de sindicalização ocorreu entre empregados do setor público (27,3%), sendo que o grupo representava 12,4% da população ocupada, de um total de 11.339 mil pessoas. Já os empregados do setor privado, com carteira assinada, estavam com 19,2% de representatividade nos sindicatos, mas apresentavam a maior participação da população ocupada em 2017 (36,3%), um estimado de 33.195 mil pessoas. No ano de 2017, o grupo da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais estava com 23,6% da taxa de sindicalização, segundo o IBGE (2017).

Em vista disso, entende-se que cada vez mais é necessária a pauta do movimento sindical no debate das reformas do aparelho estatal e suas consequências para os servidores públicos. O sindicato tem importante papel na construção e organização da classe trabalhadora e na defesa dos seus direitos e da coletividade, com ação por meio de lutas em busca de melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e remuneração salarial. De modo que, em nome dos associados, podem-se ajuizar ações e realizar negociações coletivas e greves em defesa dos interesses coletivos e históricos da categoria.

Para Silva (2006), a sociedade industrial teve um processo cultural e social muito representativo da burguesia e os grupos sociais permaneceram excluídos. Avelar (2007) expressa que a luta por direitos e reivindicações por qualidade de vida são resultados das alterações da política, economia e que a participação política solidifica com a organização dos movimentos sindicais, como de negros, de mulheres, entre outros. A participação política, nesse sentido, se expressa diretamente no envolvimento com os debates políticos e com as

informações de movimentos associativos, sociais e militâncias (AVELAR, 2007). Nesse sentido, Touraine (1996, p. 41) afirmou que “(...) se define como a penetração do maior número de atores sociais e coletivos no campo das decisões”, portanto, no âmbito sindical só é possível ter democracia por meio da participação de seus atores.

Para Pateman (1992), a concepção de participação é necessária para solucionar questões e relações individuais e coletivas. Ainda segundo Pateman (1992), o exercício participativo dos trabalhadores poderia ser parcial, no que se refere ao processo de influenciar nas tomadas de decisões, mas as decisões finais não seriam deles, ou seja, haveria pseudoparticipação em decisões já tomadas pelas direções, as quais apenas utilizariam estratégias para persuadi-los. Já na participação plena, um grupo de trabalhadores autorregulados seria capaz de tomar as próprias decisões.

Os sindicatos são estruturas de participação que buscam a mobilização de seus vários atores e também dos movimentos sociais. A sua organização social pode ter deslocamentos nas suas características e também demonstrar fragilidade (LACLAU; MOUFFE, 2001). Decerto, a articulação procura novas formas de relacionar no campo discursivo, desse modo se posiciona frente a situações sociais.

Segundo Carvalho Neto (2003), há a importância de o sindicato assumir a ação de união com movimentos sociais, em busca de alternativas de representação de grupos sociais, negros, mulheres e trabalhadores temporários, a fim de ampliar sua representação e construção de identidade, podendo propiciar um sindicato-cidadão.

Com isso, o sindicalismo passa por um contexto de crise provocado pelo capital mundial e oligopólio vivido na sociedade atual. Ao absorver políticas neoliberais e ferramentas gerenciais que promovem diferenças sociais, pobreza e desemprego, o sindicalismo caminha para crise, já que o projeto hegemônico radical altera a sociedade e as classes (SANTOS, 2006).

Neste momento é que a temática da participação, sendo ampla, possibilita o olhar sobre as ações e, de acordo com Gohn (2011), os funcionários públicos organizam-se “(...) em associações e sindicatos contra as reformas governamentais que progressivamente retiram direitos sociais, reestruturam as profissões e arrocham os salários, em nome da necessidade dos ajustes fiscais”. Ainda conforme Gohn (2019), “(...) sabe-se que o tema da participação se mantém em uma longa tradição de estudos e análises nas Ciências Sociais. No plano da realidade, a participação pode ser observada nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos”.

A participação é uma forma na qual um número de indivíduos e grupos envolvidos tomam decisões; isso pode se definir como participação política. Segundo Outhwaite e Bottomore (1996, p. 559), um bom governo depende de altos índices de participação, isso na Antiguidade Grega era constituído quando os cidadãos debatiam decisões governamentais, mobilizavam e votavam publicamente.

Nessa perspectiva, desenvolver estratégias e táticas para mobilizar recursos e atingir seus objetivos (CARLOS, 2011) enfatiza o papel do contexto político-institucional, sendo elementos característicos de ação política institucionalizada, a exemplo da atuação sindical (CARLOS, 2011), a fim de constituir uma identidade coletiva, partilhando narrativas que fundamentam reconhecimentos e compromissos (CARLOS, 2011).

Com isso, o sindicalismo sofre uma ação provocada pelo capitalismo quando o mundo do trabalho é desconstruído e a força de resistência para barrar ofensiva não está funcionando (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Percebe-se a necessidade de o movimento sindical aproximar-se das demandas da classe trabalhadora e imergir em sua esfera simbólica, e, desse modo, renovar e consolidar a *identidade coletiva* na atual conjuntura política (LADOSKY; RODRIGUES, 2018).

As políticas antissindicais governamentais dos últimos 2 (dois) governos (Michel Temer – MDB e Jair Bolsonaro – PSL) têm fortalecido as ações de patrões e empresários contra o sindicalismo, de forma a afastar a participação dos trabalhadores. Consequentemente, Antunes (2011) diz que outro fator da crise sindical no mundo é o processo de redução da taxa de sindicalização e o aumento da taxa de desemprego.

Ao iniciar o Governo Bolsonaro com o impulso da Emenda Constitucional nº 95/2016, desrespeito à autonomia universitária, agressões simbólicas com as comunidades universitárias e com a tentativa de implantação do programa *Future-se*, construiu-se um cenário catastrófico na educação federal e na ciência (LEHER, 2019). O segundo ministro da educação nomeado, Abraham Weintraub, já trabalhava na equipe da contrarreforma da previdência com um discurso de combate ao “marxismo cultural” nas universidades, apoiado por Olavo de Carvalho (ESTADÃO, 2019).

No primeiro ano de mandato do Governo Federal, os Sindicatos de Trabalhadores da Educação — Andes-SN, Sinasefe, FASUBRA, Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) — e também o movimento estudantil realizaram jornadas de lutas denunciando as medidas antiuniversitárias, em defesa da educação pública. As manifestações ocorridas em 15 de maio (220 cidades), 30 de maio (150 cidades) e 13 de

agosto (100 cidades) demonstraram participação de forças sociais democráticas em defesa da pauta unificada, com união das ações (LEHER, 2019).

Em agosto de 2019, a FASUBRA emitiu uma nota de repúdio contra as declarações de Weintraub direcionadas às Universidades Federais devido ao contingenciamento e aos cortes nos orçamentos, que feriram o princípio constitucional da autonomia universitária, artigo 207 da CF/88 (FASUBRA, 2019). A FASUBRA sindical conta com mais de 40 anos de luta em defesa da educação pública e gratuita, da democracia e da autonomia universitária. As declarações inverídicas transmitidas à sociedade, por meio do ministro da educação, como a de que os laboratórios de química estariam desenvolvendo drogas sintéticas, como a metanfentamina, motivaram a Federação a tomar medidas jurídicas contra as informações veiculadas (FASUBRA, 2019). Mas, mesmo assim, o Ministro da Educação Weintraub, aproveitando-se do foco da mídia pela crise do novo coronavírus e pelo ataque do governo ao STF, realizou nova investida contra a educação universitária encaminhando o projeto *Future-se* ao Congresso, conforme despacho nº 302 do Presidente da República publicado no Diário Oficial do dia 26 de maio de 2020 (ESQUERDA DIÁRIO, 2020).

### 2.3 MODELO ANALÍTICO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Em determinado enquadramento social e político, o dispositivo da participação possibilita o conhecimento das decisões e o senso crítico no campo da Administração (SABUCEDO, 1996). A partir do indivíduo e de sua intenção, o processo de participação política demonstra a disposição e o engajamento em assuntos subjetivos (SABUCEDO, 1996). Conforme Sabucedo (1996) “(...) o comportamento que estes, seja por ação ou omissão, tratem de incidir ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sociopolítica”.

O Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas, de Sandoval (2001), foi inspirado no conceito de consciência operária de Touraine (1966), quando ele estabeleceu três dimensões da consciência, na seguinte distinção: identidade (identificação de classe), oposição (relação do indivíduo e a classe) e totalidade (percepção acerca da totalidade social). Sandoval (2001) acrescentou ao modelo de Touraine, no entanto, a predisposição para a intervenção (o indivíduo agindo em ações de defesa aos interesses).

Desse modo, Sandoval (2001) define como consciência política um construto de dimensões psicossociais inter-relacionadas que expressam significações atribuídas aos acontecimentos e às interações que orientariam os indivíduos em suas decisões e ações dentro de contextos políticos específicos. Esse conjunto de significados leva em consideração elementos históricos, políticos e econômicos, o que faz com que a imagem de uma realidade social seja

apreendida pelo indivíduo e representada por ele de maneiras diferentes ao longo do tempo (SANDOVAL, 1994). Assim, o processo de consciência política está em constante mudança e se reorganiza em cada experiência vivida.

Os fatores que podem conduzir os indivíduos a participarem de ações coletivas são: a solidariedade entre os participantes do coletivo; a coletividade e os agrupamentos; a coesão do grupo e os repertórios de ações coletivas (SANDOVAL, 1994); a compreensão das informações políticas, que influenciam na participação (FONT, 2007); além da possibilidade de conhecer pessoas (CAYRES, 2009). Os fatores de não participação em ações coletivas podem ser: a incompreensão dos processos, a inconstância na participação, o envolvimento em processos fatigantes e a falta de disponibilidade de tempo livre (FUENTE, 2010).

O Modelo é composto por sete dimensões, a saber: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; sentimentos de interesses coletivos e antagônicos; eficácia política; sentimento de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente; e metas e ações do movimento social. Para o autor, a realidade psico-sócio-histórica pode ser expressa em categorias que são entendidas como “(...) intimamente relacionado ao engajamento do comportamento social em busca de autointeresse e interesse de classe” (SANDOVAL, 1994, p. 12). Palassi (2011) aponta que as categorias do modelo são constituídas visando captar também sentimentos. Essas dimensões possibilitam observar as bases e estruturas das relações sociais que afetam o engajamento e a defesa dos interesses.

Sandoval (1989, 2001) baseou-se em autores como Tilly (1978), Moore (1987) Allan Touraine (1966), Klandermans (1992), Moscovici (1985), Tajfel (1981), Melucci (1996) e Heller (1972).

Acerca do modelo, Sandoval (2001) afirma:

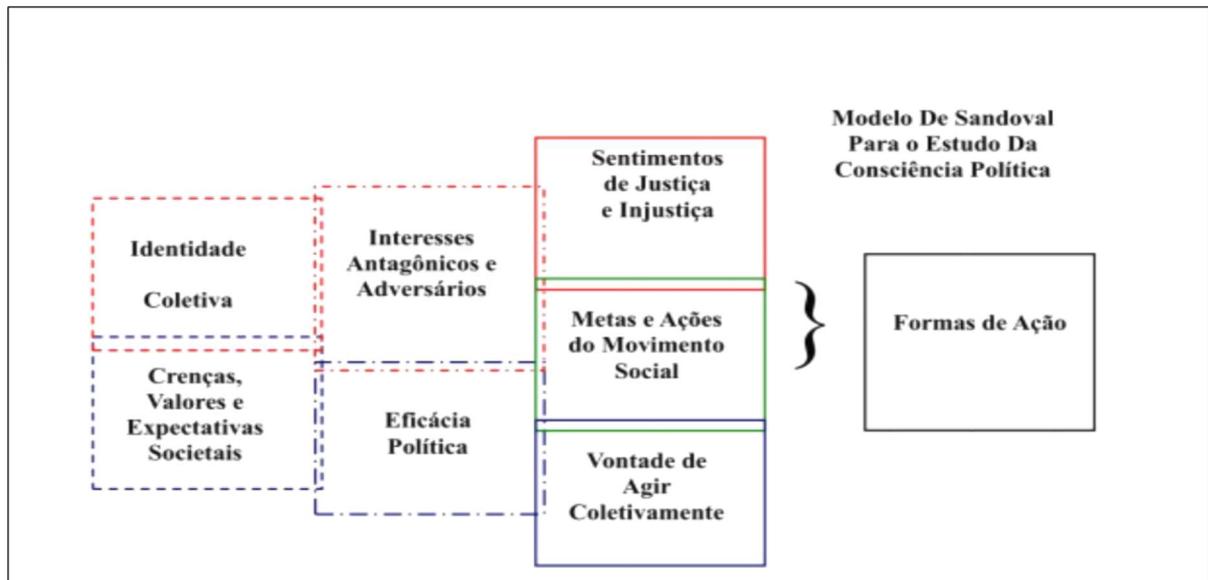
(...) representa as muitas dimensões sociais e psicológicas que constituem uma percepção política da sociedade pelo indivíduo e dele mesmo enquanto membro daquela sociedade, representando conseqüentemente sua disposição para agir de acordo com sua percepção (SANDOVAL, 2001, p. 185).

Conforme o modelo de consciência política de Sandoval (2001), é possível analisar não somente a mobilização, mas a desmobilização, tanto individual quanto coletiva (SANDOVAL; SILVA, 2016). Nesse sentido, o complexo conjunto de informações, dimensionado pelas características sociais e psicológicas, reproduz as emoções e os significados relacionados com cada decisão tomada pelos indivíduos no percurso de suas ações realizadas no contexto político (Figura 1).

O processo de participação política retratado por Sandoval (2001) articula-se com o seguinte entendimento:

(...) várias dimensões sociopsicológicas que constituem a consciência política de um indivíduo sobre a sociedade e sobre si mesmo/mesma como um membro dessa sociedade e, conseqüentemente, representa sua disposição em agir de acordo com tal consciência. Por consciência política nós entendemos uma composição de dimensões sociopsicológicas de significados e informações inter-relacionais que permitem indivíduos tomar decisões quanto ao melhor curso de ações em contextos e situações políticas específicas (SANDOVAL, 2001, p. 185).

**Figura 1 - Modelo Analítico de Consciência Política para compreensão da Participação em Ações Coletivas**



**Fonte:** Sandoval (2001, p. 186, tradução nossa).

A dimensão *identidade coletiva* é baseada no conceito de identidade coletiva de Melucci (1995). Constitui-se na teoria psicossocial da ação coletiva, em que o sentimento de pertencimento do indivíduo ou a identificação com um ou mais grupos sociais representava um dos fatores explicativos de mobilização. À medida que se relacionam, os indivíduos se comunicam e produzem significados, passam a se reconhecerem em comunhão e, assim, tomarem decisões. Desse modo, a identidade coletiva se configura como um processo em contínua transformação. É importante salientar sobre essa dimensão cuja identidade coletiva, conforme Sandoval (2001) e Palassi (2011) apontam, se faz como um ponto de partida da consciência política, pois se estabelece como base no processo de inserção participativa de indivíduos.

Para Sandoval (2001, p. 187), essa dimensão é "(...) o modo como os indivíduos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimento de solidariedade e pertencimento para um ator coletivo", por representar os sentimentos de pertencimento ou a identificação que o indivíduo possui quanto às questões do grupo social. Os interesses comuns são compartilhados entre as pessoas, fazendo despertar sentimentos de coesão social, levando-

as à mobilização e à reivindicação coletiva (PALASSI; MARTINS; PAULA, 2016; ANSARA, 2008; SANDOVAL, 2001). Para Souza (2012), o fato de existir a identificação com um grupo é muito importante, pois o sentimento de pertencimento fortalece a confiança no grupo e o comprometimento de sua parte.

A dimensão *crenças, valores e expectativas sociais*, segundo Souza (2012), refere-se ao modo como o indivíduo percebe a realidade e dela faz parte ou se relaciona na sociedade ou no meio em que vive, constituindo a visão de mundos dos sujeitos e a construção da ideologia política. Dessa forma, o indivíduo interpreta a realidade a qual faz parte, ou seja, se estabelece em relação à sociedade em que ele vive. É a representação do social, em que o indivíduo gera sua concepção da sociedade e se baseia na forma como ele a entende e define (SANDOVAL, 2001).

Agnes Heller (1972), em *Cotidiano e História*, considerando questões ligadas à rotina da vida, exprimiu que possuímos um registro no universo das atividades cotidianas. Assim afirmou que:

(...) os grandes eventos não cotidianos da história emergem da vida cotidiana e eventualmente retornam para transformá-la. A vida rotineira é a vida do indivíduo integral, o que equivale a dizer que dela participa com todas as facetas de sua individualidade. Nela são empregados todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades para manipular o mundo objetivo, sentimentos, paixões, ideias e crenças (HELLER, 1972, p. 71).

Heller (2001) afirma que o cotidiano naturaliza a orientação do senso comum. E Sandoval (1994) esclarece sobre as formas de pensar utilitarista e pragmática que, de maneira não racional, leva o indivíduo a pensar superficialmente.

Assim, como aponta Sandoval (2001), a representação do social, por meio da qual o indivíduo constrói sua concepção sobre a sociedade em que vive, é baseada em como ele a entende e a define. É por esta lente que guia e pratica seus cotidianos (SANDOVAL, 2001). Sandoval e Silva (2016) afirmam: “Assim, entendemos que o universo simbólico construído socialmente pelo sujeito [...] tem suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence [...]” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 36).

Outra dimensão é a dos *interesses antagônicos e adversários*. Aqui, busca-se compreender como o sentimento do indivíduo com relação aos seus interesses materiais ou simbólicos se opõe aos interesses de outros grupos, e de que maneira essa concepção de oposição leva a uma concepção de adversários coletivos na sociedade. Na visão de Silva (2007), essa dimensão insere a relação entre o indivíduo e a estrutura social, uma vez que produz múltiplos significados e, inclusive, pode explicitar os pontos que constituem a sociedade. Para Sandoval

(2001), sem essa noção de adversário visível, torna-se difícil a mobilização de indivíduos na sistematização de ações contrárias ou a favor de determinados objetivos.

A dimensão *eficácia política* busca compreender a capacidade de interferência do indivíduo em uma determinada situação política. O autor apoia-se na Teoria de Hewstone (1989), na qual o nexo de causalidade é interpretado em três eixos: os eventos das forças transcendentais e naturais, que produzem a impotência; a procura por soluções individuais para problemas de causa social; o indivíduo buscando com o grupo soluções para aflições que atingem o indivíduo. Desse modo, determinadas situações colocarão à prova o sentimento de eficácia política individual ou coletiva. Certos eventos podem alimentar uma necessidade de interferência coletiva, resultado de uma frustração de eficácia individual. Podem também gerar angústias pela não realização de determinada ação, criando um sentimento de insucesso e de irrelevância na manutenção de alguma mudança (SANDOVAL, 2001; SILVA, 2007).

Os conflitos e a sensação de ineficiência política podem ser vistos como um efeito de submissão e conformidade que, em geral, produzem poucas respostas. Por sinal, nessa dimensão as ações praticadas pelas pessoas, tanto individual quanto coletivamente, contribuem para uma participação dos indivíduos nos processos políticos. Segundo Reck (2005), os indivíduos atribuem aos eventos e interações de suas vidas a diferentes modalidades de consciência e, segundo as organizações históricas e com a percepção da realidade social, desenvolvem possíveis análises sistemáticas.

A dimensão dos *sentimentos de justiça e injustiça* expressa de que modo os sentimentos de reciprocidade social são percebidos pelos sujeitos. A base conceitual dessa dimensão provém do conceito de justiça social de Moore (1987), na qual o sentimento de concordância está entre as obrigações e as recompensas. Assim, quando o indivíduo percebe a falta do equilíbrio entre as relações, uma das partes das relações se volta contra seus interesses e passa a ser entendido como injustiça.

Entende-se que os sentimentos de justiça se referem aos sentimentos de reciprocidade social, já os sentimentos de injustiça se referem à violação e são mais comuns entre integrantes de movimentos sociais. “Ainda nessa dimensão, os sentimentos de reciprocidade entre recompensas e obrigações tendem a ocorrer em desequilíbrio por causa dos processos sócio-históricos” (PALASSI, 2011, p. 140). Esse processo gera um descontentamento coletivo que, por meio de protestos ou manifestações, são apresentados como situação de injustiça. Nesses processos de construção social e histórica, parte dos critérios medem as percepções da reciprocidade e, conjuntamente, os sentimentos de injustiça são determinados no decorrer da história (SANDOVAL, 2001). Quando a reciprocidade social é violada coletivamente, pode

gerar o descontentamento social e, como consequência, manifestações e protestos (SILVA, 2009). Com isso, os sujeitos realizam uma espécie de balanço entre os objetivos do movimento e seus interesses, sendo feitas análises das metas e ações do movimento.

Segundo Ansara (2008), existem grupos, indivíduos, instituições e estruturas de governo que são responsáveis pelas situações de injustiça. Os sentimentos pessoais são construídos socioculturalmente e a ruptura dos vínculos gera no sujeito o sentimento de injustiça, tanto o descontentamento político quanto a mobilização das pessoas com a ação coletiva. Ansara (2008) retrata o sentimento de injustiça como propulsor de ações coletivas.

Na dimensão *vontade de agir coletivamente*, Sandoval (2001) apoia-se em Klandermans (1992), que considera três aspectos que condicionam a participação coletiva. O primeiro se refere a custos e benefícios de laços interpessoais e de lealdade, como resultados da participação ou não. O outro se refere a ganhos e perdas de benefícios materiais relativos à participação em um movimento. O terceiro, aos riscos físicos do engajamento em ações coletivas. Assim, essa dimensão capta a predisposição do sujeito em participar de determinada ação coletiva, levando em conta aspectos pragmáticos baseados em uma percepção racional do indivíduo dotado de capacidade analítica.

Sandoval (2001) destaca ainda a capacidade de analisar e decidir, mediante fatores que podem motivar ou não a participação em ações e movimentos sociais. As decisões, segundo o autor, cabem ao indivíduo à percepção das informações e significados do modelo proposto. Os teóricos Klandermans (1984) e Olson (1965) estudam as determinantes da participação coletiva. Sandoval e Silva (2016) retratam: “as decisões que os sujeitos tomam, individual ou coletivamente, relativas à sua participação em um movimento social, são frutos de escolhas informadas e significadas que influenciam a participação e o compromisso dos sujeitos com o movimento social” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 44).

E, conforme Reck (2005), quando o indivíduo escolhe participar das instâncias organizacionais de trabalhadores, de forma inconsciente ou consciente, neste momento o poder atuante da liderança perpassa também para o participante sofrendo uma redefinição.

Na dimensão *metas e ações do movimento social*, remete-se à compreensão das formas de atuação nas ações coletivas. Reporta-se ao grau de correspondência percebida pelos sujeitos entre os objetivos do movimento, relacionados à base teórica do movimento, ideais, propostas etc., com o que, de fato, é realizado pela ação coletiva. Os participantes percebem a correspondência entre objetivos do movimento, estratégias de atuação, injustiça e eficácia política que as ações coletivas efetuam. É o resgate e a soma das outras dimensões quando confrontam os interesses dos sujeitos e objetivos do momento (AZEVEDO, 2012).

Para compreender o funcionamento da participação e das decisões de agir coletivamente, é necessário que antes sejam considerados os sentimentos dos sujeitos e a consciência política dos indivíduos, para, posteriormente, haver uma reflexão dos atores envolvidos. A partir dessa compreensão é que a formação da participação e as decisões coletivas promovem uma consciência social-crítica e rompe com o cotidiano.

Essas dimensões constroem em conjunto o ator político na sociedade e suas relações de forma dinâmica, com possíveis relações (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016). Nesse sentido, as dimensões articulam-se e constituem o modelo, de forma dinâmica e não linear, revelam categorias analíticas psicossociais e experiências entre elas, sem hierarquização.

A consciência possui representação na formação de costumes e hábitos que direcionam o discurso e a ideologia (ANSARA, 2008). Essa interligação da cognição e do cultural do sujeito e suas concepções são construídas sobre ideologia, símbolos, códigos culturais e instituições. Para Sandoval (1994) e Costa (2007), as concepções de momentos políticos, econômicos e históricos são parte da realidade, que durante o percurso do tempo são assimiladas.

Conforme Sandoval e Silva (2016), as articulações teóricas que envolvem o modelo analítico decorrem das reflexões dos diversos autores, como Tilly (1978), que trata de movimentos sociais e ações coletivas; William Gamson (1992), que retrata formas de participação e consciência política; Touraine (1966), que analisa a consciência operária e identidade; e Moore (1987), que fala sobre justiça social.

Segundo Gamson (1992), a consciência utiliza de um componente ideológico do pensar e os *frames* (moldura) como responsáveis pelo pensamento de reivindicação. O autor afirma que esta relação do *eu* e *sociedade* contam com aspectos micro e macrosociais. Para Klandermans (1997) e Mansbridge (2001), os *frames* de protestos ou oposição foram acrescidos do conceito de identidade de grupo e ambos explicam sobre o *ex post facto* ao engajamento. Para Goffman (1986, 2006), o termo *frame* foi definido como “esquemas de interpretação”, ou seja, trabalhos de Goffman possibilitam compreender o significado de eventos e organizar a experiência como guia para a ação (ROSA; MENDONÇA, 2011).

Com a internalização de valores nas instituições, como crenças e valores formados social e culturalmente, é que cada sujeito se relaciona na sua individualidade e coletividade. A dinâmica do sujeito na sociedade produz uma resposta para o meio no qual está inserido, isso faz com que forme seus símbolos e conhecimentos, fazendo de sua vivência e do diálogo consigo mesmo parte dessa formação (SILVA, 2002, 2001). Nessa dinâmica de processos, aspectos psicossociais do sujeito com esse amplo mundo, forma-se a consciência. Segundo Costa (2007, p. 87), “(...) é preciso ter espírito de grupo, é preciso se perceber como coletivo”.

Isso demonstra um componente importante na integração dos indivíduos no movimento para formação da identidade coletiva.

Para Sandoval (1994), a consciência política pode se apresentar em diferentes modalidades, como seguem:

(...) quatro modalidades de consciência política parecem prevalecer entre segmentos significativos da população urbana brasileira, as quais servem para ilustrar a complexidade da formação de uma consciência de cidadania democrática entre indivíduos que vivenciaram o seu cotidiano e suas experiências institucionais (SANDOVAL, 1994, p. 69).

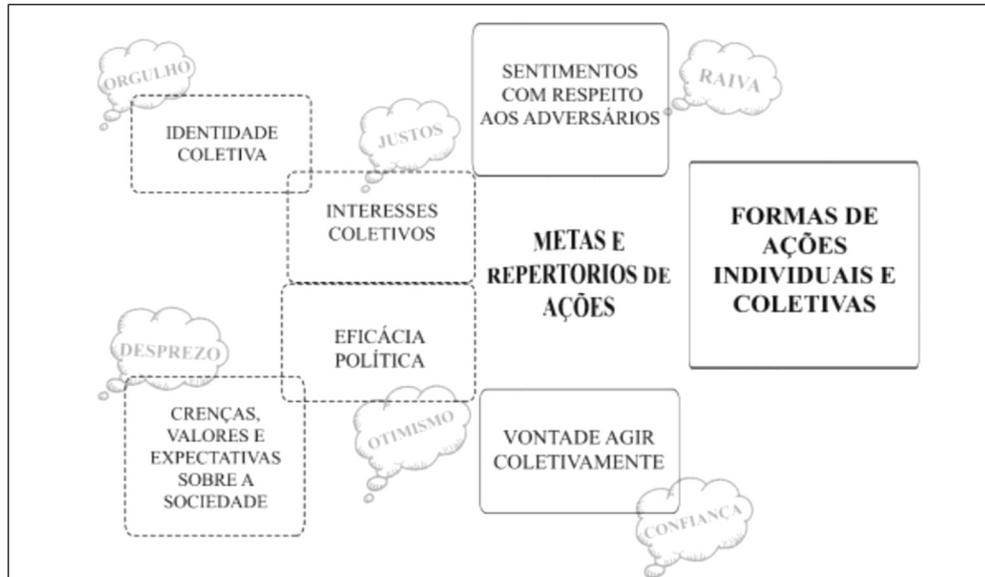
Assim, segundo Sandoval (1994), as modalidades seriam divididas em consciência de *senso comum*, constituída de aspectos da vida cotidiana e percepção social limitada pelo “universo da vida rotineira”. Segundo Sandoval, “isso equivale a dizer que a assimilação de padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vista políticos, modismos, etc. é feita geralmente de maneira não racional, não refletida” (SANDOVAL, 1994, p. 65); consciência *populista*, constituída pelos processos políticos predominantes na sociedade de regimes populistas, com figuras políticas, por meio dos mecanismos formais e informais ainda significativos na esfera individual ou de grupos, por meios das relações paternalistas; consciência de *conflito*, constituída pelo reconhecimento da sociedade por estratificação e diferentes interesses sociais das classes, a forma de organização de grupos e orientação por temas e agendas mediadas por conflitos no estado democrático; e, a última, consciência *revolucionária/crítica* em que os indivíduos sentem a necessidade da reorganização macroestrutural e profunda no poder, mediante reorganização de ações coletivas de classe.

A contribuição desse autor se torna fundamental para a compreensão dos fenômenos em que o pensamento do indivíduo e o pensamento coletivo perpassam dimensões entendidas por crenças coletivas e identidade, sentimento de justiça, interesses, metas de ação e vontade de agir conjuntamente quanto à ação individual e coletiva extraída da característica da participação política. Seguindo esse modelo, vê-se que o processo psico-sócio-histórico, de inserção ou não nas ações, pode ser apresentado pelos indivíduos da pesquisa de forma diversa, pois a realidade é complexa para cada sujeito (SILVA, 2002).

Devido à necessidade de considerar e analisar o papel das emoções envoltas no contexto da consciência das pessoas e no contexto social, Sandoval (2005) preconizou a reformulação do Modelo que, devido à importância de contextualização, inseriu as emoções e os sentimentos nas dimensões constitutivas. Com base nesse pressuposto, as emoções possuem um papel-chave na formação da consciência política, conforme ilustrações na Figura 2 (SANDOVAL; SILVA, 2016). O Modelo preceitua o diálogo interdisciplinar com aplicação nos processos de mobilização e desmobilização política em ações coletivas e movimentos sociais (SANDOVAL; SILVA, 2016; HUR; SABUCEDO, 2018). Essa articulação compreende diferentes dimensões

de compreensão do fenômeno do engajamento na participação política sob as teorias de identidade.

**Figura 2 - Modelo Analítico de Consciência Política (Atualizado)**



**Fonte:** Sandoval e Silva (2016, p. 48)

Como é possível observar na Figura 2, Sandoval e Silva (2016) eliminam do modelo a dimensão *sentimento de justiça e injustiça*. Essa alteração não diminui a importância da análise desse sentimento na conjuntura da participação política. Muito pelo contrário, os sentimentos de justiça e injustiça compõem o conjunto de emoções que trazem significado a todo o conjunto de dimensões do modelo. Os *sentimentos emotivos* presentes no modelo reformulado integram as dimensões da consciência política dos indivíduos.

Esses sentimentos são apontados da seguinte forma:

- Relacionamento do significado e importância do passado das pessoas e suas experiências;
- Processo de conscientização, que seleciona as causas e retém as emoções de eventos, experiências e pessoas do passado;
- A sociabilidade, que impacta as pessoas e as conduzem ao desejo ou não de se agregarem e se agruparem em torno do evento;
- A ação individual ou coletiva, que impacta na disposição do indivíduo, relacionando experiências anteriores e envolvendo conteúdos, pessoas ou eventos impactantes.

Sandoval e Silva (2016) pressupõem que as emoções possuem um "(...) papel funcional e chave na formação da consciência política" (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 46). Eles argumentam que os sentimentos emotivos são importantes e impactam sobre os outros sentimentos. Essa atribuição é um significado, ato ou fato emotivo, tanto valorizado

positivamente quanto negativamente. O sentimento não permanece neutro e nem a intensidade do sentimento emotivo. Por isso, os autores percebem que as emoções são resultantes das experiências vividas pelos indivíduos e recuperadas na memória.

Ao realizar o levantamento da literatura sobre a consciência política e a participação em ações coletivas, nota-se uma lacuna nos estudos sobre a participação dos servidores públicos em sindicatos. Sendo assim, este estudo aborda a relevância da predisposição à participação e da consciência política de servidores técnico-administrativos em educação, das bibliotecas universitárias, nas ações coletivas promovidas pelo sindicato, podendo esclarecer sobre a importância dos processos de luta em defesa dos direitos desses servidores.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo visa descrever a estrutura do percurso metodológico adotado para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para esta pesquisa. Este percurso consiste no tópico da *fonte de dados* da revisão bibliográfica, da *abordagem metodológica*, dos *sujeitos da pesquisa*, da *produção de dados* *análise dos dados* e do *perfil dos entrevistados*.

Quanto à finalidade, a caracterização da pesquisa configura-se como exploratória e descritiva. Conforme Vergara (2011, p. 42), a pesquisa exploratória “(...) é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Os objetivos propostos tendem a responder o problema da pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa. Essa proposta metodológica se dá pela necessidade de um estudo exploratório (CRESSWELL, 2007) e do aprofundamento do conhecimento sobre a consciência política dentro da configuração do campo social, marcado por ações coletivas promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo, visto que a representação dos trabalhadores é realizada por essa organização.

Ainda segundo Vergara (2011, p. 42), a pesquisa descritiva: “(...) expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Esse perfil se evidencia neste estudo por buscar a compreensão do fenômeno da consciência política e a predisposição para a participação dos servidores no relacionamento e no desenvolvimento de ações que buscam melhorias para essa categoria.

#### 3.1 FONTES DE DADOS

A realização da pesquisa se justifica após levantamento de estudos sobre o tema escolhido, publicados de 2008 até 2019, nas bases de dados disponíveis da área das Ciências Sociais. Posteriormente, em segunda busca, dessa vez sem delimitar um período, o levantamento foi realizado em literatura disponível, nacional e internacional.

Durante o levantamento de dados, o tema escolhido para a pesquisa foi servidores públicos, em geral. Em estrito, servidores técnico-administrativos em educação do sistema federal de ensino superior. Sobre a participação e a consciência política, foram feitas buscas nos sites: Periódicos CAPES, *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), Google Acadêmico, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), *Scientific Periodical Eletronic Library* (SPELL).

Inicialmente, no portal da Biblioteca Nacional, no catálogo de autoridades, foram verificadas as palavras-chave que poderiam ser utilizadas nas pesquisas das bases de dados, sendo que a palavra-chave “participação” a que retornou o termo geral “participação dos empregados”; a palavra-chave “consciência política” retornou o termo geral “consciência de classe”; a

palavra-chave “sindicato” retornou o termo geral “sindicalismo”; a palavra-chave “ação coletiva” retornou o termo geral “interesses coletivos” e a palavra-chave “servidores públicos” remeteu ao termo geral “sindicatos – dirigentes e empregados” e, no inglês, “*trade – unions – employees*”. Para a realização das buscas, também foi estabelecido os operadores booleanos “E”, “AND” ou “+”, os quais são utilizados para concatenar as palavras-chave, de forma que o resultado apresentado seja a união dos termos pesquisados.

A busca foi efetuada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT, que permite acesso e visualização de teses e dissertações brasileiras de 115 instituições, em 425.104 dissertações, 153.326 teses e 578.428 documentos. Nos últimos 10 anos, foram produzidos somente 4 trabalhos com assuntos análogos, mas que não remeteram ao eixo principal da pesquisa.

No site de busca *Google Acadêmico* ou *Scholar Google*, que realiza buscas em instituições acadêmicas de ensino e pesquisa, obteve-se um total de 50 artigos retornados com alguns dos cinco descritores, nenhuma publicação correspondeu exatamente às palavras-chave de interesse nesta pesquisa.

No Portal Periódicos Capes, foram inseridos os seguintes descritores: “participação”, “consciência política”, “sindicato” e “ação”, durante o período entre 2008 a 2019, e também não houve retorno de artigos publicados, não atendendo a todos os critérios da pesquisa.

No *Scielo*, somente um artigo foi recuperado contendo alguns termos definidos, mas o assunto principal, de igual modo, não atendeu por completo à pesquisa. Na *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL) — revista periódica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) —, foram utilizados os mesmos termos-chave e não foi localizado nenhum trabalho publicado. Em todos os processos de busca, os descritores foram utilizados nos seguintes idiomas: português, espanhol e inglês, como medida de inclusão para a existência de publicação sobre o assunto internacionalmente.

O resultado das consultas foram 10 publicações que não se enquadram em todos os critérios e quesitos pré-estabelecidos: na Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (BDTD/ IBICT) (04), na Biblioteca Digital da USP de Teses e Dissertações (0), no *Scholar Google* (02), nos Periódicos CAPES (03), no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) (01), na *Scientific Eletronic Library Online* (0), em *Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades* (0) e na *Scientific Periodics Eletronic Library* (0). Nas demais bases pesquisadas, não foram encontradas publicações com a temática proposta pela pesquisa.

A busca foi realizada também em diretórios de arquivos, por exemplo, no *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*, no qual não se obteve nenhum artigo recuperado com a temática

central. A principal lacuna para o trabalho ainda é a falta de produções acadêmicas que envolvam os termos: consciência política, participação, servidores públicos, ações e sindicato. No Brasil, mesmo que a organização do sindicato mantenha a luta pelos direitos dos trabalhadores, a historicidade da produção acadêmica não tem manifestado a sua importância.

Na literatura internacional, a base de dados pesquisada, *Directory of Open Access Journal – DOAJ*, com utilização das seguintes palavras-chave: *Political Conscience, Participation, Union, Public Servant e Collective Action* também não retornou nenhuma publicação.

**Quadro 5- Revisão bibliográfica de artigos recuperados similares**

<b>Fonte de pesquisa</b>	<b>Quantidade</b>
Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (BDTD/ IBICT)	4
Biblioteca Digital da USP de Teses e Dissertações	0
<i>Scholar Google</i>	2
Periódicos CAPES	3
Repositório de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)	1
<i>Scielo</i>	0
<i>Citas Latinoamericanas em Ciências Sociales y Humanidades</i>	0
<i>Institute of Education Sciences</i>	0
<i>Scientific Periodics Eletronic Library</i>	0
<i>Directory of Open Access Journals (DOAJ)</i>	0

**Fonte:** Apresentação dos resultados de busca – Atualizado em 02/10/2019 (próprio autor).

Os termos “consciência política” e “participação” são norteadores, porém não há nenhum estudo sobre consciência política e participação de servidores públicos lotados em bibliotecas que interajam com as ações do sindicato da categoria, temática foco deste estudo.

### 3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para o estudo da configuração da consciência política e da participação dos servidores das bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas em ações promovidas pelo sindicato de trabalhadores, a metodologia será a de natureza exploratória, qualitativa, norteadora de toda análise e discussão. Por ser de natureza qualitativa, o estudo possibilitou o entendimento dos indivíduos e do grupo com o contexto humano e social. Na abordagem metodológica, é importante compreender o significado do fenômeno, com base nas concepções dos indivíduos e por meio dos comportamentos compartilhados. Com base em Creswell (2007), a análise e interpretação de textos e imagens destacam que:

Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório. Isso significa que ainda não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população em estudo, e o pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado na ideia deles (CRESWELL, 2007, p. 46).

Ademais, segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 65), a pesquisa qualitativa parte do “(...) pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas”, e ainda que a “(...) realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial” revela o comportamento dos indivíduos em determinados contextos sociais.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, configurada como um estudo de caso, como uma exploração de sistema que envolverá coleta de dados em profundidade, no contexto de múltiplas fontes de informação, num sistema limitado com a definição de espaço e tempo (CRESWELL, 2007), em que os participantes poderão fornecer informações históricas. Segundo Triviños (1987, p. 133, grifo do autor), o estudo de caso “(...) é uma categoria de pesquisa, cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundadamente”. Por ser exploratória, permite ao pesquisador o conhecimento do fenômeno e dos limites de uma realidade específica (TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Godoy (1995), para as pesquisas com essas características — exploratória e descritiva — a abordagem qualitativa é a mais recomendada. Godoy (1995) afirma ainda que “(...) quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada” (GODOY, 1995, p. 63).

Por ser um estudo de caráter exploratório e descritivo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009), permite-se que o problema seja mais bem aproximado, de forma que os sujeitos participantes da pesquisa forneçam familiaridade e possibilitem uma classificação e descrição.

A pesquisa foi aceita e, posteriormente, aprovada pelo Comitê de Ética da UFES (Parecer Nº 25854819.0.0000.5542, de 19 de novembro de 2019), cujo parecer consta no Anexo J. Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), nº 510, de 7 de abril de 2016, e com a anuência da Direção da Biblioteca Central do SIB/UFES (APÊNDICE L), foi solicitado aos servidores das bibliotecas a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme apresentado no (APÊNDICE A), a fim de integrar esta pesquisa e cumprir com os procedimentos éticos para a realização dela junto ao Comitê de Ética da Universidade, apresentando também o Termo de Sigilo de Gravações (APÊNDICE M).

### 3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFES (SIB/UFES) é composto pela Biblioteca Central e nove unidades de informação, distribuídas nos seguintes *campi*:

- Goiabeiras: Biblioteca Central, Biblioteca Setorial de Artes, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), Biblioteca Setorial de Educação, Biblioteca Setorial Centro Tecnológico e Biblioteca Educação Física e Desportos;
- Maruípe: Biblioteca do Centro das Ciências da Saúde;
- Alegre: Biblioteca Centro de Ciências Agrárias (Alegre/ES);
- Jerônimo Monteiro: Biblioteca Setorial do Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Tecnológico (NEDTEC);
- São Mateus: Biblioteca do Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

Dessas 10 (dez) unidades, 4 (quatro) são externas e 6 (seis) são internas ao *campus* de Goiabeiras. Atualmente, conforme a Resolução nº 08/2014, a estrutura organizacional da UFES dispõe todas as unidades setoriais sendo subordinadas à Biblioteca Central.

Os servidores das bibliotecas da Universidade Federal (Quadro 7) que prestaram entrevistas são bibliotecários (nível E), assistentes de administração e técnico em audiovisual (nível D), sendo que todos os cargos atuam diretamente no atendimento aos docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e a toda comunidade em educação.

Os referidos servidores são os sujeitos da pesquisa, por compreendermos a importância deles nos *campi* da Universidade, e por entendermos que sua relação junto ao sindicato não se apresenta favorável, uma vez que tem muitos servidores que não são filiados ao sindicato. Dessa forma, considerando a definição de Vergara (2007, p. 50), de que o universo é um “conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto de estudo”, e de Cozby (2006, p. 145), de que o universo é composto “por todos os indivíduos de interesse para o pesquisador”, o convite foi dirigido aos trabalhadores das bibliotecas do SIB/UFES que compõem esse universo determinado, em virtude da coleta de dados pelo método da acessibilidade (COZBY, 2006).

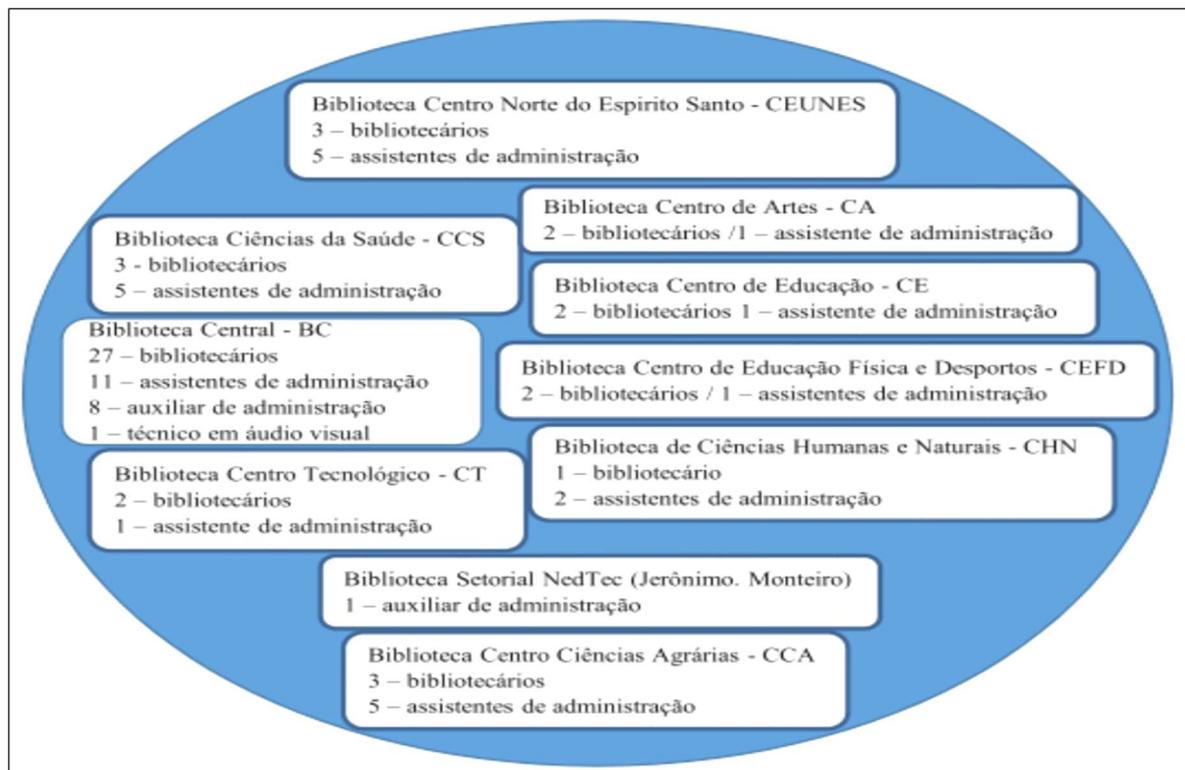
Como critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa, determinou-se que o servidor deveria ser lotado em uma das dez bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas SIB/UFES (Biblioteca Central, Biblioteca Setorial Alegre, Biblioteca Setorial São Mateus, Biblioteca Setorial de Educação, Biblioteca Setorial de Artes, Biblioteca Setorial CCHN, Biblioteca de Educação Física e Desportos, Biblioteca Setorial do Centro Tecnológico e Biblioteca Setorial das Ciências da Saúde), deveria ser filiado ao SINTUFES e ter demonstrado, naturalmente, o interesse em conceder entrevista ao pesquisador. Dos 88 servidores das bibliotecas do SIB/UFES, somente 18 mantinham filiação ao sindicato e, desses, 13 foram entrevistados.

Justifica-se a adoção desses critérios, pois a participação recorrente nessas reuniões tende a configurar um maior envolvimento com as ações desenvolvidas pelo sindicato. A escolha dos

entrevistados foi obtida mediante contatos entre servidores das bibliotecas do SIB/UFES, conforme a Figura 3, pela vivência no cotidiano do trabalho e pelos contatos sociais na busca de retratar o universo dos trabalhadores que atuam nas bibliotecas, os quais apresentam diferentes posicionamentos político-ideológicos.

As entrevistas foram realizadas no período de 04 a 17 de fevereiro de 2020, no local de trabalho de cada entrevistado, gravadas e transcritas mediante autorização dos sujeitos da pesquisa.

**Figura 3 – Representação da Bibliotecas do SIB/UFES**



FONTE: Produção do autor.

Ao verificar o Quadro 6, observa-se que somente uma entrevistada possui filiação partidária e o restante não possui vínculo partidário. Oito entrevistados possuem histórico de participação em alguma organização e ainda informaram que contribuíram com atividades sociais ou administrativas, tendo características e experiências participativas. Outra consideração do grupo de entrevistados é a divisão: 7 mulheres e 6 homens, sendo que 7 entrevistados foram de bibliotecas setoriais e os outros 6 da Biblioteca Central.

**Quadro 6 – Perfil dos entrevistados da pesquisa**

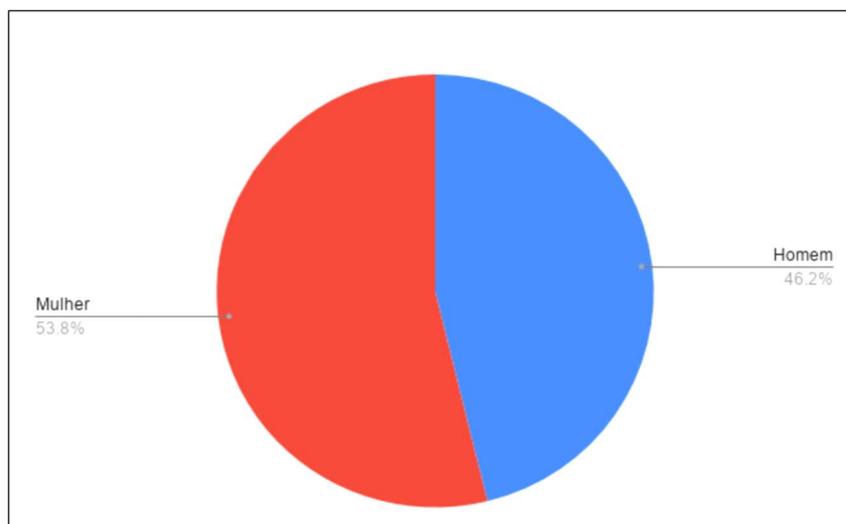
Nome fictício	Sexo	Idade	Tempo de UFES	Filiação Partidária	Participou de organização
S.R.N	F	42	13	Sim	Sindicato
Ilane	F	46	11	Não	Conselho Profissional
Helô	F	50	28	Não	Igreja – ajudar os outros
José	M	34	11	Não	Igreja – ajudar os outros
Regina	F	64	27	Não	Igreja – ajudar os outros
Drica	F	49	25	Não	Não – falta de tempo
Diego	M	31	1	Não	Não – falta de tempo
Alci	F	61	32	Não	Não – sem disposição
B.C.	M	34	6	Não	Não – sem disposição
Eduardo	M	57	36	Não	Não – sem oportunidade
Dinossauro	M	59	38	Não	Partido, Sindicato
Jô	F	38	11	Não	Sindicato
Odin	M	49	5	Não	Sindicato

**Fonte:** Dados da caracterização de entrevistas: codinomes, lotação e história de participação em organização.

Sendo assim, a contribuição para o contraponto dos resultados e análises possibilitou uma melhor compreensão da configuração da consciência política e da predisposição em participar de atividades também realizadas pelo sindicato.

Os gráficos a seguir ilustram as características dos sujeitos da pesquisa quanto ao gênero, faixa etária, lotação e escolaridade dos servidores. São 07 mulheres (53,8%) e 06 homens (46,2%) entrevistados, na faixa etária de 31 a 64 anos, de modo que 6 (seis) estavam lotados na Biblioteca Central, 1 (um) na Biblioteca Setorial Centro Norte do Espírito Santo, 2 (dois) na Biblioteca do Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2 (dois) na Biblioteca do Centro Ciências da Saúde, 1 (um) na Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias e 1 (um) na Biblioteca do Centro Tecnológico.

**Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados**



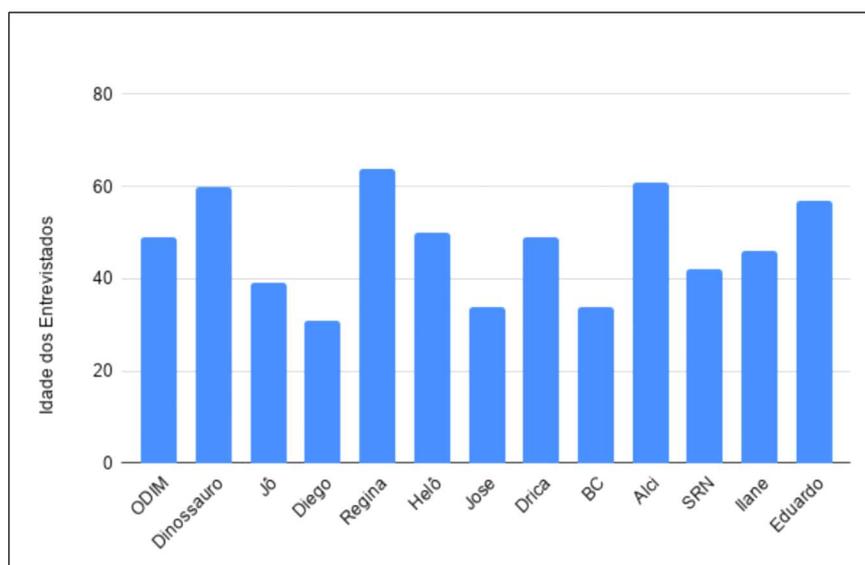
O SIB/UFES conta com 88 servidores ativos e, dentre eles, 50 são mulheres (56,8%) e 38 homens (43,1%). Ao comparar esse quantitativo com o número de filiados ao SINTUFES,

percebe-se uma inversão dessa proporção: dos 18 filiados, 66,7% são homens e 33,3%, mulheres. D'Oliveira e Camargo (2019), ao analisarem a participação feminina nos sindicatos, verificam que, ainda hoje, a participação política feminina encontra diversas barreiras para se concretizar e para alcançar igualdade na perspectiva de gênero. Segundo as autoras, nas relações de trabalho e participação nos sindicatos, as mulheres ainda sofrem com a dominação masculina, com o preconceito e com a discriminação, que geram críticas pelo espaço que ocupam, pela ausência no lar, por desejarem remuneração igualitária, entre outras.

Regina (2020), uma das entrevistadas, fala dessas barreiras na participação, que declara: "(...) tenho uma vida muito corrida. Muitos filhos, netos, família estudando, então, ir lá nas assembleias para ajudar a decidir, eu não consigo".

Apesar de não ser objetivo deste trabalho, analisar as relações de gênero no sindicato e destacar a heterogeneidade da amostra é demarcar as diferenças sociais implícitas na análise da participação política no SINTUFES pelos servidores do SIB/UFES, considerando que um dos objetivos específicos desta pesquisa é compreender a trajetória de participação dos servidores das bibliotecas e sua relação com a participação nas ações do sindicato. Portanto, analisar a amostra em sua heterogeneidade (07 mulheres e 06 homens) traz contribuições para que se possam transpor barreiras de discriminação e preconceitos com relação à participação feminina no SINTUFES.

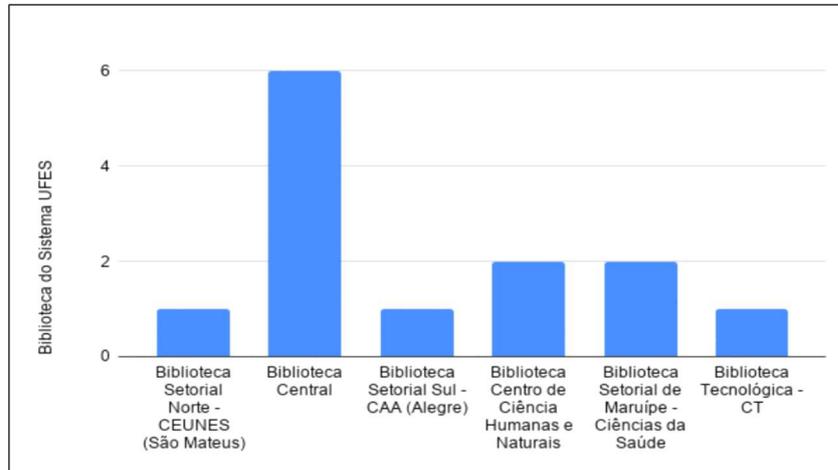
**Gráfico 2 - Faixa etária dos entrevistados**



Quanto à idade dos entrevistados, observa-se um grupo predominantemente jovem: 30,8% dos entrevistados com idades entre 30 e 39 anos e, com o mesmo percentual, estão os de 40 a 49 anos; os de 50 a 59 anos representam 23,5%; e apenas 15,4% estão com mais de 60 anos. Essa distribuição de idade apresenta linha de diferentes gerações dos entrevistados

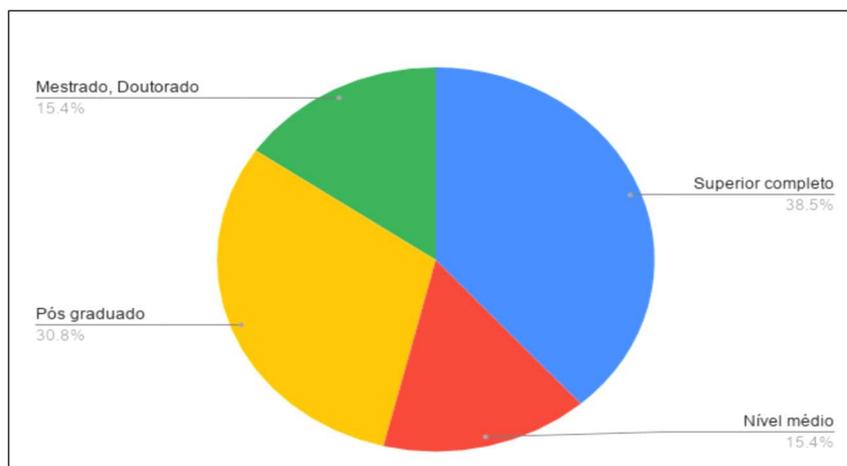
sindicalizados. A diversidade influencia na perspectiva da participação e luta sindical, já que há representação dos interesses pela categoria, com diferentes concepções, que variam conforme a faixa etária.

**Gráfico 3 - Quantidade de entrevistados por lotação**



Os entrevistados estão lotados em bibliotecas situadas em Goiabeiras (Biblioteca Central, Biblioteca do Centro de Ciências Humanas e Naturais e Biblioteca do Centro Tecnológico). E as bibliotecas fora do *campus* de Goiabeiras são: CEUNES (São Mateus), CCA (Alegre) e Biblioteca Setorial Centro de Ciências da Saúde (Maruípe).

**Gráfico 4 – Formação escolar por entrevistados**



Neste gráfico representativo dos entrevistados sobre o grau de escolarização, percebeu-se que há diferenças entre homens e mulheres. Dois homens possuem ensino médio, cinco possuem ensino superior, dois homens e duas mulheres possuem pós-graduação e duas mulheres possuem mestrado. Pelas informações da Secretaria do SINTUFES, poucos militantes possuem o título de mestrado, sendo considerado um “diferencial” no quadro de sindicalizados.

As entrevistas foram realizadas em ambiente aberto e sem interferência de chefia ou chamadas telefônicas, o que proporcionou melhor ambiente para cada entrevistado e utilização dos recursos tecnológicos para a gravação dos áudios, facilitando a transcrição e tratamento para a realização da análise dos dados conforme o tópico seguinte.

### 3.4 PRODUÇÃO DOS DADOS

Este trabalho utiliza duas técnicas de coleta de dados. Por ser relevante para o estudo, adotou-se, em primeiro passo, os instrumentos de produção, a partir da pesquisa documental exploratória (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009), que utilizou como fonte primária de dados as Atas Eletrônicas das reuniões (APÊNDICE G) e os Jornais do SINTUFES (APÊNDICE H), providos de dados das chamadas do sindicato aos trabalhadores, para ações promovidas entre os anos de 2014 a 2019.

A análise do material documental forneceu ao pesquisador a aproximação de dados, a fim de compor as perguntas a serem realizadas para os indivíduos, e, posteriormente, descritas de acordo com os objetivos da pesquisa apresentada (TRIVIÑOS, 1987). Dentre os documentos analisados estão o Regimento Interno da Biblioteca (Resolução 09/2002), a Resolução de Reestruturação Organizacional da Universidade (Resolução 08/2014), o Planejamento Estratégico do SIB/UFES (2015-2019), as Atas de Reuniões Ordinárias e Assembleias e os Jornais do SINTUFES. Esses documentos são importantes para descrever e caracterizar ações que permitem apresentar características do vínculo da participação dos servidores, bem como de demonstrar a conjuntura política do movimento sindical no Brasil, as ações jurídicas em favor dos servidores, as comissões de relacionamento dos servidores e a gestão universitária, os canais de comunicação no Facebook, as leis, as medidas provisórias apontadas e as atividades do sindicato. O conteúdo está planilhado nos apêndices (G) e (H), e apresenta ações que demonstram a participação dos servidores em relação às ações coletivas do SINTUFES. Esse conteúdo é apresentado no capítulo de resultados, conforme as dimensões da consciência política, ao descrevê-las com base nas entrevistas.

Em fevereiro de 2020, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas, de acordo com o roteiro de entrevistas pré-elaborado (APÊNDICE B). Conforme aceitação e posterior aprovação do Comitê de Ética da UFES (Parecer Nº 25854819.0.0000.5542, de 19 de novembro de 2019 – Anexo I), a aplicação do roteiro de entrevistas foi realizada aos servidores das bibliotecas com filiação ativa no SINTUFES, que se dispuseram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O procedimento para a produção de dados foi realizado por meio da abordagem qualitativa, que, além de possibilitar uma apresentação de “uma amostra do espectro dos pontos de vista”

dos sujeitos da pesquisa (GASKELL, 2002, p. 70), é mais adequada para a compreensão da temática.

O roteiro semiestruturado de entrevista possibilitou aprofundar o conhecimento sobre o tema, observadas a espontaneidade dos sujeitos entrevistados e a percepção e condução pelo pesquisador. A coleta de dados, realizada por meio desse instrumento, corresponde ao processo de preparação para a análise do conteúdo (BARDIN, 2011).

A entrevista foi gravada e transcrita como forma de fonte primária para análise do conteúdo, consentida pelos sujeitos. As categorias foram estruturadas *a priori* (baseadas nos objetivos da pesquisa) e definidas conforme as dimensões do Modelo de Analítico de Consciência Política, de Sandoval e Silva (2016), que são macrocategorias de análise. De posse dos dados, contendo os escritos e falas que envolvem as manifestações dos entrevistados, foram realizadas a interpretação e a categorização para análise do conteúdo de Bardin (2011). As dimensões não foram hierarquizadas, somente dispostas para que a forma de reflexão do sujeito fosse demonstrada pela ação individual ou coletiva (SILVA, 2007).

A realização da entrevista serve para a compreensão do contexto em que — segundo Bauer e Gaskell (2008, p. 65) — estão presentes “(...) crenças, atitudes, valores e motivações”, e para, assim, possibilitar a compreensão dos múltiplos significados dos sujeitos pelos discursos e pela construção social na configuração da consciência política e da participação ou não nas ações coletivas. No roteiro de entrevista, contêm-se perguntas relevantes, baseadas na literatura utilizada e nas dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), a fim de analisar como se configura a consciência política do indivíduo sobre sua participação.

Esse agrupamento possibilita a análise dos motivos que predispõem à participação nas mobilizações sindicais. Sendo assim, a interpretação dos dados e informações possibilita concluir o estudo, apresentando a capacidade de articulação do sindicato em promover a participação de todos os trabalhadores das bibliotecas da Universidade e indicando pistas de caminhos para a promoção de maior predisposição à participação de suas ações.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a transcrição das entrevistas, os dados foram submetidos à análise do conteúdo (BARDIN, 2011). Posteriormente, foram verificados segundo os indicadores estabelecidos *a priori*, a partir das dimensões do Modelo Analítico Teórico (SANDOVAL; SILVA, 2016), cujas categorias são as dimensões do Modelo Conceitual de Consciência Política, como identidade

coletiva; crenças, valores e expectativas sobre a sociedade; interesses coletivos; sentimentos com respeito aos adversários; eficácia política; vontade de agir coletivamente; metas e repertórios de ações. As respostas foram tabuladas no software *Excel* para categorizar em dimensões e, posteriormente, serem exportadas para o software *Word*, facilitando assim o processo de análise.

Conforme Bardin (2011, p. 48), a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) (BARDIN, 2011).

A identidade dos sujeitos da pesquisa foi mantida em sigilo, adotando-se um nome fictício escolhido por eles mesmos, mantendo-se, no entanto, a organização dos dados de cada entrevistado, conforme recomendação de Bardin (2011). A categorização das informações foi construída em segmentos de textos, de acordo com sua correspondência com as dimensões da Consciência Política de Sandoval. Sendo assim, a organização dos dados é fruto da confrontação com a literatura, do procedimento de análise e da representação na pesquisa.

A análise das entrevistas considerou elementos da comunicação verbal e não verbal, que ocorreram nos processos de oitiva dos participantes da pesquisa, pois, durante essa análise, o trabalho do pesquisador é compreender o sentido da fala, dos gestos e da comunicação do *corpus*. Essa compreensão do *corpus* não se restringe à comunicação da fala verbal, mas também dos aspectos históricos, políticos, sociológicos, psicológicos, dentre outros (BARDIN, 2011). Ressalta-se que a Ficha de Transcrição das Entrevistas encontra-se no APÊNDICE E deste trabalho.

As transcrições foram realizadas com gravação em mídia digital, na íntegra, por uma profissional gabaritada e com experiência. As informações coletadas foram arquivadas e serão preservadas por um prazo de 5 (cinco) anos, com intuito de resguardá-las, caso haja necessidade de novas consultas.

Segundo a definição de Triviños (1987), a investigação aplicada nesse método se apoia em casos individuais e experiências subjetivas. A análise situacional (referente aos eventos específicos) possibilita obter, por exemplo, informações dos entrevistados. Dessa forma, o registro e a captação da subjetividade permitem, segundo Bardin (2011), estudar as informações geradas no contexto da obtenção da coleta de dados, organizadas em dimensões. Assim, ao interpretar os resultados, adotou-se a revisão de literatura sobre a participação em paralelo das dimensões da Consciência Política.

## 4 RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa documental sobre o SINTUFES, o formato das Atas e do Jornal do SINTUFES e a análise concomitante das ações registradas e publicadas. Num segundo momento, são expostos o histórico de participação dos entrevistados e as entrevistas relacionadas às dimensões do Modelo De Análise De Consciência Política proposto por Sandoval e Silva (2016).

### 4.1 SINTUFES

No ano de 1977, o movimento sindical dos técnicos-administrativos da UFES, em plena ditadura militar, empreendeu várias mobilizações e lutas pela redemocratização do país, por melhorias salariais e condições de trabalho (SINTUFES, 2020). Em 1982, o movimento de greve se tornou mais intenso, com a participação de praticamente todos os trabalhadores da UFES (SINTUFES, 2020). A Associação dos Servidores da UFES (ASUFES), uma entidade que esteve ligada ao regime político da época, permaneceu omissa, gerando questionamentos por parte dos trabalhadores. Nesse contexto, foi criada a Associação de Funcionários da UFES (ASUFES), cujo objetivo foi a conscientização do trabalho e a luta pelos interesses da categoria. Essa mobilização de conquista da direção da ASUFES mudou o perfil de assistencialista para sindicalista. Durante seis anos, as entidades continuaram unificadas, quando, no I Congresso dos Funcionários da UFES, foi extinta a AFUFES, e a ASUFES ficou responsável pela representação dos trabalhadores da Universidade e também pelos servidores públicos. Em 1992, a ASUFES foi transformada em sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo (SINTUFES), que permitiu a ampliação de ações em prol dos trabalhadores e de toda a categoria (SINTUFES, 2020).

O SINTUFES teve o seu registro em 31 de julho de 1992, no final do II Congresso dos Funcionários da Universidade Federal do Espírito Santo (CONFUFES). Naquele dia, a ata da plenária final passou a ser o marco de organização dos trabalhadores. A transformação da ASUFES em sindicato ocorreu nessa ocasião, com estatuto próprio da entidade e respaldo do CONFUFES, colocando a ASUFES como instância máxima (SINTUFES, 2020).

O SINTUFES possui registro sindical, referente ao Processo de nº 46000.009620/1993-04 e à inscrição nº 27.419.910/0001-60 no CNPJ, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores da Universidade Federal, na base territorial do estado do Espírito Santo (ES). O SINTUFES possui 2 (dois) escritórios de atendimento, o do *campus* Goiabeiras (sede) e o do *campus* Maruípe. Em Alegre e São Mateus, o sindicato possui representantes que foram eleitos pelos próprios servidores, no entanto não possuem subsede (SINTUFES, 2019).

O SINTUFES agrega atualmente 704 sindicalizados ativos. Considerando que a UFES possui 1.451 TAEs, verifica-se, em 05/05/2020, que 48% deles são sindicalizados. O SINTUFES é uma organização de caráter classista, autônoma, democrática e de defesa dos interesses dos trabalhadores da UFES, com um legado histórico nessa categoria, na busca por condições de trabalho e qualidade de vida. O sindicato também defende o desenvolvimento sustentável com a proteção dos Direitos Humanos, no combate às injustiças sociais e à degradação do meio ambiente.

Como representante da categoria de trabalhadores, o SINTUFES se empenha para manter ações em movimentos sociais com direcionamento para uma sociedade mais igualitária, em defesa aos direitos individuais e coletivos, por meio de questões administrativas e judiciais. Para representar o sindicalizado diante de autoridades e organizações, o sindicato também propõe ações coletivas de características individuais, coletivas e de interesses difusos. Portanto, a organização sindical defende e representa a autonomia sindical diante de outras instituições e organizações, bem como partidos políticos, agremiações, instituições religiosas e Estado.

A atuação do SINTUFES como organização sindical recobre todo território nacional e internacional, mas necessita de aprovação da categoria, em assembleia, para que possa representá-la no cumprimento do objetivo específico e solidário da luta pelos interesses dos trabalhadores. Sua representação diante da categoria visa à garantia de autonomia e independência; inclusive, à manutenção da aprovação para que o SINTUFES esteja ligado à FASUBRA Sindical e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O sindicato possui um estatuto da estrutura organizacional e administrativa e tem suas definições de caráter não político ou apartidário. Com contribuição mensal, os sindicalizados, servidores ativos e inativos (aposentados) possuem benefícios, assim como seus dependentes.

A estrutura é composta por:

- I – Congresso – SINTUFES;
- II – Assembleia Geral;
- III – Diretoria Colegiada;
- IV – Comissão Sindical de Base;
- V – Conselho Fiscal.

O Estatuto do sindicato apresenta como finalidade ser uma entidade destinada aos filiados contribuintes e não contribuintes da classe técnica-administrativa em educação. Possui

patrimônio próprio, proveniente de contribuição dos filiados, tendo uma Diretoria Colegiada responsável pela administração das rendas, patrimônio e aplicações nos termos legais, auxílios, donativos e subvenções.

O SINTUFES pode realizar convênios, apregoar taxa administrativa, honorários advocatícios e gerenciar fundos de greve. Para isso, a gestão financeira fica a cargo da Comissão CONTUFES, sendo hierarquicamente subordinada à Assembleia Geral, que, por sua vez, é o órgão máximo de deliberação das decisões, sendo constituída por filiados que são eleitos com a competência de aprovação de contas, eleição de representantes em outras entidades sindicais e decisão de exclusão de filiados. Por meio da Assembleia Geral, pode-se aprovar, convocar e encaminhar decisão de organização de movimento de greve da categoria, inclusive, definir percentual acerca do fundo de greve.

Outro órgão da estrutura do SINTUFES é a Diretoria Colegiada dividida em coordenações, com poder executivo e político da entidade, composta por 18 coordenadores eleitos. Estão entre suas atribuições a administração e a execução das decisões deliberadas em Assembleias Gerais e no CONTUFES, de acordo com o estatuto do sindicato. São ainda atribuições da Diretoria Colegiada: apresentar e notificar mensalmente as demonstrações financeiras ao Conselho Fiscal, contratar serviço de pessoal e representar o sindicato em negociações e dissídios coletivos.

Outra parte da estrutura sindical é a Coordenação Geral que desempenha atividades administrativas de convocação, reuniões, coordenação de trabalhos de representação, lavratura de atas e despacho de ações na consolidação dos objetivos do sindicato. Unida à Coordenação de Administração e Finanças, tem o objetivo de direção e disposição da secretaria responsável por executar expedição de documentos relativos a reuniões da Diretoria Colegiada. Cabem também à fiscalização a expedição de documentação contábil e os balancetes mensais e anuais durante prestação de contas.

Há também a Coordenação de Formação e Política Sindical, responsável pelo planejamento e desenvolvimento da política de formação sindical, pela documentação e análise de experiências de lutas da instituição e pela garantia de construção de sua memória sindical. Essa coordenação é responsável por estabelecer convênios com outras entidades.

A Coordenação de Assuntos Jurídicos e Terceirizados tem a responsabilidade de acompanhar, supervisionar e assessorar juridicamente os filiados e manter a documentação arquivística das ações do sindicato ajuizadas na Justiça.

A Coordenação de Políticas Sociais é responsável pelas atividades com outras organizações, a fim de promover intercâmbio de informações. Essa responsabilidade inclui a elaboração e

implementação de políticas sociais de diversos setores: educação, alimentação, habitação, políticas antirracistas, de gênero, agrária e indígena.

Para a realização de estudos, elaboração, formação e divulgação de assuntos relativos à previdência, saúde e segurança, o SINTUFES conta com a Coordenação de Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador, que também compartilha com outras instituições profissionais o acompanhamento, coordenação e implantação de processos que envolvam ou causem problemas de saúde aos trabalhadores.

A existência da Coordenação de Imprensa e Divulgação de Cultura e Esporte se justifica pela necessidade de elaboração, registros e divulgação de impressos, como do Jornal do SINTUFES, dos boletins e das revistas de cunho do serviço público federal, que atendem tanto a comunidade interna de trabalhadores quanto a sociedade em geral. Além dos já citados, a referida coordenação também é responsável por outros materiais de divulgação, dentre eles as circulares para os filiados e a convocação de Assembleias Gerais. É importante destacar que é de sua responsabilidade também registrar, coletar e divulgar os materiais bibliográficos.

Por fim, a Coordenação de Assuntos de Aposentadoria tem a responsabilidade de realizar atividades com trabalhadores aposentados, o intercâmbio com outras organizações na defesa de políticas ligadas aos trabalhadores ativos e inativos, e a manutenção da informação das ações governamentais.

Cabe ao CONTUFES, além da fiscalização, a execução financeira, patrimonial e orçamentária, a fim de oferecer parecer anual da prestação de contas da Diretoria e oferecer a apreciação da Assembleia Geral. Sua composição é de 3 (três) titulares e outros 3 (três) suplentes para prestação de contas perante a Assembleia Geral até o fim do mandato de 3 (três) anos.

A Comissão Sindical de Base é um órgão consultivo composto pela Diretoria e Assembleia Geral, sendo formada pelos trabalhadores dos Centros e Departamentos da Universidade, a fim de executar a política sindical e zelar pela manutenção da categoria e sua atuação em qualquer assunto ligado ao interesse do sindicato. Essa comissão possui a competência de analisar o orçamento e os recursos contra os atos da Diretoria Colegiada, propondo o parecer da Assembleia Geral, a aquisição ou alienação, e acompanhando os processos de servidores no Conselho Superior da Universidade.

A UFES mantém no quadro funcional 3.204 servidores ativos: cargos de nível fundamental em processo de extinção, iniciada no Governo do atual Presidente Jair Bolsonaro, e cargos de ensino médio e superior, constantes no Quadro de Lotação dos Cargos de Técnico-

Administrativos em Educação – QLCTAE (Quadro - 5), citado nesse documento e instituído pelo Decreto nº 7.232, de 19/07/2010, publicado no D.O.U., de 20/07/2010 pelo Departamento de Gestão de Pessoas (PROGEP/UFES). Os quantitativos de cargos ocupados e vagos apresentados são referentes à situação existente no Sistema Integrado de Administração Pessoal (Siape), do dia 30/09/2019. Processos de nomeação ainda em tramitação podem não constar nos totais apresentados no quadro a seguir:

**Quadro 7 - Recursos Humanos da UFES por Situação Funcional**

<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL</b>	<b>TOTAL</b>
ANISTIADO	30
APOSENTADO	2097
ATIVO	3204
ATIVO TRANSITÓRIO	5
CARGO EM COMISSÃO	8
CEDIDO	53
CELETISTA	1
CONTRATO TEMPORÁRIO	93
ESTAGIÁRIO	80

**Fonte:** Departamento de Gestão de Pessoas – UFES – Atualizado em 05/05/2020.

Atualmente, conforme a Resolução Nº 08/2014, a estrutura organizacional da UFES dispõe todas as bibliotecas setoriais subordinadas à Biblioteca Central. No entanto, as bibliotecas setoriais dos *campi* de Alegre, São Mateus e Maruípe estão ligadas a Centros diferentes, conforme parâmetros estabelecidos pela Resolução. As demais unidades de informação, o funcionamento se dá no *campus* de Goiabeiras. A UFES, localizada na região sudeste do país, é composta de 3.204 servidores ativos, dos quais 1.742 são docentes, 11 professores ensino básico e tecnológico e 1.451 são Técnicos- Administrativos em Educação (TAEs). Cerca de 88 servidores estão lotados nas 10 (dez) bibliotecas do Sistema de Biblioteca da Universidade – SIB/UFES. De acordo com o SINTUFES, verifica-se no Quadro 6 que nos últimos 8 anos o número de filiação aumentou.

**Quadro 8 – Comparativo de sindicalizados no SINTUFES**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
2013	1485
2014	1516
2015	1547
2016	1591
2017	1601
2018	1631

2019	1658
2020	1674

**Fonte:** Secretaria Geral SINTUFES (Atualizado em 05/05/2020).

Até o ano de 2013 o número de filiações de novos sindicalizados no SINTUFES estava reduzido, devido às terceirizações, às questões econômicas, às políticas adotadas na tendência do Estado mínimo e dos efeitos do capitalismo ocorridas no Brasil. Segundo Colombi (2018), a maior taxa de sindicalização decorre também do ingresso de trabalhadores no mercado de trabalho.

Segundo o SINTUFES, os sindicalizados que trabalham no Sistema de Bibliotecas da UFES são poucos, e a maioria deles está lotada na Biblioteca Central, conforme o Quadro a seguir:

**Quadro 9 - Relação de bibliotecas, servidores e sindicalizados**

<b>Bibliotecas</b>	<b>Bibliotecários</b>	<b>Assistente de administração e técnico em audiovisual</b>	<b>Auxiliar de administração</b>	<b>Total</b>	<b>Sindicalizados</b>
Set. Ciências da Saúde	3	5	0	8	3
Setorial de Educação	2	1	0	3	0
Setorial do CCA – Alegre	3	5	0	8	1
Set. Centro Tecnológica	2	1	0	3	1
Bib. Setorial do CEUNES – São Mateus	3	5	0	8	2
Setorial de Artes	2	1	0	3	0
Setorial Ciências Humanas e Naturais	1	2	0	3	2
Setorial da Educação Física e Desportos	2	2	0	4	1
Biblioteca NedTec	0	1	1	1	0
Biblioteca Central	27	12	8	47	8
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>34</b>	<b>9</b>	<b>88</b>	<b>18</b>

**FONTE:** Resolução 08 de 2014, PROPLAN, SINTUFES (Atualizado em 30/01/2020).

O Sistema Integrado de Bibliotecas SIB/UFES é formado por nove bibliotecas: a Biblioteca Central, sendo a principal no *campus* Goiabeiras, juntamente com a Biblioteca Setorial de Artes, a Biblioteca setorial de Ciências Humanas e Naturais, a Biblioteca Setorial da Educação e a Biblioteca do Centro de Educação Física e Desportos. Em outros *campi*, estão a Biblioteca do Centro das Ciências e da Saúde (em Maruípe), a Biblioteca do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (em São Mateus), a Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias (CCA), que conta com um espaço extensivo, denominado Biblioteca do Núcleo de Estudos e Tecnologia, NedTec (em Jerônimo Monteiro). Foram entrevistados servidores filiados ao SINTUFES em 70% das bibliotecas do SIB/UFES, pois não foi possível entrevistar servidores das bibliotecas

Setorial de Artes, Setorial do Centro de Educação Física e Desportos e do Setorial do Centro de Educação, pois os que atendiam aos pré-requisitos para participação na pesquisa aposentaram-se no início do ano de 2020 ou não aceitaram participar.

#### 4.2 O FORMATO DAS ATAS DO SINTUFES

O SINTUFES realiza, periodicamente, reuniões em suas estruturas: Goiabeiras (sede), no *campus* do Hospital das Clínicas de Maruípe (subsede em Vitória), com menos frequência, no *campus* do Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES (subsede em São Mateus) e no *campus* do Centro de Ciências Agrárias – CCA (subsede em Alegre). Nessas reuniões, são confeccionadas Atas para registrar os fatos, documentos enviados e recebidos, análise de conjuntura e a parte suplementar que aponta os debates e as proposições das ações desenvolvidas.

Cada Ata contém os principais pontos das reuniões, conforme o Anexo G, e apresenta: cabeçalho, contendo data e local da reunião, quantidade de pessoas presentes, pauta principal da convocação, análise da conjuntura política, informes da categoria, deliberações e decisões tomadas. A Ata de reunião ainda pode conter uma parte chamada suplementar que, segundo informação da Secretaria do SINTUFES, são documentos, propostas apresentadas, posteriormente, e que podem gerar alguma ação futura do sindicato e de seus associados.

#### 4.3 O FORMATO DO JORNAL DO SINTUFES

O Jornal do SINTUFES é produzido após as demandas das reuniões do sindicato, apresentando no seu corpo informações sobre as reuniões realizadas, as convocações para ações coletivas em desenvolvimento, análise da conjuntura e uma parte social contendo movimentações de ações e atividades a serem realizadas. O Jornal do SINTUFES, conforme Figura 4, apresenta em sua estrutura e conteúdo: numeração da edição impressa, período de publicação – mês e ano; a capa contém a chamada principal; na página 2, informações jurídicas, decisões tomadas em reuniões de assembleias e gestão universitária. A página 3 apresenta análise de conjuntura com os assuntos mais importantes envolvendo os servidores, representações sindicais e representações universitárias. A página 4 apresenta ações e as propostas do Governo Federal, e, na contracapa, página 5, as atividades realizadas anteriormente ou a serem executadas, bem como atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer promovidas pelo sindicato.

Figura 4 - Capa do Jornal do SINTUFES



**FONTE:** SINTUFES nº 200, outubro/novembro 2019.

O sindicato utiliza charges na capa do Jornal SINTUFES. Uma forma de construção de discursos organizacionais na mediação das relações entre sindicalizados e Organização (CARRIERI, 2004). Nesta edição de nº 200/2019, há crítica contra o Governo Bolsonaro, devido ao projeto *Future-se*, que insere as IES em um modelo de empreendedorismo.

#### 4.4 A PUBLICAÇÃO DAS ATAS E DO JORNAL SINTUFES ENTRE 2014 A 2019

Ao longo do ano de 2014, o SINTUFES realizou 10 reuniões com assembleias gerais. Nos meses de janeiro e fevereiro, suas ações focaram em informes nacionais, jornada de trabalho, seminário LGBT, plano de carreira, torneio esportivo e descumprimento do Governo sobre o acordo de greve de 2012. De março a julho, as reuniões foram sobre a Análise da Conjuntura do Governo Federal, informativo local e nacional sobre o movimento grevista, avaliação do trabalho conjunto da ANDIFES, trabalho de instalação da base e ação coletiva no CEUNES, em São Mateus, e sobre o planejamento dos Atos do de 1º de maio e da Caravana para Brasília.

O Informativo do Jornal do SINTUFES, durante o ano de 2014, divulgou 7 edições, os 3 (três) primeiros impressos focaram no movimento grevista das Universidades Federais, bem como na ascensão da carreira funcional, reposição salarial dos aposentados, apresentação de contas do sindicato, abertura de concurso público com Regime Jurídico Único – RJU, na pauta de greve, na decisão do STJ e na implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

(EBSERH). Quanto a esse último tema, o informativo destacou a falta de liberdade de expressão por parte da direção do Hospital das Clínicas.

Do segundo semestre de 2014, constam Atas do SINTUFES com o balanço da greve e de negociação federal, a eleição para delegados da FASUBRA, as ações da Biblioteca Central, a implantação do ponto eletrônico e a aprovação da jornada especial da Biblioteca Setorial de Artes, o informativo jurídico e seminários, o encontro nacional de TAEs e o descumprimento do acordo de greve com a divulgação da Carta Aberta aos Reitores (FEDERAÇÃO, 2014) sobre o fim da greve e da negociação com o Governo Federal.

No mesmo período, o Informativo SINTUFES veiculou matérias sobre a negociação do Governo Federal, a Gestão Universitária e a implantação do ponto eletrônico, a EBSERH, o repúdio contra o aumento da refeição no Restaurante Universitário, as campanhas de saúde sobre próstata, o câncer de mama e as eleições do Diretório Central Estudantil – DCE.

O movimento sindical durante o ano de 2014 manteve um ativismo institucional provocado pelo arrocho e pelas altas taxas de juros permitidas pelo Governo, aumentando a disputa do capital e do trabalho. Observa-se que os indicadores de greves tiveram aumento de ações (DIEESE, 2015; BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2015).

Em 2015, o SINTUFES promoveu 15 (quinze) reuniões, conforme as Atas confeccionadas, que ocorreram em Goiabeiras (sede) e em Maruípe, no Hospital das Clínicas (subsede). Até o 1º semestre do ano, as Atas apresentam foco de análise de conjuntura de greve, negociação salarial, propostas das associações (ANDES; ANDIFES, 2015), conjuntura política envolvendo a terceirização da mão de obra, o Projeto de Lei PL 4330/04 – Projeto de Lei que trata das regras para a terceirização de trabalhadores (DRUCK *et al.*, 2017), a Medida Provisória 664/14 para a alteração do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e a Medida Provisória 665/14, que altera regras do abono salarial e do seguro-desemprego.

O Informativo do Jornal SINTUFES, em 2015, publicou 6 (seis) edições durante o ano corrente que apresentaram a conjuntura política do Governo Federal, a implantação da jornada flexibilizada e a resolução do Conselho Universitário, o funcionamento durante a greve, a mobilização para a greve de 5 (cinco) dias, a prestação de contas durante o movimento grevista e a eleição de delegado para representação, o movimento paredista ocorrido na Biblioteca Central, que, posteriormente, realizou um ato de protesto por falta de limpeza na Biblioteca Central e a ocupação da Reitoria pela falta de pagamento das Bolsas do Programa de Apoio Didático – PAD.

Durante o ano de 2015, a crise econômica manifestou-se e os movimentos sociais demonstraram insatisfação devido à política governamental, já no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT). Em decorrência desse fato, surge a “frente única burguesa antidesenvolvimentista” que rejeitou a conciliação de classes (SINGER, 2015). E, com a crise econômica, a categoria de TAEs novamente realizou indicativo de greve que durou cerca de 4 (quarto) meses (SINTUFES, 2015).

Em 2016, o SINTUFES realizou 7 reuniões registradas em Atas. No primeiro semestre, as pautas foram sobre o acordo de greve e o plano nacional de desenvolvimento de carreira, o processo do Ministério Público contra a Biblioteca Central, a jornada ininterrupta da Biblioteca Central, a consulta interna sobre a eleição da direção da Biblioteca Central, que não era realizada por voto de escrutínio secreto, as eleições para delegado do Congresso da FASUBRA, o aumento do tíquete do Restaurante Universitário, a panfletagem em defesa da Previdência Social sobre a PL 257/19, que dispõe sobre a proteção ao professor e ao servidor ou empregado da educação. Também esteve em pauta a marcação de assembleias do Centro de Ciências Agrárias (CCA) e do Centro Universitário do Espírito Santo (CEUNES).

Neste mesmo período do ano de 2016 (primeiro semestre), o Jornal do SINTUFES publicou 5 edições. As manchetes estavam em consonância com o que fora debatido nas reuniões, por exemplo, “Não vamos pagar essa conta! Reforma da Previdência”, “Cortes de verbas na UFES”, “Ufes se fecha à democracia” e “Ponte para o Futuro/PMDB”. As matérias publicadas também fizeram alusão ao descompromisso do Governo quanto à carreira do TAEs e que a “crise” não era dos TAEs. Além das manchetes em debate, foram criadas a “Sexta Cultural” para discutir a PL 257 e os atos de menção contra o assassinato de integrantes do MST no Paraná.

O 1º semestre em 2016 foi marcado pela pressão patronal com alterações da legislação trabalhista, com a precarização e implantação da terceirização, a retirada de direitos sociais, a dificuldade de acesso à aposentadoria e aos benefícios da Seguridade Social, que provocaram várias mobilizações sindicais, incluindo três dias de convocação nacional contra as reformas previdenciárias e trabalhistas (GALVÃO; MARCELINO, 2019). O SINTUFES debateu os temas devido à demanda da categoria frente ao momento político do país, inclusive a proposição de uma greve.

No 2º semestre de 2016, o SINTUFES manteve as pautas das reuniões das assembleias sobre a jornada ininterrupta e o processo de flexibilização da Biblioteca Central, nota técnica nº 164, sobre a quebra do acordo da jornada ininterrupta de 2013, a manutenção do cronograma de reuniões nas setoriais, a panfletagem sobre a PL 257 de defesa da

Previdência Social e a análise da conjuntura local e nacional com a deliberação de greve pelo SINTUFES e ADUFES.

O Jornal do SINTUFES publicou, no 2º semestre, as matérias sobre o PLS 327/2016, a PEC 241/2016 e o PLP 257/2016, todos que atingem a carreira dos servidores públicos; a posição da Reitoria sobre a jornada de trabalho da Biblioteca Central, o movimento paredista da greve, uma retrospectiva com a avaliação das atividades realizadas, a publicação da Comissão Interna de Supervisão (CIS) no Facebook, sobre os processos de servidores junto à Administração Universitária. No país, o contexto político e econômico era de Copa do Mundo e Olimpíadas. Com o advento das obras do Plano de Aceleração e Crescimento – PAC, houve o aumento da oferta de emprego, no entanto ocorreu a redução do atendimento às políticas públicas e às pautas sindicais (CAMPOS, 2016). A Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 (“PEC do Fim do Mundo”), alterou Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e instituiu o Novo Regime Fiscal (BRASIL, 2016).

O SINTUFES, em 2017, promoveu 10 reuniões, segundo consta nas Atas. No 1º semestre, realizou programações para o Dia Internacional da Mulher, Dia Nacional de Lutas, Caravana Ocupa Brasil, Dia Nacional de Defesa da Previdência Social e o Encontro Nacional de Mulheres com seminário no Hospital das Clínicas. Em todas as reuniões ocorreram a Análise de Conjuntura local e nacional, a fim de organizar os debates de ações e manifestações contra o Governo Federal e sobre os acordos de greve de 2015 e 2016.

No Jornal do SINTUFES, durante o ano de 2017, foram publicadas 10 edições acompanhando as pautas das reuniões: “As reformas do Governo Temer segregam a nação”, “Do outro lado do muro”, “O Brasil vai parar”, “Auditoria Já!”, em alusão à dívida pública. O SINTUFES também publicou sobre o problema de bebês terem nascido em local inapropriado dentro do HUCAM e que a situação também afeta os servidores, pois são vistos como ineficientes perante a opinião pública. Em outras matérias, a Comissão Interna de Supervisão (CIS) teve dificuldade de acesso à Gestão Universitária. O SINTUFES, mais uma vez, utilizou os canais das redes sociais de comunicação para divulgar: #InformeCIS, #Sempreluta, #TarolandonosCampi, #SomostodosTAE e #Conjuntura.

No 2º semestre, o SINTUFES realizou as reuniões com pautas e debates em torno da análise de conjuntura e propostas da categoria, deliberação e deflagração de Greve Nacional, manutenção dos serviços essenciais e reflexão da participação dos sindicalizados diante da crise econômica do país. No calendário de atividades, foi mantida a Caravana Nacional a Brasília.

O Jornal do SINTUFES publicou, por sua vez, matérias com as chamadas: “Se não lutar o PCTAE cai!”, “Rumo à greve!”, “União em defesa do futuro!”, “Próximas cenas: novas lutas”, e também utilizou os canais das redes sociais: #AvaliaçãoDeDesempenho, #Juridico, #Sintufes25anos, #CrisenasIFs, #AgoraeGreve, #AçõesAfirmativasdefragação, #50anosHucam e #Retrospectiva2017. Todas as informações foram divulgadas na rede social Facebook, na qual o sindicato possui um canal.

Nesse momento, desenrolavam-se manifestações sociais no país devido ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT). As convocações de protestos e apoio foram organizadas via redes sociais. As manifestações que se iniciaram em 2013 sofreram grande intensificação até 2016 e configuraram-se como fator importante no processo de *impeachment* (DIAS, 2017).

O SINTUFES, ao longo de 2018, realizou 8 (oito) reuniões e, segundo as Atas, os temas foram: Conselho Universitário e o valor do Restaurante Universitário, indicação dos representantes dos TAE's na FASUBRA, flexibilização da jornada de trabalho com a presença do superintendente do HUCAM, deliberação da participação no XXI Congresso da FASUBRA, Dia Nacional de Paralisação, campanha salarial e o índice de correção do Dieese, convocação para o Encontro de Sindicais na Praça Costa Pereira, Vitória-ES, planejamento de assembleia no CEUNES, participação no Seminário Interestadual “Saúde Pública: Dever do Estado”, IX Fórum Nacional de Comissões Internas de Supervisão de TAEs, Encontro Nacional de Educação – ENE e análise de conjuntura no Brasil e no SINTUFES. Essas pautas foram debatidas com a participação dos servidores sempre em aberto.

As publicações do Jornal do SINTUFES, durante o ano de 2018, foram em 4 (quarto) edições com divulgação de matérias em redes sociais: #Flexibilização, #RU10conto, #ConFASUBRA, #InformedaCIS, #AcontecenaUFES, #Reinaldocentrismo, #Aposentadas\_os, #Esporte e #FlexibilizaçãodaJornada. Destacaram-se as matérias: “Marionete monocrática”, “S.O.S Autonomia – Reitoria”, “Quem vai defender a luta dos trabalhadores”, “Combate às desigualdades” e “Conquistas do SINTUFES”. O sindicato ainda manteve grupos de trabalho (GT) para debater temas dos aposentados, das mulheres negras e da violência de gênero. Além da análise de conjuntura, o tema da eleição para Presidência do Brasil e as propostas dos presidenciáveis foram colocadas em pauta, devido à Emenda Constitucional 95, que congela os Gastos Públicos por 20 anos, e a Reforma da Presidência do Governo Temer.

O SINTUFES disponibilizou 5 (cinco) atas de reuniões, das 7 que ocorreram em 2019, com as seguintes proposições: pauta do Governo Bolsonaro – os 100 dias de governo, plano de capacitação anual, eleição para delegado da FASUBRA, análise de conjuntura nacional após

os ataques do Governo ao serviço público, debate sobre a Portaria 240/19, que desvincula as aposentadorias do serviço público, a participação no Seminário de Auditoria Cidadã e a Medida Provisória 873/19 (que perdeu validade em 28 de junho de 2019 e que dispõe sobre a revogação do dispositivo da Lei 8.112/90 sobre a contribuição sindical e sobre a pauta da reforma administrativa do Governo Federal). Também foram debatidos temas sobre a saúde do trabalhador, as mulheres e o racismo. Além disso, fez parte da pauta a participação do Dia Nacional de Defesa da Educação Pública, a participação na Marcha das Margaridas na Argentina, o “Grito dos excluídos” em Cariacica-ES e a consulta pública sobre o programa *Future-se*, que estaria em andamento durante o ano de 2020. As ações do SINTUFES convergem com o seguinte registro: “Por isso, as lutas recentes têm logrado relevante visibilidade, ainda maior após as ações do governo Bolsonaro. Em agosto de 2019, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em conjunto com a já tradicional Marcha das Margaridas” (LEHER, 2019, p. 185).

O Jornal do SINTUFES, no ano de 2019, publicou 6 edições com as seguintes manchetes: “autonomia universitária”, “mulheres já trabalham demais”, “aposentadoria da classe trabalhadora”, “balbúrdia é cortar direito do povo”, “é *fakenews* ou meia verdade?” e “nossa carreira por um fio – plano de cargos e salários”. A Comissão de Planejamento e Capacitação também participou dos processos de flexibilização de carga horária que atinge todas as Bibliotecas Setoriais e Biblioteca Central e das discussões acerca da Medida Provisória nº 873/19 (Medida Provisória 873/19, que posteriormente perdeu validade em 28 de junho de 2019). A FASUBRA emitiu uma nota de repúdio (FASUBRA, 2019). Também ocorreram manifestações contra o ataque do Ministro Weintraub às Universidades Federais (ESTADÃO, 2019).

No ano de 2019, o tema da Reforma Trabalhista e da MP 873/19 (Medida Provisória 873/19 perdeu validade em 28 de junho de 2019), publicadas durante o carnaval, dificultou os sindicatos a receberem a contribuição sindical, que passou a ocorrer somente com anuência escrita do trabalhador. Sendo assim, essa medida prejudicou os sindicatos e enfraqueceu a organização que possui o direito, por Lei, de representar e defender a classe trabalhadora (GALVÃO *et al.*, 2019). O SINTUFES debateu em assembleias e também divulgou no Jornal do SINTUFES as consequências da Medida Provisória 873/19 (que perdeu a validade em 28 de junho de 2019).

Por fim, pode-se constatar que, durante o período de 2014 a 2019, o SINTUFES realizou 54 (cinquenta e quatro) reuniões documentadas em atas disponibilizadas pela Secretaria, com um total de 7.291 presentes, sendo que no ano de 2019 somente 4 (quatro) atas foram disponibilizadas.

**Quadro 10 - Distribuição de atas disponibilizadas pelo SINTUFES por ano e totais**

Ano	Atas	Total de presentes	Média de presentes
2014	10	1.286	129
2015	15	678	45
2016	7	700	100
2017	10	570	57
2018	8	461	57
2019	5	162	32

Fonte: Secretaria do SINTUFES (15/12/2019).

Ao analisar o número de presentes nas assembleias de 2014 a 2019, foi possível visualizar uma participação decrescente, num período de greves mais frequentes e longas. No entanto, entre 2017 a 2019, percebe-se uma conjuntura política nacional desfavorável ao trabalhador, com o fim da contribuição sindical obrigatória, as mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, e com a redução da ação sindical. O número de desempregados foi crescente no país, alcançando a marca de 13 milhões, um índice de 12,4%, segundo o Dieese (2017), incentivando o movimento sindical a adotar uma postura de negociação e defesa nos processos trabalhistas.

**Quadro 11 - Relação de Atas e assuntos com registro de participação dos entrevistados**

Data	Ata	Assuntos	Participantes nas reuniões
22/01/2014	H	Delegados FASUBRA	S.R.N, Jô
17/03/2014	G	Instalação da Greve	Jô
24/04/2014	G	Greve no <i>campus</i> Goiabeiras	Jô
19/11/2014	G	Cadastro digital na Biblioteca Central; Jornada de trabalho da Biblioteca Setorial Centro de Artes; Jornada de trabalho da Biblioteca Centro Ciências Agrárias; Biblioteca Central necessita de adequação para Jornada de Trabalho	Dinossauro
26/11/2014	G	Deflagração de Greve	José
20/05/2015	H	Delegado FASUBRA; Posicionamento da Greve	Jô, Dinossauro
19/06/2015	H	Movimento de Greve; Funcionamento do Restaurante Universitário	Jô
12/06/2015	G	Avaliação de Greve; Prestação de Contas da Greve	Jô
10/07/2015	G	Calendário de atividades de Greve	Jô
07/08/2015	G	Avaliação da Greve	Jô
03/09/2015	G	Biblioteca Central – 27 trabalhadores em Greve; Diretório Central de Estudantes apoiando a Biblioteca Central	Jô
21/08/2015	G	Comissão da Reitoria exige 30% de funcionamento da Biblioteca Central	Jô
22/03/2016	G	Consulta para Direção da Biblioteca Central	Dinossauro, Jô
11/04/2016	G	Ação do Ministério Público contra a Biblioteca Central	Jô
10/05/2016	G	Jornada de Trabalho de 8 horas da Biblioteca Central	Jô
07/06/2016	G	Jornada Ininterrupta da Biblioteca Central; Nota técnica 164/2016 dos servidores das bibliotecas	Jô, Dinossauro
03/08/2016	G	Flexibilização da Jornada de Trabalho da Biblioteca Central	Jô

03/11/2016	H	Quebra de Acordo de Greve; Jornada Ininterrupta.	Jô, Ilane
09/11/2016	G	Comissão Interna de Supervisão – CIS	Jô
07/03/2017	H	Plenária da FASUBRA	Jô
27/03/2017	G	Imposto Sindical / Sobre EBSERH	Jô
11/05/2017	H	Frente Nacional de Defesa da Previdência Social	Jô
16/05/2017	G	Paralisação dia 24/05 – Caravana Ocupa Brasília	Jô
17/10/2017	H	Seminário LGBT – Plenária de retirada de delegados	Jô
22/11/2017	G	Outros assuntos	Jô
10/01/2018	H	Sobre Controladoria Geral da União	Jô
22/05/2018	G	Outros assuntos	Jô
15/08/2018	H	Comissão Eleitoral – Inscrição de Chapa	Jô
28/09/2019	G	Capacitação sobre consequências do projeto <i>Future-se</i>	Jô

**Fonte:** Atas do SINTUFES (2014 - 2019) realizadas em Goiabeiras (G) e no HUCAM (H), elaborado pelo autor.

As principais demandas de 2014 a 2019 do SINTUFES foram: a implantação da flexibilização da jornada de 30 horas semanais para os cargos técnicos; o posicionamento contrário à implantação do ponto eletrônico; a gestão da EBSERH com práticas antissindicais; as campanhas educativas contra o preconceito racial e de gênero; a manutenção dos direitos trabalhistas; a incorporação de especificidades de raça e gênero nas pautas de mobilização dos servidores; o acompanhamento da Comissão Interna de Supervisão para processos de servidores, que realiza o acompanhamento dos processos referentes à vida profissional do servidor; a reestruturação do plano de cargos e carreira dos técnico-administrativos.

#### 4.5 TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Esta pesquisa busca compreender a consciência política e a predisposição em participar das ações coletivas do sindicato de trabalhadores da categoria. No decorrer de 2019, quando o atual presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL e atualmente sem partido) atacou os sindicatos com Medidas Provisórias para enfraquecer o coletivo sindical. O SINTUFES passou a desenvolver atividades em que os trabalhadores apresentassem predisposição a participar de suas ações coletivas contra os ataques do Governo Bolsonaro. Segundo Silva (2008) e Sandoval e Silva (2016), a constatação das emoções, sentimentos e motivações pode demonstrar a predisposição da participação diante das ações coletivas. Os relatos apresentados pelos servidores contribuem para reafirmar a relevância do sindicato para os trabalhadores.

O desenvolvimento da identidade coletiva é resultante do complexo processo de orientações do indivíduo e das suas relações com outros. Segundo Melucci (1996):

A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são

construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade coletiva como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões (MELUCCI, 1996, p. 70).

Conforme Melucci (1996), os indivíduos envolvidos em um sistema desenvolvem uma identidade coletiva que pode estar relacionada com a interação de cada indivíduo mesmo em ambientes diferentes, mas compartilhando identidades sociais. E esses indivíduos envolvidos no sistema desenvolvem negociações e processos decisórios das relações compartilhadas; isso possibilita que os atores possam representar uma consciência política.

Os entrevistados do Sistema de Bibliotecas da UFES que apresentaram em suas entrevistas um histórico de participação em organizações também expressaram sentimentos de pertença relativos às identidades coletivas, mediante participação em organizações exercidas antes da filiação ao SINTUFES e durante a atuação como servidores da Universidade. Uma parte do grupo de entrevistados apresentou um perfil com consciência política de que *participam* das ações coletivas. E a outra parte com consciência política de que *não participam* das ações do sindicato.

A identidade coletiva, segundo Sandoval e Silva (2016), é a tipificação da identidade social entendida a partir do indivíduo politizado na sua representação social. A descrição de suas ações é compreensível em espaços públicos e nos contextos políticos, junto às narrativas dos processos participativos, às emoções e na leitura das conjunturas políticas e identidades compartilhadas.

As entrevistas demonstram contornos da identidade coletiva nas organizações em que participaram. As perspectivas a conhecer são: 1) perfil de participação em organizações; 2) atuação profissional; 3) desempenho de atividade política e pertencimento ao sindicato e ações coletivas.

Quanto à participação em organizações, os entrevistados apresentam vários relatos considerados marcantes que ilustram a formação do sentimento de identidade coletiva, no sentido de unir forças em torno de um objetivo coletivo. Os entrevistados que participam são: **Dinossauro** (60 anos e 36 anos de filiação). Em suas experiências de vida participativa, citou ações na comunidade escolar no município onde viveu durante sua juventude, no movimento estudantil e na estreita relação com a política local de onde residia com seus pais, em outro município. Da juventude “vanguardista”, relata participação em partido político junto à organização administrativa, ligado às lutas coletivas. Configurou-se uma entrevista com traços históricos e imersão da identidade coletiva. **S.R.N** (42 anos e 8 anos de filiação) expôs sua participação na comunidade eclesial e no sindicato desde quando entrou na UFES; participou,

inclusive, de chapa de eleição para o sindicato. Sua participação era marcada pelo interesse em defender os trabalhadores e seus direitos, sendo a única que declarou ser filiada a um partido político. Nesses casos, há evidências de que a consciência política se forma pelo trabalho e pela participação no diálogo com outras instituições, com fundamentos na ação coletiva.

**Odim** (49 anos e 2 anos filiado ao sindicato) declarou que seu trabalho inicial foi num sindicato estadual, no qual orientou tanto sindicalizados quanto não sindicalizados com informações de política estadual de salários. **Ilane** (46 anos e 11 anos filiada), por sua vez, descreveu seu trabalho voluntário em um Conselho Regional antes mesmo de trabalhar na UFES. Relatou sua construção participativa em grupos sociais e, posteriormente, na UFES, assumiu uma função no sindicato da Universidade, quando foi indicada como representante dos TAEs no Conselho de Ética e Profissão (CEP). **Jô** (39 anos e 10 anos de filiada) apresentou uma identidade coletiva constituída de ocupação política antes e atualmente. Participou no Conselho Regional de Biblioteconomia e faz parte da coordenação do SINTUFES; junto a isso, empenhou-se pela luta coletiva e pela representação dos trabalhadores.

Na entrevista de **Helô** (50 anos e 28 anos de filiada), sua identidade coletiva pode ser verificada em seus relatos acerca da participação frequente e ativa na comunidade eclesial e também em ações de pastorais da igreja católica. Ela relatou que se identifica com assuntos de interesses coletivos e grupos sociais na proteção dos direitos sociais. **Regina** (64 anos e 26 anos de filiada ao SINTUFES) fez parte da secretaria de uma instituição de caridade e destacou, ainda, que desempenha atividade voluntária na organização das atividades dessa instituição até a data da entrevista. **José** (34 anos e 10 anos de filiado ao sindicato) também participou na comunidade eclesial no apoio e atenção às demandas locais, de maneira que ajudava e aprendia com sua participação.

Por outro lado, a consciência política de quem *não participam*: **Drica** (49 anos e 23 anos de sindicalizada), **B.C.** (34 anos e 6 anos de sindicalização), **Alci** (61 anos e 32 anos sindicalizada), **Eduardo** (57 anos e 35 anos sindicalizado) e **Diego** (31 anos e 1 ano de sindicalização) — que apontam o desejo de participar de algum grupo e realizar ações coletivas, mas não participam por não uma oportunidade de adesão a alguma organização, ou ainda, não procuraram nenhuma instituição na qual pudessem desempenhar uma atividade.

Portanto, não é possível pensar que os entrevistados ocupam o mesmo lugar, de maneira estática ou homogênea. A busca da análise pode ser por um tipo de consciência, mas há particularidades ao longo das dimensões de consciência política do Modelo Analítico de Sandoval (2016).

#### 4.6 CONFIGURAÇÕES DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES

Esta seção visa apresentar os resultados das entrevistas. Logo a seguir, serão apresentados dados da caracterização dos entrevistados, histórico de participação em outras organizações e filiação no SINTUFES.

Para facilitar a compreensão da predisposição à participação dos entrevistados, o Quadro 12, a seguir, foi elaborado com os dados da ficha de caracterização e do histórico individual de cada entrevistado e sua trajetória de participação em outras organizações. Dentre os 13 (treze) servidores das bibliotecas filiados ao sindicato, predomina os que participam, com 8 (oito) sujeitos na faixa etária de 34 a 64 anos, todos com histórico de participação em igrejas, partidos políticos, sindicatos e conselho profissional, que possuem escolaridade de nível superior, especialização e mestrado. Em contraposição, observa-se que os outros 5 (cinco) servidores que *não participam*, na faixa etária de 31 a 61 anos, e não possuem histórico de participação antes da filiação no SINTUFES, possuem escolaridade de ensino médio, superior e especialização.

**Quadro 12– Trajetória e participação nas ações coletivas do SINTUFES**

Servidores que participam das ações coletivas do SINTUFES				
Nome fictício	Sexo	Filiação Partidária	Escolaridade	Histórico
José	M	Não	Especialização	Igreja – ajudar os outros
S.R.N	F	Sim	Especialização	Sindicato
Jô	F	Não	Especialização	Sindicato
Odin	M	Não	Especialização	Sindicato
Regina	F	Não	Mestrado	Igreja – ajudar os outros
Ilane	F	Não	Mestrado	Conselho Profissional
Helô	F	Não	Superior	Igreja – ajudar os outros
Dinossauro	M	Não	Superior	Partido, Sindicato
Servidores que não participam das ações coletivas do SINTUFES				
Nome fictício	Sexo	Filiação Partidária	Escolaridade	Histórico
Eduardo	M	Não	Ensino Médio	Não – sem oportunidade
B.C.	M	Não	Ensino Médio	Não – sem disposição
Diego	M	Não	Especialização	Não – falta de tempo
Alci	F	Não	Superior	Não – sem disposição
Drica	F	Não	Superior	Não – falta de tempo

**Fonte:** Dados da ficha de caracterização e 1ª parte das entrevistas

A seguir, serão apresentadas as dimensões da consciência política dos servidores que *participam* e que *não participam*, para que se compreenda sua relação nas ações coletivas do SINTUFES.

#### 4.7 CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS SERVIDORES QUE PARTICIPAM DAS AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos resultados produzidos mediante entrevistas semiestruturadas, referente aos sujeitos que possuem uma configuração de consciência política de quem participa. Esses resultados estão organizados de acordo com os objetivos apresentados neste trabalho, em conformidade com as dimensões do Modelo Analítico de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016).

Dentre os sujeitos entrevistados, 8 (oito) revelam ter uma configuração de consciência política **que participam**, apresentando histórico de participação em organizações anteriormente (associações, igrejas, movimentos estudantis, partido político e conselho profissional) à filiação sindical. Eles demonstram interesse em defender direitos, participar de assuntos coletivos e desconforto em não poder participar mais por insatisfação com a pauta da Direção do sindicato. A participação é gerada pela sensibilização da relação à atual conjuntura social e política, na qual esses mobilizadores possibilitam vislumbrar nas ações coletivas um sentimento de fortalecimento, pertencimento e mudanças de suas vidas profissionais.

Dentre os entrevistados com consciência política de que participam, os dados apresentaram uma participação diferente dos que não participam. Do grupo de 8 (oito) entrevistados, a característica histórica e profissional já diferencia desde antes de filiarem ao SINTUFES, suas ações em movimentos sociais, igrejas e partidos políticos, sendo uma diferença do grupo de 5 (cinco) entrevistados de consciência política que *não participam*.

Desse modo, o sentimento de identidade coletiva foi observado tanto nas falas, nos gestos e nos sentimentos quanto em registros de Atas eletrônicas, percebidos na análise documentária, que revelou participação individual e coletiva dos entrevistados por documentos, solicitações e representação do grupo de servidores do SIB/UFES.

Os entrevistados Ilane (2020), Dinossauro (2020), S.R.N. (2020), Jô (2020) e José (2020) possuem uma participação com mais destaque, por tratarem de assuntos relativos aos setores de trabalho, enquanto Odim (2020), Helô (2020) e Regina (2020) apresentaram-se movidos por situações individuais na busca do sindicato, com mais baixo envolvimento. Isso foi percebido por situações narradas nas entrevistas, incluindo a distância do local das reuniões. Ambos os perfis também apresentaram cobranças diretas ao SINTUFES sobre situações que envolvem a parte individual e profissional.

O grupo de consciência política dos *que participam* apresentou um engajamento político maior em relação aos de consciência política que *não participam*, visto à participação e atuação dos indivíduos em diferentes ações coletivas comprovadas nas Atas Eletrônicas. O grupo

identificado com consciência política de que participam apresentou-se com questões que envolvem assuntos do SIB/UFES na defesa dos direitos dos trabalhadores e participam de assuntos coletivos e envolvimento de situações de grupos menos vistos na comunidade acadêmica e de trabalhadores. Destaque para os grupos de defesa da mulher, dos LGBT e dos aposentados e grupos contra o racismo e violência contra a mulher.

A consciência política dos *que participam* permite a reflexão e a sensibilização diante da atual conjuntura política que atravessa as Instituições de Ensino Superior, causadas por constantes ataques do Governo Bolsonaro, com a redução e o desprestígio do servidor público. Tudo isso é motivo para o fortalecimento, o pertencimento em mobilização e para a participação das ações coletivas em defesa da manutenção do grupo de trabalhadores.

#### **4.7.1 Identidade Coletiva**

O diagnóstico do estudo evidenciou, dentre os trabalhadores das bibliotecas sindicalizados, a motivação para se filiar, baseada no ideal da representação sindical e na busca de mudança em prol do coletivo. Nesse grupo, aponta-se o movimento sindical como responsável pela representação da categoria diante da Gestão Universitária e do Governo Bolsonaro. As entrevistas apresentam uma confiança dos entrevistados no sindicato como representação legítima na luta por direitos. Na pesquisa documental das Atas e Jornais Informativos do SINTUFES (2014-2019), nos registros de assembleias gerais e nas manchetes, constata-se o envolvimento do sindicato em muitas lutas e mobilizações da categoria durante o período, dentre elas, o movimento de oposição à Portaria 240/19, sobre a desvinculação do valor das aposentadorias da Administração Pública Federal, à Portaria 2.413/17, sobre a Jornada Flexibilizada e oposição também à Medida Provisória MP-873/19, que alterou a lei trabalhista brasileira, inclusive sobre o projeto *Future-se*, entre outras investidas do atual Governo Federal (ESQUERDA DIÁRIO, 2020).

Ao reunir as entrevistas, foi possível perceber que os entrevistados possuem um sentimento de orgulho em ter uma organização que possa trabalhar com direitos protegidos, como também oferecer apoio jurídico, social e econômico. Outros ainda evidenciam palavras de credibilidade na instituição sindical por ter historicamente um papel de representação do trabalhador. Nos trechos de entrevistas de S.R.N (2020) e Jô (2020) a seguir, pode-se observar tais relatos:

Eu acho importante que os trabalhadores estejam filiados ao SINTUFES. A gente precisa fazer é luta, sempre. E geralmente, é impossível, tem que sempre ter uma organização. A gente precisa muito da atenção do sindicato que está à frente da nossa luta.

Geralmente, hoje a gente não consegue fazer nada sozinha, infelizmente (S.R.N., 2020).

Porque eu acredito que há evolução na classe trabalhadora. Nossa classe profissional. É através da luta coletiva. E através dessas entidades que nos representam. Porque eu acredito na entidade e acredito que a nossa carreira, a carreira do servidor TAE tem que ser protegida pela entidade do sindicato que representa o trabalhador (JÔ, 2020).

Para Jô (2020), Odin (2020) e José (2020), a direção do SINTUFES necessita de mais apoio dos próprios sindicalizados para seu fortalecimento diante dos embates contra as estruturas do Ministério Público Federal, da Justiça Federal e também da Administração Universitária. Registraram-se, nestas entrevistas, discursos de atividade de militância e sentimentos de confiança e identificação com o sindicato, além de parceria no enfrentamento diante dos ataques do neoliberalismo. Os sindicalizados apresentaram motivos de suas participações e apoio ao SINTUFES. Segundo Costa (2012), esse sentimento possibilita ao sujeito a promoção de laços sociais que influenciam no sentimento de coesão social.

De acordo com esse grupo de entrevistados, as ações do sindicato se diferem da direção sindical. Essa diferença é percebida quando os entrevistados relatam discordância com algumas ações e decisões da Direção Sindical. Apesar da discordância, os entrevistados relatam não se disporem à participação e ao enfrentamento dessas ações e decisões, de forma que consideram suficiente estarem filiados. Isso incide na pseudoparticipação (PATEMAM, 1992), em que os indivíduos são levados a aceitarem as decisões já tomadas pelas chefias, nesse caso a Direção do SINTUFES.

Quando questionados se sentiam representados pelo SINTUFES, esses entrevistados apresentam sentimentos conflitantes relacionados ao sindicato. Nas entrevistas, há demonstração de embates ocorridos no relacionamento do sindicato com a administração universitária, fato confirmado pela S.R.N. (2020). Segundo a entrevistada, uma decisão da Reitoria permitiu que alguns setores do sistema de bibliotecas trabalhassem com jornada flexibilizada de horário, enquanto outros trabalhadores mantiveram suas cargas horárias completas. Ela entende que essa decisão causa desigualdade entre os servidores das bibliotecas.

Nós servidores tínhamos direito. Já há gente em todas atividades com pessoal relacionadas ao atendimento público. A gente não entende isso. Então dividiu as pessoas... tem da jornada de seis horas a outra parte tem que fazer a jornada de oito horas diárias. O que deixa a gente bem amarrada aqui dentro. É desigual entre os trabalhadores internamente. Logicamente que é uma coisa, é uma das lutas do sindicato junto à Reitoria (S.R.N., 2020).

Outra entrevistada, Ilane (2020), também fez referência ao movimento antissindical em destaque no país, no entanto acredita que a direção sindical atual é competente.

Apesar desse enfraquecimento me sinto representada assim, porque é um grupo de pessoas que está ali dentro. No período que eu estive dentro do SINTUFES, não enquanto direção, mais auxiliando também eles nos conselhos. Eu acho que eles fazem também um trabalho de representação (ILANE, 2020).

Outras servidoras sindicalizadas, apesar de estarem filiadas, participam pouco das ações coletivas, pois não veem motivos para participarem. Regina (2020) disse que: “Eu não me desfiliei e enquanto houver possibilidade de estar colaborando, eu me manterei filiada. Mas não sinto tanta identificação, não!” Outra entrevistada, Helô (2020), disse estar filiada há 28 (vinte e oito) anos, mas necessita de mais participação, pois, segundo ela, precisa ter uma política de luta:

Na minha percepção, acredito que quem ainda está sindicalizado é porque tem um perfil político mesmo de luta, de guerrilha, de expectativa de mudança, e mudança dentro das universidades. Que são poucos os servidores que ainda continuam. No meu caso, eu vou ser bem sincera, não sei por que fiquei até agora (HELÔ, 2020).

Não se pode deixar de evidenciar que nas entrevistas ficou claro uma perspectiva de enfraquecimento da representação dos sindicatos no país. O servidor com maior tempo de serviço na biblioteca, com amplo histórico de participações e engajamento em ações promovidas pelo sindicato, acredita que o SINTUFES não possui direcionamento de trabalho e precisa de mais dedicação. Dinossauro (2020) afirmou:

Um **grupeiro** de pessoas, sem formação.... É bom dizer assim.... Eu vou me usar, porque eu posso dar outro exemplo também, porque eu sei que tem outras pessoas, mas eu não vou citar nomes. De pessoas com vontade, a gente até diz assim, de sangue sindical na veia aqui dentro para isso (DINOSSAURO, 2020).

Na perspectiva da predisposição à participação, o referido entrevistado chama a atenção para as ações coletivas junto à base, que necessitam de direção e *vontade de agir coletivamente*. Em virtude das lutas ocorridas nos últimos anos, a resistência e o enfrentamento às ações administrativas e de governo demonstram certa *eficácia política*, expressa, principalmente, por meio de ações coletivas dos sindicalizados. Diante dos projetos apresentados pelo Governo Bolsonaro, principalmente tentando atingir os sindicatos e os coletivos organizados, cabe à direção do SINTUFES se aproximar dos trabalhadores lotados nas bibliotecas para que haja mobilização.

No geral, esse grupo de entrevistas narra o alinhamento com a *identidade coletiva* representada pela atuação política e pelo ideal societal. Os entrevistados demonstraram

orgulho do SINTUFES pela busca de justiça social, melhores condições no trabalho, inclusive por grupos de minorias. Segundo Silva (2008), as relações interpessoais são desenvolvidas com sentimento solidário. Isso é reafirmado por Jô (2020) e Dinossauro (2020):

(...) os valores das ações do sindicato são os valores que a gente quer para a categoria. Tem de lutar pelas nossas condições de trabalho e pela nossa carreira, lutar pelas minorias que não são minorias: mulheres e negros, e de uma maneira geral. Essa é uma luta de todos, de uma maneira geral, porque faz parte de alguma dessa demanda desses grupos. E há gente, eu acredito que sim, que há gente, que eu sinto. Atende a gente que não aproveita tanto (JÔ, 2020).

Olha, é dar a importância que isso tem, mas não da maneira que eles pensam. Não é porque é LGBT que é doido, que tem que botar uma roupa e é por causa dele que a coisa está acontecendo. O racismo, quando é racismo, não passa porque ele é negro, entende? (DINOSSAURO, 2020).

As emoções relacionadas à dimensão de *identidade coletiva* dos entrevistados retratam sentimentos emotivos de defesa do servidor público, orgulho de fazer parte da história de lutas sindicais e disposição para a proteção dos direitos trabalhistas. Observam-se interesses coletivos, como diferentes formas de lutas ou mobilização coletiva, mesmo com crenças, valores e expectativas sobre a sociedade.

#### **4.7.2 Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade**

Vale destacar que o conjunto de crenças, valores e expectativa sobre a sociedade (SANDOVAL; SILVA, 2016) constituem elementos importantes para os laços de identidade grupal e para a construção social e a realidade de cada indivíduo.

Os relatos dos entrevistados retratam falas que evidenciam a ação do gestor público e da atuação na sociedade, constituindo-se vestígios para interpretação da consciência política dos servidores das bibliotecas da Universidade.

Quando perguntados a respeito da gestão federal, os entrevistados foram unânimes em avaliar negativamente a gestão do Presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL/atuamente sem partido). Os entrevistados apresentam sentimentos de hostilidade, aversão e insegurança. Acreditam que ocorreu um retrocesso nas políticas públicas, com forte influência ultraliberal, neofascista, e que a defesa dos trabalhadores foi cerceada em todo conjunto da sociedade. Pelas entrevistas, foi possível entender o perfil crítico e de esquerda. Odím (2020) disse: “Porque eu vejo cenário sem ser nacional, mas internacional, de um retrocesso de políticas ultraliberais e neofacista”. Sua fala retrata a influência do capital internacional com redução da política tanto social quanto laboral.

Neste enquadramento, os servidores entrevistados compreendem que o Governo Federal não possui liderança política governamental, mantém aspectos negativos na direção da estrutura administrativa, podendo gerar um caos social. Dinossauro (2020) apresenta o cenário macro de apoio ao Congresso para retirada de conquistas históricas de direitos e destruição do serviço público.

Vamos dizer que ele é refém de quem elegeu ele, financeiramente... as propostas que querem que ele implante. Porque ele fala um monte de besteira, todo mundo ri, combate... [silêncio], mas as mudanças estão acontecendo no Congresso, em silêncio. Em silêncio, a gente nem fica sabendo, ele não está sozinho, porque o Congresso todo também está apoiando, né... é muita medida provisória (DINOSSAURO, 2020).

Segundo Ilane (2020), o Governo Federal desqualifica continuamente o servidor público. Em relação às notas de repúdio sobre as manifestações do Governo Bolsonaro contra as Universidades, a entrevistada declarou:

A respeito de crenças. Minha crença a respeito do Bolsonaro?!! É complicado. Eu não votei nele. Não votaria, né! Abrindo o meu voto. Mas já falei. Acho que ele, na direção da sociedade e de outros grupos. Ele vai sempre com o pé fundo demais... [gesticulou]. De modo geral não gosto desse Governo. Não acho que ele me represente! (ILANE, 2020).

Para Helô (2020), o Governo Bolsonaro não merece confiança: “Eu acho a Gestão dele, no perfil que destoa de uma parcela da população, e há outra parcela que votou e se enquadra, concorda com os métodos, ela é omissa”. Para Jô (2020), é um governo sem credibilidade:

Um desastre. Demonstra a instabilidade desse governo. A falta de vínculo político dele porque ele entrou e ganhou para presidente com nenhum partido e acho um absurdo. Um governante no status de presidente da República abandonar o seu partido assim ainda mais logo no início da sua gestão (JÔ, 2020).

Segundo José (2020): “Totalmente confusa. Tirando, retirando direitos já conquistados há décadas. E infelizmente com a aprovação de grande parte da sociedade”. E Odim (2020): “Eu avalio que houve um retrocesso, retrocesso da humanidade”. Leher (2019) assim como José (2020) percebem autoritarismo e ataques do Governo Bolsonaro aos servidores da IES.

Em continuidade à avaliação sobre a proposta de implantação do *Future-se* nas Instituições de Ensino Superior – IES, os entrevistados também foram unânimes e contrários à proposta do Governo que fere a Lei Federal 9.192/95 (autonomia das IES) e o Decreto 9.724/2019, que trata da indicação dos reitores nas Universidades. Existe uma descrença nas boas intenções do governo, retratada no projeto *Future-se*, visto que é uma forma do sistema capitalista hegemônico retirar o social e implementar a acumulação do capital. Ainda, outra entrevistada,

Ilane (2020), relata com ênfase: “Eu também não gosto dessa ideia do *Future-se*. Acho que é outro tiro no pé que ele deu, é um risco. Também para o futuro das universidades, hoje, esse *Future-se*. E gosto da ideia de que a UFES não aceitou o *Future-se*”. E os entrevistados Dinossauro (2020) e Jô (2020) também argumentaram:

Então... é.... olha, eu tenho para mim que eles querem criar umas áreas de excelência para alguns, né... pra mim é excludente isso daí... ele elimina a possibilidade... né, nele está incluído *cotas*... discretamente ele tem as cotas, tem o direcionamento da pesquisa, né!? Eles querem direcionar, uma pesquisa que vai averiguar isso... é tão claro isso em alguns exemplos, que a pessoa apresenta uma coisa, quando vê que podia ir para a área social é um problema, não passa (DINOSSAURO, 2020).

Para mim é negativo. A gente sabe que o *Future-se* é a continuação da privatização da universidade que foi iniciada há muitos anos, assim como vários órgãos públicos e entidades públicas. Que usou os governos de uns anos para cá tem tentado privatizar só que esse *Future-se* vai acelerar muito mais a privatização na universidade (JÔ, 2020).

Sobre a proposta do *Future-se*, os entrevistados descrevem a pauta negativa que o Presidente conduz para a educação superior – o que foi plantado em 2016, com o desmonte do sistema educacional a partir da Emenda Constitucional 95 (LEHER, 2019), que congelava os gastos públicos. Agora, o Governo propõe uma alternativa de mercantilização da educação com a transferência para iniciativa privada, em forma de Organização Social – OS, no gerenciamento da estrutura e direcionamento das pesquisas. O entrevistado Odim (2020), quando indagado acerca da proposta do governo, expressou suas crenças: “É um modelo de desconstrução. É o resultado dessa política ultraliberal que quer implodir todas as instituições que garantem a democracia do país”. Compartilhando do mesmo sentimento, a servidora entrevistada Regina (2020) realça o setor educacional, relatando:

Para mim é só um projeto de desmonte das Universidades. Ele é inimigo da educação, é inimigo dos Institutos Federais e, o que ele puder fazer para acabar, ele faz. Essa é uma maneira disfarçada de começar a desmontar as universidades (REGINA, 2020).

Os entrevistados foram conclusivos ao demonstrarem o que sentem em relação à proposta do Governo de privatizar, sutilmente, a Universidade pública. Eles estabeleceram uma condição identitária com a luta trabalhista, ao expressarem não *crer* nessa solução como medida para os trabalhadores do setor da educação e seus reflexos na sociedade.

Nota-se que a *crença* dos trabalhadores em relação ao SINTUFES é de um sindicato que dialoga, que mobiliza as bases contra a destruição da educação superior, mas que precisa se fortalecer diante dos ataques do neoliberalismo bolsonarista. Relacionando os valores das ações do SINTUFES, quanto às medidas propostas pelo Governo Federal, foi possível

compreender que o *valor* priorizado pelos entrevistados para que o SINTUFES não seja pelego e mantenha valores sindicais contrários à privatização da Universidade. Constatou-se entre os entrevistados certo desconhecimento quanto às atividades do SINTUFES frente ao *Future-se*, como pode ser observada na entrevista de S.R.N (2020) que relatou: “Sei de algumas coisas que eu ouvi um tempo atrás. Infelizmente não são positivas. Do pouco que eu me informei não é uma coisa muito boa para as universidades. Não sei te dar detalhes. É a visão que eu tenho nesse momento, eu votaria contra”.

Como reflexo do desconhecimento das ações do SINTUFES, alguns entrevistados também afirmaram desconhecer as ações desenvolvidas pelo setor em relação aos direitos e lutas trabalhistas, sobre cortes de verbas e proteção à carreira profissional no próprio setor de atuação.

Outras entrevistadas que disseram conhecer as ações relataram que não concordam com a maneira como o SINTUFES toma as medidas. Eles tiveram falas com sentimento de *desprezo* diante do SINTUFES, como se pode checar nas entrevistas de Helô (2020) e Regina (2020):

Então... olha, até uns quatro anos, três anos, quando eu participava mais das reuniões do sindicato, eu achava que as reuniões tinham uma pauta. Tudo bem, mas o desenrolar das assembleias, o conteúdo trazido era pouquíssimo. Era uma informação que não era acessível. Muitas normas, muitas resoluções. Nós de fora, que estava na reunião não sabia do que se tratava. Entendeu? (HELÔ, 2020).

Agora eu não vejo uma força de mobilização. Parece que não consegue mobilizar os servidores, nem sempre a informação chega até a gente. Então acho que está faltando que essas ações propostas sejam viáveis. Se houvesse uma participação maior conseguiria mobilizar a categoria universitária (REGINA, 2020).

Os entrevistados afirmaram acompanhar as atividades do SINTUFES e creem em resultados positivos das ações: enxergam os *valores* presentes nas ações. José (2020), sobre a participação dos trabalhadores, disse: “Participei de algum, sim, totalmente válido desse tipo de ação. Precisaria que houvesse maior adesão”. Quando questionada, a entrevistada Jô (2020) disse:

As ações atendem. Que são ações propostas para atividades coletivas e são por ações que propõem discussões, debates. São ações que são de orientação nacional e local de acordo com a demanda. As ações são interessantes. O nosso problema é o esvaziamento das ações (JÔ, 2020).

Ilane (2020) atribui esse esvaziamento ao problema causado entre o SINTUFES e a Biblioteca Central, que promoveu o enfraquecimento da participação dos trabalhadores desde 2016:

Se eu tivesse efetivamente participando hoje do sindicato... eu acho que eles, mesmos se distanciaram dos técnicos e especialmente dos bibliotecários. Em função de problemas decorrentes *da última greve*. Eu acho que eles ainda nos representam mesmo porque eles existem e se há um grupo que vai lá e solicita determinada demanda, eles precisam ouvir (ILANE, 2020).

Já os servidores das bibliotecas setoriais se sentem abandonados. Entendem que o SINTUFES não é presente por estarem distantes. José (2020) afirma: “Olha a expectativa era justamente de.... [silêncio...reflexão] Olha... que fosse mais presente nos setores”.

Na próxima seção, a configuração da dimensão da consciência política em relação aos *interesses coletivos* será apresentada.

#### **4.7.3 Interesses coletivos**

Observa-se que os entrevistados abordam interesses coletivos ao discutirem a predisposição à participação, a eficácia política, a proteção dos direitos sociais e a defesa de valores.

A dimensão da consciência política exprime a percepção dos entrevistados ou do grupo sobre interesses materiais e simbólicos existentes no campo político, no qual estão também os respectivos sentimentos com respeito aos adversários. Quanto à participação democrática, seguem as análises dos entrevistados sobre: a transparência em relação aos assuntos tratados no sindicato, a credibilidade dos representantes das comissões e a proporção nos espaços de decisão dos servidores junto às mesas de negociações.

Segundo Klandemans (1997) e Mansbrige (2001), os *frames* de protesto ou de oposição estão relacionados à identidade do grupo ou à identificação de injustiças e reforçam os *interesses coletivos*. Assim como os referidos autores, os entrevistados relataram essas situações nas suas experiências com o sindicato. Segundo Helô (2020), Dinossauro (2020), S.R.N (2020) e Jô (2020), houve um afastamento da Direção do sindicato dos servidores da Biblioteca Central. Argumentam que somente algumas Coordenações do SINTUFES comparecem ao setor em que eles (os entrevistados) trabalham, mas desconversam quando o assunto é a presença da Direção do SINTUFES.

Quando perguntados se os *interesses coletivos* do SINTUFES correspondem aos dos trabalhadores das bibliotecas, percebem-se algumas barreiras na predisposição à participação. As primeiras entrevistas demonstram que os interesses coletivos devem partir também dos sindicalizados em se colocarem à disposição do sindicato. Ilane (2020) afirma: “eu comecei a participar politicamente dentro da gestão da universidade. Eu acho que são interesses coletivos do sindicato. Quando ele envolve os técnicos”. E outra entrevistada, Jô (2020), relata: “as demandas dos profissionais das bibliotecas... Eu entendo que falta mais a

gente concretizar essas demandas, de uma maneira geral. E, também, a gente se comunicar mais com o sindicato. Eu acho que os trabalhadores de bibliotecas têm um vínculo muito raso”. Observa-se que as entrevistadas compreendem os interesses coletivos, que, segundo Costa (2007, p. 86), são “(...) situações que vão construindo no indivíduo a capacidade de se manifestar em prol de seus interesses e também dos interesses coletivos”.

Entende-se a necessidade de sincronizar as ações do SINTUFES para não ocorrer a perda de força diante da administração universitária. Essa percepção foi relatada por Helô (2020):

O pessoal da limpeza no Espaço faz falta, eu acredito que o sindicato poderia ter se manifestado durante a reforma, durante o período que a UFES tem ficado sem a equipe de limpeza, limpeza é uma questão básica! E o sindicato precisa ver isso (HELÔ, 2020).

A entrevistada evidencia a necessidade de apropriação de *interesses coletivos*, com um sindicato para a defesa do coletivo. Isso produz sentimentos e emoções de *injustiça* social.

Outro ponto questionado pelos entrevistados, que tem causado insatisfação, diz respeito à pauta sindical. Os entrevistados argumentam que o SINTUFES prioriza a pauta nacional, em detrimento da local. O entrevistado Dinossauro (2020) afirma que há necessidade da participação dos sindicalizados para atingir os objetivos:

Vamos dizer que tem uma pauta interna de reivindicação. Tem uma nacional e tem uma interna. Essa interna, por exemplo, em alguns momentos... para você ver que *eu participei* de muita coisa. Então, eu tive, em algumas vezes, em discussão de pauta interna que passa além do coletivo, entende? Então assim, a nossa pauta interna está longe e a gente tem colocado isso... (DINOSSAURO, 2020)

Essa percepção do indivíduo na dimensão de interesses coletivos ressalta o “(...) caráter antagonístico das relações de classes (na medida em que esses são conflitos de interesse) e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos” (SANDOVAL, 1994, p. 67).

Segundo as atas eletrônicas e as publicações do Jornal do SINTUFES, os *interesses coletivos* apresentados pelo SINTUFES são constituídos entre os sindicalizados. Odim (2020) afirma que alguns interesses locais sejam discutidos pelo sindicato:

Bom, a carga horária de 6 (seis) horas é importante para manter o público de maneira eficiente, e também cobrir os horários noturnos, que são os mais difíceis de arrumar mão de obra. Então é isso aí, teve uma *participação* bem grande do sindicato nesse sentido de conseguir com que as coisas que estavam, fossem regulamentadas, o atendimento contínuo (ODIM, 2020).

É apontada pouca predisposição para participar. Segundo o entrevistado José (2020), “talvez a principal bandeira que tem sido levantada nos últimos anos foi de lutas pela flexibilização da jornada de trabalho, que afeta toda a Universidade, mas, com certeza, falta interesse do servidor, estou falando de servidor de biblioteca”. Para Dallari (1984), é importante a atuação individual e coletiva, pois a participação política é reconhecida tanto pelo caráter individual, quanto coletivo, e, para isso, deve haver canalização das forças e também lutas coletivas e reivindicações.

Quando o quesito é se o SINTUFES possui os mesmos interesses dos filiados das bibliotecas, a entrevistada Helô (2020) relembra novamente a situação ocorrida em 2016 após a greve nacional, em que, segundo ela, ocorreu um “racha” entre a Direção do sindicato e trabalhadores da Biblioteca Central, relata: “Da biblioteca não, não! Inclusive eu acho que houve já um racha do sindicato com o setor. Exatamente. Eles eram muito mais presentes”, posicionamento reforçado por Regina (2020): “Mas ultimamente eu estou vendo muito pouca participação. Último movimento de greve foi há 3 anos, paralisação eu vi até razoável, mas muito aquém do que seria necessário”, isso trouxe o afastamento dos trabalhadores junto à Direção Sindical da época e repercussão para a atual gestão.

Os entrevistados entendem que o SIB/UFES necessita de um tratamento diferenciado pelo SINTUFES, por ser um setor de longo alcance e importância na Universidade. Sabem que há peculiaridades em cada biblioteca, a exemplo do relato da entrevistada S.R.N. (2020): “em geral na biblioteca, eu acho que só tem servidores, sim. Quando eu acompanhava, o sindicato também defendeu causas do pessoal da EBSERH, defendeu causas do pessoal terceirizado, junto ao DCE, também causas dos bolsistas estagiários”.

Outro entrevistado queixa-se que o SINTUFES, por estar ligado à Central Sindical FASUBRA, não atende às pautas conforme solicitações dos sindicalizados. Dinossauro (2020) diz que os interesses coletivos, postos em pauta pelo SINTUFES, não revelam os interesses locais:

Porque a gente tem uma pauta nacional. Quando traz para aqui a gente vê que os problemas também tão aqui, né? Que é a capacitação, a liberação de horas, papapa... ele não consegue, vamos dizer, o SINTUFES não consegue ser o nosso representante, assim! Claro! Ser nem um interlocutor, mas está junto para descobrir os problemas, pra discutir os problemas que às vezes é uma questão nacional. Faz um chamamento, mas... ai passa pela credibilidade de quem tá discutindo. Isso é muito sério, né? (DINOSSAURO, 2020).

Percebem-se várias situações ocorridas que causaram a “baixa participação” dos servidores das Bibliotecas e a redução na percepção dos *interesses coletivos* relacionados ao SINTUFES.

Por fim, na dimensão de *interesses coletivos*, resta compreender quem são os aliados do SINTUFES para alcançar os resultados pretendidos. Então, grande parte dos entrevistados elencaram os próprios servidores, pois eles que formam uma organização de representação. Em segundo lugar, a comunidade acadêmica. Segundo as entrevistadas, os próprios servidores devem ser os maiores aliados do sindicato. Helô (2020) declara: “deveriam ser os servidores, né?”, e Jô (2020) ainda enfatiza: “os aliados do SINTUFES, no meu ponto de vista, são os próprios filiados e trabalhadores técnico-administrativos”. Pateman (1992) afirma que a participação do trabalhador em assuntos de seu interesse é importante para desenvolver qualidades psicológicas na participação local até em âmbito nacional.

Outros entrevistados visualizam também a comunidade acadêmica, como DCE e ADUFES, como aliados do SINTUFES. Segundo Ilane (2020):

Os aliados hoje do SINTUFES, eu acho que são os próprios, como os outros sindicatos e o DCE, que se reúnem aí. ADUFES, sindicatos externos à universidade, eu vejo eles se movendo para esse grupo. Essas pessoas são grupos que estão presentes também dentro da UFES, estão presentes na UFES. É nesse momento que eu acho que eles se envolvem coletivamente (ILANE, 2020).

Há diferenças nas percepções e nas análises dos entrevistados, há interesses contraditórios, mesmo estando todos em prol dos mesmos objetivos: defesa dos direitos, inclusive por grupos de minorias, além da busca por justiça social e por melhores condições de trabalho. Observa-se a falta de dedicação dos entrevistados em ações da atual gestão do SINTUFES, que está permeada de sentimentos negativos que expressam pouco envolvimento participativo e com os *interesses coletivos*.

#### **4.7.4 Eficácia política**

Nota-se que essa dimensão de *eficácia política* se apoia na Teoria da Atribuição. Os sujeitos interpretam as causas dos acontecimentos como resultado de forças transcendentais, dos próprios indivíduos, de outros sujeitos ou grupos (HEWSTONE, 1989). Sendo assim, os entrevistados que *participam das ações coletivas* as percebem como um evento resultante do poder político do sindicato.

Observa-se neste estudo que nem todos os sindicalizados estão engajados em uma ação coletiva, contudo estão ligados ou envolvidos nos conflitos sociais. Portanto, identificaram a *eficácia política* como sendo um elemento de motivação, ou não, para a predisposição à participação, quando consideraram as ações políticas do sindicato. A ausência de conhecimento das ações coletivas pode produzir sentimentos de ineficácia política.

Ao analisar as entrevistas da dimensão da *eficácia política*, constatou-se, no decorrer das respostas dos entrevistados, uma disposição com os discursos que embasaram outra dimensão: *a vontade de agir coletivamente*. Os sindicalizados percebem o efeito direto das ações quando ocorre a participação (trabalho) em conjunto, no coletivo. Com base nas análises anteriores de outras dimensões, verifica-se que os entrevistados percebem que as pautas propostas nem sempre são as de preferência do sindicalizado.

Para Ilane (2020), as ações políticas devem estar a serviço da coletividade, ao contrário dos interesses e das demandas individuais. A entrevistada percebeu uma fragmentação administrativa da atual gestão do sindicato. Segundo ela, na última eleição, ocorrida em 2018/2019, ocorreu a divisão das Coordenações, explicou:

Política interna! Acho que já foi melhor. Quando houve um envolvimento maior. Eu acho que o SINTUFES quebrou nas duas últimas eleições. Principalmente na última, de três candidatos, é ele quem quebra a unificação da base. E aí tem o grupo CCJE e o grupo do HUCAM, grupo do CCHN. Nesse grupo que tudo é aberto. Quando você se desorganiza internamente, porque esse foi um processo de desorganização. Tudo em função das direções que existiram lá serem muito radicais, e não escutarem. E esses grupos não se sentiram acolhidos. Aí resolveram formar subgrupo. Hoje o SINTUFES está pulverizado nesses subgrupos o tempo inteiro (ILANE, 2020).

Essa situação retratada por Ilane (2020) diz respeito ao terceiro *locus* de causalidade da Teoria da Atribuição, sendo que define "(...) como origem das causas dos acontecimentos, os eventos resultantes das ações de outros grupos ou indivíduos" (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 42). No relato da entrevistada é possível observar uma *angústia social* apontada como um fator que permite ao indivíduo ou ator social mudar a condição social.

Ao fixar os sentimentos de *eficácia política* dos sindicalizados na construção e formação das suas consciências políticas, a capacidade de intervenção do SINTUFES é percebida pelo entrevistado José (2020), quando afirma que a direção do sindicato está se afastando muito da base, e que isso não traz resultados positivos, devido à ruptura desde a greve de 2016 e ao posicionamento diante da categoria.

Justamente pelo desgaste que eu comentei no início, me parece o afastamento de servidores. Não adianta pensar o SINTUFES como só diretoria ou só, tipo, quem somos? São os trabalhadores, parece que está sendo um pouco eficaz, porque algumas atitudes ao longo do tempo foram afastando os filiados, afastando a nossa categoria (JOSÉ, 2020).

Outra servidora, Helô (2020), também foi incisiva quanto ao posicionamento da Direção do SINTUFES, afirmando que a organização dificulta o entendimento com a base. Para ela, a diretoria é "muito autoritária. Se for divergente do que eles pensam, é exposto, é

desconsiderado. E eu vejo isso com relação aos colegas que são sindicalizados e ao próprio sindicato”. Conforme Hewstone (1989), quando o indivíduo crê que as causas de um problema estão além de seus limites, a tendência é reagir com submissão e conformismo.

Jô (2020), por sua vez, expressa diretamente a relação da eficácia com a credibilidade. A referida entrevistada deixa nas entrelinhas: “bom... Eu não vejo que está sendo eficaz... [silêncio] pela falta da credibilidade da categoria...”. Entende-se que os entrevistados revelam um diminuto sentimento de *eficácia política*. Os entrevistados possuem baixa percepção em relação ao poder de intervir em situações, nesse caso, geradas pelo afastamento da Direção do sindicato e da base de trabalhadores.

Segundo uma entrevistada, a efetividade ocorre, mas a atual gestão não consegue mobilizar os trabalhadores das bibliotecas. Regina (2020) comenta: “eu avalio, de certa maneira, positiva. Eu vejo eles tomando uma iniciativa da história do que tem que ser feito, mas a eficácia é o que falha na falta da mobilização. Muito poucas... algumas coisas, sim, na atual gestão principalmente”. Nas entrevistas fica claro que a eficácia política das ações dos sindicalizados decorre da integração do indivíduo e do movimento sindical. Nas palavras de Silva (2002), quanto mais integrado estiver o movimento, maior será a eficácia de suas ações e, conseqüentemente, maior será a identidade coletiva dos seus integrantes.

É possível identificar um sentimento de baixa *eficácia política* nos entrevistados, pois o sindicato está sob a macropolítica advinda da FASUBRA e, na visão deles, a “micropolítica” ocorre localmente e sofre interferência da “macropolítica”. Assim, Dinossauro (2020) se posiciona quanto às pautas defendidas pelo SINTUFES:

Não, algumas são nacionais, também defendidas pela ANDIFES, por exemplo, as da UFES muitas resolvidas, por exemplo, carga horária no hospital, plantão...algumas coisas que aconteciam que foram modificadas a partir do momento que entrou o... que acontecia por falta de gente (DINOSSAURO, 2020).

Quando questionados sobre como avaliam o SINTUFES quanto à sua *eficácia política*, grande parte dos entrevistados demonstra um sentimento de frustração, devido a uma instância política superior da Central Sindical, FASUBRA, direcionar as pautas nas negociações com o Governo Federal.

Ao observar o Modelo de Consciência Política de Sandoval e Silva (2016), fundamentado em Hewstone (1989), é possível extrair a convergência nesse primeiro tipo de atribuição como um sentimento de baixa *eficácia política*, na atualidade. Segundo Regina (2020), observando diferentes momentos históricos do sindicato, hoje, as reivindicações sindicais não são atendidas pela Gestão da Universidade, no entanto, em outras conjunturas político-

administrativas, a situação era bem diferentes, relata a entrevistada: “Na época do Rubens Rasseli (reitor) ainda tinha um diálogo maior, mas nesta gestão, eu vejo pouca colaboração da Direção da UFES”. Segundo a entrevistada Ilane (2020), em alguns momentos, o diálogo tem resolvido algumas questões: “eu acredito que algumas, sim, as outras não. Vou te dar um exemplo: nos últimos tempos a gente está de recesso, fazendo de 7h até 13h na universidade. Esse foi um dos questionamentos do SINTUFES. A gestão acolheu”.

Em outra entrevista, também se nota a inflexibilidade da Administração Universitária ao receber a reivindicação sobre a jornada flexibilizada. Mesmo tendo criado uma Comissão para avaliar os casos em tela, algumas bibliotecas não conseguiram obter a permissão para uma jornada de 30 horas. A entrevistada S.R.N. (2020) explanou sobre a negociação feita pelo sindicato:

Junto à Reitoria, a gestão da universidade... [Dúvidas] [Silêncio]. Quanto ao Governo Federal seria mais fácil falar das nossas greves nas campanhas salariais, mas contra a Reitoria. A questão da jornada está uma luta ainda, não é o Governo Federal. É Reitor que vetou. Mas ele não está cedendo de jeito nenhum, quero dizer, cedeu em partes. Ele criou essa Comissão para definir nossa jornada de seis horas (S.R.N., 2020).

O sentimento de *eficácia política* está relacionado ao poder transformador da participação. Nas entrevistas são narradas experiências na construção das pautas, das histórias e dos sentimentos anteriores de participação e do andamento dos pedidos. O entrevistado Dinossauro (2020), por exemplo, afirma: “(...) dependendo da pauta, eu vou à assembleia. Para mim interessava a todos”. Já Ilane (2020) recorda as participações na época da comissão: “já achei mais efetiva lá dentro. Hoje sempre menos. Até em função dessa pulverização, o que aconteceu eu comecei a participar desse grupo que é vinculado à HUCAM. Pouco mais do que o grupo dentro do SINTUFES, a atual direção”. Com essas declarações, os indivíduos identificam que as demandas são as mesmas das ações coletivas estabelecendo um sentimento de *eficácia política*.

Outro sentimento de *eficácia política* também é expresso pela linguagem e comunicação, devido à relação dos conflitos e das negociações. Percebe-se um distanciamento entre a Direção do sindicato e a Gestão Universitária. A comunicação transforma-se em barreiras de negociações, tal fato é narrado pelo entrevistado Odim (2020), quando exprime: “eu acredito que não, apesar de ter até um período de perseguição, que a Gestão Universitária queria desalojar o SINTUFES do espaço físico ou pagasse aluguel. Houve certa hostilidade por parte da Direção, na figura do Reitor”. O entrevistado também apontou a ineficácia da gestão como uma barreira que promovia um processo desmobilizador.

Outra entrevistada afirma que a necessidade de participação demanda tempo e investimento pessoal. O engajamento direto e presencial se materializa dando forma aos movimentos sociais e às ações coletivas, originando enfrentamentos e confrontos, conferindo o sentido da eficácia. O exemplo da Administração Universitária é complexo e prejudica parte dos trabalhadores, conforme Jô (2020):

As reivindicações do SINTUFES são atendidas pela gestão da universidade. Muita ação depende da gente ir lá e conversar. Muitas não são as mais importantes..., por exemplo, a jornada flexibilizada. A gente não tem êxito. A gente também não tem êxito com relação à aplicação do ponto eletrônico que é muito prejudicial aos trabalhadores técnico-administrativos. Apesar de a gente tentar negociar (JÔ, 2020).

Há dificuldade pessoal para alguns entrevistados participarem, apesar de ter um histórico de participações nas assembleias gerais do sindicato. No entanto, os compromissos externos e familiares acabam interferindo na participação, isso leva a terem que julgar e priorizar as demandas daquilo que necessitam. Regina (2020), por exemplo, afirmou:

Como eu tenho uma vida muito corrida, muitos filhos, netos, família estudando, então, não participo sempre das assembleias. Sempre *participo* dos movimentos, manifestações. Já pela dificuldade da minha idade, mas fui às últimas, andei daqui até lá na 3ª Ponte, até na assembleia! Eu sempre procuro participar. Sempre me *engajei*, eu sou chamada, eu participo. Quando há assembleias, me dizem o que foi decidido, que isso é assim, e assim. Tudo bem, tem meu apoio, eu vou apoiar e participar, mas ir lá nas assembleias para ajudar a decidir eu não consigo (REGINA, 2020).

É certo que a participação ocorre quando o indivíduo ou grupo identifica o importante pertencimento coletivo, sendo parte dele. Se há sentimento de pertença por parte dos indivíduos, cabe ao movimento sindical o reconhecimento deles no envolvimento com a luta. Os entrevistados compreendem que o resultado será alcançado com a disposição de todos.

#### **4.7.5 Sentimentos com Respeito aos Adversários**

Quando perguntado aos entrevistados quem são os *adversários* do SINTUFES, que dificultam sua atuação, a maioria apontou a Reitoria, pois a considera a primeira instância de impasse nas negociações com o sindicato. As respostas à questão revelam os adversários com convicção, conforme declarações de Regina (2020): “eu sei que há uma resistência muito grande... na Reitoria mais especificamente”, e de S.R.N. (2020): “A Reitoria é a maior, né?!”.

Helô (2020), ao ser solicitada que indicasse os adversários do SINTUFES, apresenta um sentimento de desprezo com relação à Diretoria do sindicato, bem como na relação com a Gestão Universitária, por falta de comunicação e diálogo:

Eu acredito que os gestores da universidade são os adversários maiores, se é que a palavra deixa pensar adversário. Que mesmo

assim, é comum a ideologia. O que você pensa não é igual ao que eu penso, então eu te desconsidero..., entre o *sindicato* e a *gestão da universidade*. Não deveria ser assim. Deveria haver diálogo até que se chegasse a um consenso, meio termo (HELÔ, 2020).

Outro entrevistado também apresenta a Gestão Universitária como um dos adversários e um retrospecto negativo dos últimos anos. De acordo com José (2020):

A própria administração central da universidade que dificulta muitas ações. Nos últimos anos tem, também, junto com alguns setores, por exemplo, a Pró-reitora de Gestão de Pessoas. De certa forma muito legalista... não sei... impondo regras, impondo uma série de coisas que vão cada vez mais tirando a qualidade de vida no trabalho (JOSÉ, 2020).

No entanto, surgem outros *adversários* no relato histórico dos entrevistados. Dinossauro (2020) e Jô (2020) revelam sentimentos de desdém e raiva pelas ações do Governo Federal e da corrupção por causa de interesses capitalistas em destruir os sindicatos e a Universidade:

Ethel fez questão de tirar foto. Eu me inscrevi, o professor falou: **“Dinossauro, você quer falar?”** – Eu vou falar. Eu disse que nós sempre estivemos à **direita na UFES**. A direita sempre esteve aqui, brigou por espaço e nós vamos deixar ela novamente nessa eleição, onde ela sempre esteve. E não tenhamos dúvidas que temos representantes aqui dentro, **do cara**. Tem pessoas que quer **pegar uns carguinhos representando esse presidente** que vem aí, que está aí... (DINOSSAURO, 2020).

Em minha opinião, o maior adversário que SINTUFES fez, hoje, é o Governo Federal, principalmente, e todos os outros desse sistema corrupto que quer acabar com o serviço público e destruir a universidade. Então hoje é o sistema capitalista junto com o governo. E todos os capitalistas que querem o fim da universidade (JÔ, 2020).

O surgimento de *adversários* também é percebido pela ausência dos trabalhadores junto às ações coletivas, conforme Jô (2020): “eu acho que é falta de interesse. De uma luta coletiva. E de repente acho que isso falta de interesse pela luta coletiva. Em detrimento dos interesses individuais”; por falta de representação sindical em outros *campi*, como pontuam Odím (2020): “Ah! Sim, como eu te disse... Por estar longe é meio complicado”.

Durante as entrevistas foi possível compreender o conflito de interesses entre as categorias dentro do SINTUFES. O sindicato, sendo a organização que agrega vários cargos, como, no Restaurante Universitário, onde estão lotados os nutricionistas e os administradores; na Prefeitura Universitária, grande parte dos engenheiros e arquitetos; nas Bibliotecas, os bibliotecários e assistentes administrativos, dentre outros setores da administração universitária; gerando um sentimento nos entrevistados de *adversários* internos à organização, contudo reconhecem que esses não podem ser ameaças diretas para a participação. Como expressa S.R.N (2020): “com certeza. O próprio público-alvo do sindicato

para defender são os técnicos-administrativos, aos outros que ele também acaba se envolvendo, mas o público-alvo deles nos arredores são os técnicos-administrativos”.

O entrevistado José (2020) argumenta ao falar dos adversários: “A gente sempre tem a visão de que a categoria docente, sempre...[silêncio], pois aqueles que ocupam os principais cargos de decisão e gestão. Se assim for, para indicar uma categoria que, aparentemente, é privilegiada”. No entanto, uma entrevistada compreende a importância de a categoria ser unida e participativa para se obter resultados. Nesse sentido, justifica Ilane (2020): “não acredito que seja uma categoria a mais favorecida, mas acho que **há categorias atuantes**. Quando as categorias são atuantes elas se unificam e elas conseguem ser mais favorecidas”.

Ao trazer a informação para a discussão com os entrevistados, disponibilizada pela Secretaria do SINTUFES, de que apenas uma pequena parcela de servidores, lotados no SIB/UFES, é sindicalizada, alguns entrevistados justificam esse fato com o afastamento da direção do SINTUFES. Conforme Ilane (2020): “eu acho que já foram filiados... devem ter se (...) desfilado. É ruim, porque não se feriu, porque talvez não estejamos observando as ações efetivas dos sindicatos nas bibliotecas. Mas aí eu volto. Essas ações precisam ser feitas para um conjunto, entendeu?”.

Outro motivo apontado é a letargia de mobilização no movimento sindical. Regina (2020) aponta que a ausência de visibilidade das ações do sindicato tem contribuído para o baixo engajamento do servidor: “talvez por tão pouca visibilidade do SINTUFES na universidade. Então, muitos funcionários, a não ser aqueles que já têm um engajamento político, que gostam de participar, a maioria não quer participar, querem benefícios se forem a uma ação coletiva”.

Os entrevistados apresentam barreiras relacionadas a alguns sentimentos contrários à participação dos trabalhadores nas ações do SINTUFES. Sentimentos de medo e insegurança são percebidos por meio de forças emergidas pela imagem do Presidente da República e das ações exercidas junto aos Poderes Judiciário e Ministério Público Federal, principalmente, ao implantar o ponto eletrônico contra os servidores. Jô (2020) justifica:

Nós temos a barreira para participar das ações, que é nosso ponto eletrônico. As barreiras são relativas para poder participar no horário de trabalho, porque o ponto impede as chefias imediatas, o Governo impede com as orientações de quem quiser participar, mas tem que depois cobrir esse horário, então as pessoas já passam 8 (oito), 9 (nove) horas... não vai querer ficar devendo hora para participar da atividade sindical (JÔ, 2020).

Com base no Modelo Teórico e Analítico de Sandoval e Silva (2016), identifica-se nas entrevistas sentimentos relativos à *Vontade de Agir Coletivamente*, o que justifica a participação ou não participação dos sindicalizados, que serão vistos a seguir.

#### 4.7.6 Vontade de Agir Coletivamente

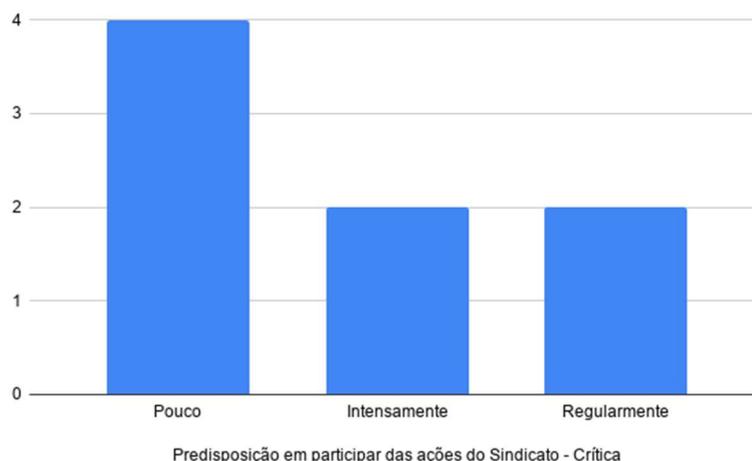
Esta dimensão busca a compreensão da predisposição dos trabalhadores em participar das ações coletivas, revela a intencionalidade das atividades e ações do sindicato. Verifica-se nas entrevistas um fator *positivo* na utilização dos meios de informação das ações do sindicato.

O SINTUFES faz uso de instrumentos e recursos organizacionais para realizar o registro e a convocação dos sindicalizados para mobilização e participação nas ações coletivas, como a propositura de uma pauta aberta e debate crítico, a fim de internalizar as emoções de defesa da educação pública. O engajamento nas ações coletivas demonstra a *vontade de agir coletivamente* e a predisposição em participar dessas atividades (SANDOVAL, 2001). Para a divulgação das atividades, os instrumentos e recursos utilizados pelo SINTUFES são:

- O site do sindicato [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br); rede social Facebook e os canais @sintufes e @FASUBRA;
- O Jornal do SINTUFES e as Atas Eletrônicas;
- Comunicações e chamadas sobre assuntos envolvendo ações afirmativas, Medida Provisória 873/19, sobre aposentadoria e contribuição sindical, e Ações da Comissão Interna de Supervisão (CIS);
- A participação em reuniões e assembleias nas regionais de Goiabeiras, Hospital Universitário (HUCAM), CEUNES (São Mateus) e CCA (Alegre);
- Assembleias gerais, atos públicos e reuniões sobre o *Future-se*;
- Ações comemorativas e atividades em ações afirmativas: dia da mulher, dia do aposentado, campanha contra o racismo, minorias de negros, grupos LGBT, deficientes físicos;
- Atividades de recreação e lazer.

Na análise do posicionamento dos entrevistados, diante das questões da *vontade de agir coletivamente* nas ações do SINTUFES, confrontando com Sandoval e Silva (2016) sobre a dimensão, percebe-se claramente a pouca predisposição à participação. Alguns fatores se revelam como barreiras a essa participação: o de acesso à informação, a distância das assembleias gerais do setor de trabalho, a falta de transparência no planejamento das ações, que acabam prejudicando a presença dos sindicalizados. Aos serem questionados acerca da vontade de participar das ações do SINTUFES responderam:

**Gráfico 5 – Predisposição em participar das ações do Sindicato**

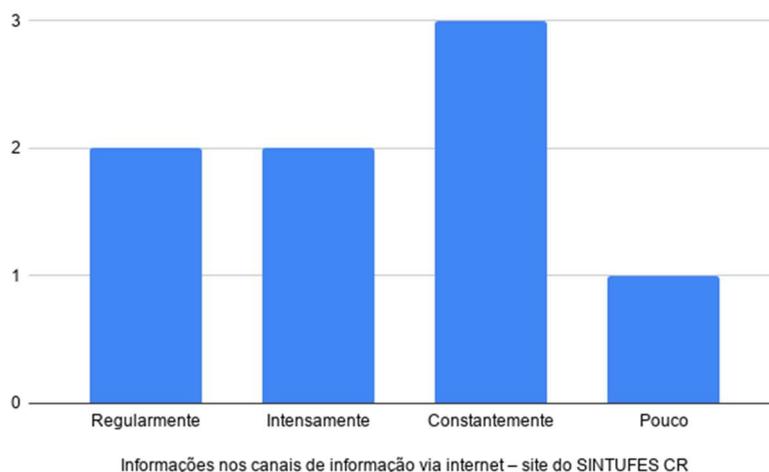


Nota-se que 50% dos entrevistados revelam pouca predisposição em participar das ações, 25% declaram participação regular, e somente 25% uma intensa vontade. Duas entrevistas se destacam nesse quesito. Dinossauro (2020), por exemplo, declara que o que move sua participação é “(...) a injustiça. É porque alguém precisa que alguém... está pedindo por justiça. Muito mais do que nunca”. Na outra entrevista, observa-se um sentimento de medo referente à ação Governamental e da Administração Universitária quando participa das ações do sindicato. Nesse sentido, Jô (2020) exprime: “esse medo que o próprio governo faz, com a ajuda das chefias, da administração da Universidade de quem está participando como se fosse subversivo, proibido e imoral”, ao se referir ao sentimento de *agir coletivamente* nas ações junto ao SINTUFES.

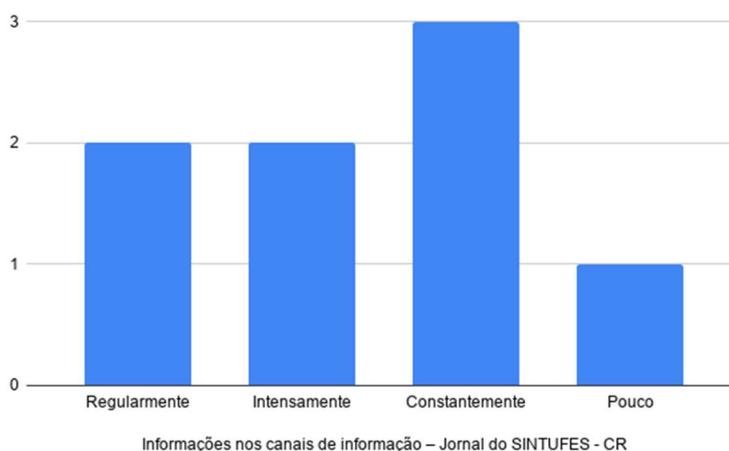
A *vontade de agir coletivamente* relaciona-se aos custos e aos benefícios que o indivíduo tem ao participar das ações coletivas (KLANDERMANS, *apud* SANDOVAL, 2001). Nas entrevistas, os sindicalizados que participam afirmam que a participação nas ações coletivas do SINTUFES envolve gastos e benefícios.

Então, para explorar mais essa dimensão, foram elencados alguns instrumentos e ações coletivas desenvolvidas pelo SINTUFES. As entrevistas evidenciaram pouca predisposição em participar individualmente e coletivamente.

Sobre a busca por informações nos canais oficiais de informação do SINTUFES, utilizando o site [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br), obteve-se a seguinte intencionalidade:

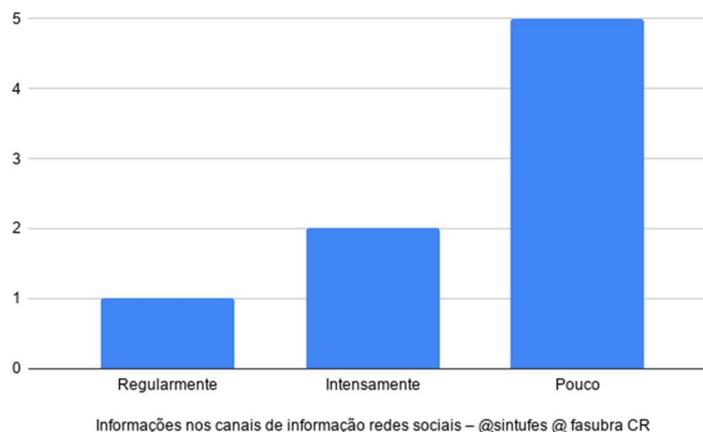
**Gráfico 6 – Informações nos canais de informação via internet – site do SINTUFES**

A maior parcela, 37,5%, busca informações do SINTUFES no site oficial, constantemente. Os 12,5% dos entrevistados acessam pouco, e tanto aqueles que acessam intensamente como os que acessam regularmente representam 25% dos servidores entrevistados.

**Gráfico 7 – Informações nos canais de informação – Jornal do SINTUFES**

Quando perguntados sobre a leitura do Jornal do SINTUFES, observa-se que os entrevistados o procuram com mais frequência, sendo 37,5% constantemente, 25% regularmente, 25% intensamente, e somente 1 (um) entrevistado (12,5%) utiliza pouco esse material informativo.

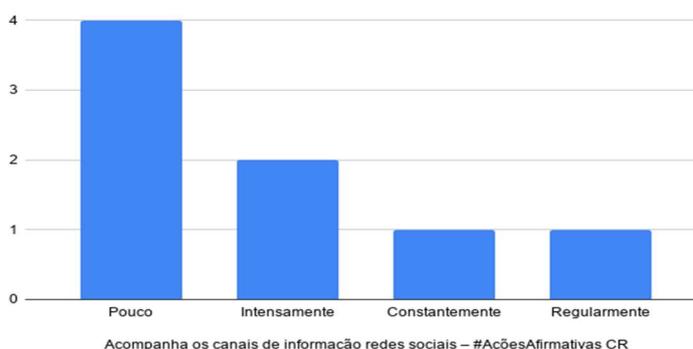
**Gráfico 8 – Informações nos canais de informação redes sociais – @sintufes @ FASUBRA**



O acesso às redes sociais @sintufes e @FASUBRA conta com acesso regular de 12,5% dos entrevistados. 62,5% acessam com pouca frequência e 25% intensamente. Observa-se um percentual bem diversificado entre essas três categorias citadas, enquanto que, na categoria que “acessa constantemente”, nenhum entrevistado se enquadrou.

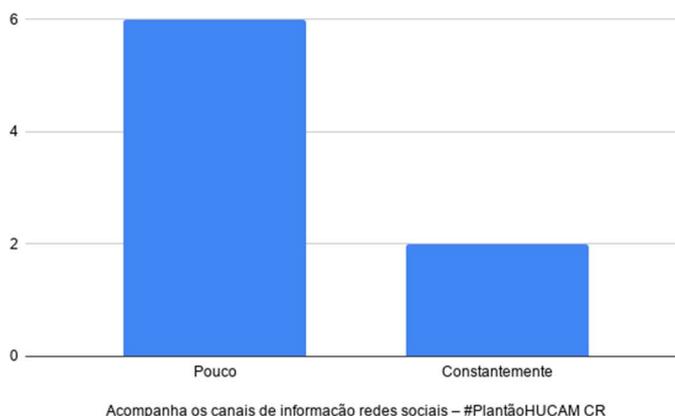
Também foi solicitado aos entrevistados que se manifestassem quanto à participação nas chamadas do sindicato para discussões de alguns assuntos destacados nas redes sociais mediante o uso de cerquilha (*hashtag* - #). Essas chamadas identificavam mensagens sobre ações afirmativas, plantões no HUCAM, jornadas de trabalho, medida provisória 873/19, dentre outras. Observa-se que algumas chamadas despertam maior interesse dos sindicalizados, em detrimento de outras. Seguem a apresentação do interesse dos entrevistados por chamada.

**Gráfico 9 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #AçõesAfirmativas**



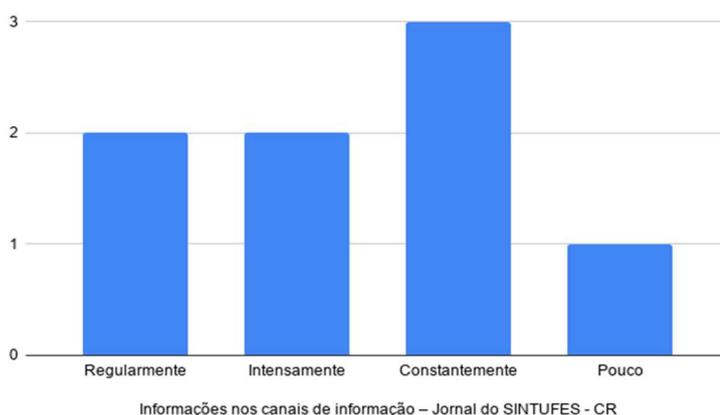
Quando às chamadas na rede social “Ações Afirmativas” (#AçõesAfirmativas), 50% declaram participar pouco, seguidos dos 25% que participam intensamente e 12,5% que participam constantemente e regularmente dessa ação promovida pelo SINTUFES.

**Gráfico 10 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #PlantãoHUCAM**



No tema “Plantões do HUCAM” (#PlantãoHUCAM), o número de entrevistados que declara ter participado pouco foi ainda maior (75%), seguido da participação constante de 25%. Vale destacar que dos 8 entrevistados, apenas 2 são da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (ao lado do HUCAM), demarcando o interesse dos entrevistados por questões coletivas e não apenas de cunho pessoal e individualista. Outro ponto importante, já citado por um entrevistado, diz respeito à luta pelos direitos trabalhistas em diferentes regimes (RJU e CLT) postos no HUCAM. Destaca-se que, desde que foi criada a EBSERH, atuando no HUCAM, a estrutura organizacional sofre com inúmeras tentativas de privatização e desvinculação governamental.

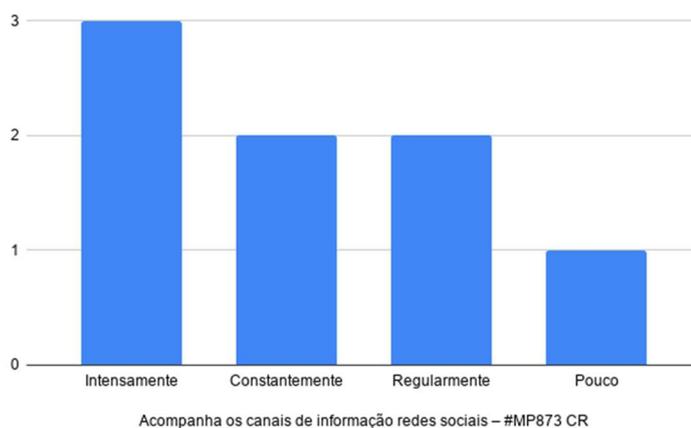
**Gráfico 11 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #JornadadeTrabalho**



Mesmo que o interesse coletivo possa ser demonstrado em assunto que não atinja diretamente a vida pessoal do entrevistado, é inegável que o tema Jornada de trabalho (#JornadadeTrabalho), que discutia as alterações de jornada de trabalho dos TAEs, tenha despertado muito mais o desejo de participação. Sobre esse tema, observa-se que 25% dos

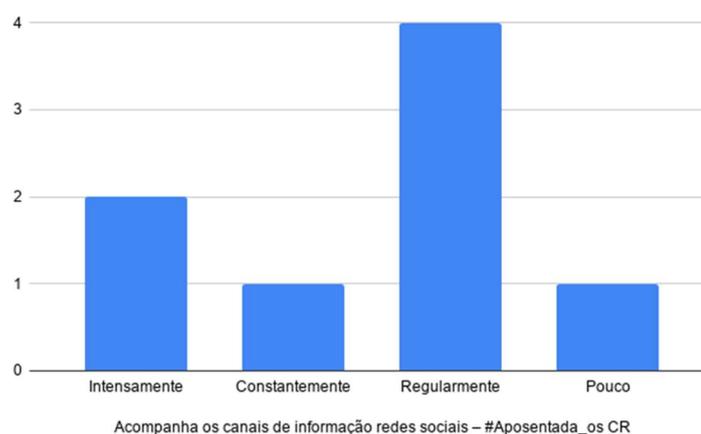
entrevistados acompanhavam intensamente e regularmente com o mesmo percentual. Restando apenas 12,5% declarando que acessou pouco, e 37,5%, constantemente.

**Gráfico 12 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #MP873**



Um comportamento muito similar foi a participação no tema Medida Provisória 873 (#MP873): 37,5% participou intensamente; 25% constantemente; 25% regularmente; e 12,5% pouco. O processo dessa MP foi iniciado ainda no mandato de Michel Temer (MDB) e sancionado no atual governo, de forma que, a partir de então, o imposto sindical deixou de ser obrigatório, enfraquecendo os sindicatos.

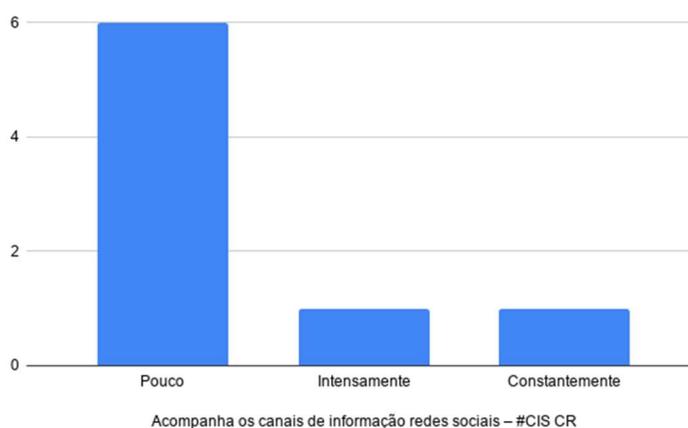
**Gráfico 13 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #Aposentada\_os**



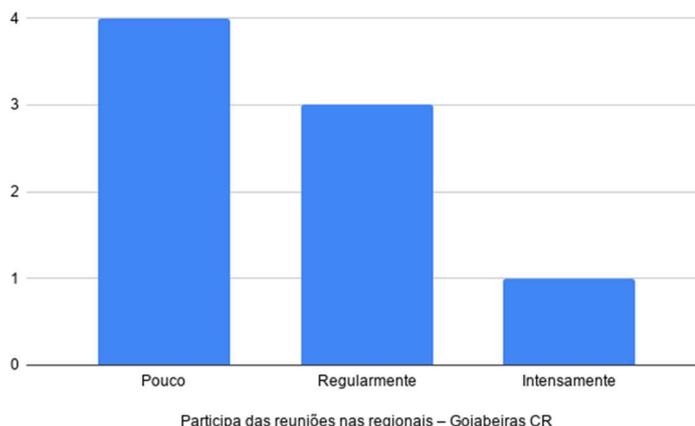
Importante destacar que o SINTUFES apresenta Coordenação específica para o desenvolvimento das ações temáticas referentes ao conteúdo, com base nas sugestões dos sindicalizados. Isso se trata de uma recomendação do Estatuto da FASUBRA (2019). No caso da campanha #Aposentada\_os, esta pode ter sido uma questão apresentada pelo coletivo, mas, no caso dos sindicalizados entrevistados, é importante ressaltar a faixa etária dos sujeitos, pois se trata de uma amostra na qual 12,5% dos entrevistados possuem menos de

40 anos de idade, 62,5% possuem idades entre 40 e 49 anos; 12,5% possuem de 50 a 59 anos de idade, e apenas 12,5% possuem mais de 60 anos. Quando a chamada convoca os filiados a discutirem alterações na concessão de aposentadorias, observa-se que a maioria, 50%, participou dessa campanha regularmente, o restante se distribuiu igualmente com a participação de 12,5% pouco e constantemente, e 25% intensamente. Ou seja, apesar de ser um assunto que desperta o interesse, a sensação, para a maioria, não é de urgência de informação.

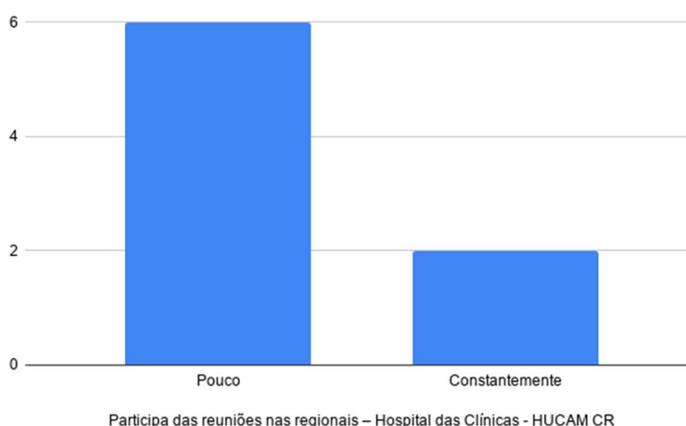
**Gráfico 14 – Acompanha os canais de informação redes sociais – #CIS**



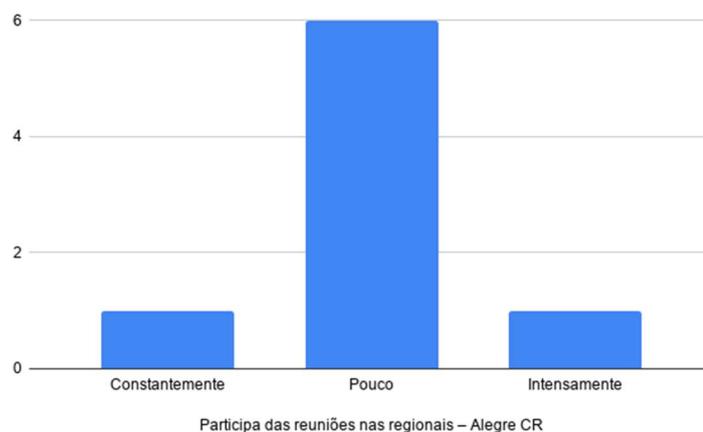
Ao questionar sobre a existência da ação da CIS na representação dos trabalhadores (#CIS), é importante destacar essa comissão, pois a participação em espaços de representação dos trabalhadores permite a ocupação nos Conselhos Superiores na defesa dos servidores. A grande maioria dos entrevistados apresentou pouco interesse em participar, 75%; apenas 12,5% acompanharam constante e intensamente, e ninguém declarou que acompanhou regularmente. Esse canal foi criado devido à importância dessa Comissão em acompanhar os processos e pedidos de servidores à Administração Universitária. No entanto, foi desestruturada, a fim de não manter os trabalhos, conforme fala Dinossauro (2020) em sua entrevista: “com a eleiçãozinha da CIS, eles mobilizam pessoas... precisa ver. Por quê? Onde é que tem aquele que desperta para a pessoa ir votar, sair da sala pra ir votar, ou até levar a folha...”.

**Gráfico 15 – Participa das reuniões nas regionais – Goiabeiras**

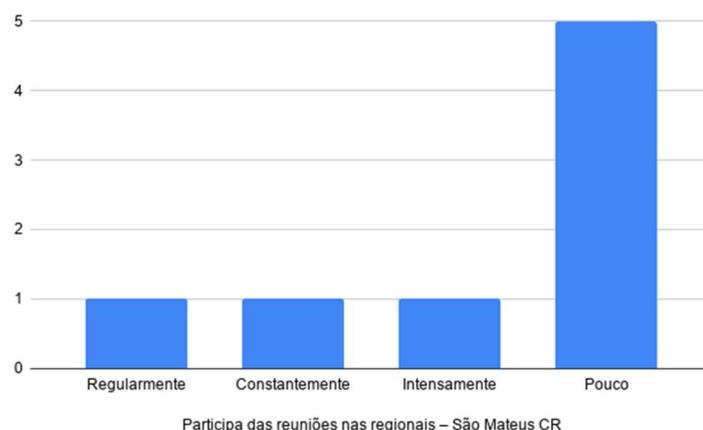
Além da participação nas campanhas, os entrevistados também foram convidados a avaliar seu nível de participação nas reuniões regionais do sindicato. A sede em Goiabeiras, além de realizar mais reuniões e assembleias, concentra o maior número de participantes, enquanto se verificam no CEUNES (São Mateus) e CCA (Alegre) poucas reuniões ocorridas. Quando as reuniões são em Goiabeiras, 50% declarou participar pouco, 37,5%, regularmente e 12,5% intensamente. Vale pontuar que 87,5% dos entrevistados trabalham no *campus* de Goiabeiras e que as reuniões e assembleias gerais são realizadas nesse *campus*, na sede do sindicato, contudo a maioria dos entrevistados filiados participa pouco desses momentos coletivos.

**Gráfico 16 - Participa das reuniões nas regionais – Hospital das Clínicas - HUCAM**

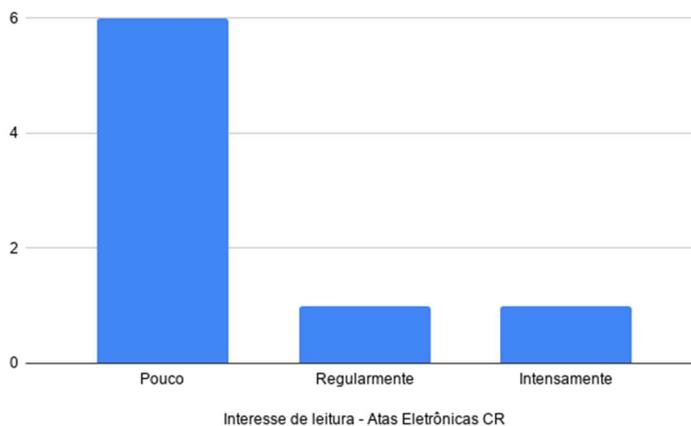
Além das reuniões no *campus* de Goiabeiras, ocorrem também reuniões na regional do Hospital das Clínicas – HUCAM, em Maruípe, e apenas duas categorias foram apontadas: 75% participam pouco; 25% constantemente. Convém apontar que o *campus* Maruípe tem sido local de grande mobilização do sindicato referente a constantes problemas com a EBSERH desde a sua implantação em 2015.

**Gráfico 17 – Participa das reuniões nas regionais – Alegre**

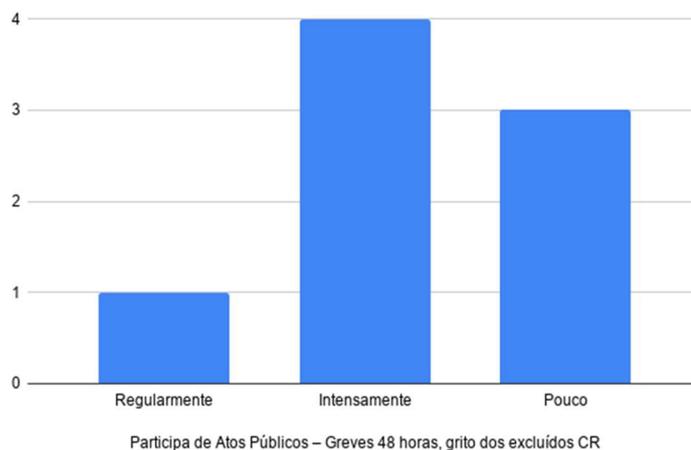
Quando as reuniões são na regional de Alegre, três categorias foram apontadas: 75% participam pouco, 12,5% intensamente e constantemente. Vale ressaltar que este último percentual se refere à participação de um sindicalizado que participa da Coordenação do sindicato.

**Gráfico 18 – Participa das reuniões nas regionais – São Mateus**

Quando as reuniões ocorrem no *campus* de São Mateus, os dados não se alteram muito: 62,5% participam pouco e 12,5% intensamente, constantemente e regularmente. O *campus* do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, em São Mateus, agrega um sindicalizado do SIB/UFES de consciência política dos *que participam*.

**Gráfico 19 – Interesse de leitura - Atas Eletrônicas**

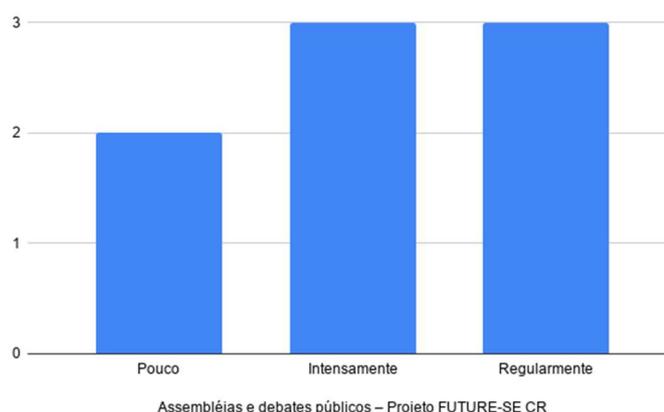
Apesar de os entrevistados apresentarem queixa frequente quanto à falta de informação e transparência das ações do SINTUFES, observa-se que poucos demonstram interesse em ler as Atas Eletrônicas, as pautas e as resoluções do sindicato: 75% pouco, 12,5% intensamente e 12,5% regularmente. Por outro lado, a entrevistada Regina (2020) demonstrou-se surpresa com a possibilidade de solicitar a leitura das Atas das reuniões, ela não tinha conhecimento desse direito do sindicalizado.

**Gráfico 20 – Participa de Atos Públicos – Greves 48 horas, “Grito dos excluídos”**

O SINTUFES realiza convocações para a participação em Atos Públicos, dentre eles, em 2019, destacou-se o “Grito dos Excluídos” e os movimentos grevistas. Os entrevistados declaram, em grande parte, que participam intensamente (50%), outros 37,5% participam pouco e 12,5% regularmente. Nesse ponto, percebe-se o real envolvimento com a participação em ações coletivas, com grande destaque para a militância.

Uma entrevistada, ao falar de sua participação em Atos Públicos, expressa discurso de mobilização coletiva e *eficácia*: “Faz diferença. Entendeu?! Então, eu acho que toda ajuda e participação é positiva. Como eu disse: Mesmo com a idade que já não facilita, tem tanta gente que não faz diferença” (REGINA, 2020). Infeire Costa (2006), a respeito da *vontade de agir coletivamente* nos indivíduos, que os aprendizados e benefícios com a participação compensam os desgastes físicos.

**Gráfico 21 – Assembleias e debates públicos – Projeto *Future-se***



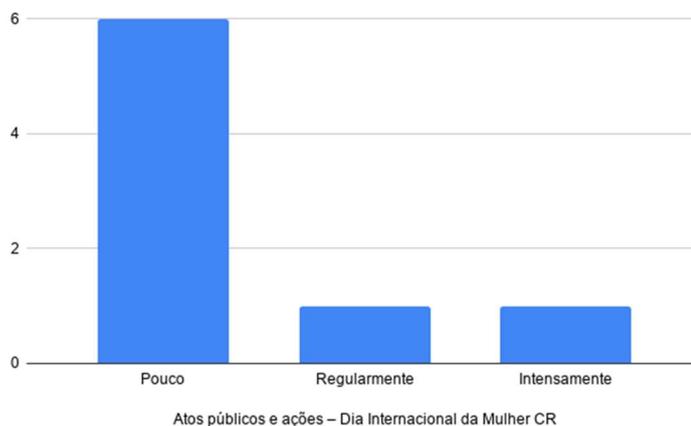
Além do questionamento de participação em reuniões, como um todo, os entrevistados também foram questionados quanto à participação em assembleias voltadas para a discussão do Programa *Future-se*, lançado pelo Governo Federal. Nesse caso, 25% dos entrevistados declararam pouca participação, 37,5% participaram regularmente e 37,5% intensamente.

A princípio, observando o gráfico referente à participação na discussão sobre o *Future-se*, tem-se uma impressão de pouco interesse, mas, ao comparar esse gráfico com a participação nas reuniões da sede do sindicato (*campus* Goiabeiras), verifica-se que o percentual de participação se intensificou no segundo. Nas reuniões regulares, tem-se o percentual de 50% que participaram pouco, 37,5% regularmente e 12,5% intensamente. E ao discutir o *Future-se*, os que participam pouco representaram mais de 25% e os que participaram regularmente mantiveram-se em 37,5%, mas o intensamente subiu em quase 25% cada um. Esses dados reafirmam os achados de Sandoval e Silva (2016) que ressaltam que os sujeitos participam com compromisso, individual ou coletivamente, de movimentos sociais, a partir de escolhas significativas que influenciaram a sua participação.

Um entrevistado expressou sentimento de *agir coletivamente* contra as atitudes e orientação da política neoliberal aplicada pelo Governo Federal. No caso do projeto de implantação do *Future-se*, Odím (2020) declarou: “eu ainda acredito na força da coletividade, nós podemos

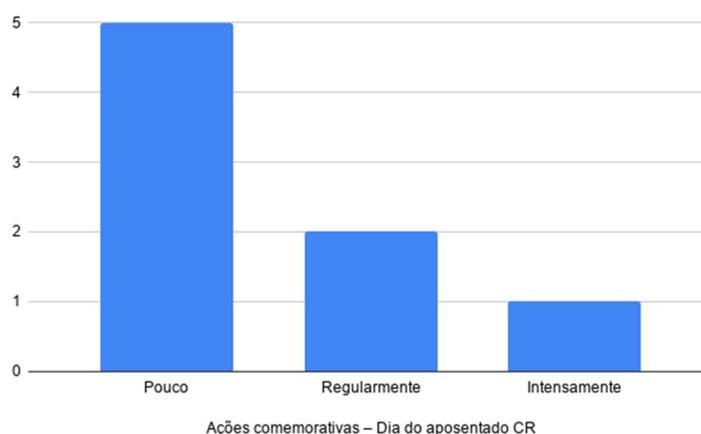
barrar essas políticas de desconstrução das instituições do Brasil, de uma greve ou paralisação geral. Dar o recado!”.

**Gráfico 22 – Atos públicos e ações – Dia Internacional da Mulher**

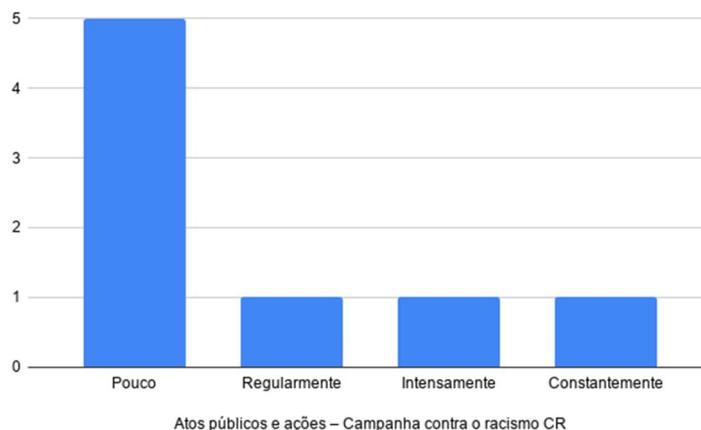


Além das reuniões, assembleias e atos públicos, o SINTUFES também organiza eventos sociais e comemorativos. Quando os entrevistados foram questionados se participaram do evento comemorativo do Dia Internacional da Mulher: 75% declararam que participaram pouco; 12,5%, regularmente; e 12,5%, intensamente cada um. Os dados apontados representam uma baixa participação de pessoas do gênero feminino.

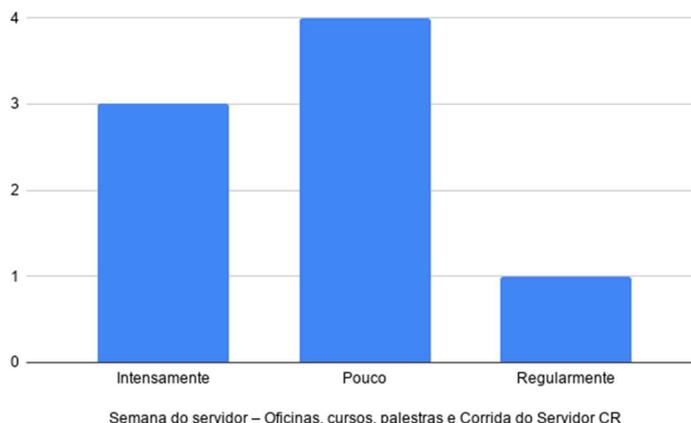
**Gráfico 23 – Ações comemorativas – Dia do aposentado**



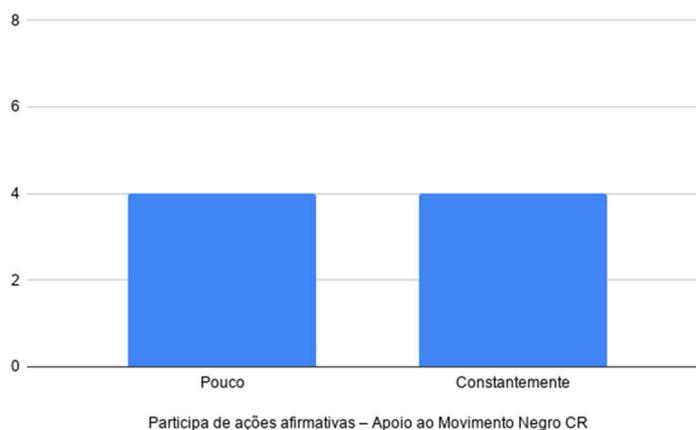
Outro evento organizado pelo sindicato foi o dia dos aposentados. Nesse caso, a baixa participação dos entrevistados se manteve: 62,5% pouco, 25% regularmente, e 12,5% intensamente.

**Gráfico 24 – Atos públicos e ações – Campanha contra o racismo**

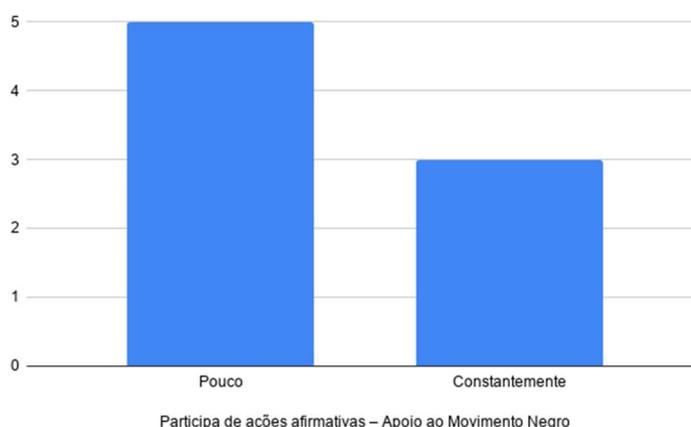
Nas campanhas contra o racismo, promovidas pelo sindicato, também se constatou baixa predisposição dos entrevistados à participação: 62,5% pouca, 12,5% regularmente, constantemente e intensamente cada uma.

**Gráfico 25 – Semana do servidor – Oficinas, cursos, palestras e Corrida do Servidor**

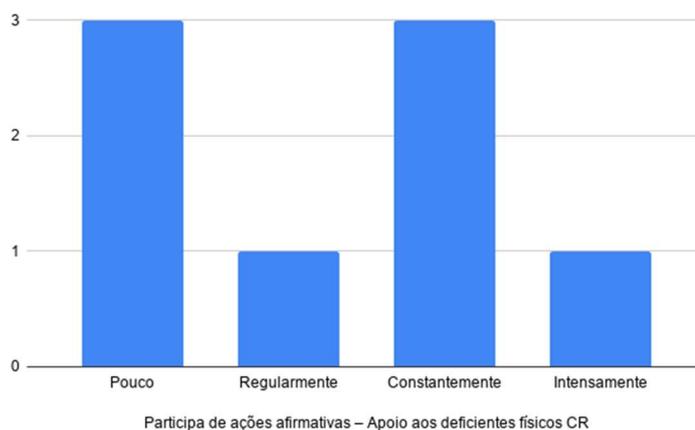
Para a Semana do Servidor, o SINTUFES organizou, com o apoio da Gestão Universitária, um evento de maior porte, com atividades de capacitação, oficinas, palestras, encerrando com a “Corrida do Servidor”. Nesse caso, houve um índice de pouca participação para 50% dos sindicalizados, e as participações mais ativas, como intensamente e regularmente, alcançaram índices 37,5% intensamente e 12,5% regularmente.

**Gráfico 26 – Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento Negro**

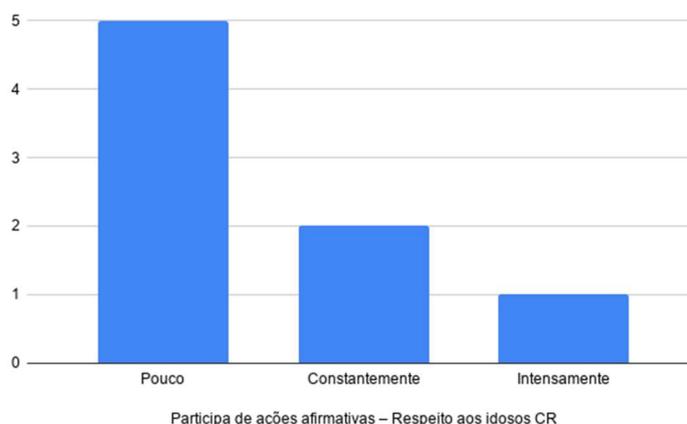
Na participação de ação afirmativa em apoio ao Movimento Negro, os entrevistados apresentaram 50% de pouca participação e 50%, constante. Conforme os dados apresentam, novamente um percentual de pouca participação em atividades desse movimento. Isso aponta a necessidade de ampliação do debate sobre a participação em questões raciais.

**Gráfico 27 – Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento LGBT**

No caso de participação em ação afirmativa de apoio ao movimento LGBT, os índices foram de menos participação ainda: 62,5% declararam pouca participação e somente 37,5% constantemente. Esses dados apresentam uma contradição na participação dos entrevistados, haja vista que o assunto é apresentado nas pautas de atas eletrônicas de reuniões e no Jornal do SINTUFES com frequência, e o sindicato promove constantes chamadas para participação. Constam no Estatuto da FASUBRA (2014) e também do Estatuto do SINTUFES (2020) dispositivos de normas que orientam a promoção de ações, a fim de ampliar o debate sobre questões de defesa das liberdades individuais e coletivas e de respeito à justiça social.

**Gráfico 28 – Participa em ações afirmativas – Apoio aos deficientes físicos**

Outra ação afirmativa do sindicato foi em apoio aos deficientes físicos. Nesse caso, observa-se 37,5% de pouca participação, 37,5% constante, 12,5% intensa e regularmente. Os dados representam pouco interesse por parte dos sindicalizados.

**Gráfico 29 – Participa em ações afirmativas – Respeito aos idosos**

Por fim, ao serem questionados acerca da participação em Ações Afirmativas em respeito aos idosos, a maioria, 62,5%, declarou pouca participação, 25% constante e 12,5% intensamente. Convém lembrar que quatro entrevistados estão em idade de solicitação de aposentadoria.

Nessa dimensão, os entrevistados também foram arguidos sobre uma avaliação dos sindicalizados das bibliotecas em participar coletivamente das ações. Observaram-se falas indicativas da necessidade de superar o sentimento de amargura e buscar uma convocação do coletivo, conforme Ilane (2020) expressou: “primeiro quebrar esse ranço nosso... o que aconteceu... e voltar a estar dentro da biblioteca e enxergar os grupos aqui enquanto únicos”.

Outras duas entrevistadas relatam a dificuldade de mobilização do sindicalizados. Segundo S.R.N., “isso é meio complicado, as pessoas não têm muito conhecimento sobre o que são sindicato e questão política. Então o sindicato fazer com que as pessoas tenham esse entendimento é meio complicado, individual, isso é de cada pessoa”. E Helô completa: “eu observo que no geral é nós servidores. Não vou colocar nós não. Vou colocar por mim. (...) como a mudança é necessária”.

Para outros entrevistados, defende-se um sindicato que se mova em Direção ao seu sindicalizado, que conheça as suas especificidades e necessidades. Jô (2020) indica saídas: “acho que a Coordenação do SINTUFES tem que estar mais presente no dia a dia, fazendo muita setorial, chamando para mais atividades que interessam esse trabalhador e buscando, assim, o que ele quer da entidade”. De acordo com os outros entrevistados, é essencial a entidade conhecer e tentar mobilizar os trabalhadores, entender a atenção nas demandas dos cargos no exercício de agregar com todos o *agir coletivamente* existente nas bibliotecas. Lembrou José (2020): “conhecer as demandas específicas do setor, ser mais eficaz no sentido de encaminhamento dessas demandas... acho que seria isso”. E Odim (2020) complementa:

Pois é, teria que ter uma pessoa que olhasse o quadro geral da Biblioteca. São por volta de 80 (oitenta), alguma coisa assim, e que chegasse às demandas específicas dos servidores. Uma parte da diretoria, olhar para maioria, já que temos bibliotecários e assistentes que possuem uma particularidade para esse público (ODIM, 2020).

Outro questionamento apresentado aos entrevistados foi sobre como o SINTUFES pode fomentar a participação dos sindicalizados das bibliotecas. Essa pergunta resgata a importância dos movimentos sociais e das organizações que passaram pela redemocratização nos governos de centro-esquerda (BOITO JR., 2005). E, atualmente, estão fragilizadas por um Governo que aflige a *vontade de agir coletivamente*, tratando de modo individualista. Identifica-se como importante para os entrevistados desenvolver o *agir coletivo* de seus participantes.

Constata-se o maior envolvimento da Direção do SINTUFES com os sindicalizados, em relação aos temas correspondentes à administração universitária e à política governamental. Dinossauro (2020) também enfatiza: “e, necessariamente, nem precisa ver com quem é.... porque muita coisa acontece. Então, é.... o chamamento mesmo pela responsabilidade, pelo cuidar com o outro. Isso não tem, com o próximo... precisa ter um chamamento disso, muito sério”. Observou-se a importância do engajamento sindical, a fim de alcançar o servidor na sua base.

A próxima dimensão do Modelo Teórico Analítico enseja uma peça importante na promoção da participação dos sindicalizados no contexto das ações coletivas referentes às Metas e Repertórios de Ações.

#### 4.7.7 Metas e repertórios de ações

Ao abrir o leque de perguntas aos entrevistados sobre o conhecimento deles relacionados às *metas e ações* do sindicato, diante da atual situação administrativa promovida pelo atual Governo, percebeu-se por meio de uma entrevistada o resgate da história de participação e o conhecimento das *metas* propostas pelo sindicato. No entanto, é perceptível nos entrevistados, um sentimento de insatisfação em relação à FASUBRA, como reflexo da baixa *eficácia política* na relação direta com o SINTUFES. Segundo eles, a afiliação do SINTUFES à FASUBRA pode causar um “engessamento” das ações. Ilane (2020) relatou:

**Participei** do Plano de Metas do SINTUFES. Três anos e três vezes depois conheci mais plano de metas, mas sem esse plano de metas do SINTUFES eles são bem direcionados. Bem, bem, bem, indicados pela FASUBRA. Quase todos os sindicatos. Claro que eles têm uma coisa que é regionalizada aqui. Uma das metas do SINTUFES que eu conheço, e que não teria modificado, é o atendimento igualitário aos técnicos. Embora a gente ainda tenha esse pensamento umbilical (ILANE, 2020).

Nesta dimensão, as entrevistas apontaram características percebidas da organização para a condução de aspectos psicossociológicos de estratégias em realizar uma abordagem social, ampliação da consciência social. Observa-se campanha e desempenho em ação política, mobilização em espaços externos à Universidade, mais ações que afetam a universidade e o ensino superior. Para Jô (2020), o sindicato promove as seguintes ações:

SINTUFES sempre entra na participação dos atos, com as outras entidades, com outras entidades sindicais e sociais, participando dos atos de rua, promove ações informativas com a categoria, assembleias e divulgação dos acontecimentos. Sabe através de todas as mídias, nos parlamentos, através da FASUBRA. O SINTUFES acompanha com todos e faz todas as ações necessárias (JÔ, 2020).

Ainda sobre *metas*, constatou-se a lembrança de alguns *repertórios*. Observa-se que o engajamento coletivo é necessário ao movimento sindical de estratégias, para envolver os atores no papel essencial nos debates. Constata-se, em outra entrevista, a falta do material de comunicação, Jornal do SINTUFES, como estratégias de mobilização, segundo argumenta Regina (2020): “não tem acesso ao Informativo, não chegou aqui. Nenhum exemplar, eu não vi, atualmente estou por fora do que está sendo planejado”.

Sobre o conhecimento das ações promovidas pelo sindicato, uma entrevistada não concorda com a maneira de o SINTUFES agir, pois entende que a participação fica prejudicada, e a

Direção precisa rever suas atitudes. Avaliou Helô (2020): “as ações... essas ações... Já ouviu falar das ações de inclusão. Eu acho que as ações, elas são válidas para mim. Eu só discordo do método que ela é feita”.

Por fim, abriu-se espaço aos sindicalizados para proporem sugestões para o aperfeiçoamento das metas e ações do SINTUFES. A proposta em destaque foi a aproximação do sindicato à base. Evidencia-se a necessidade de intervir nos problemas que afetam os trabalhadores. Destaca-se que a ação sindical iniciada na base resultará, na assembleia geral, em um sentimento de *eficácia política*, conforme aponta Dinossauro (2020): “são reuniões nas setoriais para pegar problemas de bibliotecas setoriais. Aqui na biblioteca Central... qual o problema daqui? É a limpeza que falta que não consegue fazer? Para mim... e... resumindo tudo: o individual que vai levar para o coletivo”.

O aperfeiçoamento das *metas*, para outra entrevistada, perpassa o sentimento de *agir coletivamente* com os trabalhadores. As declarações de Ilane (2020) são exemplares nesse sentido: “praticar esse plano precisa da efetivação da participação dos técnicos, dos sindicalizados. Sem isso, eles não conseguiriam”. Reck (2005) reafirma que a participação dos indivíduos em ações coletivas ocorre mediante a possibilidade de sucesso.

Outro entrevistado reafirma a sugestão sobre o aperfeiçoamento das *metas e ações*, que diz respeito à maior apresentação dos sindicalizados, como algo pouco utópico. Odim (2020), por estar em uma biblioteca setorial, afirmou: “por ter atuado na estrutura sindical sei como funciona a máquina do Sindicato. Ter um representante de apoio específico, isso seria uma coisa interessante dentro do Sindicato”. A sugestão é devido ao volume de situações de trabalho que ocorrem nas unidades de bibliotecas.

A mobilização da participação em ações coletivas é uma preocupação para alguns entrevistados. É preciso compreender a mobilização, de forma a alcançar as reivindicações diante das mudanças propostas pela Administração Federal. Para José (2020): “como já falei, a principal bandeira que tem sido levantada é a da flexibilização. Só que, mesmo assim, parece que tem diminuído um pouco. Diante da conjuntura política e no sentido das universidades e pelo governo atual, essas metas seriam também como os direitos dos servidores”. A entrevistada S.R.N. (2020) afirma sobre sua participação e interesse nas ações coletivas do SINTUFES: “eu passei a me inteirar sobre o sindicato. Participei de tudo... assembleia. Participei de tudo que é curso de formação. De todas as ações que o sindicato promove, e seria isso!”. O discurso democrático de que o SINTUFES deveria ser mais representativo, apesar de hoje possuir uma representante do SIB/UFES na composição do sindicato.

Alguns processos de participação são afetados, de acordo com Sandoval (2001) e Reck (2005), devido às percepções e aos desejos dos indivíduos, em que ocorre um conflito entre as metas e ações; produz-se, então, um afastamento dos participantes diante das lutas.

#### 4.8 CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS SERVIDORES QUE NÃO PARTICIPAM DAS AÇÕES COLETIVAS DO SINTUFES

Os 5 (cinco) entrevistados que possuem a configuração de consciência política demonstraram reduzida capacidade de análise abstrata e de reflexão sobre acontecimentos relativos às ações individuais. Nota-se que esses sujeitos não possuem histórico de participação antes da filiação ao SINTUFES, e a falta de engajamento e o desinteresse em participar das ações coletivas do sindicato ancoram-se na Gestão Universitária da Reitoria e no sentimento de frustração relativos às ações do sindicato. A não participação é justificada por eles pela falta de tempo disponível, dificuldade de liberação pela Direção Universitária e incompatibilidade com as ações da Direção do SINTUFES.

O grupo de entrevistados com consciência política que *não participam* é formado por Diego (2020), B.C. (2020), Drica (2020), Alci (2020) e Eduardo (2020), que não apresentaram uma identidade coletiva com sentimento de pertencimento junto ao sindicato, mas um baixo engajamento em ações coletivas. Apenas reconhecem o quanto uma representação sindical é importante para o exercício da participação, sendo dependentes da ação inicial do SINTUFES para que participem.

Os indivíduos que compõem o grupo de consciência política que não participam não apresentaram um histórico de participação anterior à filiação ao SINTUFES, e, mesmo posterior à filiação, suas lembranças em participar de ações coletivas são inexpressíveis. Por mais que os entrevistados apresentaram seus motivos individuais de filiação, não reportaram alguma participação marcante de envolvimento. A falta de engajamento e o desinteresse em participar das ações coletivas são apontados pelos sentimentos de respeito aos adversários quanto à Gestão da Universidade. O não engajamento foi revelado pela dificuldade de liberação da Direção e pela incompatibilidade de interesses com a Direção do sindicato.

Segundo Sandoval (2001), os indivíduos mais predispostos a não participarem de uma ação coletiva, antes, avaliam os custos e benefícios, perdas e ganhos que envolvam suas escolhas. Desse modo, a eficácia política tem reduzida percepção quando afeta a vontade de agir coletivamente.

#### 4.8.1 Identidade Coletiva

Nesta dimensão da *identidade coletiva*, os entrevistados demonstraram sentimento de identidade coletiva, devido ao passado do movimento sindical. Segundo Silva (2008), o sentimento de identidade coletiva, enquanto componente da consciência política, permite ao sujeito comparar os resultados obtidos em tempos e espaços sociais. Outros ainda evidenciam palavras de credibilidade na instituição sindical por ter, historicamente, um papel de representação do trabalhador. Nos trechos das entrevistas de Alci (2020) e Drica (2020) a seguir, pode-se observar tais relatos:

Na época, quando eu entrei na UFES, era meio que a gente poderia atingir as nossas reivindicações e o nosso objetivo. É só por meio da associação com um sindicato que o funcionário tem uma força maior do que individual. Na época eu achei o SINTUFES. Na época foi bem legal. Que era uma coisa participativa presidente, funcionários, novos membros (ALCI, 2020).

Eu acho que é importante essa representação, né? Porque eu, muita coisa eu não faria sozinha. Até porque é uma organização que vai te passar informações sobre seus direitos, sobre a legislação. Sempre tive essa ideia de que o sindicato iria me apoiar, nesse sentido (DRICA, 2020).

Apesar de o foco coletivo ter maior ocorrência e destaque, também se localizam alguns relatos de sujeitos que optaram pela filiação por questões pessoais, como no caso exposto por Diego (2020) e Eduardo (2020). Diego (2020) demonstrou acreditar no SINTUFES como um espaço de apoio junto aos colegas sindicalizados. Sua filiação ocorreu um ano depois de ocupar o atual cargo no SIB/UFES. O próprio entrevistado reconheceu que, se fosse filiado anteriormente a sua causa judicial, quando precisou mover um processo contra a Administração Universitária, teria pessoas o orientando e também contaria com amparo jurídico: "(...) hoje eu vejo que se eu tivesse me filiado ao SINTUFES teria todo um amparo legal, amparo judicial, pessoas que pudessem estar me orientando", e também avalia que, no atual contexto político administrativo do país, é necessário estar filiado ao sindicato para ter uma instituição prestando apoio. Outro entrevistado, Eduardo (2020), retratou seu interesse na época em que se filiou ao SINTUFES, há mais de 34 anos, quando permitiria desenvolver laços interpessoais com outras pessoas, como desfrutar da assessoria jurídica, caso fosse necessário um advogado. Eduardo (2020), ao lembrar aquele SINTUFES em 1985, relata que se filiou "(...) para ter algumas vantagens como advogado, participar das festas, ter melhor convívio, conhecer as pessoas melhor". Sendo assim, para o entrevistado, o sindicato representava um espaço de convívio social necessário à ampliação do seu relacionamento social.

B.C. (2020) ressalta a tentativa do atual Governo Federal de inabilitar o movimento sindical, e também os efeitos da precarização do trabalho, devido à crise econômica, que trouxe mais desigualdade, conforme relatou:

Parece que há alguma certa desmobilização de apoio geral, que eu posso ver. Na medida do governo no enfraquecimento dos sindicatos. Com dificuldade de tocar as lutas históricas, há um desemprego muito alto. A predisposição do governo é retalhar, do Judiciário é retalhar. Para o movimento de enfraquecimento momentâneo da disposição. Não no sentido de que é desnecessário, mas que as pessoas se tornem amedrontadas (B.C., 2020).

Ao demonstrar o processo histórico, como elemento potencial da consciência política, Ansara (2008) fez referência à memória coletiva de uma sociedade. Para isso, a autora descreve que a memória coletiva realiza encadeamentos no comportamento político dos indivíduos, bem como posturas políticas na influência da construção e contribuição das ações coletivas. Nesse sentido, é importante e relevante a consciência política, e esse conhecimento do passado faz manter as resistências de luta. Segundo o entrevistado B.C. (2020):

Parece-me que o SINTUFES é um sindicato que conhece bem os pontos de apoio da luta histórica sindical. São defesas que com maior ou menor eficiência, mas que são aliadas às lutas gerais dos sindicatos, ao longo dos últimos anos para cá, com as mudanças que tem no cenário nacional com vários setores como um microcosmo do que é a luta sindical brasileira (B.C., 2020).

As emoções relacionadas à dimensão de *identidade coletiva* dos entrevistados retratam que não há sentimentos de coesão grupal que evidenciam opiniões diversas quanto à identificação com o movimento sindical. Vale destacar que o conjunto de crenças, valores e expectativa sobre a sociedade (SANDOVAL; SILVA, 2016) constitui-se como elemento importante dos laços de identidade grupal na construção social da realidade de cada indivíduo.

#### **4.8.2 Crenças, valores e expectativas sobre a sociedade**

As justificativas apresentadas pelos entrevistados retratam falas que evidenciam a ação do gestor público e da atuação na sociedade, constituindo-se vestígios para a interpretação da consciência política dos servidores das bibliotecas da Universidade.

Quando perguntados a respeito da gestão federal, os entrevistados foram unânimes em avaliar negativamente a gestão do Presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL/atualmente sem partido). Os entrevistados apresentam sentimentos de descrença e frustração. Acreditam que ocorreu um retrocesso nas políticas públicas com forte influência liberal, e que a defesa dos trabalhadores foi cerceada em todo conjunto da sociedade. A entrevistada confirma a linha liberal do atual Governo, contrária a um governo socialista. Conforme Drica (2020): “eu acho que ele é muito pouco socialista, né? Eu não sou ‘mega’ formal em assistencialismo, mas eu

acho que essa parte social deixou muito a desejar. Eu não vejo muita expectativa do Governo Bolsonaro, nem de longe”.

Diego (2020) e B.C. (2020) compreendem a transmissão da ideia do *sensu comum* para a sociedade, que dissemina os valores sobre a individualização do sujeito:

É essa avaliação hoje, honestamente, muito ruim. Tem se mostrado despreparado e não faz mínimo (de questão) de fazer com que a máquina pública vá para frente ou que consiga se manter sem gerar grandes transtornos, não só para a população como também para os servidores (DIEGO, 2020).

O governo parece que tenta se acoplar muito ao *sensu comum*, que em questão de crenças e valores, o povo tem. E não que seja o que ele seja. Vamos dizer, que o governo... o governo Bolsonaro... o presidente Bolsonaro seja praticante de supostos valores, que procura se identificar com a população. Mas, enfim, de certa maneira, com demagogia, por exemplo, quando se diz defensor da família tradicional (B.C., 2020).

Dando continuidade à avaliação sobre a proposta de implantação do *Future-se* nas Instituições de Ensino Superior - IES, os entrevistados também foram unânimes e contrários à proposta do Governo, que fere a Lei Federal 9.192/95 (autonomia das IES) e o Decreto 9.724/2019, que tratam da indicação dos reitores nas Universidades. Existe uma descrença nas boas intenções do governo, e esse projeto *Future-se* retrata isso, visto que é uma forma do sistema capitalista hegemônico retirar o social e implementar a acumulação do capital. O entrevistado B.C. (2020) declara: “imaginei onde ia dar! Sempre o tinha visto com a desconfiança de que seria um passo no sentido do aumento da influência do setor privado nas universidades. Seria um passo no sentido da privatização. Nesse sentido, eu me posicionaria contra”. E o entrevistado Diego (2020) também argumentou:

Eu sou totalmente contra. Eu acredito que da forma que está sendo apresentado, é muito nebulosa a forma de intervenção, particularmente, acho que não será bom para autonomia das universidades, para uma educação pública de qualidade e acessível a todos (DIEGO, 2020).

Sobre a proposta do *Future-se*, os entrevistados descrevem a pauta negativa que o Presidente conduz para a educação superior, que foi plantado em 2016, com o desmonte educacional tratado com a Emenda Constitucional 95 (LEHER, 2019).

Os entrevistados foram conclusivos ao demonstrarem o que sentem sobre a proposta do Governo de privatizar a Universidade pública, sutilmente, e estabeleceram uma condição identitária da luta trabalhista, ao expressarem não *crer* nessa solução como medida para os trabalhadores do setor da educação e com reflexos na sociedade. Drica (2020) diz: “eu não vejo uma eficácia no sindicato hoje, nem pontual nem nessa situação do *Future-se*. Nem em

relação aos projetos de melhorias. Antes dessa confusão, de dois anos prá cá, eu tinha uma ... [silêncio] esperança no Sintufes”.

Nota-se que a *crença* dos trabalhadores em relação ao SINTUFES é de um sindicato que não dialoga, que não consegue mobilizar as bases contra a destruição da educação superior, mas precisa se fortalecer diante dos ataques do neoliberalismo presidencial. Relacionando os valores das ações do SINTUFES quanto às medidas propostas pelo Governo Federal, foi possível compreender que o *valor* priorizado pelos entrevistados para que o SINTUFES não seja pelego e mantenha valores sindicais contrários à privatização da Universidade. Novamente Drica (2020): “eu gostaria muito que eles fossem mais profissionais nessa situação. Do que é legal e não é na Universidade. Que eles conseguissem fazer uma projeção mais realista quanto a tudo o que a gente tem brigado hoje, que é a jornada de trabalho”. O relato da entrevistada demonstra desesperança ao perceber que o SINTUFES poderia lutar mais pelos trabalhadores. Isso valida os argumentos de Sandoval e Silva (2016) sobre as emoções e suas experiências.

Como reflexo do desconhecimento das ações do SINTUFES, alguns entrevistados também afirmaram desconhecer as ações desenvolvidas pelo setor em relação aos direitos e lutas trabalhistas, sobre o corte de verbas e a proteção da carreira profissional no próprio setor de atuação. Conforme Diego (2020): “quanto ao *Future-se*, ainda não tive oportunidade de ver como está ou de ver algum material do Sindicato sobre o posicionamento deles, mas acredito que devam ser totalmente contrários. Se forem, concordo totalmente com a conduta do sindicato”. O mesmo entrevistado, Diego (2020), disse também que: “Falta atender o ponto que falei, da divulgação e demanda dos servidores entre os pares, principalmente os que estão mais distantes”.

Em face do exposto, foi possível compreender que a expectativa do filiado é que o sindicato seja mais atuante nos setores de trabalho das bibliotecas. B.C. (2020) argumenta: “expectativa quanto à instituição? É que ela consiga mobilizar a base para tocar as lutas. E essa mesma base entender que é necessária”.

Já os servidores das bibliotecas setoriais se sentem abandonados. Entendem que o SINTUFES não é presente por estar distante. Consoante Diego (2020): “é minha expectativa poder contar com uma prestação ainda maior, mostrar-se presente no campo que eu trabalho, em Alegre”. O relato de Alci (2020) apresenta falta de participação e desesperança: “Do sindicato? Eles não estão realizando nada. Para mim eles pararam, entendeu? Agora eu não sei por que eu não estou acompanhando a expectativa deles para o futuro”. Nota-se que a consciência política é estabelecida pelas informações e pelos significados que interatuam com

as dimensões psicossociológicas e permitem aos indivíduos tomarem decisões consideradas mais adequadas nos diferentes contextos (SANDOVAL, 2001).

E também Eduardo (2020) disse: “vontade de lutar mesmo, e por nós. Lutar. Eu acho um pouco parados. Mais tá assim, porque antigamente, pelo menos, eles faziam mais as coisas acontecerem. Agora não tem muita história, se estabilizou, está aceitando mais”. O relato do entrevistado retrata que as ações não conseguem alcançar resultados.

Verifica-se mediante os depoimentos dos entrevistados que a maneira com que cada um processou e percebeu os significados das suas crenças e internalizou os valores para a sociedade se construiu socialmente por meio das formas de pensamento, de sentimento, de ação e das relações de poder (SANDOVAL; SILVA, 2016). A seguir estão os interesses coletivos.

#### **4.8.3 Interesses coletivos**

Os entrevistados também apresentam baixo sentimento de *interesses coletivos*. Quando perguntados se os *interesses coletivos* do SINTUFES correspondem aos dos trabalhadores das bibliotecas, perceberam-se algumas barreiras na predisposição à participação. As primeiras entrevistas revelaram que os interesses coletivos devem partir também dos sindicalizados em se colocarem à disposição do sindicato. Assim, o entrevistado cita a necessidade de o sindicato estar próximo da base: “eu acho que essa é a grande luta da Biblioteca: como é que a base pode levar a demanda pela representação?. Eu acho que também essa é a grande luta do sindicato” (B.C.,2020).

Sobre se as propostas apresentadas pelos sindicalizados ao SINTUFES alcançam todos do sistema de biblioteca, Diego (2020) informou: “acredito que a proposta que eles apresentam seja um tanto maior quanto para os sindicalizados, quanto no apoio dos servidores das Bibliotecas”. O sentimento do entrevistado Diego (2020) é de parcialidade em relação ao sindicato e aos interesses coletivos dos sindicalizados.

Ao contrário, para Alci (2020), esse sentimento não ocorre: “Não! Até então, não! Então, porque eu estou desligada deles. Eu não sei o que está passando lá no sindicato”. A entrevistada demonstra falta de informação pela não participação dela e sobre o assunto relativo à política do sindicato. Esse comportamento, segundo Sandoval (1989), reflete a forma de pensar pouco reflexiva e crítica, isso atrapalha a construção da consciência política do indivíduo.

Entende-se que há necessidade de articular com as ações do SINTUFES para não ocorrer a perda de força diante da administração universitária. Essa percepção é mencionada por Drica (2020):

Não, o SINTUFES nunca conseguiu compartimentar e fazer levar uma situação de uma biblioteca setorial X ou Y ou Sistema de Biblioteca SIB UFES. Então você não consegue fazer alguma coisa que seja específica, uma ação coletiva específica para as bibliotecas (DRICA, 2020).

No relato de Drica (2020), observa-se que ela demonstra falta de confiança e desmotivação com as ações do SINTUFES, em relação aos *interesses coletivos*. Ainda revelou baixo sentimento em relação à *eficácia política*, devido ao sindicato não conseguir resultados nas articulações.

Quando o quesito é se o SINTUFES possui os mesmos interesses dos filiados das bibliotecas, Eduardo (2020) demonstra descrença e insegurança nessa relação: “eu acho que eles estão muito parados... e não eu... não tenho expectativa nenhuma. Não sei se a atual gestão está lá...[pausa] E estão todos... TODOS Acomodados!!! Alguma coisa está acontecendo. Não está como antigamente”. Nota-se um sentimento de insegurança por não perceber benefícios em relação aos *interesses coletivos* de pouco envolvimento na atualidade.

Nesta dimensão de *interesses coletivos*, relacionada à ocorrência dos *frames* de protesto e à identidade de grupo e de injustiças (KLANDERMANS, 1997; MANSBRIDGE, 2001), B.C. (2020), compreende-se que o SIB/UFES necessita de um tratamento diferenciado pelo SINTUFES, por ser um setor de longo alcance e importância na Universidade. Para B.C. (2020), há peculiaridades em cada biblioteca, relata: “a biblioteca tem suas especificidades que outros lugares não têm. Por exemplo, o hospital. Eu sei que tem um problema de equacionar regime geral único, (...) a EBSEHR não segue o mesmo regime”, por outro lado, reconhecem que o sindicato vai muito além das questões específicas dos servidores. Percebem-se várias situações ocorridas que causaram a “baixa participação” dos servidores das Bibliotecas e a redução na percepção dos interesses coletivos do SINTUFES.

Nesta dimensão de *interesses coletivos*, buscou-se compreender também quem são os aliados do SINTUFES para alcançar os resultados pretendidos. Então, grande parte dos entrevistados elencaram os próprios servidores, pois são eles que formam uma organização de representação. Segundo os entrevistados, os próprios servidores devem ser os maiores interessados e aliados do sindicato. Eduardo (2020) afirmou: “eu acho que só são os técnicos-administrativos mesmos. Não tem outro. Não tem alinhado nenhum são só os técnicos”. Diego (2020) expressou o desejo de participar, mas a distância da sede de Goiabeiras prejudica a divulgação e a participação:

(...) o aliado primeiramente é o próprio servidor, né? Que sendo sindicalizado trará ainda mais força para o sindicato e, em segundo lugar, uma divulgação maior das propostas com participação ainda maior... nos *campi* mais afastado, é necessário que os servidores tenham conhecimento disso (DIEGO, 2020).

Os entrevistados aparentam carência de politização e ruptura com a rotina cotidiana para a inserção de uma reflexão política mediante as condições da vida (SANDOVAL, 1994). Observa-se a falta de dedicação dos entrevistados em ações da atual gestão do SINTUFES, permeada por sentimentos negativos que expressam pouco envolvimento participativo com o SINTUFES e com os *interesses coletivos*.

#### 4.8.4 Eficácia política

Esta dimensão está alicerçada na Teoria de Atribuição utilizada (HEWSTONE, 1989), que descreve como os indivíduos explicam as interpretações das causas, circunstâncias e os motivos para situações ocorridas pelos próprios indivíduos ou grupos. Conforme explicam Sandoval e Silva (2016), o indivíduo relaciona a capacidade de intervir em uma situação política. Nota-se que os entrevistados não participam das *ações coletivas* do SINTUFES; tal fato se deve ao pouco poder de intervenção que eles julgam ter nas situações que envolvam o sindicato. Isso também devido à Direção do sindicato estar afastada da base de trabalhadores, além do alcance dos entrevistados.

Para Alci (2020), as ações políticas devem estar a serviço da coletividade, ao contrário dos interesses e das demandas: “eu acho que eles eram assim na época em que eu me associei. Era uma coisa assim... uma luta diferente de hoje. Era uma luta mesmo! Era uma coisa bem para o funcionário. Para o coletivo mesmo”. Porém, outra entrevistada percebeu uma fragmentação administrativa da atual gestão do sindicato. Drica (2020) observou a falta de acompanhamento das orientações da direção do sindicato, a fim de manter uma regularidade e não interferir na participação, conforme aponta:

Essa política, eu acho muito confusa. [Risos]. Tem um ou outro representante do SINTUFES que consegue manter uma linha política, clara e objetiva. Mas na hora da ação, a gente não vê quem não consegue vencer, exercer essa tendência, seguir o mesmo projeto que foi determinado lá no início (DRICA, 2020).

Conforme Sandoval (2001), a *eficácia política* refere-se aos sentimentos do indivíduo de intervir numa situação política. A expressão da entrevistada, com os risos, leva a perceber que as ações não possuem poder de interferir nas situações. Segundo Hewstone (1989), os indivíduos percebem sem poder mudar uma determinada situação, sendo levados ao conformismo.

Ainda, na dimensão da *eficácia política*, os entrevistados, ambigualmente, percebem e revelam sentimentos de desconfiança e de falta de efetividade do sindicato, causados pela Gestão ou pelo Ministério Público. Justifica que ocorrem as mudanças diante das demandas. B.C. (2020) afirma:

(...) quando você olha para o cenário capixaba, de um modo geral, você vê que o SINTUFES sempre é visto, de um modo geral, até por outros sindicatos, como um dos mais atuantes. Quando eu participava mais. Não via serem atendidas tanto. Mas eu não sei. Aqui eu atribuo isso muito bem e parecia que algumas coisas tinham obrigado até a mandar para a chefia imediata. Mas depende mais de Brasília. E outras tantas coisas para gente que demanda mais interferências externas, como o Ministério (B.C., 2020).

Há um sentimento de ineficácia política, que promove um processo fragmentador e desmobilizador. A política do sindicato frente à rígida e autoritária Gestão Universitária prejudica e reduz o interesse de participação. Cientes de que a luta é importante, principalmente considerando os constantes ataques do Presidente da República aos sindicatos e à participação dos trabalhadores nas ações coletivas, Eduardo (2020) faz considerações sobre as pautas sindicais:

Difícilmente são atendidas. Muito, tem que lutar muito para alguma coisa acontecer. Eu acho que agora, porque tudo tem que lutar senão vai depender sempre do governo. Não adianta nada se a gente não é atendida pela atual gestão que está aí também. Esse Reitor... não tem nem conversa com ele, ele não dá nem conversa ao Sindicato (EDUARDO, 2020).

B.C. (2020) novamente faz menção à posição da Administração Universitária na personificação da Reitoria que reduz o interesse em participar:

Dizer que a Reitoria tem um posicionamento X, como teve uma vez pelas sete horas. Eu acho que eu já participei mais.... já participei mais... e, no atual momento...[silêncio] estou meio distante. Não houve nada. São questões mais pessoais e dificuldade de me mobilizar para isso. Eu acho que é o meu nível de participação, de um modo geral (B.C., 2020).

Segundo Diego (2020), sua participação é baixa devido ao pouco tempo de filiação: “levando em consideração que eu entrei há pouquíssimo tempo, estou sendo bem honesto. Pouquíssima, pouquíssima mesmo. A implantação do ponto eletrônico e sua transparência. Como foi feito o processo, sobre a marcação do servidor”. Observa-se pouca reação na participação do entrevistado, apresenta-se como conformismo diante da ação da Reitoria sobre o servidor. Segundo Hewstone (1989), o indivíduo adota uma postura conformista devido aos sentimentos de baixa eficácia política.

Conforme Sandoval (2001), quando o indivíduo não acredita na capacidade de intervir em uma situação política, o sentimento de baixa eficácia política gera redução no sentimento de participação.

#### 4.8.5 Sentimentos com Respeito aos Adversários

Quando perguntado aos entrevistados sobre quem são os *adversários* do SINTUFES, que dificultam sua atuação, os entrevistados apontaram a Reitoria, pois a considera a primeira instância de impasse nas negociações com o sindicato. As respostas à questão revelam adversários com convicção, conforme declarações de Eduardo (2020): “A Reitoria. Não consegue nada, eles estão dificultando tudo. Sim, se a Reitoria ajudasse talvez alguma coisa iria mudar, talvez alguma coisa. Mas eles não ajudam”. Já Drica (2020) entende que os *adversários* estão dentro do próprio sindicato: “sim, por exemplo... Não sei... [Silêncio] Acho que há mais adversidade lá dentro. Pela posição contrária que eu percebo mais”.

O surgimento de *adversários* também é percebido devido à ausência dos trabalhadores nas ações coletivas, conforme Diego (2020) aponta:

Hoje, além do atual Governo, que se mostra contra o sindicato e as organizações afins, é a distância dos *Campi* para a participação do servidor ter ciência do que está acontecendo. Isso é um efeito cascata. Do participar do servidor na representação do SINTUFES. E, mais ativamente, no próprio sentimento dos servidores em não se sentirem representados, o que acaba reforçando neles a não representação por parte do SINTUFES (DIEGO, 2020).

Durante as entrevistas, foi possível compreender o conflito de interesses entre outras categorias e o SINTUFES. Diego (2020) elenca os professores como adversários, deixando um sentimento de injustiça: “acredito eu que a categoria que é mais favorecida seja a categoria docente”.

Para outro entrevistado, os conflitos de interesse são gerados pelo próprio SINTUFES, conforme B.C. (2020): “no sentido de que às vezes é comum acontecer que o sindicato represente um lado formalmente. Mas, às vezes, ele estabelece compromissos com o patrão”.

Ao trazer para discussão com os entrevistados a informação disponibilizada pela Secretaria do SINTUFES, de que apenas uma pequena parcela de servidores lotados no SIB/UFES é sindicalizada, alguns entrevistados justificam esse fato pelo afastamento da Direção do SINTUFES. Outra entrevistada convencionou a ocasião da greve de 2016, entende que houve um problema entre os trabalhadores da Biblioteca Central e a Direção do SINTUFES naquela ocasião, e isso prejudicou a participação dos sindicalizados, inclusive causando desfiliações do sindicato. Nesse sentido, Drica (2020) argumenta:

E a gente esteve na Biblioteca Central, principalmente, muita gente saiu por causa dessas ações que eu te falei, porque na verdade eles não iam a favor. Acabou deixando a gente muito desmotivada. Então hoje realmente tem uma briga que a gente não tinha em nenhum momento. Esse ano mesmo tem gente que saiu, se desfilou. O que se viu. Talvez tenha, sim, muita gente debandou do sindicato (DRICA, 2020).

Outro motivo apontado é a letargia de mobilização no movimento sindical. Eduardo (2020) recorre a uma diferença ao longo da história do sindicato, reconhece a *eficácia* das participações junto ao sindicato no passado, conforme disse: “é verdade que tem poucos filiados agora ao sindicato. O pessoal está saindo, ué, está acontecendo. Exatamente por isso: porque eles estão acomodados. Se eles fizessem igual a antigamente, eles lutassem por nós... agora, não”.

Os servidores entrevistados constataam barreiras relacionadas a alguns sentimentos contrários à participação dos trabalhadores nas ações do SINTUFES. Sentimentos de medo e insegurança são percebidos por meio de forças emergidas pela figura do Presidente da República e das ações exercidas junto aos Poderes Judiciário e Ministério Público Federal, principalmente, ao implantar o ponto eletrônico contra os servidores. B.C. (2020) justifica:

Assim, eu acho que de um tempo para cá as barreiras são muitas, desde certo esvaziamento da base do sindicato pela terceirização, por judicializar, por ações ou por posicionamentos judiciais, como esse de cortar o ponto, a uma série de barreiras que o aparato estatal criou para desmobilizar. Sobretudo, porque hoje já se fala em fim de estabilidade, já se fala em corte e redução de carga horária forçada, com redução de salário. E, internamente, ao controle de ponto digital (B.C., 2020).

Percebe-se nas entrevistas dos sindicalizados das bibliotecas dos *campi* que o afastamento da base territorial dificulta e prejudica a participação dos sindicalizados. De acordo com Diego (2020), “as barreiras que realmente identifiquei, são as barreiras geográficas. Por concentrar tudo na região da Grande Vitória, e os demais *campi* ficam afastados... e tudo que acontece, acontece em Goiabeiras”.

Ao responder se já tentou convencê-los a se filiar e participar das ações sindicais? Eduardo (2020) informou: “Não. Nunca tentei, porque isso faz parte de cada um, não quero me meter com ninguém. Eles mesmos sabem o que está acontecendo, né?”. Para a entrevista, Alci (2020) simplesmente respondeu: “Não! Nunca tentei chamar ninguém para se filiar...”. Para B.C. (2020), “a filiação, assim, de um modo geral, é algo extremamente desejável. Em alguns momentos você pode acreditar... mais bem ou não depende da Direção do sindicato. Depende de contar como está a cultura, depende de muitas coisas...”

Ainda com base no modelo analítico (SANDOVAL; SILVA, 2016), identifica-se nas entrevistas sentimentos relativos à *Vontade de Agir Coletivamente*, o que justifica a participação ou não participação dos sindicalizados, a ser vista a seguir.

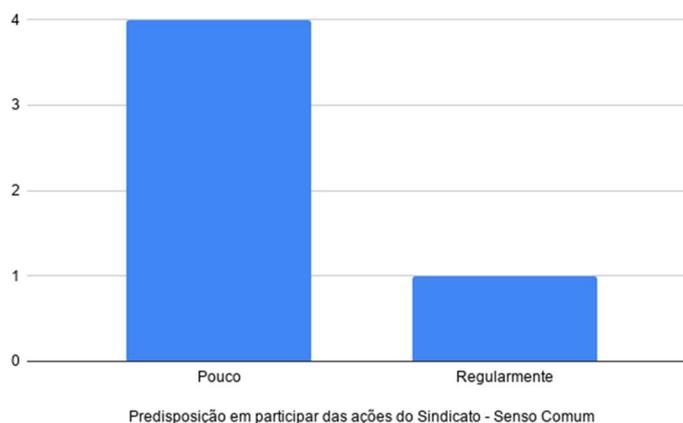
#### 4.8.6 Vontade de Agir Coletivamente

O SINTUFES faz uso de instrumentos e recursos organizacionais para realizar o registro e a convocação dos sindicalizados para mobilização e participação nas ações coletivas, como a propositura de uma pauta aberta e debate crítico, a fim de internalizar emoções voltadas à defesa da educação pública. O engajamento nas ações coletivas revela se há *vontade de agir coletivamente* e a predisposição em participar dessas atividades (SANDOVAL, 2001). Para a divulgação das atividades, os instrumentos e recursos utilizados pelo SINTUFES são:

- O site do sindicato [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br); rede social Facebook e os canais @sintufes e @FASUBRA;
- O Jornal do SINTUFES e as Atas Eletrônicas;
- Comunicações e chamadas sobre assuntos envolvendo ações afirmativas, Medida Provisória 873/19, sobre aposentadoria e contribuição sindical, Ações da Comissão Interna de Supervisão (CIS);
- A participação em reuniões e assembleias nas regionais de Goiabeiras, Hospital Universitário (HUCAM), CEUNES (São Mateus) e CCA (Alegre);
- Assembleias gerais, atos públicos e reuniões sobre o *Future-se*;
- Ações comemorativas e atividades em ações afirmativas: dia da mulher, dia do aposentado, campanha contra o racismo, minorias negras, grupos LGBT, deficientes físicos;
- Atividades de recreação e lazer.

Na análise do posicionamento dos entrevistados diante das questões relativas à *vontade de agir coletivamente* nas ações do SINTUFES, confrontando com o que diz Sandoval e Silva (2016) sobre a dimensão, percebe-se claramente a pouca predisposição à participação. Alguns fatores se revelam como barreiras contra essa participação, como o acesso à informação, a distância das assembleias gerais do setor de trabalho, a falta de transparência no planejamento das ações, que acabam prejudicando a presença dos sindicalizados. Aos serem questionados acerca da vontade de participar das ações do SINTUFES responderam:

**Gráfico 30– Predisposição em participar das ações do Sindicato**



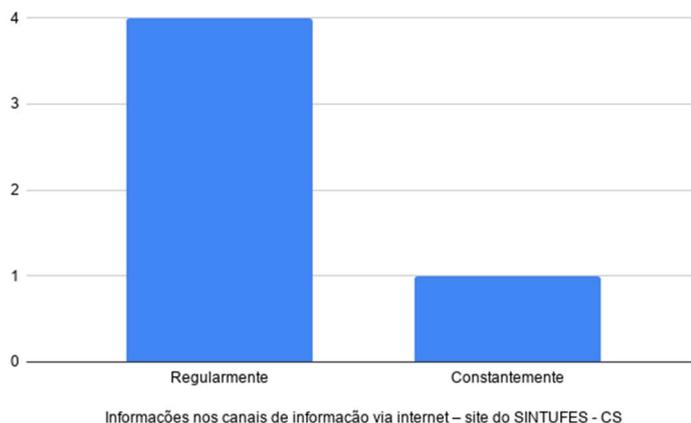
Nota-se que 80% dos entrevistados revelam pouca predisposição em participar das ações, e 20% declaram participação regular.

A *vontade de agir coletivamente* relaciona-se aos custos e benefícios que o indivíduo se propõe ao participar das ações coletivas do SINTUFES (KLANDERMANS, *apud* SANDOVAL, 2001). As entrevistas revelam a percepção dos sindicalizados que participam e apontam gastos e benefícios ao participarem das ações coletivas.

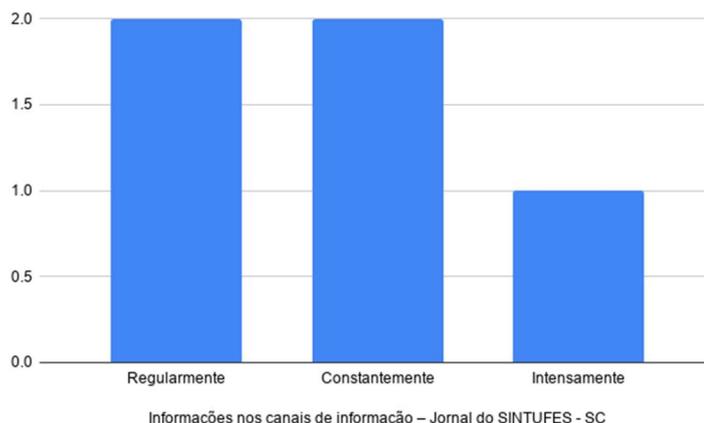
Então, para explorar mais essa dimensão, foram elencados alguns instrumentos e ações coletivas desenvolvidas pelo SINTUFES. As entrevistas evidenciaram pouca predisposição em participar individualmente e coletivamente. Alguns entrevistados, mesmo sem participarem, entendem que a ação mobiliza a comunidade acadêmica. Segundo Drica (2020): “eu acho que essas ações comemorativas, a parte recreativa eles fazem com bastante participação. Eu acho que é grande, pelo que eu vejo depois do jornalzinho no site, aparece quem participou”.

Dois outros entrevistados se expressaram afirmando que depende do SINTUFES, demonstraram uma dependência da Organização em fazer essa ação. Diego (2020) diz: “é justamente por saber o que está acontecendo, e já que o sindicato pode trazer o que está acontecendo na Universidade e segundo por que é uma forma de se aproximar mais dos colegas da Universidade”. Para Eduardo (2020): “se viessem aqui convocar e participar mais da Biblioteca, mais fácil, mas aqui eles não fazem nada disso, vêm com um papelzinho bem informativo e vão embora”.

Sobre a busca por informações nos canais oficiais de informação do SINTUFES, a utilização do site [www.sintufes.org.br](http://www.sintufes.org.br) obteve a seguinte intencionalidade:

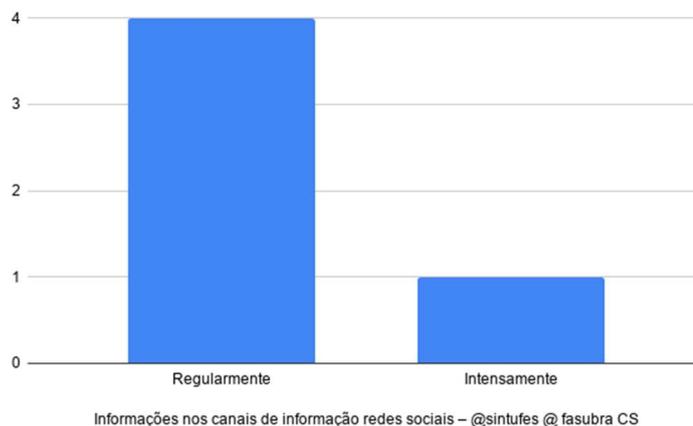
**Gráfico 31– Informações nos canais de informação via internet – site do SINTUFES**

A maior parcela, 80%, busca informações no site oficial do SINTUFES regularmente e 20% dos entrevistados acessam constantemente. Considerando o principal canal de informação, imagens e documentos, por exemplo, o Regimento do SINTUFES.

**Gráfico 32– Informações nos canais de informação – Jornal do SINTUFES**

Quando perguntados sobre a leitura do Jornal do SINTUFES, observa-se que os entrevistados o procuram com mais frequência, sendo que 40% constantemente, 40% regularmente, e somente 1 entrevistado, 20%, utiliza intensamente esse material informativo.

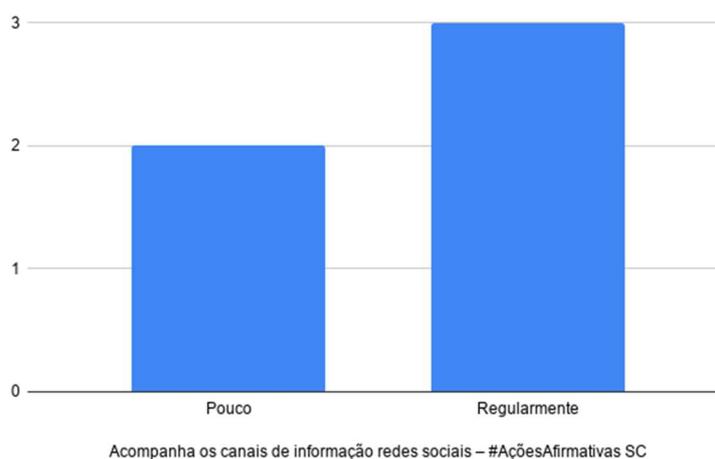
**Gráfico 33– Informações nos canais de informação redes sociais – @sintufes @ FASUBRA**



O acesso às redes sociais @sintufes e @FASUBRA é regular para 80% dos entrevistados. Um percentual de 20% apresenta acesso de frequência intensa. Observa-se um percentual bem desigual, apresentando um distanciamento entre o acesso regularmente e intensamente. Enquanto que as categorias de “acessa constantemente” e “acessa pouco” nenhum entrevistado citou.

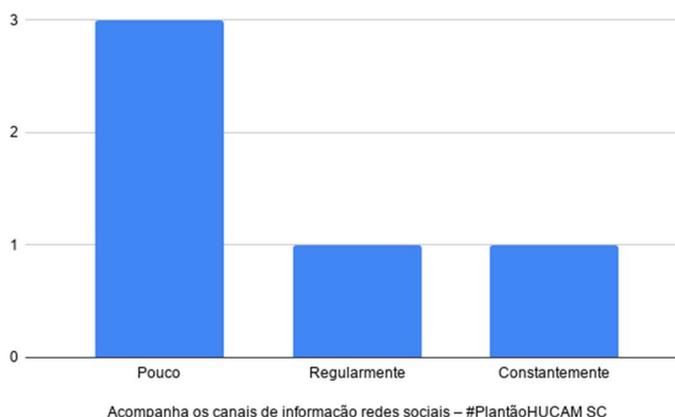
Também foi solicitado aos entrevistados que se manifestassem quanto à participação nas chamadas do sindicato, para discussões sobre alguns assuntos destacados nas redes sociais mediante o uso de cerquilha (*hashtag* - #). Essas chamadas identificavam mensagens sobre ações afirmativas, plantões no HUCAM, jornada de trabalho, medida provisória 873/19, entre outras. Observa-se que algumas chamadas despertam mais o interesse dos sindicalizados, em detrimento de outras. Seguem a apresentação do interesse dos entrevistados por chamada.

**Gráfico 34– Acompanha os canais de informação redes sociais – #AçõesAfirmativas**



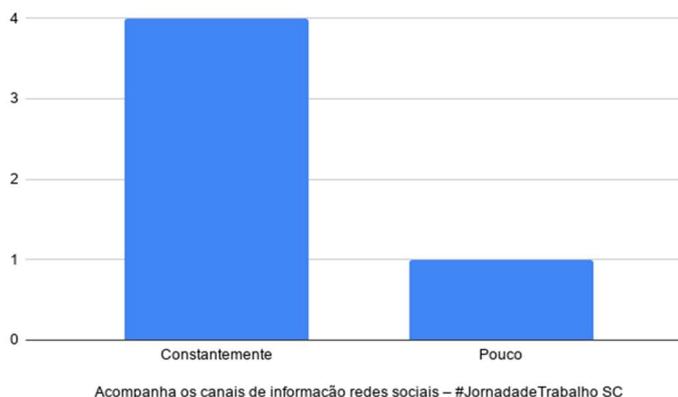
Quando a chamada nas redes sociais foi “Ações Afirmativas” (#AçõesAfirmativas), 40% declarou participar pouco. Outro número expressivo foi dos que participam regularmente, 60% participam dessa ação promovida pelo SINTUFES.

**Gráfico 35– Acompanha os canais de informação redes sociais – #PlantãoHUCAM**



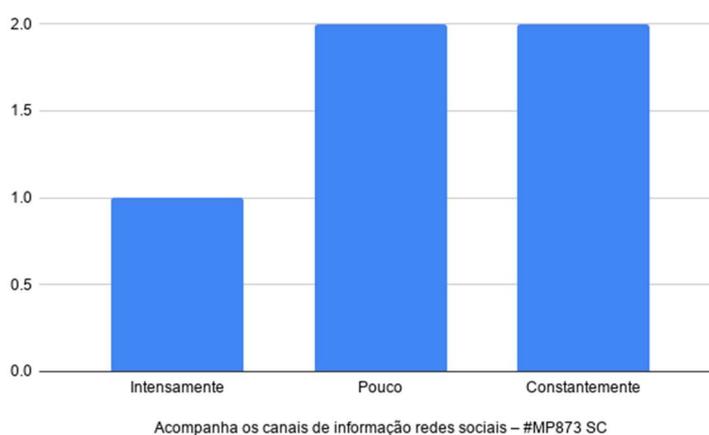
No tema “Plantões do HUCAM” (#PlantãoHUCAM), o número de entrevistados que declararam ter participado pouco foi ainda maior (60%), seguido da participação de 20% constantemente e 20% regularmente. Vale destacar que dos 5 entrevistados, apenas 2 são da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (ao lado do HUCAM), demarcando o interesse dos entrevistados por questões coletivas e não apenas de cunho pessoal e individualista. Outro ponto importante já citado por um entrevistado diz respeito à luta pelos direitos trabalhistas em diferentes regimes (RJU e CLT) postos no HUCAM. Destaca-se que, desde que foi criada a EBSERH, atuando no HUCAM, a estrutura organizacional sofre com inúmeras tentativas de privatização e desvinculação governamental.

**Gráfico 36– Acompanha os canais de informação redes sociais – #JornadaTrabalho**



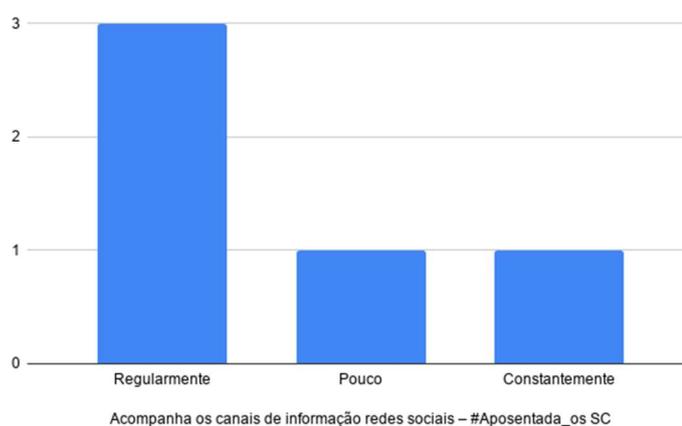
Mesmo que o interesse coletivo possa ser demonstrado em assunto que não atinja diretamente a vida pessoal do entrevistado, é inegável que o tema Jornada de trabalho (#JornadaTrabalho), que discutia as alterações de jornada de trabalho dos TAEs, tenha despertado muito mais o desejo de participação. Sobre esse tema, observa-se que 80% dos entrevistados acompanharam constantemente, restando apenas 20% que declararam que acessaram pouco.

**Gráfico 37– Acompanha os canais de informação redes sociais – #MP873**



Com comportamento muito similar, na participação do tema Medida Provisória 873 (#MP873): 20% participaram intensamente, 40% constantemente e 40% pouco. O processo dessa MP foi iniciado ainda no mandato de Michel Temer (MDB) e sancionado no atual governo, de forma que o imposto sindical deixou de ser obrigatório, enfraquecendo os sindicatos.

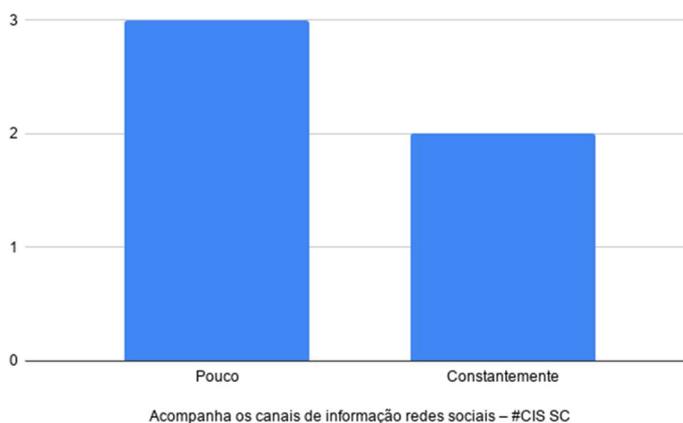
**Gráfico 38– Acompanha os canais de informação redes sociais – #Aposentada\_os**



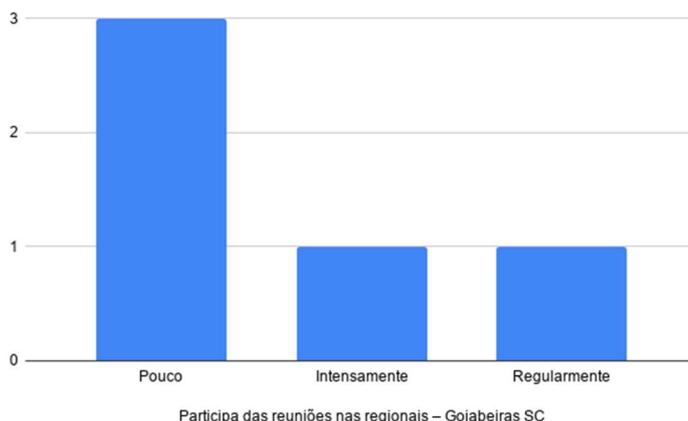
Importante destacar que o SINTUFES possui uma Coordenação específica para o desenvolvimento das ações temáticas com base nas sugestões dos sindicalizados, referentes ao conteúdo — trata-se de recomendação do Estatuto da FASUBRA. No caso da campanha

#Aposentada\_os, pode ter sido uma questão apresentada pelo coletivo, mas, no caso dos sindicalizados entrevistados, é importante ressaltar a faixa etária dos sujeitos, em que 30,8% dos entrevistados possuem menos de 40 anos de idade, o mesmo percentual para aqueles com idade entre 40 e 49 anos; 23,1% possuem de 50 a 59 anos de idade e apenas 15,4 possuem mais de 60 anos. Quando a chamada convoca os filiados a discutirem alterações na concessão de aposentadorias, observa-se que a maioria 60% participou dessa campanha regularmente, o restante se distribuiu igualmente entre participação constante e pouco, com apenas 20% dos entrevistados. Ou seja, apesar de ser um assunto que desperta o interesse, a sensação, para a maioria, não é de urgência de informação.

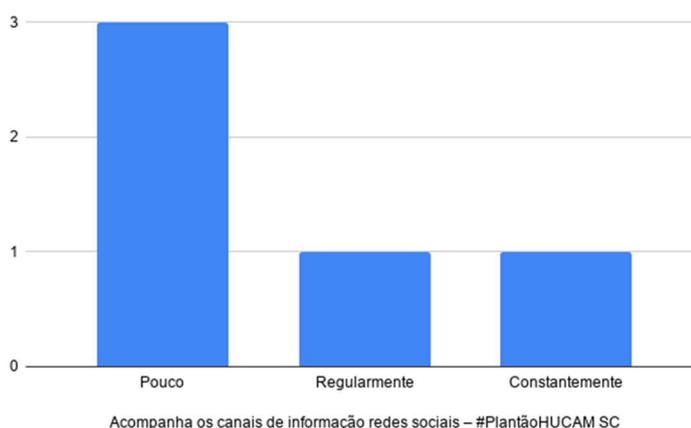
**Gráfico 39– Acompanha os canais de informação redes sociais – #CIS**



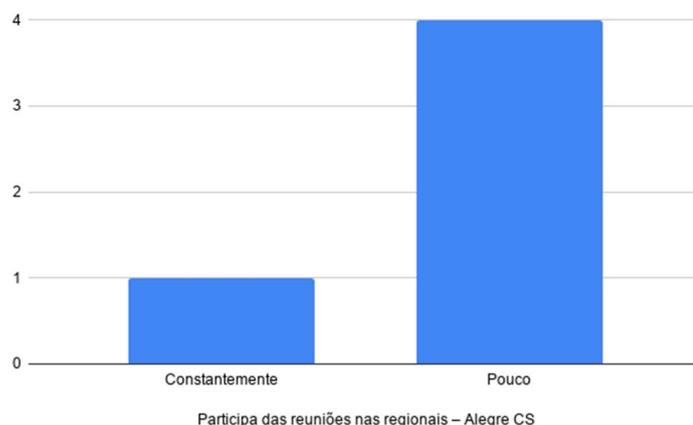
Ao questionar sobre a existência da ação da CIS na representação dos trabalhadores (#CIS), é importante destacar essa comissão, pois a participação em espaços de representação dos trabalhadores permite a ocupação nos Conselhos Superiores na defesa dos servidores. A grande parte dos entrevistados apresentou pouco interesse em participar, 80%, e apenas 20% acompanhou constante. Esse canal foi criado devido à importância dessa Comissão em acompanhar os processos e pedidos de servidores à Administração Universitária. No entanto, foi desestruturada pela Gestão Universitária, a fim de não manter os trabalhos.

**Gráfico 40– Participa das reuniões nas regionais – Goiabeiras**

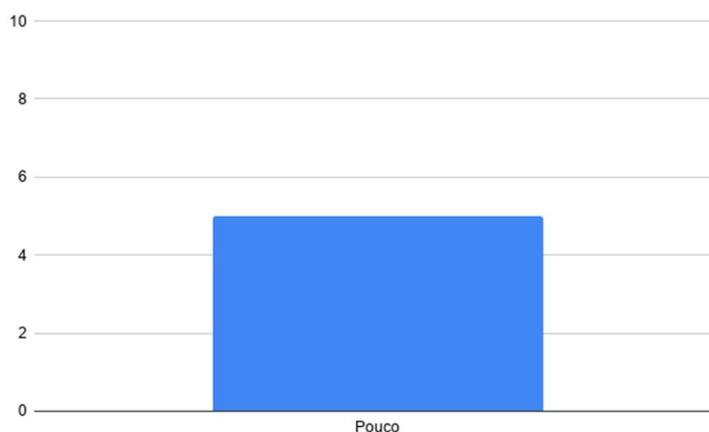
Além da participação nas campanhas, os entrevistados também foram convidados a avaliar seu nível de participação nas reuniões regionais do sindicato. A sede em Goiabeiras, além de realizar mais reuniões e assembleias, concentra o maior número de participantes, enquanto verificam-se no CEUNES (São Mateus) e CCA (Alegre) poucas reuniões ocorridas. Quando as reuniões são em Goiabeiras, 60% declararam participar pouco, 20% intensamente e 20% regularmente. Vale pontuar que 40% dos entrevistados trabalham no *campus* de Goiabeiras e que as reuniões e assembleias gerais são realizadas em Goiabeiras, na sede do sindicato, contudo a maioria dos entrevistados filiados participa pouco desses momentos coletivos.

**Gráfico 41- Participa das reuniões nas regionais – Hospital das Clínicas - HUCAM**

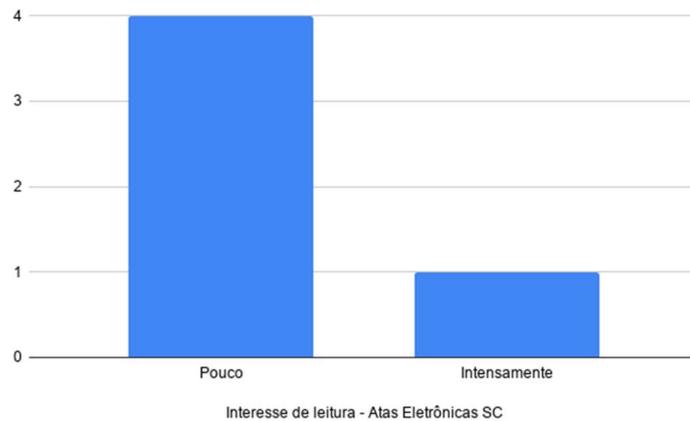
Ocorrem reuniões na regional do Hospital das Clínicas – HUCAM, em Maruípe, e as três categorias foram apontadas: 60% participam pouco; 20% constantemente e 20% regularmente. Convém apontar que o *campus* Maruípe tem sido um local de grande mobilização do sindicato, referente a constantes problemas com a EBSE RH desde a sua implantação em 2015.

**Gráfico 42– Participa das reuniões nas regionais – Alegre**

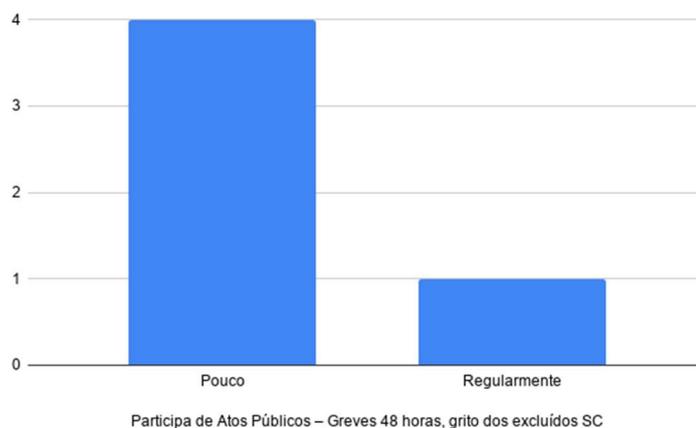
Quando as reuniões ocorrem na regional de Alegre, apenas duas categorias podem ser apontadas, sendo que 80% participam pouco e 20% constantemente. Vale ressaltar que esse último percentual se refere à participação de um sindicalizado servidor do *campus* de Alegre.

**Gráfico 43– Participa das reuniões nas regionais – São Mateus**

Quando as reuniões ocorrem no *campus* São Mateus, os dados mostram que 100% não participam nesse *campus*. Aliás, dentre os entrevistados, nenhum é de São Mateus. O *campus* do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, em São Mateus, agrega dois sindicalizados do SIB/UFES.

**Gráfico 44– Interesse de leitura - Atas Eletrônicas**

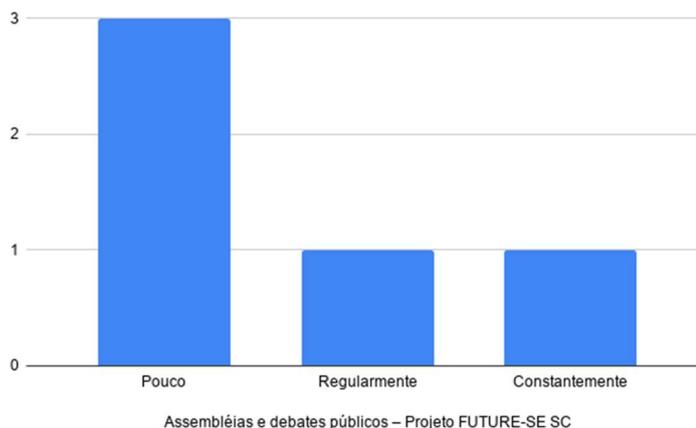
Apesar dos entrevistados apresentarem queixa frequente quanto à falta de informação e transparência das ações do SINTUFES, observa-se que poucos demonstram interesse em ler as Atas Eletrônicas, as pautas e as resoluções do sindicato, sendo que 80% leem pouco e 20% intensamente.

**Gráfico 45– Participa de Atos Públicos – Greves 48 horas, “Grito dos excluídos”**

O SINTUFES realiza convocações para a participação em Atos Públicos, dentre eles, em 2019, destacou-se o “Grito dos excluídos” e os movimentos grevistas. Os entrevistados declararam que participam pouco 80%, e somente 20%, regularmente. Nesse ponto, percebe-se o real envolvimento com a participação em ações coletivas, ou seja, a maioria ou participa pouco ou é militante.

Segundo Costa (2006), a respeito da *vontade de agir coletivamente* nos indivíduos, os aprendizados e benefícios em participar compensam os desgastes físicos.

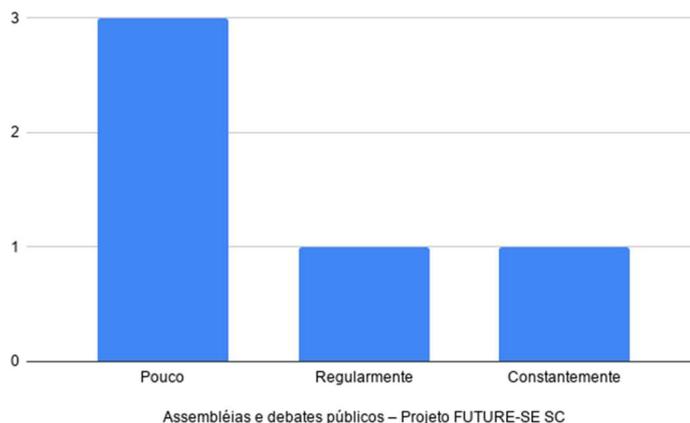
**Gráfico 46– Assembleias e debates públicos – Projeto *Future-se***



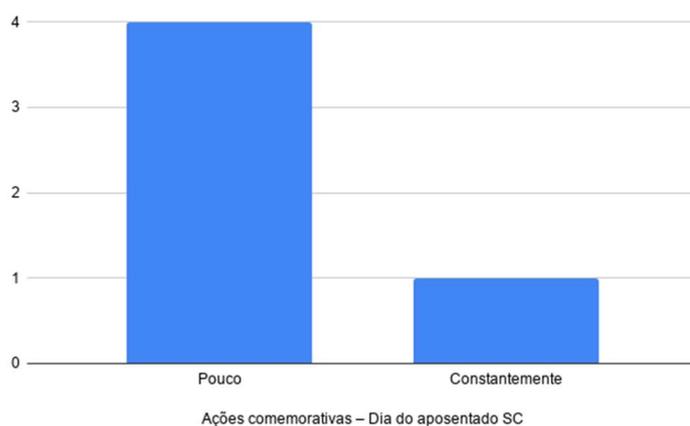
Além do questionamento de participação em reuniões, como um todo, os entrevistados também foram questionados quanto à participação em assembleias sobre o programa *Future-se*, lançado pelo Governo. Nesse caso, 60% dos entrevistados declararam pouca participação, 20% participou regularmente e 20% constantemente.

A princípio, observando o gráfico referente à participação na discussão sobre o *Future-se*, tem-se uma impressão de pouco interesse, mas, ao comparar esse gráfico com a participação nas reuniões da sede do sindicato (*campus* Goiabeiras), verifica-se que o percentual de participação é o mesmo nesse segundo. Nas reuniões regulares, tem-se o percentual de 60% que participam pouco, 20%, regularmente e 20% constantemente. Ao discutir o *Future-se*, esses dados reafirmam os achados de Sandoval e Silva (2016), que ressaltam que os sujeitos participam com compromisso, individual ou coletivamente, de movimentos sociais, a partir de escolhas significativas que influenciaram a sua participação.

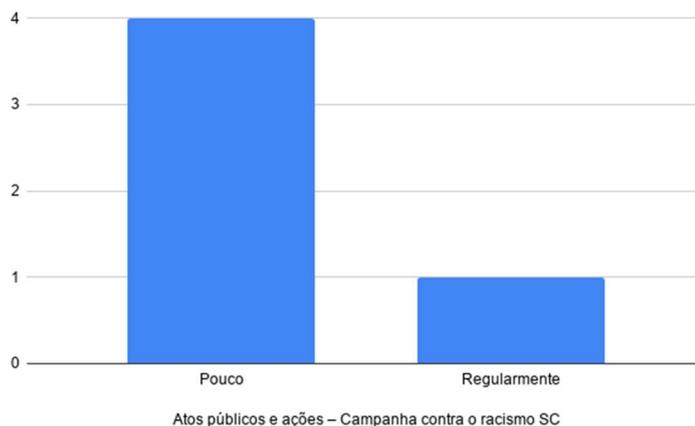
Um entrevistado expressou sentimento de *agir coletivamente* contra as atitudes e a orientação da política neoliberal aplicada pelo Governo Federal. No caso do projeto de implantação do *Future-se*.

**Gráfico 47– Atos públicos e ações – Dia Internacional da Mulher**

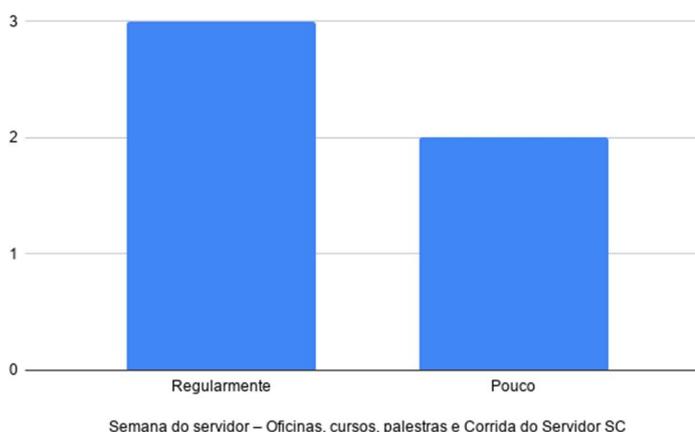
Além das reuniões, assembleias e atos públicos, o SINTUFES também organiza eventos sociais e comemorativos. Quando os entrevistados foram questionados se participaram do evento comemorativo do Dia Internacional da Mulher, 60% declararam que participaram pouco, 20%, regularmente e 20%, constantemente. Os dados apontados representam uma baixa participação de pessoas do gênero feminino. Alci (2020) afirma: “Não. Não porque eu não tenho tempo. Eu já... dei uma contribuição para que alguém me represente, mas eu mesma não tenho tempo”.

**Gráfico 48– Ações comemorativas – Dia do aposentado**

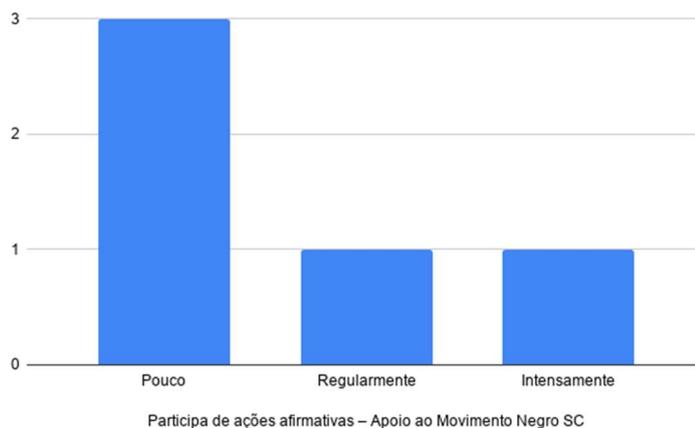
Outro evento organizado e comemorado pelo sindicato é o dia dos aposentados. Nesse caso, a baixa participação dos entrevistados se manteve em 80% pouco e 20% constantemente.

**Gráfico 49– Atos públicos e ações – Campanha contra o racismo**

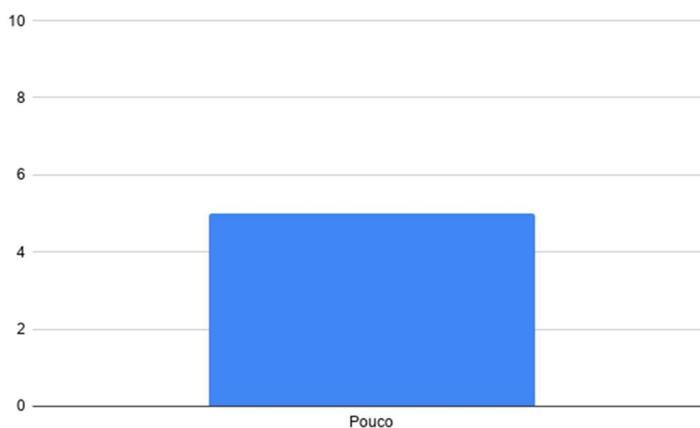
Na campanha contra o racismo, promovida pelo sindicato, também se constatou baixa predisposição dos entrevistados à participação, sendo 80% pouco e 20% regularmente.

**Gráfico 50– Semana do servidor – Oficinas, cursos, palestras e Corrida do Servidor**

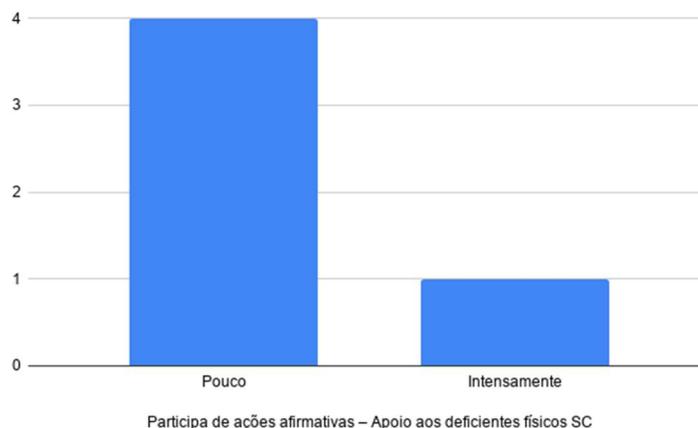
Para a Semana do Servidor, o SINTUFES organizou, apoiado pela Gestão Universitária, um evento de maior porte com atividades de capacitação, oficinas, palestras e a Corrida do Servidor. Nesse caso, o índice de pouca participação diminuiu consideravelmente, 40%, e as participações mais ativas com 60% regularmente.

**Gráfico 51– Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento Negro**

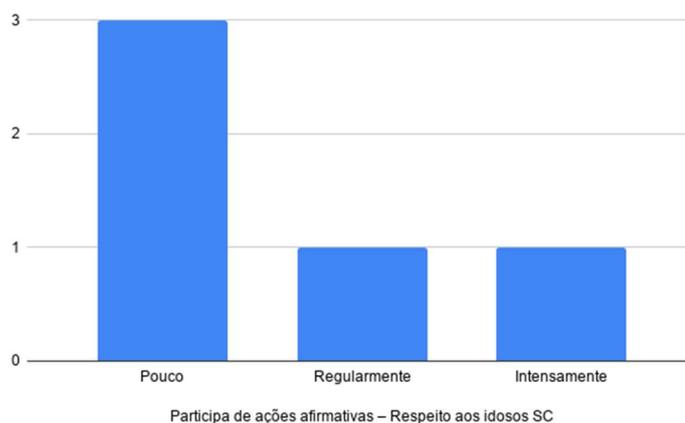
Na participação em ação afirmativa em apoio ao Movimento Negro, os entrevistados apresentaram 30% de pouca participação, 20%, regular e 20% intensa. Os dados apresentam novamente um percentual de pouca participação em atividades desse movimento. Isso aponta a necessidade de ampliação do debate sobre a participação em questões raciais.

**Gráfico 52– Participa de ações afirmativas – Apoio ao Movimento LGBT**

No caso de participação em ação afirmativa de apoio ao movimento LGBT, 100% declararam pouca participação. Esses dados apresentam uma contradição na participação dos entrevistados, haja vista que o assunto é apresentado nas pautas de atas eletrônicas de reuniões e no Jornal do SINTUFES com frequência, e o sindicato promove constantes chamadas para a participação. Constam no Estatuto da FASUBRA (2014) e também do Estatuto do SINTUFES (2020) dispositivos de normas que orientam a promoção de ações, a fim de ampliar o debate em questões de defesa das liberdades individuais e coletivas, junto ao respeito à justiça social.

**Gráfico 53– Participa de ações afirmativas – Apoio aos deficientes físicos**

Outra ação afirmativa do sindicato foi em apoio aos deficientes físicos. Nesse caso, observa-se 80% de pouca participação e 20% de intensa. Os dados representam muito pouco interesse da parte dos sindicalizados, mas entende-se que são encaminhamentos da Direção do SINTUFES.

**Gráfico 54- Participa de ações afirmativas – Respeito aos idosos**

Por fim, ao serem questionados acerca da participação em Ações Afirmativas em respeito aos idosos, a maioria, 60%, declarou pouca participação, 20% regular e 20% intensa. Convém lembrar que dois dos entrevistados estão em idade de solicitação de aposentadoria.

Nessa dimensão, os entrevistados também foram arguidos sobre uma avaliação dos sindicalizados das bibliotecas em participar coletivamente das ações. Observaram-se falas indicativas da necessidade de superar o sentimento de amargura e buscar uma convocação do coletivo. Segundo Eduardo (2020): “se o SINTUFES me convocasse. Como eu disse antes (...) se eu vir que eles estão fazendo alguma coisa séria”.

Outros entrevistados defendem um sindicato que mova a Direção até seu sindicalizado, a conhecer suas especificidades e necessidades. A entrevistada corrobora recuperando a história e a função do sindicato. Identifica-se a força coletiva pela representação social, por meio do engajamento nas ações coletivas. Segundo Drica (2020):

(...) acho que o mais importante seria esclarecer o papel social legal deles como representante da classe. Eu acho que é porque o sindicato se formou historicamente. Isso eu acho que se perdeu demais, mas mesmo que o sindicato hoje não ofereça o que a gente espera, eu acho que é importante estar filiado por que a gente, como um coletivo, a gente consegue ter força (DRICA, 2020).

Outro questionamento apresentado aos entrevistados foi sobre como o SINTUFES pode fomentar a participação dos sindicalizados das bibliotecas. Essa pergunta resgata a importância de movimentos sociais e organizações que passaram pela redemocratização nos governos de centro-esquerda, mas atualmente estão fragilizadas por um Governo que aflige a *vontade de agir coletivamente*, tratando de modo individualista. Identifica-se junto aos entrevistados como importante desenvolver o agir coletivo de seus participantes.

Constata-se a importância de maior envolvimento da Direção do SINTUFES com os sindicalizados, devido aos temas correspondentes da administração universitária e política governamental. Alci (2020) faz um desabafo: “Então, se engajar mais no caso com um funcionário, levar mais propostas... e, assim, propostas bem claras, bem... conclusão, mesmo, entendeu? A afinidade do que vai fazer e tem esse objetivo porque fica desacreditado”.

Na próxima dimensão, o Modelo Analítico enseja uma peça importante na promoção da participação dos sindicalizados no contexto das ações coletivas referentes às Metas e Repertórios de Ações.

#### **4.8.7 Metas e repertórios de ações**

Essa última dimensão analisada tem como proposta verificar as *metas e repertórios de ações*. Segundo Sandoval e Silva (2016, p. 44), “(...) importa nessa dimensão que as ações coletivas propostas pelo movimento social estejam dentro das expectativas do sentimento de eficácia políticas dos sujeitos”. Nesse sentido, buscou-se, inicialmente, verificar se os entrevistados conhecem as propostas de *metas* do SINTUFES, bem como se os *repertórios* de estratégias foram apresentados aos sindicalizados.

Ao abrir o leque de perguntas aos entrevistados sobre o conhecimento deles acerca das *metas e ações* do sindicato, diante da atual situação administrativa promovida pelo atual Governo, percebeu-se de um entrevistado o resgate da história de participação e desconhecimento das *metas* propostas pelo sindicato. Eduardo (2020) relatou: “só em

reuniões quando tem alguma coisinha que eles vão fazer... eu não mais. Não. Não tenho conhecimento”. Para Drica (2020), falta transparência nas ações: “Não. Porque nas assembleias, isso é muito pouco evidenciado. Então você descobre nas Atas. Alguma coisa e tal, mas não é tão discutido, então não tem essa visão tão clara e tão transparente das ações”. Os entrevistados expressaram um sentimento diminuto em relação às ações individuais das *metas e repertório de ações* do movimento sindical.

Ainda sobre *metas*, constatou-se a lembrança de alguns *repertórios*. Observa-se que o engajamento coletivo é necessário ao movimento sindical, bem como estratégias para envolver os atores no papel essencial dos debates. Segundo Diego (2020), falta estratégia eficiente de mobilização. Ele acredita que, historicamente, o sindicato tem se dedicado às convocações apenas nos movimentos grevistas: “Tirando as participações nos piquetes de greves, somente. Regular. Por que as ações ficam restritas à Vitória, e os demais servidores dos *campi* ficam sem saber o que está acontecendo”.

Sobre o conhecimento das ações promovidas pelo sindicato, o entrevistado demonstrou antipatia pelas *metas*, como se fossem para atender uma moda gerencial. Para ele, isso contraria os princípios sindicais. B.C. (2020) argumenta: “Não acho que também a gente não tem que ter o objetivo de alcançar, mais *metas* me parece, me parece mais associada a etapas, coisas que não sei se seria a melhor forma de fazer a administração sindical”. Nota-se o desconhecimento sobre as Metas, conforme Drica (2020): “não sei hoje quais são as metas deles. Porque na verdade o que eu vim falar das Metas para quando eles se reelegeram era receber dinheiro. Agora não sei se tem alguma mudança. Então não tem como avaliar”. Segundo Sandoval (1994), a compreensão das ações individuais ou coletivas não é apenas circunstancial ou da realidade social, mas também do rol das ações disponíveis e também da outorga dos atores.

Por fim, abriu-se espaço aos sindicalizados para proporem sugestões para o aperfeiçoamento das metas e ações do SINTUFES. A proposta em destaque foi a aproximação do sindicato da base. O aperfeiçoamento das *metas*, para outra entrevistada, perpassa o sentimento de *agir coletivamente* com os trabalhadores. Outra entrevistada relata um sentimento de recuperação da confiança dos trabalhadores, como nas declarações de Alci (2020): “eu acho que eles têm que trabalhar. Ter uma proposta mais vasta... sabe essa coisa de concretizar para que um funcionário acredite! [fintou os olhos]”.

Outros dois entrevistados consideram que a sugestão sobre o aperfeiçoamento das *metas e ações* diz respeito à maior apresentação aos sindicalizados, um pouco utópico, mas, segundo Eduardo (2020), são necessárias “reuniões com os funcionários, mais informações, dar

esclarecimentos para todos sobre o que está acontecendo. Melhorar nossa opinião também”. Outro entrevistado solicita essa ação do planejamento das *metas* de perto da realidade. Segundo Diego (2020), deve-se ter “contato com os servidores, e convidar a ter uma participação maior, justamente para elaborar o projeto de *metas*”. Alguns processos de participação são afetados, de acordo com Sandoval (2001) e Reck (2005), quando as percepções e os desejos dos indivíduos geram um conflito entre as metas e as ações, produzindo, então, um afastamento dos participantes diante das lutas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como se configura a consciência política e a predisposição à participação dos servidores das bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFES, nas ações coletivas do SINTUFES durante a gestão 2014 a 2019. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu durante o Governo de Jair Bolsonaro (sem partido) no contexto sociopolítico, em que as ações do sindicato e dos trabalhadores envolvidos sofreram ataques do Governo Federal para o desmonte do Ensino Superior nas universidades públicas federais.

Elencamos, principalmente, a Medida Provisória 873/19 (que perdeu a validade em 28/06/19), assinada pelo então presidente na tentativa de impedir que a contribuição sindical fosse feita por desconto em folha, os cortes de 30% na verba de custeio e manutenção das universidades, a implantação do Projeto *Future-se* (LEHER, 2019a) e de Organizações Sociais – OS, e a suspensão de concursos públicos para técnicos-administrativos em educação, inclusive para a contratação de professores sem concurso público. Decerto, para prejudicar o trabalhador do setor de educação, com vistas a individualizá-lo e enfraquecer a organização sindical.

Este trabalho adotou o Modelo Analítico da Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), em uma pesquisa exploratória (CRESSWELL, 2007) e descritiva, conforme (VERGARA, 2011), considerada como um estudo de caso (TRIVIÑOS, 1987). A produção dos dados se deu a partir da pesquisa documental exploratória (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009), tendo como fonte primária as Atas Eletrônicas das reuniões de assembleias ordinárias do sindicato e o Jornal do SINTUFES, entre o período de 2014 a 2019.

A análise das atas e das publicações do Jornal Informativo do sindicato permitiu compreender que o sindicato promove a divulgação de suas ações coletivas por meios das redes sociais e de *site* próprio, na tentativa de alcançar diretamente os sindicalizados que estão em seus postos de trabalho. Percebeu-se pela análise do Estatuto do Sindicato a possibilidade de inclusão e participação em coordenações com a pluralização dos sindicalizados. Mesmo assim, as demandas e ações apresentadas em documentos, sejam aquelas do cotidiano profissional sejam aquelas que influenciam na vida particular, não se mostraram suficientes para mobilizar os servidores para a participação.

Posteriormente, a realização de entrevistas semiestruturadas buscou compreender o universo dos entrevistados (GASKELL, 2002). A entrevistas foram realizadas com 7 (sete) mulheres e

6 (seis) homens sindicalizados, pertencentes ao SIB/UFES, e submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Para responder à pergunta: “Como se configura a consciência política e a predisposição à participação dos servidores das bibliotecas da UFES nas ações coletivas promovidas pelo SINTUFES?”, identificou-se, mediante as 7 (sete) dimensões da consciência política citadas no marco teórico, sentimentos relativos à predisposição e à participação em diversas situações que envolvem os entrevistados, cuja (des)mobilização é um fator importante que influencia nas ações coletivas do sindicato.

Dos 88 servidores que estão lotados nas bibliotecas, os relacionados pelo sindicato são 18 filiados, sendo que 13 (treze) participaram da pesquisa. Destes, 8 (oito) sujeitos entrevistados revelaram ter uma configuração de consciência política que participam. Sendo 2 (dois) homens e 6 (seis) mulheres, na faixa etária de 34 a 64 anos, todos com histórico de participação em igrejas, movimentos estudantis, partidos políticos, sindicatos e conselho profissional; quanto à escolaridade, havia graduados, especialistas e mestres. Os entrevistados identificados constavam nas Atas de reuniões extraordinárias, inclusive opinando sobre assuntos da conjuntura política, reafirmação de redução da desigualdade, sentimentos de orgulho pelas minorias políticas, lembranças de acontecimentos históricos e lutas passadas do SINTUFES. A consciência política dos que **participam** correspondente aos entrevistados que demonstraram comprometimento e desejo de intervir na realidade, de buscar transformação, de envolvimento na luta coletiva. Para Demo (1991), é a partir desse comprometimento e da participação política dos indivíduos que é possível transformar as circunstâncias.

Ao interpretar os outros 5 (cinco) entrevistados com consciência política que **não participam**, encontrou-se indivíduos que estavam na faixa etária de 31 a 61 anos, que não possuem histórico de participação antes da filiação ao SINTUFES, com escolaridade de ensino médio, graduação e especialização. Percebe-se que os entrevistados, de algum modo, demonstraram consciência da importância da sua participação e do engajamento, porém, na prática, estavam distantes da participação das ações coletivas efetuadas pelo SINTUFES. Entretanto, expressaram o desejo de participarem, além de gratidão pelas conquistas e admiração pelas lutas, mas com um envolvimento aquém dos sindicalizados, que participam continuamente das ações coletivas do sindicato. Pôde-se observar que eles não participam das ações coletivas do sindicato e suas ações são voltadas para o cotidiano e suas vidas privadas. Segundo Reck (2005), as dificuldades apresentadas pelos indivíduos para não participarem são inerentes ao sistema social que reproduz interpretações de visões de mundo segmentadas.

Pôde-se notar um sentimento de *identidade coletiva* nos entrevistados com consciência política *que participam*, quando demonstraram confiança e ideal de representação ao relembrem das lutas históricas e mobilizações organizadas pelo sindicato. Já os que apresentaram uma consciência política de que *não participam* tiveram pouco sentimento de pertencimento, além de não terem se identificado com a participação em ações coletivas, e tiveram poucos sentimentos de envolvimento, de solidariedade e coesão social.

A consciência política dos *que participam* revela orgulho e confiança nas ações coletivas do movimento sindical do SINTUFES. Os de consciência política de que *não participam* revelaram baixa identidade coletiva em relação às ações conjuntas do sindicato e também demonstraram pouco pertencimento em relação ao sindicato. Os que possuem consciência política de que *participam* revelaram acentuado sentido de identidade coletiva, e os de consciência política dos que *não participam* pouco sentimento de coesão social. Ao exibir o sentimento de pertencimento ao coletivo, os entrevistados de consciência política que *participam* revelaram motivação para participar das ações coletivas, enquanto os de consciência política de que *não participam* não transmitiram esse sentimento de coesão, e também *não participam* das ações.

As *crenças, valores expectativas para a sociedade*, reveladas na consciência política de participação, demonstraram desconfiança com o Governo Bolsonaro e com a Gestão Universitária. Tanto para os sujeitos de consciência política dos que *participam* quanto para os que *não participam*, o sindicato deve agir e lutar contra as investidas do Governo Federal na proteção da universidade pública. Os entrevistados de consciência política dos que *participam* apresentaram sentimentos de hostilidade, aversão e insegurança ao Governo Bolsonaro, enquanto os de consciência política dos que *não participam* apresentaram descrença e frustração. Credita-se apenas ao SINTUFES a retomada das ações, baseando-se nos valores sindicais e no fortalecimento da base, mesmo que permaneça nos entrevistados o sentimento de *desprezo* pelo afastamento do sindicato dos trabalhadores do SIB/UFES. A partir dos sentimentos e das emoções relatadas nas entrevistas e conforme a atualização do Modelo Analítico de Sandoval e Silva (2016), revelou-se ânimo ou descrença na participação das ações coletivas.

Nota-se, entre os entrevistados que formaram a consciência política de que *participam* e os que *não participam*, a desconfiança com o atual Governo e a descrença na tentativa de implantação do programa *Future-se*. As evidências estão nas tentativas de descaracterizar a universidade pública, por declarações do ex-ministro Abraham Weintraub (ESTADÃO, 2019). Nesse sentido, os entrevistados de consciência política que *participam* e que *não participam*

acreditam que a participação efetiva nas ações coletivas e nos protestos contribuem para a defesa da Universidade.

Ao evidenciar os *interesses coletivos* dos que possuem a consciência política de que *participam*, nota-se um processo de afastamento da Direção do sindicato e dos trabalhadores das bibliotecas. Isso trouxe sentimento de injustiça e barreiras na predisposição à participação nas ações coletivas do sindicato. Os entrevistados que apresentam consciência política de que *não participam* avaliam que a própria dificuldade para participar afeta a relação com o sindicato e produz a baixa dos interesses coletivos na relação sindicato e servidor.

Ao abordar a *eficácia política*, os entrevistados com consciência política de que *participam* apresentaram sentimentos relativos à capacidade de intervenção na realidade das bibliotecas. Observaram-se os sentimentos de injustiça e insatisfação com o sindicato em alcançar os resultados esperados pelos sindicalizados. Os que possuem consciência política de que *não participam* demonstraram baixa confiança e falta de efetividade do sindicato no desempenho dessa função e, conseqüentemente, isso desmotiva a participação dos sindicalizados.

Na dimensão de *eficácia política*, um item para avaliação é o fato de os entrevistados terem demonstrado sentimentos de confiança e efetividade em relação às atividades do Sindicato durante intervenções voltadas à Administração Federal. As narrativas se referem às ações coletivas das Direções anteriores do sindicato, que foram marcadas na memória dos entrevistados por lutas, resultados expressivos e por reconhecimento pela sociedade de um sindicato forte e presente nas negociações. Os entrevistados de consciência política que *participam* e os que *não participam* relataram terem percebido pouca participação e efetividade nas ações coletivas realizadas pelo sindicato atualmente. Os entrevistados apontaram a necessidade de o sindicato dar voz às demandas locais para que possa promover um sentimento de maior participação. Essa dimensão está mais ligada aos sentimentos dos indivíduos quanto à capacidade de intervenção ou de modificação da realidade ou situação política (SANDOVAL, 2001). Mesmo com lutas locais, percebeu-se a desmotivação, desmobilização e incapacidade de enfrentamento dos problemas, nos quais o sindicato está envolvido, decorrendo disso pouca confiança e predisposição participativa.

A dimensão de *sentimentos com respeito aos adversários* apresentou o atual presidente Jair Bolsonaro e a Gestão Universitária como potenciais adversários dos trabalhadores. Quando questionados sobre as ações do Governo Federal, os entrevistados demonstraram sentimentos de desdém e raiva, ora por ações mesquinhas de concorrência por cargos dentro da Universidade, ora por ações de ataques contra o trabalhador, o sindicato e o ensino superior. Quanto à Gestão Universitária, os entrevistados pontuaram a dificuldade de diálogo, os impasses criados que dificultam a participação dos servidores nas ações coletivas,

causando divisões entre grupos de trabalhadores de diferentes setores. A diferença é que os entrevistados de consciência política que *participam* definem quem são os inimigos: a Gestão Universitária (Reitoria), o Governo Federal (Bolsonaro) e os próprios sindicalizados por não participarem das ações na defesa da carreira pública. Os entrevistados de consciência política que *não participam* citaram a Gestão Universitária e o Governo Federal. Mas não pontuaram a falta de participação deles próprios nas ações, como sendo um outro fator de adversidade, ao contrário da consciência política dos que *participam*.

A *vontade de agir coletivamente* se destaca por estar relacionada com a predisposição individual para participar de ações coletivas. Percebeu-se que os entrevistados possuem conhecimento e que avaliaram positivamente os meios de informação e participação que o sindicato utiliza: disponibilização de atas, Jornal do SINTUFES, site do sindicato, redes sociais, reuniões e assembleias, atos públicos, ações afirmativas e comemorativas, atividades de recreação e lazer. Os entrevistados de consciência política que *participam* revelaram ter intencionalidade nas atividades e ações do sindicato, um pouco maior do que os de consciência política que *não participam*. Os entrevistados de consciência política que *não participam* revelaram reduzida *vontade de agir coletivamente*, em algumas entrevistas por falta de tempo, dificuldade de deslocamento e por falta de sentimento de *eficácia política* no resultado da participação em ações coletivas. Verificou-se nas entrevistas uma *baixa* utilização dos meios de informação das ações do sindicato e o desconhecimento de ações e assuntos debatidos pelo sindicato, apontando uma diminuta *vontade de agir coletivamente*.

Sobre a predisposição em participar das ações coletivas, destaca-se que 25% dos entrevistados de consciência política de que *participam* afirmaram ter intensa vontade de participação. Nos de consciência política que *não participam*, o percentual foi reduzido para 20% de participação. Quando o questionamento foi sobre o *Future-se*, percebe-se que a participação em reuniões pelos entrevistados sobre esse tema contemplou 37,5% dos entrevistados de consciência política de que *participam*, que declararam intensa participação, e os entrevistados de consciência política que não participam representaram 20% de participação regular. Essas informações apresentaram uma tendência ainda de baixa participação para temas importantes voltados para o contexto político vivido na Universidade.

Os movimentos sociais e as organizações sindicais foram de extrema importância na redemocratização do país (AVRITZER, 2002; TATAGIBA, 2009). No entanto, os movimentos sindicais encontram-se fragilizados por um Governo que não incentiva a *vontade de agir coletivamente*, tentando fragmentar e individualizar o trabalhador, desmobilizando o coletivo do sindicalizado. A consciência política dos que *participam* revelada nesta pesquisa apontou para a necessidade de superar o sentimento de afastamento que se estabeleceu entre o

SINTUFES e os servidores do SIB/UFES, com o intuito de unir forças na ação. Nos resultados da pesquisa, observou-se, em 20% dos entrevistados de consciência política que *não participam*, um sentimento de descrença com o sindicato, por considerar sua diretoria acomodada, atribuindo à falta de *vontade de agir coletivamente* por algo externo aos seus interesses.

Na dimensão de *metas e repertórios de ações*, observou-se que apenas dois entrevistados de consciência política dos que *participam* conheciam o plano de metas do sindicato. No entanto, a relação entre o SINTUFES e a central sindical transmite a esses entrevistados uma sensação de baixa *eficácia política*. Segundo eles, é a FASUBRA que determina boa parte das metas do SINTUFES, deixando pouco espaço para as demandas locais e regionalizadas; nesse sentido, declaram sentimentos de desconforto e insatisfação que inibem a predisposição em participar. A consciência política dos que *não participam* apontou que o processo de tomada de decisão das ações é pouco consultivo e de pouca transparência, de forma que não possuem conhecimento sobre elas, ao mesmo tempo, apontaram que o sindicato tem que desenvolver estratégias mais eficientes de mobilização para promover a participação dos sindicalizados, dentre todas as formas já utilizadas pelo sindicato, como carro de som, panfletos etc.

Os entrevistados do grupo de consciência política que *participam* e os que *não participam* também expressaram sentimentos de antipatia e insatisfação quanto às *metas e os repertórios de ações*, apesar de pouco conhecê-las. A motivação para permanecerem sindicalizados se justifica pelas dimensões de *identidade coletiva e crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*, além do sentimento de orgulho por terem participado de uma história de lutas e de confiança por fazerem parte de um coletivo que os representa no enfrentamento do neoliberalismo.

Diante dos resultados apresentados dos entrevistados de ambas as consciências, que *participam* e *não participam*, percebe-se a importância do sentimento de *interesse coletivo*, principalmente quando relacionado à proteção dos direitos sociais e à defesa de valores. Todavia, há pouco interesse em se predispor à participação efetiva nas ações coletivas, mesmo que o sindicato promova várias formas de chamadas para movimento e que, em sua atual Direção, tenha uma representante do SIB/UFES. Percebe-se, dessa forma, que os sentimentos negativos em relação à atual gestão sindical refletem diretamente na *vontade de agir coletivamente* dos servidores entrevistados nas ações sindicais promovidas.

Como contribuição para o Movimento Sindical, ressalta-se a necessidade de ampliação das ações coletivas aliadas às bases dos trabalhadores, por meio das coordenações existentes e delimitadas nas ações no Estatuto do SINTUFES. Assim, aos responsáveis pelas

coordenações propõe-se uma mobilização das ações *in loco*, com a finalidade de ampliar a *vontade de agir coletivamente* e promover um maior engajamento.

Dessa vontade de transformação, cabe registrar a presença forte e potente das mulheres entrevistadas, que, além de investirem em suas atividades laborais e domésticas (como bem relataram nas entrevistas), se fazem presentes no movimento sindical, reafirmando que ali são seus lugares. Superando as dificuldades e críticas, três delas apresentaram seus nomes para comporem chapas distintas na última eleição para diretoria do SINTUFES (2019-2022), conforme dados da pesquisa documental. Observa-se que das três chapas constituídas para eleição, apesar de não contar com homens do SIB/UFES, todas as chapas contavam com pelo menos uma mulher entrevistada nesta pesquisa.

Apesar de não ter sido alvo deste estudo, percebe-se que o envolvimento feminino no sindicato ainda enfrenta muitas barreiras para a sua efetiva participação, por exemplo, destacam-se o machismo estrutural e as responsabilidades domésticas assumidas, haja vista que seus companheiros não se dispõem a dividi-las. Eis um ponto que poderá ser explorado em futura pesquisa para suprir as limitações deste estudo.

Outra possibilidade de complementação deste estudo diz respeito à análise da predisposição dos servidores SIB/UFES não sindicalizados em se filiarem ao SINTUFES. Isso porque, ao observar o percentual de Técnicos-Administrativos em Educação da Universidade sindicalizados, percebe-se que no Sistema de Bibliotecas da UFES há um número proporcionalmente inferior, indicando que o espaço necessita de estudo mais aprofundado por meio do qual se possam encontrar ferramentas adequadas para que haja uma maior mobilização coletiva.

Ao considerar as diferentes faixas etárias, vale destacar que foi possível perceber nas pessoas de maior idade uma predisposição participativa e, também, uma consciência política. Talvez, caberia um estudo complementar a esta pesquisa que buscasse verificar se os anos a mais de vida ou até mesmo se as experiências com a ditadura e a redemocratização influenciaram na forma de conceber e viver a participação política observada nos dias atuais. Para Sandoval (1989), os sentimentos referentes à *identidade coletiva* recebem influências das especificidades das experiências dos indivíduos em contextos políticos e históricos distintos, ou seja, os pontos de vista dos indivíduos em diferentes períodos podem constituir novas formas de participação.

A participação dos entrevistados na pesquisa foi por eles considerada um ponto positivo, pois foram dadas vozes às emoções, aos sentimentos e às reflexões sobre a estrutura sindical existente. Nesse sentido, a pesquisa promoveu aos entrevistados múltiplos lugares de fala, pertencimento e percepção. Por meio das histórias, narrativas e significados da participação

dos entrevistados, o estudo apresentou o atual cenário dessa relação e espera-se que esses dados sejam importantes para o fortalecimento dos sentimentos individuais e coletivos em relação ao SINTUFES, ao apresentarem novas formas de compreensão e análise do processo de participação individual e coletivo. Pode-se afirmar que esse estudo fornece subsídios ao sindicato para desenvolver ações que integrem a participação e a mobilização dos trabalhadores. Por meio das percepções e sentimentos apresentados, principalmente pela *identidade coletiva e pelos interesses coletivos*, espera-se que os diretores do sindicato promovam o fortalecimento das ações, para incentivar uma maior participação dos servidores.

Por conseguinte, devo afirmar que este estudo não teve a pretensão de encerrar as discussões sobre sindicalismo e predisposição à participação, contudo buscou contribuir com os estudos de gestão de pessoas e relações de trabalho entre a organização sindical e os trabalhadores. Espera-se que a lacuna preexistente dos estudos organizacionais, verificada durante a revisão de literatura, possa instigar outros estudos que contemplem o tema. Este trabalho preenche essa lacuna dos estudos organizacionais com uma abordagem psicopolítica da (des)mobilização dos trabalhadores nas ações coletivas do sindicato. Sugere-se que futuras pesquisas abordem os servidores não filiados ao SINTUFES, a fim de compreender suas consciências políticas e indisposições existentes para a participação nas ações coletivas do sindicato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.19, p. 71-94, nov. 2002.
- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000.
- ANTUNES, R., SILVA, J. B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Cad. CRH** [online]. 2015, vol.28, n.75, pp.511-527. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005>>. Acesso em: 09 mar. 2020.
- ANTUNES, R. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, R. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J. R. **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288-306.
- ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. **Psicologia Política**, v. 8, n. 15, p. 31-56, jan./jun. 2008.
- AVELAR, L. Participação política. In.: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- AVRITZER, L Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia participativa: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 561-598, 2002.
- Associação Docente da UFF-SSind. Com o *Future-se* e ‘reformas’, Bolsonaro quer destruir previdência, universidade pública e direitos. Niterói: **Jornal da ADUFF-SSind**, Julho de 2019.
- AZEVEDO, L. R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 3, n. 6, p. 7-22, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto & Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977). São Paulo: 6ª Edição. 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.
- BERNACIAK, M, GUMBRELL-MCCORMICK, R; HYMAN, R. **European trade unionism: from crisis to renewal?** Brussels: European Trade Union Institute, report n. 133. 2014.
- BEYNON, H. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003. p.44-71.
- BOITO JR, A. A presença do sindicalismo na história política do Brasil. In: BOITO JR, A. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. p. 265-291.
- BOITO JR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. “**La nouvelle phase du syndicalisme Brésilien**”. Cahiers des Amériques Latines, nº 80, p. 147-167, 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. São Paulo: Atlas, 1988. 180p. - (Manuais de legislação Atlas ; 1).

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Future-se**. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 241** (da Câmara dos Deputados). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Câmara dos Deputados, Brasília: 2016a. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1468431&filenome=PEC241/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filenome=PEC241/2016)>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CAMPOS, C. **Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte**. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2016.

CARDOSO, A; GINDIN, J. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 32, n. 1, p. 13-37, Abril. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922017000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201002>.

CARDOSO, A. M. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno C R H**, v. 28, n. 75, p. 493-510, set./dez., 2015.

CARDOSO, A. M. O Sindicalismo no Brasil: breve excursão sobre mudanças e permanências. In: CARDOSO, A. M (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 11-34.

CARDOSO, I. V. C. P. O mundo do trabalho após a doutrina neoliberal no Brasil: privatização e flexibilização no contexto de crise econômica. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, 2016.

CARLOS, E. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, 2011.

CARVALHO NETO, A. M. A reforma da estrutura sindical brasileira: pressupostos para uma reforma trabalhista. Cd-room. **VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET**, pp. 1-27, São Paulo, 2003.

CARRIERI, A. P. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do Sinttel-MG. **Organizações & Sociedade**, 11(30), p. 29-48, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAYRES, D. C. **Sociedade Civil e Estado: a autonomia revisitada**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2009.

COLOMBI, A. P. F. **A institucionalização do consenso: atuação da CUT e da FS durante os governos do PT (2003-2014)**. Universidade Estadual de Campinas, 2018.

COSTA, C. **Nas malhas da instabilidade: os trabalhadores públicos em um cenário de mudanças**. São Luis: EDFMA, 2008.

COSTA, G. B. **Consciência, participação e negociação**: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COSTA, G. P. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n.4 (número especial), p. 75-103, nov. 2007.

COSTA, G. P. **Consciência política e cidadania mediadas pela participação política**: um estudo de caso em Porto Alegre. Tese de Doutorado. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, 423 p.

COSTA, G. B. da. SILVA, A. S. da. A Democracia no Brasil e os desafios da participação política. In: **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar /** Organizadores: Marco Antônio Bettine de Almeida, Alessandro Soares da Silva, Felipe Corrêa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades EACH/USP, 2012.

COSTA, H. A. O sindicalismo ainda conta? Poderes sindicais em debate no contexto europeu. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 104, p. 259-285, ago. 2018.

COSTA, H. A. From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 18, n. 4, pp. 397-410, 2012.

COSTA, M. S. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 1-16, jul./dez. 2003.

CRESWELL J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COZBY, P. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

DALLARI, D da A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DE CANHA, A. G. G. Sindicalismo no mundo contemporâneo: Uma introdução ao debate. **Enfoques**, v. 16, n. 1, p. 104-121, 2017.

DEGRYSE, C; TILLY, P. **40 ans d'histoire de la Confédération européenne des syndicats**. Brussels: European Trade Union Institute. 2013.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 1996.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A jornada de trabalho nas negociações coletivas (1996-2004)**. Estudos e Pesquisas, Ano II, n. 16, Dez. 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Terceirização e precarização das condições de trabalho**, São Paulo, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Nota técnica Lei 13.429/17**, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2014. **Estudos e Pesquisas**, n. 75, São Paulo: Dieese, Mar. 2015a.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, n. 79, São Paulo: Dieese, Dez. 2015b.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **As negociações coletivas no Brasil**. São Paulo, 2001.

DIAS, T. S. “**É uma batalha de narrativas’: os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook**”. Ciência Política. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DIEESE – **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Nota Técnica 178, maio de 2017.

D’OLIVEIRA, M. C.; CAMARGO, M. A. **Participação sindical feminina: estratégia de efetivação do direito do trabalho da mulher**. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 9, n. 83, p. 27-38, out./nov. 2019.

DRUCK, G.; SENA, J.; PINTO, M.; ARAUJO, S. **A terceirização no serviço público: particularidades e implicações**. In: CAMPOS, Gambier André. (org.) *A Terceirização do Trabalho no Brasil*, IPEA, 2017.

**ESQUERDA DIARIO**. Weintraub e Bolsonaro encaminham projeto privatista “*Future-se*” ao Congresso. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/URGENTE-Weintraub-e-Bolsonaro-encaminham-projeto-privatista-Future-se-ao-Congresso>>. Acesso em: 28, maio, 2020.

**ESTADÃO**. Ministro da Educação defende combate a “marxismo cultural” na universidade. Revista Exame, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/ministro-da-educacao-defende-combate-a-marxismo-cultural-em-universidade/>>. Acesso em: 20, jan. 2020.

EUROPE TRADE UNION CONFEDERATION. 2018. **Organization and people**. Disponível em: <<https://bit.ly/2v6o1uP>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

FASUBRA. **Nota de repúdio às declarações do ministro Weintraub sobre as universidades federais**. 2019. Disponível em: <http://fasubra.org.br/noticias/nota-de-repudio-as-declaracoes-do-ministro-weintraub-sobre-as-universidades-federais/>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

FASUBRA. **Retrospectiva da greve 2015**. Informativo N° 2 da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. 2015a. Disponível em:<[http://www.FASUBRA.org.br/documentos/Greve/2015/Informativo\\_FASUBRA-Retrospectiva\\_da\\_Greve\\_2015.pdf](http://www.FASUBRA.org.br/documentos/Greve/2015/Informativo_FASUBRA-Retrospectiva_da_Greve_2015.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FEDERAÇÃO O DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL. **Informes de greve nº 05 – 18/06/2014**. Disponível em: <<http://www.FASUBRA.org.br/index.php/modules-menu/2014-03-18-20-20-40/junho#>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

FONSECA, J, E, do N. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996, 294 p. (Coleção Teses e Dissertações).

FONT, J. Introducció. In: \_\_\_\_\_. (Coordenador). **Ciudadanos y decisiones públicas**. Barcelona: Ariel, 1ª ed. Fevereiro de 2001, 2ª impressão: jan. 2007, p.13-30.

FORTES, A.; FRENCH, J. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 201-228, jun. 2012.

FUENTE, J.M.R. Contra la participación: discurso y 155xperiênc de las 155xperiências de participación ciudadana. *Revista Política y Sociedad*, v. 47, nº 3, 2010.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAMSON, W. A. **Talking politics**. Cambridge University Press, 1992.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Cap. 3, p. 64-89.

GALVÃO, A. et al. REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Cad. CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-270, Aug. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000200253&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200253&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jan. 2020.

GALVÃO, A. **Political action of the Brazilian labour movement: issues and contradictions facing PT governments**. *Studies in Political Economy*, v. 96, p. 1-15, 2016.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P. “**Balanco da atuação do sindicalismo brasileiro no século XXI: os governos do PT, o golpe e as contrarreformas**”. *Latin American Perspectives*, 2019.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: CES, 2006.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Reprinted. Boston: Northeastern University Press Editions, 1986.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, Aug. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 maio, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>.

GOHN, M. da G. TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Cad. CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, abr. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792019000100063&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100063&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 maio de 2020. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>.

GUEDES, C. Os trabalhadores nas empresas estatais. In: **O Mundo do Trabalho**. São Paulo: Página Aberta Ltda., p. 413-418, 1994.

GUTTIERREZ, A; MARTUSCELLI, D; CORRÊA, F. “PT, PC do B e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil. In: **Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, ano 9, nº1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.

HARVEY, D. A Brief History of Neoliberalism. Oxford: Oxford University Press. **From a whisper to a scream**, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2001.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1972.

HEWSTONE, M. **Causal Attribution: from Cognitive Process to Collective Beliefs**. Londres: Brasil Blackwell, 1989.

HUR, D. U; SABUCEDO, J. M. Psicologia y política en Brasil: ¿Psicología politizada o Psicología política?. **Revista de Psicologia**, La Paz , n. 19, p. 159-180, June 2018 . Available from <[http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2223-30322018000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2223-30322018000100011&lng=en&nrm=iso)>. Access on 16 July 2020.

INÁCIO, J. R. Apresentação do Organizador. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 11-18.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aspectos das relações de trabalho e sindicalização**. Coordenação de Trabalhos e Rendimento – IBGE, Rio de Janeiro-RJ, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização**. In PNAD – Pesquisa Nacional Por Domicílios – 2017.

IPEA. **Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**. 2017.

IPEA. **PNAD 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas**. Rio de Janeiro, novembro de 2010, v.66. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118\\_comunicadoipea66.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf). Acesso em 19 jan. 2019.

KLANDERMANS, B. **The social psychology of protest**. London: Blackwell.1997.

KLANDERMANS, B. **Mobilization and Participation: Social Psychological Expansion of the Resource Mobilization Theory**. *American Sociological Review*, v. 49, p. 583-600, 1992.

KREIN, J.D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. 2. ed. London: Verso, 2001.

LADOSKY, M. H. G.; RODRIGUES, I. J. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes limites e possibilidades. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1, p. 53-76, abr., 2018.

LEHER, R. **Análise preliminar do Future-se**. 2019. \_\_\_\_\_. “Future-se” indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. *Le Monde Diplomatique*, acervo on-line, 2 de agosto de 2019[a]. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/Future-se-indica-a-refuncionalizacao-das-universidades-e-institutos-federais/>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

LEHER, R. **Autonomia universitária e liberdade acadêmica**. *Revista Contemporânea de Educação*, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 208-226, maio 2019[b]. ISSN 1809-5747. Disponível em:< <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/23167>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a Universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

LEHNDORFF, S.; DRIBBUSH, H.; SCHULTEN, T. European trade unions in a time of crises: an overview. In: LEHNDORFF, Steffen; DRIBBUSH, Heiner; SCHULTEN, Thorsten (eds.).

**Rough waters: European trade unions in a time of crisis.** Brussels: European Trade Union Institute. pp. 7-34. 2017.

LEME, A. A. Neoliberalismo, Globalização e Reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, n. 32, p. 114-138, jan./jul., 2010.

LIMA, S. L. R. de; MATIAS, L de S.L. A greve dos operários de Niterói no contexto do pré-sal. Barcelona. **III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict. Proceedings.** p. 97-117, 2016. Disponível em: <[http://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/157737/F6ULima\\_Sonia\\_Matias\\_Lilian\\_OK\\_.pdf](http://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/157737/F6ULima_Sonia_Matias_Lilian_OK_.pdf)>. Acesso em: 04 de out. de 2019.

LOPES, S. L. **História e transformações do sindicalismo brasileiro.** Revista Theomai/Theomai Journal, 2009.

MANSBRIDGE, J. The **Discriptive Political representation of Gender: An Anti Essentialist Argument.** In: KLAUSEN J. e MAIER C. S. (orgs.). *Has Liberalism Failed Women? Assuring Equal Representation in Europe and the United States.* New York: Palgrave, 2001.

MARCELINO, P. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 201-227, 12 dez. 2017.

MARCELINO, P. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical.** Appris, Curitiba: 310p. 2013.

MAGDA, I. **Do trade unions in Central and Eastern Europe make a difference?** Bonn: Institute for the Study of Labor. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2OKS4YA>>. Acesso em: 10 maio 2018.

MARTINS, C. E. Vinte anos de democracia? **Lua Nova.** São Paulo, v. 64, p. 13-38, 2005.

MARX, K. **O capital.** Livro I. Vol. I. Rio de Janeiro: Difel, 1996.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELUCCI, A. **Challenging codes.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Eds.). **Social movements and culture.** Londres: UCL Press, 1995.

MOORE, B. Injustiça. **A base social da obediência e revolta.** São Paulo: Cortez, 1987.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MOREIRA, N. C.; BAÊTA, O. V.; REIS, P. R. C. Políticas de trabalho e emprego (1995-2010): repensando o estado brasileiro a partir do modelo de acumulação flexível. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 3, p. 98-107, 2013.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **Número de trabalhadores sindicalizados no Brasil atinge maior patamar desde 2004, segundo IBGE/OIT.ONU.** Disponível em 18/2/2017. <https://nacoesunidas.org/numero-de-trabalhadores-sindicalizados-no-brasil-atinge-maior-patamar-desde-2004-segundo-ibgeoit/>. Acesso em: 20 Jun. de 2019.

NORONHA, E. G. **Greves na transição brasileira.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, 1992.

OLIVEIRA NETO, A. E. D. **Contribuições sindicais: modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical de acordo com a Lei 13.467/2017.** 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2019.

OLIVEIRA, R. V. de. SINDICALISMO E TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: pontos para reflexão. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 545-567, Dec. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000300545&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300545&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Maio de 2019. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300007>.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action**. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1965.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PALASSI, M. P. **Ações Coletivas e Consciência Política no Mundo do Trabalho: Dilemas Subjetivos da Participação nos Processos de Privatização**. Curitiba: Juruá, 2011.

PALASSI, M. P.; MARTINS, G. F.; PAES DE PAULA, A. P. Consciência Política e Participação Cidadã de estudantes de administração: um estudo exploratório em uma universidade pública no Brasil. **REAd**. Porto Alegre, ed. 85, n. 3, p. 435-461, set/dez. 2016.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Paz e Terra, 1992.

POCHMANN, M. **O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais**. Estudos Avançados, v. 23, n. 66, pp. 41-52. 2009.

**PROGRAMA AVANÇAR PARCERIAS**. Programa de Parcerias de Investimentos – Ponte para o Futuro. Governo Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.avancarparcerias.gov.br/>. Acesso em: 28 de abr. 2019.

RECK, J. **A Consciência Política dos Cooperados do MST: o caso do COOPAC– Campo Verde/MT**. Campinas: Unicamp, 2005 [Tese de doutorado].

RYDER, G. **The future of work: centenary initiative**. Geneva: International Labour Office. 2015.

RODRIGUES, L. **O destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

RODRIGUES, L. M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org). **O sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1991.

ROSA, A.; MENDONÇA, P. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, p. 643-660, 2011.

SABUCEDO, J. M. **Psicologia Política**. Madri: Síntesis, 1996.

SANDOVAL, S. A. M. Mesa: Arquivos de Memória Política e Resistência. **VII Encontro Paulista de Psicologia Política**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

SANDOVAL, S. A. M. A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: Uma análise da consciência política num momento de desmobilização. In: SILVA, Alessandro Soares; CORRÊA, Felipe. (Orgs.). **No interstício das disciplinas: A psicologia política**. 1. Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 175-217.

SANDOVAL, S. A. M. Emoções nos movimentos sociais [Trabalho apresentado na mesa-redonda Emoções, Engajamento e Movimentos Sociais]. In: Encontro Nacional da Abrapso, Belo Horizonte, 13º, 2005. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2005.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Psicologia Política**, v. 1, n.1, p.173-195, 2001.

SANDOVAL, S. A. M. **Os trabalhadores para – greves e mudança social no Brasil (1945-1990)**. São Paulo: Ática, 1994.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, M. J. (Org.). **A Cidadania em construção, uma Reflexão Transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, S. A. M. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO**. Ano IV, nº 7, p. 61-72, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. A crise Sociológica e a contribuição da psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais. **Revista Educação e Sociedade**; 34; dez.1989.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. O Modelo de Análise de Consciência Política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: HUR, D. U.; LACERDA Junior, F. (Orgs.). **Psicologia, Políticas e Movimentos Sociais**. São Paulo: Vozes, 2016. p. 25-57.

SANTANA, M. A. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. In: CARDOSO, A. M. (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 35-49.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. Em: Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo, Boitempo, 2003.

SANTOS, A. de O. **A nova crise do sindicalismo internacional**. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 447-460, 2006.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, B. S. (Org). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil** (1ª ed.). São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, A. de O. **A nova crise do sindicalismo internacional**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, v. I, n. 1, p. 1-14, 2009.

SILVA, A. S. **Luta, resistência e cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT**. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 7, n. 1, p. 105-126, abr. 2007.

SILVA, A. S. O lugar das crenças e valores societais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações**, v. 7, n. 14, p. 105-130, jul./dez., 2002.

SILVA, A. S. Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. **Interações**. São Paulo: Universidade São Marcos, v.6, n.12, p. 69-90, jul./dez. 2001.

SILVA, D. F. da; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Terceirização e ação sindical no complexo industrial portuário de Suape: o caso do Estaleiro Atlântico Sul**. Disponível em:

<<http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Diogo-Fernandes.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, J. B. A face privada de um banco público os experimentos flexíveis no Banco do Brasil. In: Antunes, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: **Boitempo**, 2006.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA UFES-SINTUFES. **Greve vai começar dia 17 de março, segunda-feira! 2014**. Disponível em: <<http://www.sintufes.org.br/index.php/greve-vai-comecar-dia-17-de-marco-segunda-feira/>>. Acesso em: 9 out. 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR-ANDES. **Comunicado nº 24 – 14 de julho de 2015**, 2015. Disponível em: <<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/07/14/comunicado-no-24-14-de-julho-de-2015/>>. Acesso em: 9 out. 2019.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Novos Estudos Cebrap, nº 102, p. 42-71, 2015.

SINTUFES. Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<https://sintufes.org.br/sindicato/historia/>> Acesso em: 23 jan. 2020.

SISTEMA Integrado de Bibliotecas - SIB/UFES. Disponível em: <<http://www.bc.ufes.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SOARES, J. L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Soc. Estado.**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 541-564, Dec. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922013000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000300005>.

SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. Greves, conjuntura político-econômica e transformações ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013). In: **III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict.**, 2016, Barcelona. III International Conference Strikes & Social Conflicts - Aproximaciones históricas combinadas a la conflictividad. Barcelona: Proceedings, 2016.

SOUZA, L.V.S. **Consciência política e participação no orçamento participativo de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo no período 2009-2012**. UFES – Dissertação: Vitória. 2012.

QUEIROZ, A. A. de. **Movimento Sindical: Passado, Presente e Futuro**. Brasília: DIAP, 2017.

QUEIROZ, A. A. *O que diz a reforma da Previdência do governo Temer*. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/26586-o-que-diz-a-reforma-da-previdencia-do-governo-temer>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

QUEIROZ, A. A. **Para que serve e o que faz o movimento sindical**. Brasília: Diap, 2015.

TATAGIBA, L. Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política, sob o marco da democracia gerencial: o caso do projeto Rede Criança, em Vitória-ES. In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública: Olhares Sobre as Experiências de Vitória-ES**. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 148-193.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: McGraw-Hill, 1978.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, A. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRÓPIA, P. V.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 81-117, 30 out. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010462762013000100005&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762013000100005&Ing=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 de out. 2019.

TRÓPIA, P. V. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Estatuto. Disponível em: <<http://www.daocs.ufes.br/estatuto-da-ufes>>. Acesso em: 27 de setembro 2019.

UFES. **Após sessão pública, Conselho Universitário da Ufes manifesta-se contrário ao Programa Future-se**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/conteudo/apos-sessao-publica-conselho-universitario-da-ufes-manifesta-se-contrario-ao-programa>>. Acesso em: 27 de setembro 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, S. C. **Administração com arte: experiências vividas de ensino aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

WAGNER, M. N. **O movimento trabalhista na UFSC sob a luz do novo sindicalismo no Brasil: A experiência dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFSC**, Florianópolis, 2013.

## ENTREVISTAS:

**ALCI** (SERVIDORA). [7 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (29:50 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde, UFES. Estado do Espírito Santo.

**B.C.** (SERVIDOR). [7 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (39:50 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Central, UFES. Estado do Espírito Santo.

**DIEGO** (SERVIDOR). [17 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (30:50 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias, Alegre. Estado do Espírito Santo.

**DINOSSAURO** (SERVIDOR). [7 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (1:33:50 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Central, UFES. Estado do Espírito Santo.

**DRICA** (SERVIDORA). [6 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (30:40 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Central, UFES. Estado do Espírito Santo.

**EDUARDO** (SERVIDOR). [3 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (32:10 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Ciências da Saúde, UFES. Estado do Espírito Santo.

**HELÔ** (SERVIDOR). [4 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (31:20 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Central, UFES. Estado do Espírito Santo.

**ILANE** (SERVIDORA). [11 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (30:30 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Central, UFES. Estado do Espírito Santo.

**JÔ** (SERVIDORA). [10 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (34:50 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida no Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo, SINTUFES, UFES. Estado do Espírito Santo.

**JOSÉ** (SERVIDOR). [5 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (29:30 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca de Ciências Humanas e Naturais, UFES. Estado do Espírito Santo.

**ODIN** (SERVIDOR). [27 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (30:00 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo, São Mateus. Estado do Espírito Santo.

**REGINA** (SERVIDORA). [5 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (33:40 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca de Ciências Humanas e Naturais, UFES. Estado do Espírito Santo.

**S.R.N** (SERVIDORA). [10 de fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Felipe Coelho. Vitória, ES, 2020. 1 arquivo m4a (30:10 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida na Biblioteca Central, UFES. Estado do Espírito Santo.

# ANEXOS

**ANEXO 01 – ESTATUTO DO SINTUFES**

# **ESTATUTO DO SINTUFES**

Link: <https://sintufes.org.br/sindicato/historia/>

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Objetivo:** Enviar para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFES (CEP), posteriormente, coletar a assinatura dos bibliotecários, consentindo a participação na presente pesquisa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Título da Pesquisa:** “Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas da UFES em ações coletivas do SINTUFES”.

**Nome do Pesquisador:** Francisco Felipe Coelho  
Telefone: (27) 98829-8099/  
E-mail: franciscoefelipecoelho@gmail.com

**Nome da Orientadora :** Professora. Dra. Márcia Prezotti Palassi -  
mprezotti@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa:** (27) 3145-9820 - cep.goiabeiras@gmail.com - Av. Fernando Ferrari, 514 - *campus* Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.090-075 (para recurso ou reclamações do participante da pesquisa).

Prezado servidor da Biblioteca do Sistema UFES,

Meu nome é **Francisco Felipe Coelho** e sou aluno do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Sob a orientação da Professora Dra. **Márcia Prezotti Palassi**, desenvolvo a pesquisa intitulada “Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas da UFES em ações coletivas do SINTUFES”, que tem como objetivo analisar a participação dos servidores das bibliotecas nas ações do SINTUFES, sindicato que atua em defesa dos direitos dos servidores das bibliotecas do Sistema da Universidade Federal do Espírito Santo.

Você está sendo convidado(a) a participar oferecendo-nos informações relacionadas a sua consciência e experiência de gestão e relacionamento com a organização de sindicato, que influencia nas atividades e ações que ocorrem ou interferem na vida dos servidores. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

As informações serão utilizadas como subsídios para dissertação de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. Todo material

resultante será guardado, em poder da pesquisadora, durante 05 (cinco) anos, sendo então destruído.

Gostaria de gravar a nossa entrevista — que durará aproximadamente 1 hora — a fim de não perder as informações. Garanto a você que essa gravação não será mostrada a ninguém e que sua identidade não será revelada. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, pois apenas será solicitado relato verbal voluntário de suas concepções com base nas suas experiências profissionais. Destaca-se que as informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes, sendo garantido o sigilo, a privacidade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Você tem a liberdade de se recusar a continuar participando da pesquisa em qualquer momento e sem qualquer prejuízo.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para a sua participação nesta pesquisa. Duas vias deste documento serão rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador. Uma delas ficará com você. Guarde, cuidadosamente, a sua via, pois é um documento que traz informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Por favor, preencha os itens a seguir:

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, \_\_\_\_\_, portador do RG/CPF nº \_\_\_\_\_, de forma livre e esclarecido, manifesto meu consentimento em participar desta pesquisa. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador **Francisco Felipe Coelho** sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me leve a qualquer penalidade.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante de pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- Data: \_\_\_\_\_ Horário de início: \_\_\_\_\_ Horário de término: \_\_\_\_\_
- Pseudônimo (nome fictício para utilização no trabalho): \_\_\_\_\_
- Sexo: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_
- Estado civil: \_\_\_\_\_
- Escolaridade: \_\_\_\_\_
- Tempo de trabalho na UFES: \_\_\_\_\_
- Cargo/função atual: \_\_\_\_\_
- Lotação profissional atual: \_\_\_\_\_
- Tempo de trabalho na biblioteca (informada acima): \_\_\_\_\_
- Setor de trabalho atual: \_\_\_\_\_
- Possui filiação em partido político: \_\_\_\_\_ ( ) Não ( ) Sim, porquê? \_\_\_\_\_:
- Ano de início da sindicalização no SINTUFES/ES: \_\_\_\_\_

### PARTE II – TRAJETÓRIA DE PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES

1. Você já exerceu alguma atividade em organização da sociedade civil, como associações, igrejas, partidos, ONGs, sindicatos?  
Quais atividades você desempenhou? Por que você participou? Caso não tenha participado de organizações desse tipo, por que não participou?
2. Você se lembra em quem votou na última eleição para presidente do Brasil?  
Votaria novamente neles? Por quê?
3. Por que você se filiou ao SINTUFES? (Explicar os motivos)

### PARTE III – DIMENSÕES DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PREDISPOSIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES

#### IDENTIDADE COLETIVA

4. Como você vê o SINTUFES?
5. Você se sente representado pelo SINTUFES?
6. Há um sentimento de pertença (nós) dos servidores das bibliotecas em relação ao SINTUFES? ( ) Sim ( ) Não, Por que?

#### CRENÇAS, VALORES E EXPECTATIVAS SOBRE A SOCIEDADE

7. Como você avalia a gestão do Governo Bolsonaro (sem partido)?
8. Como você avalia a proposta do Governo de implantação do “*Future-se*” nas universidades federais?
9. Quais são os valores presentes nas ações do Sindicato? Você concorda com esses valores?
10. As ações desenvolvidas pelo SINTUFES, relativas à defesa de direitos trabalhistas, contra os cortes de verbas, contra a defesa da carreira profissional dos TAEs e do próprio serviço público, atendem às suas expectativas enquanto sindicalizado? Por quê?
11. Quais são suas expectativas em relação ao SINTUFES?

### **INTERESSES COLETIVOS**

12. Quais são os interesses coletivos dos SINTUFES na representação dos interesses dos servidores das bibliotecas da UFES?
13. Você considera que os interesses do SINTUFES são os mesmos dos servidores das bibliotecas da UFES e de seus filiados?
14. Quem são os aliados do SINTUFES que contribuem para que ele alcance os resultados pretendidos?

### **EFICÁCIA POLÍTICA**

15. Como você avalia a atuação do SINTUFES?
16. As reivindicações do SINTUFES são atendidas pela gestão da Universidade? Se sim, quais foram atendidas?
17. Como você avalia a sua participação nas ações do SINTUFES?

### **SENTIMENTO COM RESPEITO AOS ADVERSÁRIOS**

18. Quem são os adversários do SINTUFES que dificultam sua atuação?
19. Há conflito de interesses nas ações do SINTUFES? Se sim, quais/entre quais categorias de servidores?
20. Há categorias de servidores mais favorecidos? Se sim, quais, justifique sua resposta?
21. Segundo informação da secretaria do SINTUFES: “... a maioria do pessoal lotado nas bibliotecas da UFES não é filiada”. Em sua opinião, por que não se filiam? Você já tentou convencê-los a se filiareem e participarem das ações sindicais?
22. Você identifica barreiras a sua participação e dos demais servidores das bibliotecas da UFES nas ações do SINTUFES?

### **VONTADE DE AGIR COLETIVAMENTE**

23. Você tem vontade de participar das ações do SINTUFES ? (S) (N) Por quê?

Comente como você participa das ações do SINTUFES, conforme os subitens a seguir. Com qual frequência? (1) pouco (2) regularmente (3) constantemente (4) intensamente.

Busca informações nos canais de informação:

- a) Site (1), (2), (3), (4)
- b) Jornal do SINTUFES (1),(2),(3),(4)
- c) Facebook @sintufes, @FASUBRA (1),(2),(3),(4)
- d) #AçõesAfirmativas (1),(2),(3),(4)
- e) #PlantãoHUCAM (1),(2),(3),(4)
- f) #JornadadeTrabalho (1),(2),(3),(4)
- g) #MP783 (1),(2),(3),(4)
- h) #Aposentada\_os (1),(2),(3),(4)
- i) #Comissão Interna de Supervisão (1), (2), (3), (4)

Participa das reuniões nas regionais – setoriais:

- j) Goiabeiras (1),(2),(3),(4)
- k) Hucam (1),(2),(3),(4)
- l) Alegre ou São Mateus (1),(2),(3),(4)
- m) Leitura das atas eletrônicas (1),(2),(3),(4)
- n) Participa de atos públicos (por exemplo: Grito dos excluídos/GREVES; Atos de manifestação/Greve Nacional 48h) (1),(2),(3),(4)
- o) Participa de reuniões Informativas, Formativas e Assembleias Capacitação (Ex: Implantação do *Future-se*) (1),(2),(3),(4)

Participa de ações comemorativas:

- q) Dia da Mulher (1),(2),(3),(4)
- r) Dia do aposentado (1),(2),(3),(4)
- s) Campanha contra o racismo (1),(2),(3),(4)
- t) Participa de atividades recreativas/Semana do Servidor (Futebol) (1),(2),(3),(4)

Participa de ações inerentes às bandeiras defendidas:

- u) Minorias – negros (1),(2),(3),(4)
- v) Minorias – LGBT (1),(2),(3),(4)
- w) Deficientes (1),(2),(3),(4)
- x) Idosos (1),(2),(3),(4)

24. Como você avalia a participação dos servidores das bibliotecas nas ações do SINTUFES?

25. O que o SINTUFES pode fazer para fomentar a vontade dos servidores das bibliotecas da UFES em participar das ações do SINTUFES?

## **METAS E REPERTÓRIOS DE AÇÕES**

Você conhece as metas e ações do SINTUFES?

26. Se sim, quais são as ações que o SINTUFES tem promovido em relação à defesa dos seus direitos diante da atual conjuntura política e administrativa das universidades federais no atual governo?

27. Se não, por que você não as conhece?

28. Como você avalia as metas e ações do SINTUFES? Ruim, regular, bom, ótima ou excelente? Por quê?

29. Você tem sugestões para aperfeiçoamento das metas e ações do SINTUFES, visando atender aos interesses dos servidores das bibliotecas da UFES?

Obrigado pela entrevista!

## APÊNDICE C – CARTA DE SOLICITAÇÃO AO SINTUFES - PERMISSÃO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo – SINTUFES

Vitória, 28 de janeiro de 2019

Ao Senhor Presidente (em exercício)  
Exmo. Sr. Alcimar Fausto Santos Corrêa.

#### SOLICITAÇÃO

Eu, Francisco Felipe Coelho, aluno do Mestrado em Administração da UFES, matrícula nº 2018131063, por meio desta, venho solicitar a permissão para obter informações sobre este Sindicato, a fim de realizar pesquisa de dissertação **intitulada**: “Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas da UFES em ações coletivas do SINTUFES”.

Esta pesquisa propõe um estudo junto aos servidores lotados em todas as bibliotecas do sistema da Universidade – UFES, mediante as ações promovidas antes das mudanças de Leis na Constituição Federal e da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), que afetam a associação e o fortalecimento das lutas trabalhistas sindicais.

As informações necessárias serão previamente solicitadas via ofício, para que não prejudique os trabalhos do SINTUFES:

- Histórico do Sindicato; número de servidores associados antes dos Governos Dilma, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Desde já, solicito o deferimento e me coloco à disposição para outras informações desta pesquisa, que será produzida durante o ano de 2019.

**Nome do Pesquisador:** Francisco Felipe Coelho – Mestrando do PPGADM / UFES  
Telefone: (27) 98829-8099 - E-mail: franciscoefelipecoelho@gmail.com

**Nome da Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Márcia Prezotti Palassi - [mprezotti@hotmail.com](mailto:mprezotti@hotmail.com)

Atenciosamente,

---

Francisco Felipe Coelho

## APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO AO SINTUFES - INFORMAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo – SINTUFES

Vitória, 22 de outubro de 2019

A Diretoria Colegiada (em exercício)

**SOLICITAÇÃO**

Eu, Francisco Felipe Coelho, aluno do Mestrado em Administração da UFES, matrícula nº 2018131063, por meio desta, venho solicitar a permissão para obter informações sobre este Sindicato, a fim de realizar pesquisa de dissertação **intitulada:** “Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas da UFES em ações coletivas do SINTUFES”.

Esta pesquisa propõe um estudo junto aos servidores lotados em todas as bibliotecas do sistema da Universidade – UFES, mediante as ações promovidas antes das mudanças de Leis na Constituição Federal e da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), que afetam a associação e o fortalecimento das lutas trabalhistas sindicais.

A necessidade de leitura das Atas de Assembleia e informes (adicionais) para posterior tabulação de ações emanadas pelos SINTUFES, desde o ano 2015 a 2019 em mídia digital, podendo ser Portable Document File (PDF).

Desde já, solicito o deferimento e me coloco à disposição para outras informações desta pesquisa, que será produzida durante o ano de 2019.

**Nome do Pesquisador:** Francisco Felipe Coelho – Mestrando do PPGADM / UFES  
Telefone: (27) 98829-8099 - E-mail: franciscoefelipecoelho@gmail.com

**Nome da Orientadora :** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Márcia Prezotti Palassi - [mprezotti@hotmail.com](mailto:mprezotti@hotmail.com)

Atenciosamente,

---

Francisco Felipe Coelho

## APÊNDICE E – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREVISTAS

### DADOS PESSOAIS

NOME: \_\_\_\_\_  
HORA INÍCIO: \_\_:\_\_ TÉRMINO \_\_:\_\_ DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_  
CODNOME: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_  
LOCAL DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_  
IDADE: \_\_ CARGO: \_\_\_\_\_  
ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

### CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

---

---

---

---

---

---

---

---

### COMPORTAMENTO DURANTE A ENTREVISTA

---

---

---

---

---

---

---

---

### CATEGORIAS DO MODELO DE SANDOVAL, SILVA (2015) IDENTIFICADAS

---

---

---

---

---

---

---

---

### PALAVRAS-CHAVE DA ENTREVISTA

---

---

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE F - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Tabela 1 - Cronograma de Execução da Pesquisa

Atividades / tempo	2018	2019												2020							
	Meses 08~12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	
Semanas																					
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X											
Estudo do método	X	X	X	X																	
Data limite para depósito de qualificação 30/04				X	X																
Exame de Qualificação até 28/05						X															
Ajustes pós-qualificação						X	X	X													
Pré-teste de questionário							X	X													
Produção de dados (Entrevistas) e tratamento							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Análise e ajustes							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Depósito da dissertação																					X
Defesa da dissertação																					X
Entrega do trabalho																					X

Fonte: Elaborado conforme dados fornecidos pelo PPGADM.

## APÊNDICE G – ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO SINTUFES

DATA	Local	Qt.	INFORMES LOCAIS E NACIONAL				SUPLEMENTAR
20/11/2019	H	25	Atividade a ser realizada dia 22/11/19 Encontro dos Aposentados Coordenadores que trabalham em setor com jornada flexibilizada sofrendo coação e perseguição – Reunião com PROGEP e Reitoria	Análise de conjuntura – Seminário: “Os impactos da Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária” Assembléia no CCA – Alegre - - 04/12/2019	Conjuntura Política – Reforma Administrativa Progep apresentou a CIS regras para afastamento.	Pauta 3 – Plenária Nacional da Federação – manutenção e mobilização da categoria	Pauta 4 – Seminário LGBTI Calendário e encaminhamentos”
24/09/2019	G	35	Realização da Sessão Pública do Conselho Universitário 27/09/19 no Teatro Universitário Comitê de Defesa da Universidade – ADUFES, DCE, SINTUFES sobre o Projeto <i>Future-se</i> GT Contra o Racismo e Machismo	Análise de conjuntura – auxílio transporte – Lei Federal do RJU Gestão da Universidade entrou com interdito proibitório contra o SINTUFES por causa das horas pagas da Biblioteca Central na greve de 2016	Decreto 9.999/2019 - sobre Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Progep apresentou a CIS regras para afastamento.	Pauta 2 – conjuntura dos trabalhadores do serviço público com um Governo que ataca o povo, educação, saúde, meio ambiente e direitos básicos Pauta 3 – 25 de novembro Sessão do Colégio Eleitoral sobre escolha do Reitor e de Vice Reitor – Quadriênio 2020-2024	Pauta 4 – FASUBRA enviou proposta de paralização Nacionl da Educação 3 de outubro 2019 denominada Greve 48 horaas Pauta 5 – Voto Não a Greve – Construção com ANDES, SINASEFE, UFES e FASUBRA a campanha – “Cala a boca Bolsonaro!” Representante SIB/UFES: Joanice

28/08/2019	G	33	Atividade de Formação Sindical – Temas Saúde do Trabalhador, Mulher, Racismo, Projeto <i>Future-se</i>	Análise de conjuntura - governo ataca serviço público	Ataques aos direitos dos servidores público Comitê: Defesa da Universidade junto a ADUFES, DCE e Administração da Universidade – Debate Público Eleição de delegados Plenária Nacional FASUBRA	Debate futuro da educação – sede do SINTUFES – Goiabeiras – Flavio Sereno - UFJF Encontro des Mulheres da FASUBRA Marcha das Margaridas – DF Encontro dos Aposentados Mães na Praça de Maio Argentina Grito dos Excluído - Cariacica	Pauta 2 – conjuntura dos trabalhadores do serviço público com um Governo que ataca o povo, educação, saúde, meio ambiente e direitos básicos. Pauta 3 – Plenária FASUBRA setembro – DF. Deliberação do Projeto <i>Future-se</i> . Representante SIB/UFES: Joalice
28/05/2019	G	45	Portaria 240/19 – Sobre a desvinculação do valor das aposentadorias para Adm. Pub. Federal	Análise de conjuntura -	Dia Nacional de Defesa da Educação Pública	Audiência Pública dia 10/06/19 Passeio em Resplendos com aposentados	Seminário Auditoria Cidadã MP 873/19, Cortes em verbas
30/01/2019	G	24	Plano de Capacitação Anual, Resolução 44/2018 CUn	Pauta: Governo Bolsonaro – 10 dias Reforma da Previdência e em Defesa da Educação Pública e gratuita	Eleição de Delegado FASUBRA	Comissão de Ética – análise de evento ocorrido	Coordenação de Esportes – retorno das atividades
04/12/2018	H	28	Processo de Flexibilização da HUCAM	Encontro de Aposentados	Marcar manifestações contra o Governo	Formação de Chapas para Eleições Sintufes	

12/09/2018	G	48	Análise de Conjuntura: Processo de	Encontro Nacional de Educação (ENE) 24 Grito dos excluídos	Vídeo: “Vida em primeiro lugar, Desigualdade gera violência, BASTA DE PRIVILÉGIOS”	Análises de conjuntura focaram no momento eleitoral que o país está passando e o momento eleitoral do SINTUFES	Reunião sobre fatos ocorridos na Biblioteca Central e SINTUFES Gestão da UFES entrou com ação contra o SINTUFES para não realizar protesto na Biblioteca Central. “Diante de tal situação o Sintufes foi a Biblioteca comunicar aos trabalhadores lotados no setor sobre a situação e convidá-los para uma reunião com intuito de definir o encaminhamento jurídico a ser realizado. Com exceção de 2 trabalhadores os outros se opuseram em conversar com o Sindicato sobre o tema”
15/08/2018	H	55	- Descontos de Plano de Seguridade Social	- Comissão Eleitoral 2019 - 2022~SINTUFES	- Discussão sobre artigo 59 SINTUFES	IX Fórum Nacional das Comissões Internas de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-	Administrativos em Educação Representante SIB/UFES: Joalice Representante SIB/UFES: Leo de Souza
12/06/2018	H	52	Assembleia no CEUNES realizada no dia 29/05/2018	Assembleia realizada no CCA 29/05/2018	Seminário Interestadual "Saúde Pública: Dever do Estado"	Pauta de delegados para FASUBRA Defesa do SUS 100% Portaria 143/18 – sobre a Copa do Mundo 2018	Jornada Flexibilizada de trabalho Representação do SINTUFES ao MPF sobre MEC

29/05/2018	A	18	Deliberação do XXIII ConFASUBRA	Dia Nacional de Paralisação: 07/06/2018 Informes Juridico que o SINTUFES sobre ataques da Gestão sobre a Greve 2014	Campanha Salarial, correção salarial com aplicação do índice de 25,63%(dieese)	Flexibilização da Jornada de trabalho	Participação Universidade na Praça 07/06/2018
22/05/2018	G	102	Deliberação do XXI Congresso FASUBRA	Dia Nacional de Paralisação 07/06/18	Jornada de trabalho SREP Flexibilização de trabalho	Convocação para o Encontro de Entidades Sindicais dia 7 de junho na Praça Costa Pereira -Vitória - ES	23 de maio – Café da manhã sobre lutas das Centrais Sindicais Representante SIB/UFES: Joanice
27/02/2018	G	88	Discussão sobre Sessão do Conselho Universitário - Restaurante Universitário (RU)	Plenária Estatutária da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA),	Participação do SINTUFES – Dia Nacional de Luta 19/02/2018 sindicatos e movimento sociais CIS – Plano de Capacitação	Flexibilização da jornada de trabalho tivemos a participação do Superintendente do Hospital Universitário (HUCAM/EBSERH	
10/01/2018	H	70	Comissão designada pela Portaria nº 2.413/2017 – Jornada Flexibilizada	Sobre Controladoria Geral da União e escalas 12 x 36	Indicação de Representante junto ao CONEPE-HUCAM UFES	Campanha 11/01/2018 – Doação de sangue	Representante SIB/UFES: Jô

22/12/2017	H	72	Flexibilização da Jornada de Trabalho	Mobilização da categoria e o enfrentamento junto aos parlamentares com posicionamento de votar nas medidas de retirada de direitos do governo	Sobre Acordo de Greve de 2015 Jornada de Trabalho a ser votada pelo CUn: Conselho Universitário	Documento entregue na Reitoria sobre pauta de Greve Cessão do espaço do SINTUFES	Consta ATA: “Outra questão é o não reconhecimento do Sintufes como canal de diálogo da categoria. Há um descaso com os TAEs. O caminho é a mobilização e seguir na luta e decidir como nos articular para o próximo ano”
20/12/2017	G	50	Documento à Reitoria sobre espaço SINTUFES	Informativo Geral – FASUBRA – 03/dez/17	Participação e reflexão de sindicalizados	Reflexão da crise econômica do país	
22/11/2017	G	72	Defragação de Greve	Calendário de atividades	Caravana Nacional à Brasília - 26 a 29/11		Representante SIB/UFES: Jô
17/11/2017	G	66	Análise de Conjuntura Deliberação de Greve Nacional para o dia 22/11/2017	Plenária do movimento paredista Câmara	Deliberação do Fundo de Greve Lei N 7.783/89 – Artigo 9º direito de greve	Manutenção de serviços essenciais Ato Nacional: 22/11/2017 “Vamos ocupar Brasília”	Lei 7.783/89 assegura o direito de greve
06/11/2017	H	64	Análise de Conjuntura Assunto: Greve Nacional	Informe de pauta da categoria Data 10/11/17 Greve Nacional	Plenária da categoria Nacional FASUBRA Medida Provisória 806 – aumento da contribuição de 11% para 14%	Deliberar ações do movimento paredista Plano de Demissão Voluntária – PDV Reforma da Previdência	Promover ações do movimento paredista contra categorias da educação
17/10/2017	H	51	Análise de Conjuntura	Indicativo de Greve Participação de Sindicatos	Seminário LGBT 20/10/17	Plenária para retirada de delegados	Termo de Acordo de Greve / 2016, - Novo Estatuto da UFES Representante SIB/UFES: Jô

16/05/2017	G	39	Caravana Ocupa Brasil	Regulamentação de exames periódicos	Paralização dia 24/05		Caravana Ocupa Brasília Representante SIB/UFES: Jô
11/05/2017	H	60	Análise Conjuntura Comissão Interna de Supervisão desacordo com a CIS	Eleição de Delegado para Plenária da FASUBRA	Grupo de Trabalho CONFASUBRA	Encontro Nacional de Mulheres, Seminário de Hospital Universitário	Imposto Sindical, Frente Nacional de Defesa da Previdência Social Representante SIB/UFES: Jô
27/03/2017	G	43	Termo de acordo de Greve	Imposto Sindical Obrigatório	Sobre EBSERH	Encaminhamentos de ofícios	Representante SIB/UFES: Jô
07/03/2017	H	53	Avaliação Conjuntura- Direitos trabalhistas	Dia Internacional da Mulher 08/03/17	Dia Nacional de Lutas 15/03/17 Campanha de vacinação contra a febre amarela	Eleição Plenária da FASUBRA	Prorrogação do mandato CONFASUBRA e FASUBRA Representante SIB/UFES: Jô
09/11/2016	G	106	Análise de Conjuntura Deflagração de greve em 16/11	Deliberação de Greve Geral Comissão Interna de Supervisão - CIS	Publicação em Jornal A Gazeta sobre Assembléia Unificada – Ocupação da antiga Fundação Ceciliano Abel de Almeida proposta de moradia estudantil	Fórum de Frente Estadual de Ocupação	Representante SIB/UFES: Jô

03/11/2016	H	125	Proposta de Capacitação	Análise de Conjuntura: - Local e Nacional	Quebra do Acordo de 2013 Jornada Ininterrupta	Deliberação de Greve – SINTUFES-ADUFES	Fórum de Defesa Estadual da Previdência:- SEDU – SINASEFE Representante SIB/UFES: Jô
03/08/2016	H	119	Paralisação 11/08/16 – Greve Nacional da Educação	Processo de flexibilização da Biblioteca Central	Cronograma de reuniões setoriais Assédio Moral	Panfletagem – PL257 – Defesa da Previdência Social ADUFES, SINASEFE, Movimento Estudantil	Informe Jurídico – Percentual 3,17 atrasados Representante SIB/UFES: Jô Ministério Público, UFES
07/06/2016	G	74	Jornada Ininterrupta da Biblioteca Central – Nota técnica 164 sobre jornada de trabalho Informe Jurídico 3,17%	Restaurante Universitário – aumento do ticket para 9,50	Nota técnica 164 e funcionamento da Biblioteca Central	Eleição de Delegados da FASUBRA	II Encontro Nacional de Educação Representante SIB/UFES: Jô Representante SIB/UFES: Dinossauro
10/05/2016	G	96	Avaliação de Conjuntura Reintegração de Posse Processo de ações 3,17%	Encaminhamento FASUBRA sobre representatividade EBSERH	Sexta Cultural sobre PL 257 Biblioteca Central jornada de trabalho 8 horas	Pauta da FASUBRA – Estado Democrático de Direito	Representante SIB/UFES: Jô
11/04/2016	H	98	- Pauta de Acordo de Greve – Plano Nacional de Desenvolvimento	- Denúncia de racismo no laboratório da HUCAM	- Assembléias CCA e CEUNES	- Processo do Ministério Público contra Biblioteca Central	- Atos contra a PL 257/216, - Monção contra o assassinato de integrantes do MST no Paraná Representante SIB/UFES: Jô

			de Integrantes da Carreira				
22/03/2016	H	82	Eleição delegados FASUBRA	Informe Jurídico Cumprimento de Greve 2013 Pacote do Governo	Marcha das Mulheres	Consulta da Direção da Biblioteca Central	Congresso da Classe Intersindical Acordo MEC, FASUBRA
09/12/2015	H/G	88	Ocupação da Reitoria e pagamento de bolsa PAD	Acórdão de cessão TCU/RJU EBSEH	Encaminhamento jurídico SINTUFES	Eleição FASUBRA	Circular 022/15 SUP EBSEH Coordenação de Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador
13/10/2015	G	46	Discursão com a categoria Artigo 59 SINTUFES	Biblioteca Central falta limpeza	Eleição no SINTUFES	Discursão sobre o artigo 59	
09/09/2015	H	94	Proposta de avaliação de greve Reintegração de Posse da Reitoria contra o SINTUFES	Avaliação da proposta do governo	Decreto 4836/2003 Flexibilização da Jornada de Trabalho	Formação de estudos para FASUBRA	Proposta 30 horas MPOG, MEC
03/09/2015	H	116	Biblioteca Central 27 trabalhadores em greve	Avaliação da proposta do governo	Metodologia de debate com Reitor	Prestação do fundo de greve "Movimento abrindo livros" estudantes pedindo abertura da Biblioteca Central no facebook	Ato Classe trabalhadora não pode pagar a crise Representante SIB/UFES: Jô DCE reunião com a Reitoria sobre Biblioteca Central
21/08/2015	H	130	Comando de Greve SINTUFES Protesto sobre precariedade da saúde e educação	Comissão de avaliação da Reitoria solicita 30% da: Biblioteca Central PROAD RU	Avaliação documento do MEC Fechamento do Restaurante Universitário	Homologação de delegados CNG da FASUBRA Distribuição de bananas e ato circense	Calendário de Atividades de Greve FASUBRA, MPOG, MEC Representante SIB/UFES: Jô

			Avaliação da Greve em intensificar pressão na Administração Central UFES				
10/08/2015	G	129	Calendário para atividades de 10 à 14 de agosto	Indicação de representantes na Reitoria	Aprovar o texto para informe de greve Nota de esclarecimento a Comunidade Universitária	Ato em São Mateus, Ato em Alegre	Ato 11 de agosto de 2015 - Marcha da educação Caravana da FASUBRA
07/08/2015	G	83	Análise de Conjuntura: Sobre greve 2015	Avaliação de greve	Prestação de contas	Calendário de greve Ato em Brasília	Eleição de Delegados ao Comando da FASUBRA Representante SIB/UFES: Jô
24/07/2015	G	95	Reunião FASUBRA e MEC	Avaliação de Greve Reunião com o Reitor	Eleição de delegado para CNG da FASUBRA	Calendário de atividade de Greve	Encaminhamento de Greve, Proposta 21,3%
17/07/2015	H	131	Ponto facultativo e resolução Conselho Universitário	Flexibilização da Jornada de Trabalho Avaliação de Greve	Reunião com o Reitor Ato realizado no CEUNES com 50 participantes	Adesão da Greve com outros sindicatos Calendário da semana	Eleição Delegados CNG
10/07/2015	G	142	Movimento paredista Práticas antisindiciais MPOG, MEC	Informe <i>campus</i> São Mateus Movimento Paredista	Informe jurídico: - Falta por greve Tenda SINTUFES: "Dilma 21% em quatro anos é palhaçada"	Práticas antisindiciais EBSEH Prestação de Contas da Greve Dossiê FASUBRA, STJ, OIT	Avaliação de Greve - Calendário de greve Representante SIB/UFES: Jô MPOG, MEC

19/06/2015	H		Análise de Conjuntura Movimento Paredista	Direção da HUCAM e problemas de opressão dos TAEs	Imposto Sindical da Federação dos Servidores Públicos, Estaduais e Municipais.	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG	Representante SIB/UFES: Jô
12/06/2015	G	118	Informes: Construção da Greve no CEUNES Maruípe	Avaliação de Greve ANDIFES Reunião com FASUBRA	Prestação de contas Greve	Calendário da semana de greve	Reunião com a Pró Gestão de Pessoas Representante SIB/UFES: Jô
28/05/2015	H	55	Mobilização de Greve UFES às 5 h Fechamento dos Portões	Dia Nacional de Luta	PL 4330/04 Regulamenta a terceirização	Medidas Provisórias 664 Medida Provisória 665	Sobre a greve HUCAM Coordenação de Administração e Finanças Coordenação de Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador Coordenação de Formação e Políticas Sindicais
26/05/2015	G	184	Informes gerais e avaliação da conjuntura	Processo de greve da ANDES	Deflagração do indicativo de greve nacional	Funcionamento dos serviços da greve	Greve na HUCAM
20/05/2015	H/G	190	Flexibilização da jornada de trabalho	Campanha salarial Retorno da Jornada de Trabalho 40 h	Eleição dos Delegados Plenária FASUBRA Posicionamento de Greve (Resolução 65/2012)	Indicativo de GREVE Campanha Salarial	Campanha salarial 2015 Assembleia Nacional dos Estudantes Livres – ANEL Representante SIB/UFES: Dinossauro, Jô Coordenação de Assuntos Jurídicos e Terceirizados
02/12/2014	H	106	Informes Local e Nacional	Descumprimento de acordo de greve Jornada de trabalho	Sobre cadastramento de ponto digital	Portaria 60/2013 desconsidera acordo de greve dos trabalhadores da HUCAM	

26/11/2014	G	133	Informe local e Nacional: III Encontro de Auxiliares TAE, I Seminário do LGBT, Torneio da Amizade em Goiás.	Informe Jurídico 3,17%	Avaliação de Conjuntura Eleição da CIS	Jornada de trabalho	Eleição de Delegados a Plenária da FASUBRA I Seminário do LGBT da FASUBRA Seminário 10 anos PCTAE FASUBRA Representante SIB/UFES: José
19/11/2014	G	195	Informes: CRIARTE Biblioteca Central cadastro digital	Revogação da Portaria do Reitor: 2623/2014 – Registro Eletrônico de Ponto	Jornada Especial aprovou para Biblioteca Setorial de Artes Jornada de trabalho da Biblioteca Centro Ciências Agrárias	Biblioteca Central necessita de adequação para Jornada de Trabalho	Representante SIB/UFES: Dinossauro, Servidor 2, Servidora 3 Coordenação de Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador
27/08/2014	H	78	Informes Local e Nacional	Balanço de Greve e Negociação com o Governo	Eleição de Delegados a Plenária da FASUBRA	Reunião com PROGEP	Coordenação de Assuntos de Aposentadoria
06/08/2014	H	69	Informes Local e Nacional	Balanço de greve e Negociação com o Governo	Eleição de Delegados a Plenária da FASUBRA	Reunião Interna da UFES: processo de legalidade de greve. Resolução 08/2007	Coordenação de Formação e Política Sindical
13/05/2014	S	26	Informes local e Nacional	Análise de Conjuntura: - 57 dias de greve MPOG, MEC	Avaliação de Greve: - solicitação da devolução do material de greve, tendas e faixas 57 dias de greve	Trabalho da Coletividade em São Mateus	Coordenação de Formação e Política Corte de ponto Reitoria não realiza reunião Reitoria cobrou aluguel do SINTUFES com processo judicial
24/04/2014	G	130	Análise de Conjuntura	Informes local e Nacional: Reitores x MEC	Avaliação da ANDIFES	Ato 1º de Maio	Caravana a Brasília Presença SIB/UFES: Jô

17/03/2014	G	214	Informes gerais e conjuntura	Negociação da pauta de reivindicação da categoria	Deliberar manutenção dos serviços essenciais	Deliberar a criação do fundo de greve para categoria (sindicalizados e não sindicalizados)	Instalação do Comando de Greve Participante SIB/UFES: Jô
03/04/2014	G	78	Informes local e Nacional: Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública	Análise de Conjuntura: 3ª semana de greve Coordenação de Administração e Finanças	Ações: Alegre e São Mateus: calendário de atividades Coordenação de Administração e Finanças	Deliberar sobre a criação e destinação do Fundo de Greve para TAEs (sindicalizados e não sindicalizados)	Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública Campanha de 60 anos da UFES – Todos somos UFES, ratificação TAMBÉM são UFES.
20/03/2014	G	206	Informes gerais e conjuntura Jornada e Ponto eletrônico (Resolução 60/2013)	Informações sobre as negociações da pauta de reivindicação da categoria	Deliberar manutenção dos serviços essenciais: Biblioteca e Restaurante Universitário e HUCAM	Deliberar a criação e destinação do fundo de greve para toda categoria (sindicalizados e não sindicalizados)	
22/01/2014	H	51	Informes Local e Nacional	Campanha Salarial 2014	Condições de trabalho HUCAM/EBSERH	Eleição de Delegados a Plenária da FASUBRA	Participantes do SIB/UFES: S.R.N, Jô

FONTE: Elaboração própria com base na pesquisa documental das Atas do SINTUFES. (2019)

## APÊNDICE H – MATRIZ DE MATÉRIAS DO JORNAL DO SINTUFES

Nº	Período	CAPA	Página 02	Página 03	Página 04	Última página
200	Out/nov. 19	Ataque e interferência	FASUBRA propõe ação unificada em defesa da carreira Por autonomia e democracia	Que vença a democracia Senado acaba com Previdência #Jurídico – ações importantes para a categoria #OutubroRosa – Prejuízo além da doença	UFES se articula contra o <i>Future-se</i> Resistência e enfrentamento Governo fascista?	Ataque à democracia e à autonomia universitária - Bolsonaro intervém em mais de metade das nomeações para reitores das universidades.
199	Ago/Set 19	Nossa carreira por um fio	Plano de Cargos e Salários	Audiência pública sobre cortes	Reforma Previdência e Administrativa	Campanha “SOS UFES: Universidade em liquidação
198	Jul/19	É fakenews ou meia verdade?	#Jurídico Em defesa dos seus filiados #InformedaCIS	Confira quem vai representar a categoria nos Conselhos Superiores	Caminho a seguir SINTUFES se destaca Incoerência do reitor	#PlantãoHUCAM #FlexibilizaçãonaJustiça Luta para derrubar MP 873 Imposto sindical x mensalidades sindical Igreja Católica na luta contra a reforma da Previdência

197	Maio/Jun./19	Balbúrdia é cortar direito do povo Retirar dinheiro da educação é ir na contramão do desenvolvimento social, econômico e cultural da nação	#InformedaCIS – CIS cobra posição da Progep #Convênios – Filia-se e aproveite descontos e benefícios #Fiqueligado – Pode qualificação sem diploma? Advocacia Geral da União	Para Comissão, demanda do DAS é a mesma da BC GT entrega considerações à CLN #EleiçõesConselhos	Educação em “chamas”- Bolsonaro anuncia cortes nos repasses, e situação da UFES poder ficar ainda pior. Não obrigatórias Situação da UFES A UFES se mantém até quando?	Luta contra a verdadeira Balbúrdia #HUCAM #PrimeirodeMaio #Nasth ja realiza consultas #Aposentadas_os – Aposentada se engaja na luta em favor do movimento negro #DesgovernoBolsonaro
196	Abr./19	Aposentadoria da classe trabalhadora Previdência “Piratas” da Previdêcia	Medida Provisória nº 783	Convênio do SINTUFES	Reforma Previdêcia e Administrativa	Números do IPEA sobre aposentadorias
195	Mar/19	Mulheres já trabalham demais!	Comissão de Planejamento Capacitação	Assembleia de prestação de contas	Dia 8 de março – dia mundial da mulher	Reforma da previdência
194	Jan/fev./19	Autonomia universitária	Dia Nacional da visibilidade TRANS	Participação nos processos de flexibilização	Mobilização contra a reforma da previdência	#GovernoBolsonaro – ações antagônicas do presidente

191	Out/18	“Quem vai defender a luta dos trabalhadores	Conquistas do SINTUFES	Grupos de trabalhos: aposentados, mulheres negras e violência de gênero.	Eleições para Presidência e Governo Estadual	Reforma da Previdência do Presidente Temer
189	Ago./Set/18	Defesa da categoria e da Instituição	#AcontecenaUFES Combate às desigualdades	Resistência sindical / #EleiçõesSINTUFES	EC/95 – PEC de Congelamentos Públicos	Proposta dos presidenciais para Cultura Nacional
188	Jun./Jul./18	S.O.S Autonomia - Reitoria	#AcontecenaUfes Escola sem Partido	#Bandeirão5conto Estudantes vão intensificar Protestos no RU	UFES sem autonomia Administrativa	#LutadaFASUBRA
185	Mar/18	“Marionete monocrática” #ConFASUBRA #RU10conto #Flexibilização	#InformedaCIS #AcontecenaUFES Educação no campo – sem suporte	Reitor deixa estudantes com fome Trabalhador: você sabia que você paga a conta do RU?	Luta contra os ataques da “marionete” Na cabeça do “rei”, o Conselho Universitário é ele.	#FlexibilizaçãodaJornada “Reinadocentrismo” comissão até trabalha, mas decisão é dele! #Aposentadas_os #Esporte
182	Dez/17 – Jan/18	Próximas cenas: novas lutas	Comissão Interna de Supervisão de Carreira da Ufes	#AçõesAfirmativas Luta contra o racismo, o feminicídio e LGBTfobia	#Retrospectiva2017 Pelo fim do assédio dos ataques à categoria	#Sintufes25anos
182	Nov./Dez/17	União em defesa do futuro!	#InformedaCIS Comissão Interna de Supervisão	#AgoraéGreve É greve em defesa da carreira e dos serviços públicos	União para fortalecimento da luta é fundamental Eixos da Greve	#50anosHucan Militantes impedidos de entrar na Câmara

181	Out/17	Rumo à greve!	#InformedaCIS #AcontecenaUfes Semana do Servidor	#Sintufes25nos Conquista para trabalhadores da BC Biblioteca Central	É preciso construir a greve! Ataques aos direitos trabalhistas? Terceirização vai impactar na UFES?	#GTAntirracista “As reformas têm endereço certo: a população negra” #Alémdocampi
180	Set/17	Se não lutar o PCCTAE cai	#AvaliaçãodeDesempenho #Jurídico	#Crisenaslfes PM ocupa campus e afeta autonomia e história da UFES	Greve em defesa do PCCTAE	#Brasilàvenda #Sintufes25anos
179	Ago./2017	É “guerra” pela educação	#Jurídico #AcontecenaUfes	#GTAntirracista #InformesdaCIS	A Universidade que queremos	#Sintufes25anos Temer: o maior desgoverno de todos os tempos
178	Jul./Ago./17	Que venham os próximos 25 anos	#Sintufes25anos Uma história combativa	SINTUFES nasce com DNA de luta	25 anos de conquistas em defesa da categoria	#Sintufes25anos Democratização na UFES já!
177	Jul./17	Vai se aposentar?	#Naluta Campanha salarial: FASUBRA cobra, mas governo ignora.	#AcontecenaUfes Jornada ininterrupta Flexibilização	Corrida para se aposentar Orientações para aposentadoria	#Luto Senado enterra CLT
176	Jun./17	UFES em apuros	#InformesdaCIS Interferência desnecessária na CIS #AcontecenaUfes GT Antirracista	Participe das eleições para o Consuni, Cepe e Cun	A crise vai piorar! Aos TAEs, as bombas do Rei A EBSERJ	Greve geral: dia 30 tem de novo! #ForaTemer #DiretasJá

					Divisão de centros em Alegre Flexibilização da jornada Condições de trabalho? E o assédio sexual?	
175	Maio/17	Nossa união é a nossa força	#ConselhosSuperiores #Auditoria da Dívida #AcontecenaUfes Flexibilização	Por que a CIS está de Portas Fechadas? #Encontro de Mulheres #Acordo de greve Reitor vai contra	Ocupa Brasil Combate ao assédio moral Retirada de direitos Reforma trabalhista Previdência	#Além dos campi Pela desmilitarização da PM! #Tá na Rede Demarcação Já! 20 anos sem Paulo Freire
174	Abril/17	Auditoria Já! 50,66% Juros e Amortizações da dívida Saúde, educação e assistência social.	#Sempre na luta SINTUFES fortalece fóruns #AcontecenaUfes Orgânicos Bandeirão em crise	#Informada CIS CIS Paralisada por incompreensão política Categoria aprova contas e elege Conselho Fiscal do SINTUFES	O Brasil vai parar! Campanha Salarial Auditoria urgente e necessária! Charge “menina coxinha”	#Além dos campi O que há por trás do cheiro de carne? Além do assédio global Luta na UERJ Caos na UFES
173	Fev./Mar/17	Reformas de Temer	#Tá rolando nos Campi Vacina contra a febre amarela	FASUBRA protocola pauta de	#Somos todos TAEs Diversas áreas unidas na luta	#Conjuntura

		segregam a nação Do outro lado do muro	Manual do servidor Período letivo 2017 Falecimento	reivindicações na EBSERH Prestação de contas e eleição do Conselho Fiscal do SINTUFES Charge: Garoto Panela	Campanha salarial: quando a ATENS encabeçou alguma campanha salarial vitoriosa? #AcordodeGreve	Caos no ES faz superlotar o HUCAM, e bebês nascem em local inapropriado. "Partos na sala de admissão" "Brasileiro não é politizado" "Não tive segurança"
172	Dez/16 Jan/17	Histórico! SINTUFES reverte decisão da Justiça Trabalhadores da BC reconquistam jornada ininterrupta	Horário especial penaliza TAE	#InformedaCIS Comissão é uma conquista da categoria!	#Retrospectiva 2016 #AvaliaçãodeGreve	#ReformadaPrevidência
171	Set/16	Assédio Moral: ouvidor agride TAE, e reitor não o exonera.	#InformedaCIS Eleições da CIS: qual é seu compromisso com o PCCTAE?	Que venha a greve geral! Projetos de ajuste PEC 241/2016 PLP 257/2016	Disposição para o movimento paredista! Jornada da Biblioteca Central: reitor é obscuro e sem posicionamento	

170	Jul./16	Alerta Ligado! PLS 327/16	#InformedaCIS Encontro da CIS promove intenso debate sobre o PCCTAE	Repúdio ao rei e ao Conselho Universitário: monocrático e autoritário	Tabela de vencimento de PCCTAE	Terceirização: e se a UFES virar um OS?
169	Mai/16	Ufes se fecha à democracia Ponte para o Futuro/PMDB	#InformedaCIS Aprimoramento da carreira: governo mostra seu descompromisso com os TAEs	Democratização na Ufes já! Classe trabalhadora e estudantes precisam se unir	#Encarte 1º de maio é dia de luta!	SINTUFES faz a luta em defesa da saúde pública e protesta contra o PLP 257
168	Mar/Abr./16	Não vamos pagar essa conta! Reforma previdência Cortes de verbas na UFES	A crise não é dos TAE's!	#InformedaCIS CIS se articula para debate sobre aprimoramento da carreira	Planejamento reafirma importância da luta coletiva com ética e organização	Luta unificada é fundamental para o empoderamento das mulheres Após pressão do SINTUFES, Biblioteca tem diretor eleito pela categoria
167	Dez/15 Jan/16	Vamos lutar para mudar esta realidade!	2015! Genocídio negro Eduardo Cunha Crise na Ufes Privatização Retirada de direitos	SINTUFES somos todos nós Nova diretoria colegiada assume o sindicato	#Retrospectiva Luta contra o capital e retirada de direitos sociais e trabalhistas é destaque em 2015	Confira imagens da festa da categoria! Confraternização foi realizada no AERT
166	Nov./15	Eleições do SINTUFES: três	Quem pode votar?	Chapa 1 – Vamos à luta!	Chapa 2 – Ousar lutar, ousar vencer	Chapa 3 – Tempos de dizer que não são tempos de calar

		chapas estão na disputa				
163	Jul./15	Governo faz proposta indecente aos trabalhadores	Greve: perguntas e respostas Qual a orientação do Comando de Greve em relação ao registro de ponto eletrônico	Pressão dos TAE's faz EBSEH abrir negociação	RU – Reitoria está realmente preocupada com a alimentação dos estudantes?	A greve em imagens
162	Maió/Jun./15	Governo federal diz NADA! E nós não vamos fazer mais NADA! Agora é greve!	Confira as pautas de greve: a específica dos TAE's; e a geral dos SPF	Pauta específica dos técnicos-administrativos em Educação das instituições federais de ensino	Reposição de perda e aprimoramento de Carreira Condições de trabalho e qualidade no serviço público Democratização das Instituições Federais de Ensino	Pauta Geral dos servidores Públicos Federais
160	Mar/15	XXII ConFASUBRA: veja como participar	O que é ConFASUBRA?			
159	Fev./Mar/15	Sintufes vai lançar nova campanha	E o acordo de greve?	Ato nacional contra a EBSEH	Precarização do trabalho e população à míngua	

		contra a EBSERH				
158	Dez/14 Jan/15	Categoria sempre forte na luta	#Jurídico Procuradoria da UFES reafirma práticas antissindicais da Reitoria Ação coletiva dos 3,17%	#InformedaCIS 2014 é marcado por discussão em torno do aprimoramento da carreira	#Retrospectiva 2014 Categoria se fortalece na greve Polícia Federal no campus Material de greve é confiscado	#Esportes 2014 marca a reativação do esporte e do lazer Solidariedade das entidades, e omissão dos governos #Planodelutaspara 2015 Greve unificada na pauta dos SPF em 2015
155	Out/Nov./14	Não cadastre a sua digital! 40 horas é Golpe! E 35 horas também! Jornada ininterrupta já! Cadê o Reitor?	#Jurídico Ação coletiva dos 3,17% #InformedaCIS VII Fórum da CIS reforça luta contra a EBSERH	#Naluta Valorizar o trabalho é atender a pauta da categoria! Integração: sindicato convoca para luta! Repúdio ao aumento no RU! Eleições do DCE	Foco na luta contra o aparelho do ponto Resolução 60/2013 é alterada	Hucam para insalubridade em dezembro Luta pela instalação da seção Progep SINTUFES apoiou o outubro rosa e a luta contra o câncer de mama! E apoia o novembro azul e a luta contra o câncer de próstata!
154	Ago./Set/2014	É luta contra a enrolação. Por que a UFES desistiu de ter seu Hospital Escola?	#InformedaCIS Fórum da CIS debate os rumos da carreira dos TAE's #Jurídico Mudam regras da aposentadoria especial	Categoria na luta contra os "enroladores" É preciso lutar contra a falta de efetivação nas negociações e contra a política de		Hospital Escola à míngua! Reitor da UFES mostra sua incoerência ao falar da importância dos servidores para o Hucam #Aposentados Na luta, sempre! Viva a vida! #Esportes

			#FormaçãoSindical As mudanças do trabalho em debate	enrolação do governo Federal, da Reitoria e da governança da EBSEH Na marcha contra o genocídio!		CEU SINTUFES mantém aproveitamento mesmo “fora de casa”
153	Jul./14	Greve sai, luta fica Movimento paredista traz conquistas importantes.	Ministro do STJ se mostra em favor da greve Justiça: direito à greve Dilma: autoritarismo do Governo Criminalizando a luta!	IC da FASUBRA traz a composição do fundo de greve Composição do CNG e Fundo de greve Fundo de greve: uma questão de consciência coletiva	#Lutaquesegue! Pauta interna é a “bola da vez”! Luta pela revogação da resolução	#Fora, EBSEH! Termo de acordo: “EBSEH e UFES estão nos provocando”! Dossiê comprova: EBSEH, o “câncer” dos HUs!
152	Jun./14	Greve pode voltar se o governo não retomar negociação até dia 30 de junho	Veja a decisão do ministro do STJ			
150	Mar/14	Conselho fiscal do SINTUFES aprova as contas de 2013	Demonstrativo de contas	Demonstrativo de contas	Demonstrativo de contas	Demonstrativo de contas
149	Fev./14	É greve e é grave!	-É greve!	É grave!	#InformedaCIS	#Naluta Só para o ministro ver

			-A partir de 17 de março, os trabalhadores técnico-administrativos das universidades federais de todo o País entrarão em greve por tempo indeterminado. É ano de Copa do mundo, eleições e outras categorias podem deflagrar novas paralisações.	Além da privatização, a EBSEH trouxe a falta de liberdade sindical e expressão para dentro do Hucam.	Reitor tenta mais um golpe contra a categoria #Jurídico APH: Trabalhador pode ter de devolver dinheiro GEAP: expectativa é pela ampliação da rede	Reitor manda trabalhadores ocuparem prédio da Psicologia para o MEC inaugurar #Alémdoscampi O SINTUFES prestou solidariedade à Aldeia Indígena Boa Esperança, localizada em Santa Cruz, distrito de Aracruz, no Norte do Estado.
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa documental nos Jornais do SINTUFES (2014 - 2019).

**APÊNDICE I – SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFES**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

BIBLIOTECA	ÁREA	ACERVO (exemplares)	Nº SERVIDORES				ENTREVISTADOS
			Nível C	Nível D	Nível E	Total	
Biblioteca Central <sup>4</sup>	5.578m <sup>2</sup>	?	12	16	26	54	6
Setorial de Artes <sup>5</sup>	240m <sup>2</sup>	4.894	–	2	02	04	0
Setorial de Educação <sup>6</sup>	112m <sup>2</sup>	13.588	–	1	02	03	0
Setorial Tecnológica <sup>7</sup>	60m <sup>2</sup>	6.615	–	1	02	03	1
Setorial do CCHN <sup>8</sup>	115m <sup>2</sup>	?	–	2	01	03	2
Setorial do CCS <sup>9</sup>	1055m <sup>2</sup>	74.492	–	5	03	08	2
Setorial CCAE e CCens <sup>10</sup>	1.388 m <sup>2</sup>	50.447	01	5	04	11	1
Biblioteca Setorial do Ceunes <sup>11</sup>	2.404m <sup>2</sup>	28.814	–	4	04	08	1
Setorial Educação Física e Desp.	?	?	-	1	02	03	0
Biblioteca Setorial dp Nedtec <sup>12</sup>	125m <sup>2</sup>	5.137	-	2	-	02	0

FONTE: Com base na pesquisa documental da Direção da Biblioteca Central (2019)

- 4 *Biblioteca Central*: **nível E** (24 Bibliotecários, 1 Secretário-executivo); **nível D** (14 Assistentes em Administração, 1 Técnico em Audiovisual; 1 Técnico em Tecnologia da Informação); **nível C** (7 Auxiliares em Administração, 3 Recepcionistas, 1 Contínuo, 1 Auxiliar de Biblioteca);
- 5 *Biblioteca Setorial de Artes*: **nível E** (2 Bibliotecários); **nível D** (2 Assistentes em Administração);
- 6 *Biblioteca Setorial de Educação*: **nível E** (2 Bibliotecários); **nível D** (1 Assistente em Administração);
- 7 *Biblioteca Setorial Tecnológica*: **nível E** (2 Bibliotecários); **nível D** (1 Assistente em Administração);
- 8 *Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais*: **nível E** (1 Bibliotecário); **nível D** (1 Assistente em Administração);
- 9 *Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde*: **nível E** (3 Bibliotecários); **nível D** (5 Assistentes em Administração);
- 10 *Biblioteca Setorial Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAЕ); Centro de Exatas, Naturais e da Saúde (Ccens)*: **nível E** (3 Bibliotecários, 1 Pedagoga); **nível D** (5 Assistentes em Administração); **nível C** (1 contínuo);
- 11 *Biblioteca do Centro Universitário Norte do Espírito Santo*: **nível E** (4 Bibliotecários); **nível D** (4 Assistentes em Administração);
- 12 *Núcleo de Estudos e de Difusão de Tecnologia em Florestas, Recursos Hídricos e Agricultura Sustentável*:

## APÊNDICE J – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PREDISPOSIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS BIBLIOTECAS DA UFES EM AÇÕES COLETIVAS SINTUFES

**Pesquisador:** FRANCISCO FELIPE COELHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 25854819.0.0000.5542

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Administração da UFES

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.088.545

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Será realizado um estudo de caso na busca de compreender a consciência política e a participação dos servidores das bibliotecas setoriais da Universidade Federal do Espírito Santo em relação a predisposição das atividades desenvolvidas pelos Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo - SINTUFES, com o objetivo geral de analisar os efeitos da predisposição e participação das atividades desenvolvidas.

A abordagem empregada caracteriza-se como qualitativa, as ferramentas utilizadas para coleta de dados serão: aplicação de 13 entrevista semiestruturada presencial ou por videoconferência, consulta de documentos de informativos e página oficial e revisão bibliográfica.

A entrevista buscará levantar informações sobre o perfil de cada entrevistado, assim como sua participação e relação com as atividades desenvolvidas pelo Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo - SINTUFES.

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITÓRIA  
**Telefone:** (27) 3143-9820 **E-mail:** cep.goiabeira@gmail.com



**UFES - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO - CAMPUS GOIABEIRA**



Continuação do Projeto: 4.088.048

A consulta de documentos ocorrerá através de fontes documentais para obter informação referente as ações de atividades realizadas.

A revisão bibliográfica se dará através de busca em periódicos, livros, teses, dissertações e análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011). A análise e interpretação dos dados se dará por meio documental, os resultados das entrevistas e a revisão bibliográfica e a partir de uma leitura atenta nos materiais produzidos a partir dessas fontes, objetivaremos categorizar os dados coletados e perceber as ligações entre eles. Sendo assim, nesse modelo de sete dimensões definidos: a) identidade coletiva; b) expectativa e convicções sociais; c) sentimentos e interesses coletivos e a identificação de adversários; d) eficácia política; e) sentimentos de justiça e injustiça; f) vontade de agir coletivamente e g) metas e propostas de ação coletiva.

O cruzamento dos dados obtidos por esses materiais contribuirá para a análise, possibilitando confirmar as informações coletadas e fornecer uma visão mais completa acerca do fenômeno. Esta pesquisa será exploratória, configurada como um estudo de caso, como uma exploração de sistema que envolverá coleta de dados e profundidade, no contexto de múltiplas fontes de informação, num sistema limitado com a definição de espaço e tempo (CRESWELL, 2007) em que os participantes poderão fornecer informações históricas.

Estudo de caso é "realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado" (GIL, 2010, p.27) e se justifica pela dificuldade em encontrar trabalhos anteriores de modo a contemplar as propostas desta pesquisa.

O quadro de servidores das bibliotecas setoriais da Universidade Federal é composto por bibliotecários e assistentes de administração. Ambos os cargos atuam diretamente no atendimento aos docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e a toda comunidade em educação. Os referidos servidores serão os sujeitos da pesquisa por compreendermos a importância dos mesmos nos campi da Universidade e por entendemos que sua relação junto ao sindicato pode ser fortalecida e ampliada.

O critério de seleção de sujeitos é ser lotado em uma das sete bibliotecas setoriais dos campi UFES

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prado Administrativo do CCHN

**Bairro:** Goiabeiras

**CEP:** 29.075-910

**UF:** ES

**Município:** VITÓRIA

**Telefone:** (27)3145-3820

**E-mail:** [cep.goibeiras@ufes.br](mailto:cep.goibeiras@ufes.br)



Contribuição do Projeto: 4.038,945

(Biblioteca Setorial Alegre, Biblioteca Setorial São Mateus, Biblioteca Setorial de Educação, Biblioteca Setorial de Artes, Biblioteca Setorial de Letras, Biblioteca Setorial do Centro Tecnológico e Biblioteca Setorial das Ciências da Saúde).

A abordagem empregada caracteriza-se como qualitativa, as ferramentas utilizadas para coleta de dados serão: aplicação de entrevista semiestruturada presencial ou por videoconferência, consulta de documentos de informativos e página oficial e revisão bibliográfica.

A entrevista buscará levantar informações sobre o perfil de cada entrevistado, assim como sua participação e relação com as atividades desenvolvidas pelo Sindicato de Trabalhadores da Universidade Federal do Espírito Santo - SINTUFES.

Para analisar os dados, será utilizada a *Análise de Conteúdo* (AC), caracterizada por “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por meio de conhecimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, indicadores que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dos textos” (BARDIN, 2006, p. 42).

Por sua vez, Bardin (2006) destaca que a parte do método na *Análise de Conteúdo* se inicia pela organização da análise. Nesta fase, é importante que se inicie com uma pré-análise do conteúdo produzido, para que depois possa ser realizada uma exploração do material, tratar os resultados obtidos e interpretá-los à luz da fundamentação teórica.

Além disso, Bardin (2006) orienta que a *Análise de Conteúdo* seja realizada por um conjunto de categorias analíticas que auxilie na melhor organização dos dados produzidos para a posterior análise, interpretação e discussão.

Essas categorias de análise podem ser construídas tanto a priori quanto a posteriori. Adotou-se, portanto, as categorias a priori, com base nas dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL, 2005; SANDOVAL; SILVA, 2016). Bardin (2006, p. 118, grifo do autor) dá base para essa escolha metodológica ao afirmar que na “[...] análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias dimensões de análise”.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do DCHM  
 Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910  
 UF: ES Município: VITÓRIA  
 Telefone: (27)3143-8320 E-mail: usp.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Projeto: 4.188.041

#### Metodologia de Análise de Dados:

Os elementos implícitos nas falas dos sujeitos que emergirão e envolverão as dimensões da consciência política dos sindicalistas, derivadas de ações, emoções, comportamentos e manifestações notadas, serão interpretadas e categorizadas nas sete dimensões estabelecidas do modelo, citadas a seguir:

- Identidade Coletiva;
- Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade;
- Interesses Coletivos;
- Eficácia Política;
- Sentimentos com Respeito aos Adversários;
- Vontade de Agir Coletivamente;
- Metas e Repertório de Ações.

Ressalta-se que as dimensões não são hierárquicas, ou seja, não existe uma mais importante que outra. Porém, para fins didáticos, são expostas separadamente, embora interajam entre si, mostrando a reflexão do sujeito quanto à decisão de participar de uma ação individual ou coletiva

(PALASSI, 2011).

#### Objetivo Primário:

Sendo assim, o presente trabalho busca conhecer a participação dos servidores que atuam nas bibliotecas setoriais da Universidade Federal do

Espírito a partir da seguinte questão: Como se configura a consciência política e a predisposição à participação dos servidores das bibliotecas da

UFES em relação às ações promovidas pelo SINTUFES?

#### Objetivo Secundário:

- a) Descrever as ações coletivas promovidas pelo SINTUFES nos últimos 4 anos.
- b) Compreender a trajetória de vida dos servidores das bibliotecas e sua relação com a participação nas ações coletivas do SINTUFES.
- c) Compreender as dimensões da consciência política dos servidores das bibliotecas, filiados ao SINTUFES.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Os riscos decorrentes desta pesquisa podem ocorrer por possível constrangimento e/ou estresse emocional relacionado às lembranças de experiências passadas ao responder alguma questão específica da entrevista.

<b>Endereço:</b> Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN	
<b>Cidade:</b> Goiabeiras	<b>CEP:</b> 29.075-910
<b>UF:</b> ES	<b>Município:</b> VITÓRIA
<b>Telefone:</b> (27) 3148-9820	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:cep.goiabeiras@ufes.br">cep.goiabeiras@ufes.br</a>



Credenciamento do Pesquisador: 4.088.043

Este será diminuído em virtude do participante poder recusar-se a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento. Outro possível risco diz respeito ao tempo necessário que será ocupado para finalizar a realização da entrevista. Este também será diminuído por ser o participante informado que a duração total prevista para a realização da entrevista será de 20 a 25 minutos, podendo optar pela realização desta, através de videoconferência para que fique à vontade ao ser entrevistado.

As eventuais dúvidas que os participantes possam ter e o esclarecimento do máximo de detalhes ocorrerá no momento da apresentação do TCLE antes da assinatura do mesmo, por último, o possível constrangimento pela gravação de voz na entrevista, o que garante o direito do participante optar por não ter sua entrevista gravada.

Observação: Participante, caso ocorra você também terá o direito a buscar indenização diante de eventuais danos que a pesquisa venha a lhe causar do que dizer, e poderá ser indenizado(a) de eventuais danos que a pesquisa venha a causar

#### **Benefícios:**

Quanto aos benefícios desta pesquisa, almeja-se contribuir para ampliar os estudos sobre a participação em ações coletivas contra a privatização, bem como compreender as dinâmicas da consciência política dos sindicalistas, podendo proporcionar diagnósticos para o movimento sindical pensar ou repensar as ações coletivas de enfrentamento às privatizações. Assim, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica, para os trabalhadores e para a sociedade em geral.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa trará dados importantes que contribuirá na discussão política da categoria e também pensar em ações para fortalecer, incentivar e refletir sobre a atuação do sindicato e de seus filiais.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O pesquisador realizou todos os ajustes necessários diagnosticados no parecer consubstanciado: 3.781.599 datado de 18 de Dezembro de 2019. Diante da análise realizada consta todos os elementos obrigatórios de acordo com a Resolução 466/12 e 510/16.

#### **Recomendações:**

não há.

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do DCFW  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITÓRIA  
**Telefone:** (27)3145-8800 **E-mail:** [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com)



Contribuição do Parecer: 4.088,948

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1450624.pdf	29/05/2020 12:01:13		Acerto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_mestrado_francisco_felipe_coelho_revisado.pdf	29/05/2020 12:00:54	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Brochura Pesquisa	Anexo_brochura_revisado.pdf	29/05/2020 11:50:59	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Cronograma	cronograma_francisco_felipe_coelho_revisado.pdf	29/05/2020 11:50:47	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_livre_esclarecido_corrigido_26_05.pdf	27/05/2020 17:24:01	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Outros	folhaDeRosto.pdf	19/05/2020 16:49:30	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Outros	carta_afluencia.pdf	05/11/2019 09:08:11	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Outros	Curriculum_francisco_felipe_coelho.pdf	09/10/2019 15:55:53	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Outros	roteiro_de_entrevista_francisco_felipe_coelho.pdf	09/10/2019 15:53:58	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Outros	Termo_de_sigilo_das_gravacoes_francisco_felipe_coelho.pdf	09/10/2019 15:48:13	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto
Folha de Rosto	termo_autorizacao_pesquisa_francisco_felipe_coelho.pdf	09/10/2019 15:38:23	FRANCISCO FELIPE COELHO	Acerto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do COPEI  
 Bairro: Galáxias CEP: 29.075-910  
 UF: ES Município: VITÓRIA  
 Telefone: (27)3145-8820 E-mail: cop.goiabeira@ufes.br



UFES - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO - CAMPUS GOIABEIRA



Contribuição do Parceiro: 4.085,04R\$

VITÓRIA, 15 de Junho de 2020

---

Assinado por:  
**KALLINE PEREIRA AROEIRA**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN  
**Bairro:** Goiabeiras **CEP:** 29.075-910  
**UF:** ES **Município:** VITÓRIA  
**Telefone:** (27) 3148-9820 **E-mail:** [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com)

## APÊNDICE L – TERMO DE SIGILO DAS GRAVAÇÕES

### TERMO DE SIGILO DAS GRAVAÇÕES

Eu, Francisco Felipe Coelho, nacionalidade brasileira, CPF nº 046.645.037-09, assumo o compromisso de manter sigilo sobre todas as gravações de entrevista relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado: **“Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas setoriais da UFES em ações promovidas pelo SINTUFES**, desenvolvido nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, mais especificamente nas bibliotecas setoriais da UFES.

Por este Termo de Sigilo comprometo-me:

A devolver os resultados da pesquisa ao participante entrevistado e manter confidencialidade até que a pesquisa seja finalizada;

A não divulgar o nome ou qualquer informação que indique participação do sujeito da pesquisa sem a sua permissão;

A não identificar o participante da entrevista em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa;

A manter sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos os dados obtidos pela entrevista e após esse período destruí-los, garantindo sua utilização somente para esta pesquisa.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Sigilo, fica o responsável ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Aluno/Executante: Francisco Felipe Coelho

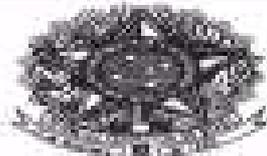
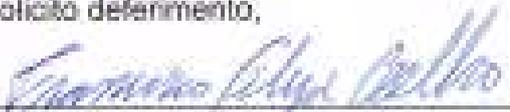
Assinatura:



Assinatura

## APÊNDICE M – CARTA DE ANUÊNCIA

**Objetivo:** Permissão de realizar uma pesquisa junto aos servidores.

		 <p>Programa de Pós-Graduação em Administração L1119 Mestrado e Doutorado</p>
(Página 1 de 1)		
<p><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO</b>  <b>CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS</b>  <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO</b></p>		
<p><b>CARTA DE ANUÊNCIA</b></p>		
<p>Vitória, 04 de novembro de 2019</p>		
<p>Caro Diretor do Sistema de Bibliotecas da UFES – SIB/UFES, venho por meio deste solicitar a permissão para realização da pesquisa intitulada: “Consciência política e predisposição à participação dos trabalhadores das bibliotecas setoriais da UFES em ações promovidas pelo SINTUFES”, sob responsabilidade do mestrando do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, o aluno mestrando Francisco Felipe Coelho e a orientadora Dra. Márcia Prezotti Palassi, docente da Universidade Federal do Espírito Santo.</p>		
<p>Vale ressaltar que os participantes da pesquisa receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Apêndice A, para que seja autorizada a realização da entrevista, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. A fim de proteger a identidade dos entrevistados da pesquisa lhes serão atribuídos nomes fictícios (caso desejem), também de acordo com a Resolução citada.</p>		
<p>Solicito deferimento,</p>		
		
<p>Pesquisador – Francisco Felipe Coelho</p>		
<p>Deferimento atendido:</p>		
<p>Em, 04 de novembro de 2019</p>		
		<p>Fabian Massana Medina          Diretor de Biblioteca Central/UFES          Classe 19512P1</p>
<p><b>Diretor do Sistema de Bibliotecas – SIB/UFES</b></p>		